



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CAMPUS FLORIANÓPOLIS  
TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Nathália Sander

**ATHIS na prática:** o cenário nacional e a experiência da PEABIRU – trabalho-luta e  
pesquisa-ação

Florianópolis  
2023

Nathália Sander

**ATHIS na prática: o cenário nacional e a experiência da PEABIRU – trabalho-luta e pesquisa-ação**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração: Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Paolo Colosso

Florianópolis

2023

Sander, Nathália

ATHIS na prática : o cenário nacional e a experiência da PEABIRU - trabalho-luta e pesquisa-ação / Nathália Sander ; orientador, Paolo Colosso, 2023.

281 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. ATHIS. 3. direito à moradia . 4. habitação popular. 5. políticas habitacionais. I. Colosso, Paolo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Nathália Sander

**ATHIS na prática: o cenário nacional e a experiência da PEABIRU – trabalho-luta e pesquisa-ação**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 17 de abril de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Caio Santo Amore, Dr.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP

Prof.(a) Maria Inês Sugai, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Samuel Steiner dos Santos, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. Paolo Colosso, Dr.(a)

Orientador.

Florianópolis, 2023.

A todos aqueles que sonham e lutam pelo direito à moradia e por uma cidade menos desigual.

## AGRADECIMENTOS

Sei e sinto que jamais conseguirei agradecer o suficiente os inúmeros braços que colaboraram com essa pesquisa, mesmo assim tentarei. Começo agradecendo o professor Paolo Colosso, meu orientador. Paolo, obrigada pela paciência com o meu processo de aprendizagem, por sempre estimular e questionar os caminhos da pesquisa com muito cuidado e atenção. O que você fez e faz por seus orientandos, transcende as expectativas acadêmicas. Então muito obrigada por fazer parte da minha formação acadêmica e pessoal.

Aos professores da banca, agradeço pela disponibilidade e interesse em contribuir na construção desse trabalho. A Professora Maria Inês Sugai, obrigada pelo conhecimento compartilhado nas aulas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço ao Professor Samuel Steiner dos Santos, que desde o Habita Chapecó, me ensina muito com sua clareza, liderança e sensibilidade na organização dos projetos do LabUrb.

Ao professor Caio Santo Amore agradeço aos apontamentos e a receptividade na Peabiru. E assim estendo o agradecimento a todos os “Peabirutas”. Fui acolhida com muita gentileza e, ao longo da pesquisa, a admiração pelo trabalho de vocês cresceu ainda mais. Agradeço pelas ricas conversas e aprendizados nos almoços, no ônibus, no metrô e no Ato Pró-democracia. Aprendi com vocês sobre as questões relevantes para a pesquisa e sobre uma postura mais humana que pretendo aplicar em minha vida. Agradeço especialmente ao Nunes, a Marcele e ao Alexandre, pelo acolhimento excepcional e pelas trocas genuínas.

Também gostaria de agradecer às lideranças com quem conversei, os coordenadores dos movimentos sociais e os 'mutirantes' do Anchieta. Todos que compartilharam comigo suas histórias de luta por moradia e contribuíram significativamente para a pesquisa. Agradeço também a disponibilidade de todos os entrevistados ao longo da pesquisa, de forma presencial e ou online.

Agradeço a UFSC pela oportunidade de cursar a Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e a CAPES, pelo financiamento parcial desta pesquisa.

É difícil falar disso, mas fazer um mestrado em tempos de pandemia e em uma cidade nova foi desafiador e deixou danos psicológicos. Então gostaria muito de agradecer aos colegas do curso, em especial ao grupo de amigos que surgiu na vida

*pós-vacina* e tornou tudo mais leve. Compartilhar as angústias do mundo acadêmico e perceber que não estava sozinha me deu forças para continuar.

Agradeço a Mariana Panzera, se iniciei essa pesquisa é porque ela ajudou uma completa desconhecida que queria entrar no mestrado. Muito obrigada por todas as nossas trocas desde então. Agradeço a Priscila Buss, minha amiga de infância: a reaproximação contigo na ilha e a nossa *“turma que treina antes do sol nascer”* foram fundamentais para minha saúde mental nesse processo.

Aos amigos que são como família e aos familiares que são como amigos: agradeço por termos escolhido compartilhar juntos a vida. Em especial, agradeço por ouvirem meus inúmeros desabafos sobre a pesquisa e por continuarem me incentivando.

Agradeço ao meu companheiro, Dionathan Biazus, pois nos momentos em que as leituras e a ansiedade me engoliam, você me lembrava da imensidão da vida além da pesquisa. Muito obrigada por cada nascer e pôr do sol que me levou para ver nesse período. Seu carinho, calma, amor e atenção foram essenciais.

Aos meus pais, meu eterno - e nunca suficiente – agradecimento. Recebi de vocês o apoio incondicional aos meus estudos, não existem palavras para agradecer isso. Como disse na graduação, repito nesse momento: “a vocês meus pais, não mais que com justiça, dedico essa vitória!” Obrigada por cada ensinamento, pelo amor e pela vida! E reconhecendo nesse momento tantas pessoas luz no meu caminho, por fim, me resta agradecer essa consciência que me guia, que é divina e de puro amor, obrigada Deus por tanto.

“Porque a nossa arquitetura, ela é insurgente!”

Carmen Silva



## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender avanços e desafios da assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) desde a sociedade civil, isto é, visa contribuir com o debate sobre possíveis arranjos institucionais para uma política habitacional que conte com a participação de entidades da sociedade. Partindo da premissa de que é atribuição do poder fomentar, implementar e coordenar uma política pública de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS), conforme previsto na lei 11.888/2008. Isto não significa, no entanto, que todas as etapas de implementação devam ocorrer no interior do corpo tecnocrático da máquina estatal. Nesse sentido, é fundamental compreender o repertório de ação dos atores sociais usualmente - ou pelo menos potencialmente - envolvidos, como escritórios populares, associações, ONGs e negócios sociais. Para isso, os objetivos específicos são caracterizar a construção histórica e legislativa da ATHIS; Mapear iniciativas da sociedade civil que atuam com ATHIS, ou seja, apresentar diversificadas formas de trabalho com moradia popular e assistência técnica no contexto do desenvolvimento urbano do Brasil; Analisar as iniciativas existentes que trabalham com ATHIS desde a sociedade civil organizada; Levantar os desafios e as potencialidades dessas práticas; e por fim realizar um estudo aprofundado nos casos que se destacam. Para cumprir tal objetivo, a pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo. Sendo dividida em três etapas, primeiramente com uma revisão bibliográfica e reconstituição histórica do direito à moradia e a ATHIS. Posteriormente, através da pesquisa exploratória foram mapeadas 76 iniciativas existentes e, através da aplicação de um formulário online, analisadas 28 dessas. Esse mapeamento apontou um crescimento do número de negócios sociais, mais especificamente ligados ao Nova Vivenda, portanto foi elaborado um estudo mais próximo para identificar como o mesmo atua. Assim como, realizou-se um estudo de caso, com a Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, uma ONG, identificando: como estes conseguem se manter enquanto organização; em quais redes de atores se inserem – universidades, entidades técnicas, associações; como se relacionam com o poder público; e quais os principais aspectos da atuação e funcionamento da Peabiru. Foram identificadas características importantes, tais como: forte inserção no contexto local e rede com universidade, diálogo constante com todos envolvidos e metodologia pedagógica de pesquisa-ação. Essas características foram exemplificadas no capítulo 3 com o objetivo de demonstrar as possíveis formas de atuação em assessoria e ATHIS e seus resultados.

**Palavras-chave:** ATHIS; direito à moradia; habitação popular; políticas habitacionais.

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand the advances and challenges of Technical Assistance in Social Interest Housing (TASIH) from the perspective of civil society, in order to contribute to the debate on possible institutional arrangements for a housing policy that involves the participation of social entities. Based on the premise that it is the responsibility of the government to promote, implement and coordinate a public policy for Technical Assistance in Social Interest Housing, as provided for in Law 11.888/2008. However, this does not mean that all implementation stages must occur within the technocratic body of the state apparatus. In this sense, it is essential to understand the repertoire of action from social actors usually - or at least potentially - involved, such as popular offices, associations, NGOs and social businesses. To achieve this, the specific objectives are to characterize the historical and legislative construction of ATHIS; Map civil society initiatives that work with ATHIS, presenting diversified forms of work with popular housing and technical assistance in the context of urban development in Brazil; Analyze the existing initiatives that work with ATHIS from organized civil society; Identify the major challenges and potential of these practices; and finally, conduct an in-depth study of the standout cases. To fulfill this objective, the research has an exploratory and qualitative character. It is divided into three parts, the first contains a bibliographical review and historical reconstruction of the right to housing and ATHIS. Subsequently, through exploratory research, 76 existing initiatives were mapped and 28 of these were analyzed through an online questionnaire. This mapping pointed to a growth in the number of social businesses, more specifically linked to Nova Vivenda, therefore a closer study was elaborated to identify how it operates. Also, a case study was carried out with Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, an NGO, identifying: how they manage to maintain themselves as an organization; which actor networks they are inserted into - universities, technical entities, associations; how they relate to the government; and the main aspects of Peabiru's performance and operation. Important characteristics were identified, such as a strong presence in the local context and network with the university, constant dialogue with all involved, and a pedagogical research-action methodology. These characteristics were exemplified in Chapter 3 with the aim of demonstrating the potential forms of action in technical assistance and ATHIS by civil society and their results.

**Keywords:** ATHIS; right to housing; social housing; housing policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arranjo de atendimento Rede Privada - PEI-ATHIS .....	22
Figura 2 – Déficit habitacional, percentual relativo ao total de domicílios particulares permanentes e improvisados .....	58
Figura 3 – Passos para categorização da inadequação .....	61
Figura 4 – Atores e agentes ATHIS 1990 e atualmente .....	66
Figura 5 – Editais públicos: objetivos delimitados para atuação com ATHIS67	
Figura 6 – Gráfico tipologia das iniciativas do mapeamento.....	74
Figura 7 – Porcentual das iniciativas mapeadas por região do país.....	78
Figura 8 – Iniciativas do questionário online mapeadas .....	81
Figura 9 – Gráfico: pergunta 02 do questionário online.....	83
Figura 10 – Gráfico: pergunta 05 do questionário online .....	84
Figura 11 – Gráfico: pergunta 07 do questionário online .....	85
Figura 12 – Gráfico: pergunta 13 do questionário online .....	86
Figura 13 – Gráfico: pergunta 15 do questionário online .....	87
Figura 14 – Exemplo Plano de Ação fechado: Kit Reformas .....	88
Figura 15 – Gráfico: pergunta 19 do questionário online .....	89
Figura 16 – Gráfico: pergunta 26 do questionário online.....	90
Figura 17 – Gráfico: pergunta 24 do questionário online.....	91
Figura 18 – Questionário online – pergunta 28.....	92
Figura 19 – Questionário online – pergunta 30.....	94
Figura 20 – Kopa Coletiva: exemplo negócio social – foco e pretensão de atuação .....	96
Figura 21 – Notícia Nova Vivenda negócio social e instituto .....	101
Figura 22 – Programa Reforma que transforma .....	102
Figura 23 – Programa Reforma que transforma: critérios.....	103
Figura 24 – Cidades de Atuação do Programa Reforma que transforma ...	104
Figura 25 – Linha do tempo: construção de políticas habitacionais .....	110
Figura 26 – Organograma: profissionais e rede Peabiru .....	116
Figura 27 – Anotações caderno de campo 01 .....	119
Figura 28 – Anotações caderno de campo 02 .....	120
Figura 29 – Fotografia discussão mutirão.....	127

Figura 30 – Fotografia reunião Peabiru e Associação de Moradores da Ocupação Anchieta.....	128
Figura 31 – Fotografia vistoria de entrega apartamentos Lord.....	130
Figura 32 – Fotografia Formulário de vistoria com assinaturas da Peabiru e da CAO.....	131
Figura 33 – Fotografia perguntas: dinâmica participativa.....	133
Figura 34 – Fotografia moradores separados na dinâmica.....	134
Figura 35 – Fotografia moradores apresentando a dinâmica.....	135
Figura 36 – Fotografia reunião Quadra 02 - Anchieta.....	137
Figura 37 – Fotografia reunião Quadra 02 - Anchieta.....	138
Figura 38 – Colagem fotografias indicação do baldrame e discussão em canteiro.....	142
Figura 39 – Fotografias reunião no escritório.....	149
Figura 40 – Fotografia Ato Pró-democracia na Avenida Paulista.....	150
Figura 41 – Fotografia rotina escritório e leitura “Assessoria Técnica Popular: A Prática em Movimento”.....	151
Figura 42 – Fotografia rotina escritório projetos.....	153
Figura 43 – Montagem fotografias avanço mutirão.....	155
Figura 44 – Fotografia embrião – semana 01.....	155
Figura 45 – Fotografia embrião – semana 02.....	156

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Habitações precárias em relação ao total do déficit - Brasil- 2016 - 2019 .....	59
Quadro 2 – Distribuição percentual do total de Habitações precárias por regiões – Brasil - 2016 - 2019 .....	60
Quadro 3 – Síntese dos indicadores de inadequação .....	62
Quadro 4 – Domicílios urbanos duráveis segundo componentes de inadequação.....	64
Quadro 5 – Tabela comparativo: Análise das iniciativas mapeadas.....	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronograma das visitas .....	123
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ATHIS	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
ATME	Assistência Técnica à Moradia Econômica
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
COVID 19	Coronavirus Disease 2019 (doença do coronavírus do ano de 2019)
CREA	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
ESF	Estratégias de Saúde à Família
FJP	Fundação João Pinheiro
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LABHAB	Laboratório de Habitação do curso de Arquitetura
LAGEAR	Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica
MCMV	Minha Casa Minha Vida
ONG	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração Econômica
PEI-ATHIS	Plano de Estratégico de Implementação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PósARQ	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
RI	Repositório Institucional
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1	RELEVANCIA DO TEMA .....	24
1.2	OBJETIVOS .....	28
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	<b>28</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	<b>28</b>
1.3	METODOLOGIA .....	29
1.4	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	35
<b>2</b>	<b>ASSESSORIA E ATHIS: DA "FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO" AOS DIAS SEGUINTE</b> <b>DA LEI DE ATHIS</b> .....	<b>38</b>
2.1	BREVE HISTÓRICO DE AVANÇOS INSTITUCIONAIS DO DIREITO À MORADIA VIA ATHIS E ASSESSORIA TÉCNICA .....	39
<b>2.1.1</b>	<b>Benefícios da implementação da ATHIS: um comparativo com demais políticas públicas habitacionais</b> .....	<b>43</b>
<b>2.1.2</b>	<b>ATHIS e a crise sanitária escancarada com a COVID-19</b> .....	<b>49</b>
2.2	ATHIS E OS ARRANJOS NO PODER PÚBLICO: AS POUCAS EXPERIÊNCIAS PÚBLICAS CONSOLIDADAS NA ÁREA .....	54
2.3	UMA NOVA CONJUNTURA PROFISSIONAL: ATHIS EM ONGS E COMO NICHOS DE MERCADO POPULAR .....	65
<b>2.3.1</b>	<b>Formas de atuação: mapeamento dos arranjos existentes</b> .....	<b>69</b>
<b>2.3.2</b>	<b>ATHIS na prática: uma análise e aprofundamento dos dados mapeados</b> <b>73</b>	
<b>2.3.3</b>	<b>O negócio social: um olhar para o Nova Vivenda</b> .....	<b>97</b>
<b>3</b>	<b>ESTUDO DE CASO: ONG PEABIRU</b> .....	<b>107</b>
3.1	A PEABIRU .....	108
3.2	UM OLHAR DE PERTO E DE DENTRO: FORMAS DE ENTRAR E PRIMEIROS CONTATOS .....	112
<b>3.2.1</b>	<b>Formas de registro e sistematização dos dados apresentados</b> .....	<b>118</b>
3.3	ENTENDENDO A FÓRMULA: ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURANTES.....	125
<b>3.3.1</b>	<b>Diálogo permanente: escuta atenta e resolução de conflitos</b> .....	<b>125</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Momentos do canteiro sob mutirão: entre mobilização e não-idealização</b>	



<b>3.3.3</b>	<b>Benefícios e riscos do trabalho-luta: confiança, rotatividade e autonomia .....</b>	<b>147</b>
<b>3.3.4</b>	<b>Pesquisa ação: aprendizagens múltiplas e reflexividade permanente de uma instituição crítica .....</b>	<b>159</b>
<b>3.4</b>	<b>PRINCIPAIS FERRAMENTAS E METODOLOGIAS DA PEABIRU: CONCLUSÕES E SÍNTESES .....</b>	<b>164</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>173</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>179</b>
	<b>APÊNDICE A – MODELO FICHA MAPEAMENTO.....</b>	<b>187</b>
	<b>APÊNDICE B – FICHAMENTO COMPLETO DAS INICIATIVAS MAPEADAS.....</b>	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ONLINE – MODELO .....</b>	<b>226</b>
	<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ONLINE – RESPOSTAS .....</b>	<b>230</b>
	<b>APÊNDICE E – RELATÓRIO DE OBRAS E PROJETOS PEABIRU .....</b>	<b>267</b>
	<b>APÊNDICE F – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME E IMAGEM NOS RELATOS DE PESQUISA .....</b>	<b>274</b>
	<b>ANEXO A – LEI N° 11.888 .....</b>	<b>276</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado tem como foco as diferentes formas de atuar com assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) desde a esfera da sociedade civil organizada, e faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho está inserido na área de concentração: Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Como dito, o trabalho tem como foco a atuação com assessoria e ATHIS que provém da sociedade civil no Brasil atual.<sup>1</sup> Temos nacionalmente imensos problemas ligados à moradia e a infraestrutura urbana, frutos de uma urbanização rápida e da desigualdade social que tem uma manifestação no espaço urbano, através da segregação urbana (SUGAI, 2015). Desde a década de 1960, onde iniciaram lutas pela Reforma Urbana, reivindicando reformas quanto ao Direito coletivo à Cidade, profissionais de diferentes áreas iniciaram a trabalhar com o suporte técnico para o desenvolvimento de projetos e obras de Habitação de Interesse Social (HIS). E a proposta de criação do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), em 1970, desencadeou os caminhos para a Lei de ATHIS (IAB, 2010).

Em 1980, com o processo de redemocratização, que Arquitetos e Urbanistas começam a organizar as chamadas Assessorias Técnicas, com o foco em habitação de interesse social. São essas organizações que iniciam a interlocução necessária entre o poder público e a população em vulnerabilidade social. Tudo isso impulsionado pela Constituição de 1988, que estabelece a moradia como direito social, dando força aos projetos habitacionais, autogestão e a luta dos Movimentos Sociais de Moradia, impulsionando movimentos de assistência e assessoria técnica para habitação (BONDUKI, 1992).

Em 2001, graças a luta dessas organizações e movimentos, foi aprovada a Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) regulamentando os instrumentos de política urbana na Constituição Federal de 1988. E em 2008, foi aprovada a Lei

---

<sup>1</sup> Vale salientar que, logo abaixo, atentamos para a distinção entre assessoria e assistência técnica. Por ora, vale adiantar que levaremos em conta as diferenças entre tais noções e práticas, mas é necessário mantermos em voga a ideia de ATHIS, na medida em que se trata de um marco legal que pode contribuir com as condições de sobrevivência tanto das entidades da sociedade civil quanto da população atendida por ela.

Federal 11.888/2008<sup>2</sup> (Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita), que servirá de base para esta pesquisa. Esta Lei assegura para as famílias de baixa renda o acesso à assistência técnica pública e gratuita para a sua moradia (BRASIL, 2008).

A Lei de ATHIS é baseada na busca do direito à moradia enquanto direito social fundamental relacionado ao direito à vida, à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, ao transporte, ao lazer, à alimentação e entre outros direitos garantidos constitucionalmente, sendo um instrumento de solução de problemas estruturais ligados a precariedade habitacional.

Conforme a Lei de ATHIS, a assistência técnica pode ser oferecida às famílias, cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que representam os beneficiários. É possível diferenciar a oferta de assistência técnica em dois arranjos: o primeiro, com caráter totalmente público e gratuito, possui foco no atendimento às famílias em vulnerabilidade socioeconômica; já o segundo arranjo, possui foco no atendimento às famílias com algum nível de poder de endividamento. Ainda há a caracterização se a demanda é coletiva ou individual, que define sobre qual programa estatal a assistência técnica será provida.

Apesar da importância destes instrumentos legislativos, tanto o Estatuto da Cidade quanto a Lei de ATHIS não são efetivamente aplicados pelo poder público no Brasil, o que será discutido no segundo capítulo desta pesquisa. Dentro desta realidade, a presente pesquisa concentra-se nas iniciativas da sociedade civil organizada, que estão continuamente lutando para fomentar o direito à moradia através da ATHIS.

Então, o capítulo 1 concentra-se em apresentar o tema, os objetivos da pesquisa, a metodologia aplicada e a revisão bibliográfica. Já no capítulo 2 foi desenvolvido a construção histórica e legislativa da ATHIS, além do apontamento atual dos dados de déficit habitacional, tanto qualitativo quanto quantitativo. Após foi apresentado brevemente as experiências públicas existentes, principalmente com o objetivo de demonstrar as características de atuação das mesmas.

Nesse contexto é apresentado a nova conjuntura profissional de atuação com assessoria e ATHIS, a partir do mapeamento foram analisados os arranjos existentes que trabalham com assessoria e assistência para habitação de interesse social no Brasil, visando contribuir com o debate sobre possíveis arranjos institucionais para

---

<sup>2</sup> A lei completa encontra-se no Anexo 01.

uma política habitacional que conte com a participação de entidades da sociedade. Levantando informações como: com que meios e recursos essas iniciativas se sustentam no tempo, desde quando existem e onde atuam.

Assim foram levantadas as experiências das ações da ATHIS promovidas por escritórios populares, ONGS, OSCIPS, empresas sociais, grupos de pesquisa, cooperativas, instituições e profissionais autônomos que atuam junto à população de baixa renda e dos movimentos populares. O mapeamento e as análises feitas buscam compreender o repertório existente de ações e principalmente, entender como esses arranjos e iniciativas tem objetivos diferentes e como isso se reflete no dia a dia de trabalho desses profissionais.

O trabalho apresenta então, um estudo mais detalhado nos arranjos institucionais que se destacaram durante a pesquisa, para entender suas formas de organização e atuação. A primeira parte deste estudo será dedicada ao negócio social Nova Vivenda, que se destaca pelo seu rápido crescimento em número de escritórios e negócios sociais vinculados a ele, operando em um esquema de matriz e filiados.

Já no capítulo 3, será apresentado um Estudo de Caso da ONG Peabiru, que foi identificada como um dos arranjos mais antigos e complexos no mapeamento realizado. A intenção é relacionar as novas conjunturas profissionais com as estruturas mais antigas existentes, apresentando suas principais características e aspectos e, sempre que possível, estabelecendo comparações entre as atuações de ambos os arranjos estudados.

Para tanto, é necessário dizer, desde a introdução, que se entende a ATHIS como trabalho, obviamente porque se trata de um modo de atuação do estudante e trabalhador/a da arquitetura, meio de sobrevivência. Todavia, entendemos a assessoria e ATHIS também como um campo de atuação que deve contribuir, em alguma medida, com a universalização do direito à moradia digna e o direito à cidade, por meio do fortalecimento de organizações populares, movimentos sociais e outras entidades comunitárias que contribuam com a formação de sujeitos políticos, com a autodeterminação da denominada classe trabalhadora, como previam as formulações de Sérgio Ferro a respeito dos canteiros experimentais e na prática do trabalho livre.

Nesse sentido, considera-se que o ideal seria encontrar nas iniciativas existentes de assessoria e assistência técnica práticas que incluam a “função estrutural do ensino, na perspectiva de atuação profissional e conseqüentemente nas políticas públicas de habitação” (AMORE, 2016, p.10). Através de uma atuação,

prática e resultados que se definem também pelo contraste com à atuação que se reduz ao atendimento de mercado. Para tanto, foram investigadas as práticas emergentes no Brasil, que constituem um repertório diverso e em constante construção, buscando entender como colaboram, ou não, participando de um processo maior de luta por moradia digna.

A implementação de ações com base na Lei de ATHIS está fomentada principalmente pelas entidades representativas e regulamentadoras, ainda mais no contexto da pandemia do Covid-19. Sendo que os discursos, assim como as práticas, são tão recentes que demonstram que entre arquitetos e urbanistas há grandes divergências quanto qual seria a melhor prática das atividades da ATHIS.

Com esta realidade, houve também a produção recente do Plano Estratégico de Implementação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (PEI-ATHIS), que foi elaborado pelo CAU-SC e está sendo utilizado por todo o país. O PEI-ATHIS propõe diferentes arranjos para trabalhar com ATHIS. O primeiro arranjo proposto é através do poder público executivo, sendo ele o agente promotor e articulador das ações de ATHIS. O segundo é através da iniciativa privada, tendo como agentes promotores, escritórios, profissionais autônomos e cooperativas habitacionais.

O PEI-ATHIS também propõe mais duas formas de atuação a partir de agentes promotores de ATHIS: as ONGs, as Universidades e as entidades. Levando em consideração essas classificações de arranjos para atuação da ATHIS, esta pesquisa focou apenas nas práticas da sociedade civil, que dentro do PEI-ATHIS referem-se às práticas da esfera privada, sendo divididas em dois grupos de atuação com ATHIS:

1. Práticas de empresas sem fins lucrativos, enfocando a atuação de organizações e associações – ONGs e OSCIPs;
2. Práticas de empresas com fins lucrativos (que são caracterizadas como de impacto social).

Ainda conforme o PEI-ATHIS, o atendimento é feito através de um contato com a rede municipal e a demanda deve ser direcionada para a Rede Pública ou Rede Privada. A partir de então, as famílias que não forem consideradas como “demanda prioritária”, são encaminhadas para a rede privada de atendimento de ATHIS, conforme demonstra a Figura 01.

Esse tipo de arranjo idealizada pelo PEI-ATHIS deveria contar com escritórios e profissionais liberais que atendessem às demandas de: produção e melhoria da moradia, regularização fundiária e assessoria para as cooperativas. Esta pesquisa investigará os arranjos existentes, com base no sugerido na Figura 01, para entender se esta proposta de atuação está perto da realidade das práticas efetivas e quais são os arranjos que mais se aproximam do ideal – conforme o proposto pelo PEI-ATHIS. Nesse sentido, é significativo traçar e visualizar esses diversos arranjos existentes no cenário nacional, identificar as crescentes e atuais práticas, qual o discurso e a forma de ação e principalmente, expandir o diálogo dos desafios e potencialidades dessas ações.

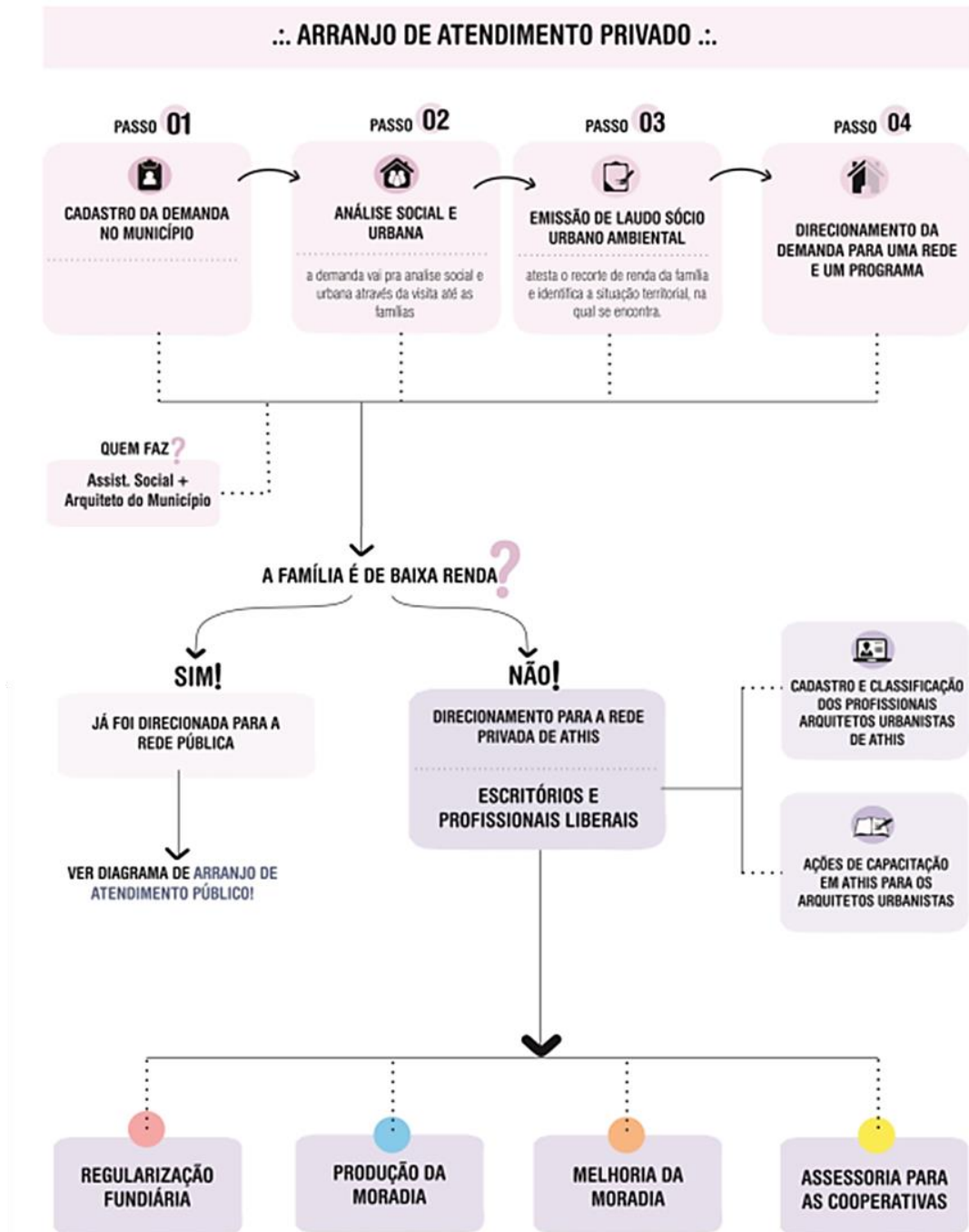
Em tom de ressalva, é importante salientar que é atribuição do poder público – em nível federal, estadual e municipal - fomentar, implementar e coordenar uma política pública habitacional de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS), conforme previsto na lei 11.888/2008. Isto não significa, no entanto, que todas as etapas de implementação devam ocorrer no interior do corpo tecnocrático da máquina estatal, como demonstra o arranjo do PEI-ATHIS (CAU-SC). É fundamental haver, na sociedade civil, redes densas de atuação em assessorias e assistência técnica, o que ajuda a fomentá-la. Inclusive porque, apesar da lei já existir desde 2008, ela é pouco efetivada são poucas experiências consolidadas na área desde a esfera pública, ainda que A Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) imprimam esforços para popularizar o tema e liberar recursos.

Cabe ainda adentrar no tema da diferenciação entre assistência e assessoria técnica, uma vez que os termos estão em constante polêmicas nos debates sobre ATHIS. Pelo Estatuto da Cidade, a assistência técnica e jurídica é “gratuita a comunidades e grupos menos favorecidos” como um dos instrumentos da política urbana<sup>3</sup>. Legislativamente o termo reconhecido foi assistência, porém o debate sobre as diferenças de assistência e assessoria encontra-se emaranhado com a história da luta pelo direito à moradia. Os arquitetos e urbanistas de São Paulo, que iniciaram essa luta nacional, inspiraram-se nas organizações uruguaias, e exercem o que eles nomeiam de assessoria (AMORE, 2016).

---

<sup>3</sup> Lei federal 10.257/2001. Alínea r do inciso V – institutos jurídicos e políticos – do artigo 4º, seção I do capítulo II da lei.

Figura 1 – Arranjo de atendimento Rede Privada - PEI-ATHIS



Elaboração: AH! Arquitetura Humana.

Disponível em: <[https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/1\\_PLANO-DEIMPLEMENTA%C3%87%C3%83O\\_JUN2018\\_COMANEXO\\_2.pdf](https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/1_PLANO-DEIMPLEMENTA%C3%87%C3%83O_JUN2018_COMANEXO_2.pdf)> p. 34.

A assessoria trabalha com base no tripé conhecido das cooperativas uruguaias, envolvendo poder público (1), associações dos moradores (2) e a equipe de assessoria técnica (3). Implicando assim, em uma atuação mais participativa das famílias beneficiárias, ou seja, trabalham de uma maneira que as famílias envolvidas

têm um carácter mais protagonistas do serviço contratado (AMORE, 2016). Representando, geralmente, uma prática mais global e menos pontual de projetos.

Já os arquitetos e urbanistas que trabalham com o que é nomeado de assistência técnica representam um trabalho mais pontual, e tem a visão de que a “organização da população de baixa renda e que vive em condições precárias em associações ou movimentos sociais não pode ser a condição para o atendimento pelos serviços do arquiteto e urbanista” (AMORE, 2016, p.2), ou seja, isso não pode limitar o acesso ao serviço profissional. Atuando assim, geralmente, com projetos mais pontuais, seja do ponto de vista da obra - uma reforma apenas do banheiro independente da precariedade do restante da casa - quanto do ponto de vista da comunidade - projetar algo para uma família independente da precariedade da comunidade onde está inserida.

Não é o caso de nos apoiarmos nas disputas terminológicas, mas sim seguir uma análise orientada pelas práticas reais. O fato é que, no fim dos anos 2010 e 2020, temos um cenário plural, no qual "ATHIS" e "assessoria" são termos mobilizados em muitas situações, todas elas ligadas ao atendimento de necessidades habitacionais. Há negócios sociais que visualizaram a oportunidade de prestar serviço a um nicho de mercado formal popular. Há ONGs que atendem a população de baixa renda, mas contam apenas com trabalho voluntário, porque não têm condições de remunerar as pessoas que trabalham nos mutirões. Há escritórios que anseiam atender as necessidades sociais, mas diante de recorrentes insucessos, retornam ao nicho de classes mais abastadas, no qual fazer arquitetura significa satisfazer caprichos. Mas há também iniciativas que conseguem remunerar dignamente arquitetos envolvidos, ensaiar novas relações de trabalho no canteiro e ainda fazer formações com organizações ligadas às lutas populares.

Este trabalho não pretende, obviamente, findar a discussão, mas avançar na compreensão deste cenário plural. Quais são os arranjos societários existentes? Quais os atores sociais envolvidos nos arranjos capazes de sobreviver no tempo? Quais desses arranjos contribuem para a formação de sujeitos políticos ativos na universalização do direito à moradia e à terra urbanizada? Como estes se organizam? Qual o tamanho da equipe necessária?

Não se pretende aqui fazer uma hierarquização simplista das iniciativas e arranjos existentes, mas compreender se assessoria técnica e ATHIS, quando bem-sucedidas, resumem-se à prestação de serviço a um nicho de mercado popular ou se



tem condições de dar suporte a lutas políticas mais amplas pela generalização do direito à moradia e à terra urbanizada. Ao longo do trabalho, veremos que há, sim, possibilidades nas quais a assessoria e ATHIS podem ser um trabalho dignamente remunerado que se mantenha conectado com a politização da sociedade. Com graus e especificidades distintas, a ATHIS pode combinar trabalho e luta.

## 1.1 RELEVANCIA DO TEMA

Pensar no direito à moradia e à terra urbanizada é enfrentar uma problemática estrutural e histórica do processo de urbanização no Brasil. Desde a expulsão dos povos originários até o afastamento da classe trabalhadora dos centros urbanos, tem-se a presença do capital em todas as tomadas de decisões sobre a localização privilegiada de bens e serviços. As desigualdades do sistema capitalista se reproduzem no território, principalmente no acesso à moradia digna e infraestrutura básica (ROLNIK, 2012).

O processo de urbanização brasileira baseado em uma lógica neoliberal, cada vez mais excludente, promove uma grande segregação socioespacial nas cidades (SUGAI, 2015) que sofrem com graves e crescentes problemas habitacionais. Em contrapartida, aumentou-se a necessidade da presença de organizações sociais capazes de buscar resoluções frente a essa problemática, uma vez que a administração pública ainda não desenvolveu formas eficazes de solucionar a questão, que obviamente, com a extensa urbanização presente, se torna cada vez mais complexa.

Assim a reprodução das desigualdades se materializa no território urbano, seja no acesso à infraestrutura básica ou no acesso à moradia digna, o que reitera a necessidade de grande parte da população encontrar suas próprias alternativas para continuar a luta pelo direito à cidade, como fala Rolnik:

A luta pelo direito à cidade - e pelo direito à moradia, um de seus componentes centrais - emergiu como contraposição a um modelo de urbanização excludente e espoliativo, que ao longo de décadas de urbanização acelerada, absorveu em poucas e grandes cidades - sem jamais integrá-los - grandes contingentes de pobres migrantes de zonas rurais e pequenas cidades do país (ROLNIK, 2012, p. 02).

Com a ineficácia das políticas públicas do Estado, a ação especuladora de grandes empresas, e o modelo capitalista de gerar lucro sobre a terra, restou a essa parcela da população, que já era excluída socialmente, tornar-se excluída territorialmente também e iniciar sua luta pelo direito à cidade, estabelecendo a autoconstrução como um mecanismo de provisão habitacional. Especialmente nos grandes centros urbanos, a população de baixa renda e vulnerabilidade social se assentou onde foi possível - frequentemente em favelas, ocupações informais, nas encostas de morros, zonas alagáveis etc.

(...) a autoconstrução é, desde 1940, mecanismo importante de provisão habitacional não mercantilizada, de acesso à moradia e à propriedade (ainda que vinculado à precariedade física e ao sacrifício corpóreo de trabalhadores) e de estabilidade familiar. Por outro lado, uma análise mais próxima revela que as atuais políticas estão distantes de promover autonomia dos moradores para que possam efetivamente participar dos processos de decisão da produção habitacional (MORADO NASCIMENTO, 2011, p. 11).

É nesse contexto, de desigualdade e luta, que surgem diferentes arranjos que buscam a efetivação do direito à cidade e à moradia. Uma luta que vem acontecendo há anos e que em 2008, com a aprovação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), ganhou mais força. A Lei de ATHIS é fruto de uma longa luta coletiva de arquitetas, arquitetos e urbanistas, que se tornou um projeto de lei aprovado em 2008. A lei prevê projetos e moradia digna para famílias de baixa renda. Essa lei garante que famílias com renda de até três salários mínimos, em áreas urbanas ou rurais, recebam assistência técnica pública e gratuita, prestada por profissionais habilitados para a elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, podendo contar com reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias (BRASIL, 2008).

Hoje, a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) está sendo promovida para além do poder público, ou seja, promovida por escritórios populares, ONGs, associações, empresas sociais e afins, que atuam como uma tentativa de encontrar soluções para o problema de moradia no país, tanto com combate ao déficit habitacional e quanto à segregação socioespacial - o que será demonstrado no decorrer deste trabalho. De acordo com a Fundação João Pinheiro, 2019, o déficit habitacional em todo o Brasil chegou a 5,8 milhões de moradias. Além disso, são quase 25 milhões de residências que apresentam algum tipo de inadequação, o que demonstra que apesar do investimento em habitação crescer significativamente nos últimos anos entre 2007 e 2015 (Fundação João Pinheiro,

2019), o déficit habitacional brasileiro continua alarmante, expondo ser necessário que mais ações e políticas públicas habitacionais surjam e atuem de maneira eficaz para melhorar esse cenário.

Nessa perspectiva, será abordado a ATHIS, como uma opção progressista de política habitacional, uma possibilidade na busca do direito à moradia digna, levando em consideração também os aspectos dessa ação quanto aos processos de diminuição da segregação socioespacial e também na participação da população. Porém, com a consciência de que a ATHIS sozinha, seja ela de iniciativa privada ou pública, não solucionará o problema habitacional. Mas sim, as diversas formas e ações em conjunto, dada a proporção do problema, como Maricato aponta quando fala de possíveis soluções e programas habitacionais no Brasil:

Quando mais da metade da população está excluída do mercado em um país industrial como o Brasil, não será uma política fragmentada e pontual, baseada nos famosos “projetos-piloto”, que dará uma solução ao problema da habitação. A produção de grande parte das moradias (e das cidades) se dá sob relações de sobrevivência ou pré-capitalistas, com todas as consequências que essa condição de mercado informal acarreta, num meio onde se banaliza o consumo de bens modernos. (MARIKATO, 2013, p. 129)

Com essa visão, o enfoque dessa pesquisa são as ações da ATHIS desde a sociedade civil. Primeiro, por entender que o problema da moradia no Brasil é complexo e certamente não solucionável com um único tipo de projeto pontual, como aponta Maricato (2013), mas sim com linhas diversas de acordo com a multiplicidade das necessidades habitacionais. Segundo, por ter em mente o que destaca o arquiteto Sérgio Ferro ao comentar o trabalho da Usina e outros semelhantes. Trata-se de manter no horizonte “uma outra prática da arquitetura que pressupõe (antecipa a posição de) outras relações de produção, totalmente contrárias às que vigoram hoje” (VILAÇA et al, p. 27), de modo que “o exemplo da evidente superioridade da produção autogestionária saia da marginalidade em que hoje se encontra e contamine as lutas do setor da construção – e de lá, as de toda a produção”. (idem, p. 28).

Nesse sentido, os diferentes arranjos que trabalham com assessoria e ATHIS desde a sociedade civil organizada são compreendidos, nesta pesquisa, como uma forma de atuação na arquitetura que guarda centelhas de uma transformação mais profunda e estrutural da sociedade. Como preveem os materiais didáticos do PEI-ATHIS do CAU-SC, ATHIS plenamente aplicada envolve formação, mobilização de comunidades e participação na política pública habitacional. Se levarmos em conta todos esses momentos do processo, ganham sentidos as lições da filósofa Bell Hooks:

“resistência que é aleatória e isolada é claramente menos eficaz que aquela que é mobilizada através de práticas politizadas sistêmicas de ensino e aprendizado ” (HOOKS,1994).

No contexto brasileiro ainda não assistimos a uma política nacional de habitação implementada de fato por processos participativos, com envolvimento massivo de organizações populares e técnicas comprometidas, pois no desenho dos últimos dois programas – Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela – coube ao grande empresariado instrumentalizar as necessidades sob forma de produção de mercadorias moradias periféricas. Mas as experiências de países vizinhos como o Uruguai, Argentina e Chile deixam ver que é possível dar escala aos arranjos institucionais análogos às Assessoria e ATHIS.<sup>4</sup> No entanto, já acumulamos desde os anos 1990 uma série de experiências de poder local, em diversas regiões do país, que souberam coordenar políticas públicas orgânicas às redes de movimentos sociais e entidades técnicas<sup>5</sup>. Se chegarmos a viver experiências próximas a essas, será necessário contar com uma ampla rede de atores da sociedade tecnicamente capacitados e politicamente ativos.

Portanto, é fundamental compreender se as ações como ATHIS estão sendo construídas de maneira isoladas e fragmentadas ou politizadas e coordenadas. Para isso, será necessário entender, por exemplo, o repertório de ação dos atores sociais usualmente - ou pelo menos potencialmente - envolvidos, como escritórios populares, associações, ONGs e negócios sociais. Será necessário mapear a origem, o modelo de trabalho e diferentes trajetórias. Entender de onde estão vindo, por que estão sendo construídos esses arranjos e, ainda, se são capazes de dialogar com as comunidades, de pressionar e/ou captar recursos públicos. Obviamente uma dissertação de mestrado não dá conta de responder exhaustivamente tais questões, mas pelo menos avançar em pontos fundamentais. Abaixo listaremos de modo mais preciso e sistemático tais pontos e questões.

---

<sup>4</sup> Vale conferir El camino posible: producción social del habitat en América Latina. O compêndio reúne uma série de experiências no Uruguai, mas também Argentina, Chile, Bolívia e Venezuela, todos países da periferia do capitalismo.

<sup>5</sup> Não é o caso de realizarmos aqui uma lista exaustiva dessas publicações. A respeito do contexto paulistano, boa parte delas estão sistematizadas em publicações de PEABIRU e da USINA. Conferir também a dissertação de Lyzandra Martins. Direito à arquitetura: inventário da produção de assessorias técnicas paulistas. São Paulo: FAU-USP, 2019.

## 1.2 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

### 1.2.1 Objetivo geral

Compreender os diferentes arranjos institucionais e repertórios de ação que atuam com assessoria e ATHIS desde a sociedade civil e, ainda, como os mesmos desenvolvem esse trabalho. Em outros termos, isto significa mapear as iniciativas de arquitetas e arquitetos que obtêm sua sobrevivência da ATHIS desde a sociedade e, compreender os diferentes arranjos institucionais de iniciativas que atuam com assessoria e ATHIS desde a sociedade civil organizada, isto é, que não partam de ações estatais e políticas públicas.

Em termos mais concretos, o objetivo é orientado pelas seguintes perguntas: como arquitetas e arquitetos trabalham com assessoria e ATHIS, isto é, extraem sua sobrevivência desse trabalho? Como organizar-se para trabalhar nessa área? E em que medida cada uma dessas iniciativas contribui ou não para a universalização do direito à moradia e à cidade.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Caracterizar brevemente a construção histórica e legislativa da ATHIS;
- 2) Mapear iniciativas da sociedade civil que atuam com ATHIS, ou seja, apresentar os diversos desenhos institucionais e diferentes formas de trabalho com moradia popular e assistência técnica no contexto brasileiro;
- 3) Levantar com que meios e recursos a iniciativa (ONG, empresa social, escritório popular...) se sustenta no tempo, isto é, garante a sobrevivência dos envolvidos e da instituição;
- 4) Entender que medida cada uma dessas iniciativas contribui com o debate sobre possíveis arranjos institucionais para uma política habitacional que conte com a participação de entidades da sociedade;

- 5) Realizar um estudo mais aprofundado nos arranjos que se destacam entendendo sua forma de organização e atuação;

### 1.3 METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter de análise crítica e pode ser classificada, quanto ao seu nível, como pesquisa exploratória que, segundo Gonçalves (2014), visa à descoberta, ao achado, à elucidação de fenômenos ou à explicação daqueles que não eram aceitos, apesar de evidentes. Gil (2008, p. 41) afirma que esse tipo de pesquisa "têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito".

Dito de maneira geral o trabalho envolveu pesquisa bibliográfica, pesquisa documental com pesquisa empírica e, em seguida, um *estudo de caso*, que segundo Gil pode ser “ caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p. 57-58).

Assim sendo, o trabalho é dividido em três etapas. Na primeira parte deste trabalho, é reconstituída de modo breve a questão da moradia no Brasil em suas relações com a desigualdade ao acesso à terra urbanizada. Nesta etapa de *revisão bibliográfica*, foi realizado o direcionamento teórico, técnico e histórico que serve como base para o trabalho, abordando as concepções conceituais e definições legislativas, bem como a análise do processo histórico de evolução da Lei de ATHIS e sua inexpressiva implementação pelo poder público.

A análise dos dados, nesse primeiro momento da pesquisa concentrou o raciocínio de se entender o todo, sem especificar uma delimitação espacial. Para a compreensão dessa matéria, realizou-se uma revisão sobre a legislação e os direitos à moradia digna como direito humano e do direito à cidade. Em seguida, foi abordada a realidade habitacional no Brasil e o avanço institucional adquirido com a Lei de ATHIS. Além da responsabilidade do Estado Brasileiro, de implementar uma política pública habitacional para depois focar nas ações existentes desde a sociedade civil organizada.

Em seguida, foi realizada uma etapa de *pesquisa de campo*, com a coleta de dados dos arranjos institucionais existentes ligados à prática de ATHIS na sociedade, que serviu para a construção de um panorama nacional. Sabemos que a categorização de tipologias dos arranjos exigiu algumas simplificações, mas que julgamos necessárias para cumprir nossos objetivos.

Realizamos um mapeamento das iniciativas de ATHIS no Brasil, através de informações disponíveis em sites oficiais e recomendações de profissionais da área. Foram mapeadas 76 iniciativas que atuam com assistência e/ou assessoria técnica desde a sociedade civil organizada. Para fins de melhor entendimento dos conceitos utilizados nesta pesquisa, cabe esclarecer o conceito de sociedade civil organizada. Nesse sentido, recorreremos à definição de Putnam (2000) para a sociedade civil organizada, que compreende um conjunto de grupos, organizações e redes formadas por cidadãos engajados. Além disso, segundo Anheier (2014), a sociedade civil organizada se caracteriza pela atuação coletiva em prol de objetivos comuns, utilizando-se de estratégias como advocacy, mobilização social, prestação de serviços, pesquisa e educação.

A partir desses referenciais, podemos compreender a importância da sociedade civil organizada como um ator central no processo de transformação social. A pesquisa proposta visa analisar as iniciativas da sociedade civil organizada, mapeando e compreendendo suas ações, impactos e contribuições para o desenvolvimento social e político. De uma maneira geral, significa também mapear as iniciativas que não partam diretamente do estado e do poder público.

Nesta etapa, além de mapeá-las em um fichamento que será apresentado no segundo capítulo, foram analisados comparativamente os arranjos existentes, isto é, os diferentes desenhos institucionais das iniciativas. Sabemos que o levantamento não foi exaustivo, uma vez que as práticas de ATHIS iniciam e se encerram com recorrência. Todavia, tratou-se de um universo representativo do ponto de vista dos modelos de arranjos, dos atores envolvidos e das regiões do país.

Para fins de categorização das tipologias de arranjos, usamos como base o PEI-ATHIS do CAU-SC, assim como a tese de TIBO (2020), que dividem as práticas da esfera privada, como já exposto na Figura 1 (página 14), em dois grupos de

atuação com ATHIS: no primeiro grupo as práticas de empresas sem fins lucrativos, enfocando a atuação de organizações e associações e no segundo grupo as práticas de empresas com fins lucrativos, que são caracterizadas como de impacto social.

Para além disso, a separação dentro desses grupos se deu pela identificação das próprias iniciativas, ou seja, elas foram categorizadas conforme elas se auto definem. Sendo que as mesmas se identificam como: ONGs, Cooperativas, Escritório Populares e Profissionais Autônomos e Negócios Sociais ou Empresas Sociais. Representando motivações distintas na atuação, possibilitando uma análise das mesmas a partir dessa atuação, da organização de equipes e da operacionalização. Para esclarecer a classificação das iniciativas, para a presente pesquisa, foi utilizado os seguintes grupos e conceitos:

- **ONGs:** as Organizações Não-Governamentais (ONGs) são entidades autônomas do Terceiro Setor, caracterizadas por sua natureza pública e atuação em áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras. Distintas das demais entidades sem fins lucrativos do Terceiro Setor, as ONGs se destacam por produzirem bens ou prestarem serviços de interesse geral da sociedade, complementando as ações governamentais. Tenório (2004, p. 11)<sup>6</sup> incorpora o conceito de finalidade pública em sua definição de ONG, delimitando-a como "organizações sem fins lucrativos, autônomas, ou seja, sem vínculo com o governo, voltadas para atender às necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado".
- **Cooperativas:** No Brasil, as cooperativas são regulamentadas pela Lei nº 5.764<sup>7</sup>, de 1971, conhecida como Lei Geral das Cooperativas. Tal lei define as cooperativas por princípios como adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade. Sendo composta por pessoas que trabalhando coletivamente, ou seja, com uma ação

---

<sup>6</sup> TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Gestão de ONGs:** principais funções gerenciais. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>7</sup> Lei nº 5.764 que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm)>



conjunta e objetiva na coordenação de todos envolvidos nos serviços e busca a obtenção de um resultado comum a todos.

- **Escritório popular:** escritórios de arquitetura e urbanismo com uma atuação não tradicional da profissão, levando em consideração a notável e reveladora pesquisa do CAU de 2015 que demonstra que os arquitetos atendem majoritariamente as pessoas de maior escolaridade e classe social<sup>8</sup>. Ou seja, os escritórios populares de arquitetura e urbanismos são os que vão na contramão desta prática hegemônica e que atendem as demandas do terceiro setor. Escritórios populares se diferenciam de negócio social pelo tempo de atuação (são um modelo de trabalho mais consolidado) e pelo repertório de ação.
- **Negócio social/empresa social:** Trata-se de um fenômeno mais recente. Segundo Artemísia (2019, s.p.), as iniciativas de empreendimento com impacto social “oferecem de forma intencional soluções escaláveis para problemas sociais e ambientais enfrentados pela população de baixa renda”. Ainda segundo Artemísia, deve existir uma intenção explícita de causar impacto social através de empreendedores éticos e responsáveis, sendo que o foco da iniciativa deve ser pautado em função das características e das necessidades da população de baixa renda.

A partir dessas categorias foi realizado o fichamento das iniciativas, que se encontra completo no APÊNDICE B, em seguida foi realizada uma segunda etapa de aplicação de *questionário online*, enviado a todas as iniciativas e arranjos mapeados. O questionário tinha como objetivo entender onde estes arranjos atuam, quantos arquitetos e urbanistas trabalham, qual a forma de atuação e remuneração existentes, além do envolvimento com órgãos públicos ou não. Ainda nesta etapa, foi identificado os maiores desafios e potencialidades destes.

Para analisar as respostas do questionário online foi utilizado o método de estatística para as perguntas fechadas e para as perguntas abertas foi feito análise

---

<sup>8</sup> A pesquisa mostrou que apenas 26,2% da população economicamente ativa com nível superior construiu ou reformou com um arquiteto e urbanista. Sendo que, para a população com nível de escolaridade fundamental esse índice é de apenas 9,50%. Já entre as pessoas de classe A sobe para 55,30%. Disponível em: < <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>.

de conteúdo. O questionário completo encontra-se no APÊNDICE C – *Questionário online aplicado - Arranjos existentes que trabalham com ATHIS*.

Assim como o mapeamento, a análise do *questionário online* enviado será apresentada por completo no segundo capítulo. No total foram analisadas as 28 iniciativas, que são os que responderam ao *questionário online*. Sendo que destas, 02 arranjos que foram realizadas entrevistas online, que são a ONG Soluções Urbanas e a ONG Peabiru.<sup>9</sup>

A partir do mapeamento geral dos arranjos existentes e do questionário online, foi possível ter uma compreensão global do cenário nacional e identificar o que deveria ser analisado na próxima etapa da pesquisa. Dessa forma, optou-se por um estudo mais aprofundado das atuações dos negócios sociais, com destaque para o caso da Nova Vivenda, devido à sua forte e crescente atuação na área, identificado nos resultados do mapeamento. Além disso, foi selecionada uma iniciativa mais complexa e antiga, a assessoria técnica da Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, uma ONG, a fim de traçar contrapontos e observar as diferenças na atuação.

Então, o final do segundo capítulo da pesquisa se dedica ao aprofundamento dos aspectos da Nova Vivenda, para o qual foram utilizadas diversas estratégias metodológicas. Foi realizada uma entrevista presencial com uma arquiteta e urbanista franqueada da rede, vinculada à causa do Nova Vivenda, bem como participação em palestras tanto do instituto Nova Vivenda quanto de outros negócios sociais filiados a ele. Houve também uma conversa com uma coordenadora do Nova Vivenda responsável por dialogar com arquitetos e urbanistas interessados em filiar-se à causa, em que a pesquisadora assumiu o papel de arquiteta interessada em estabelecer essa parceria, visando compreender todas as etapas e o funcionamento da filiação.

O terceiro capítulo é onde ocorre o *estudo de caso*. Esse tem como objetivo aprofundar a análise do cotidiano desta iniciativa que se avalia entre as mais avançadas do país. Nesse capítulo, ainda a ser desenvolvido, avançaremos no

---

<sup>9</sup> Além disso, cabe dizer que para uma maior aproximação e estudos a autora participou como ouvinte do curso realizado pela Peabiru e pela Tabuá chamado "Como se constrói um arquiteto popular?". E também fez o curso da ONG Soluções Urbanas, chamado "ATHIS para Melhorias Habitacionais em Favelas", ministrado pela Mariana Estevão, onde é ensinado a metodologia do Projeto Arquiteto de Família.

conhecimento sobre as metodologias e o modelo organizacional que tornaram possíveis a combinação entre trabalho e luta desenvolvidos pela Peabiru.

Para isso serão realizadas visitas e coleta de dados *in loco*, registros fotográficos e entrevistas, com perguntas fundamentais para compreender as etapas do trabalho, organização interna deste arranjo e as relações de vínculo e envolvimento das comunidades ou famílias atendidas e até o envolvimento existente com o poder público.

A metodologia utilizada na pesquisa de campo, a observação participante, é uma abordagem qualitativa de pesquisa em que o pesquisador se envolve ativamente com o objeto de estudo. A ideia é obter uma compreensão mais profunda da realidade social e cultural dos indivíduos ou grupos observados. Antônio Gil (2008) associa a observação participante à coleta de dados de pesquisa etnográfica, sobre a qual afirma:

“O pesquisador que se dispõe a realizar uma pesquisa etnográfica assume uma visão holística com vistas a obter a descrição mais ampla possível do grupo pesquisado. A descrição pode incluir múltiplos aspectos da vida do grupo e requerer considerações de ordem histórica, política, econômica, religiosa e ambiental. Os dados obtidos, por sua vez, precisam ser colocados numa perspectiva bem ampla para que assumam significado. Por outro lado, é preciso garantir que os resultados da pesquisa privilegiem a perspectiva dos membros do grupo investigado.” (GIL, 2008, p. 127).

Nesta metodologia, o pesquisador se integra ao ambiente estudado, observando e participando das atividades, interagindo com os participantes e registrando suas observações em relatórios detalhados ou em registros audiovisuais. A observação participante permite ao pesquisador obter informações de primeira mão, além de permitir uma análise mais profunda das interações sociais, da cultura e das práticas dos participantes.

De acordo com Cecília Minayo, a observação participante é como um processo no qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social com o objetivo de realizar uma investigação científica. O pesquisador estabelece uma relação direta com seus interlocutores, participando da vida social deles, a fim de compreender o contexto da pesquisa. Portanto, o observador faz parte do contexto e interfere nele, assim como é influenciado por ele (MINAYO, 2013, p. 70).

Esta metodologia é amplamente utilizada em pesquisas nas áreas de antropologia, sociologia, ciência política, entre outras. Em resumo, a metodologia de pesquisa de campo com observação participante é uma abordagem que permite ao pesquisador obter uma compreensão mais profunda da realidade social e cultural dos indivíduos ou grupos observados.

E assim, ao final, é demonstrado sobre a operacionalização do mesmo e entender suas principais características de atuação que demonstram: 1) como este supera as precariedades cotidianas e conseguem se manter enquanto organização; 2) em quais redes de atores se inserem – entidades técnicas, associações; 3) como se relacionam com o poder público.

Para descrever a metodologia utilizada nos registros na etapa de pesquisa de campo e sistematização dos dados apresentados, tem-se a seção 3.2.2 Formas de registro e sistematização dos dados apresentados. Além disso, cabe avisar que para preservar a identidade dos indivíduos, este trabalho utiliza nomes fictícios para se referir aos entrevistados, famílias, participantes do mutirão, das associações de moradores e parceiros que participam de trabalhos com a ONG Peabiru. Isso ocorre a partir do momento em que os relatos são apresentados e qualquer informação que possa identificar diretamente a pessoa é omitida. Essa prática segue as diretrizes éticas recomendadas pelos comitês de ética em pesquisa e visa proteger os entrevistados.

Para concluir, em cada seção do trabalho em que são apresentados os principais aspectos de atuação da ONG Peabiru, procurou-se apresentar um balanço com o caso do negócio social Nova Vivenda. Apontando assim aspectos das iniciativas de assessoria e ATHIS, relacionando as suas diferentes formas de atuação, destacando semelhanças e diferenças entre elas.

#### 1.4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para desenvolver o estudo proposto, foi elaborada uma revisão bibliográfica primeiramente dos autores referenciais aos temas mais recorrentes da pesquisa (como direito à moradia, desigualdade socioespacial e direito à cidade), tanto em meio

físico (livros) como em meio digital (dissertações, teses, artigos científicos, websites e livros digitais).

Após esta etapa, realizou-se uma revisão bibliográfica em torno do histórico, dos avanços e limites da lei de ATHIS. A revisão não teve um caráter exaustivo, certamente há gerações e gerações de trabalhos competentes sobre a assessoria e ATHIS. Como será visto adiante, foram-nos de grande utilidade os trabalhos de João Marcos Lopes (2011), Caio Santo Amore (2005), Pedro Arantes (2008), Isadora Guerreiro (2019), Fernanda Simon Cardoso (2021), Rafael Pereira (2018) e Ícaro Vilaça (2016).

Além deste material, a presente pesquisa vale-se ainda de duas pesquisas, um doutorado e um mestrado. A tese de doutorado intitulada “O dispositivo disciplinar da arquitetura nas práticas autoconstruídas” (TIBO, 2020), e a dissertação de mestrado “Aplicabilidades da assistência técnica: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei nº 11.888/2008 no contexto atual”, (SANTOS, 2020), que são os estudos que mais se aproximam do tema desta pesquisa e que estão referenciadas na bibliografia dos textos lidos.

A tese de doutorado de Tibo, cujo objetivo é entender como são acionados os dispositivos da arquitetura na produção e provisão habitacional. Para isso, considerando as formas de atuação da ATHIS, a tese analisa de maneira geral quatro grupos de atuação com ATHIS que são úteis para nossa classificação dos modos de atuação da sociedade civil.

1. Práticas da amarra acadêmica, por meio de grupos de pesquisa e extensão;
2. Práticas do Estado, por meio de políticas públicas coordenadas e mais contínuas no tempo
3. Práticas de empresas, enfocando a atuação de organizações e associações sem fins lucrativos;
4. Práticas de empresas com fins lucrativos (que são caracterizadas como de impacto social).

A tese faz uma análise comparativa destas quatro formas de atuação de maneira geral. Na mesma linha de pesquisa, há a dissertação de mestrado, que estuda um exemplo de cada uma dessas mesmas quatro modalidades de atuação; considerando os exemplos estudados como práticas com “resultados expressivos e de bom impacto tanto para os profissionais técnicos envolvidos quanto para os

beneficiários” (SANTOS, p. 24. 2019). Indica-se a leitura destas pesquisas, principalmente, para aprofundar-se nas semelhanças e diferenças entre os modelos de ATHIS existentes. Uma vez que esta pesquisa irá focar apenas no estudo das práticas que provém da sociedade civil, expresso aqui como as práticas que provêm da esfera privada – sejam elas com ou sem fins lucrativos.

Destaca-se também o estudo da dissertação de mestrado encontrado no Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), intitulado “Assessoria técnica em arquitetura e urbanismo do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades: o caso da Fábrica Urbana (São Paulo)” (NUNES, 2017), que também está referenciado na bibliografia dos textos lidos. Este estudo foca em assessorias técnicas e convém como base, principalmente, pelo objetivo similar de investigar o papel das assessorias técnicas, mas de atuações com movimentos de luta por moradia no programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-Entidades). E principalmente para um estudo da metodologia usada para a abordagem qualitativa exploratória e estudo de caso em dois projetos específicos.

Além destes trabalhos já citados, outra dissertação de mestrado contribuiu para nossos objetivos. A pesquisa investiga a relação da Lei da ATHIS e o direito humano à moradia digna, por meio da destinação de 2% da receita anual dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU) no Brasil (AMIRATI, 2019) e outra que elabora um “manual” de orientação em formato Prezi, para à expansão da discussão e disseminação de informações da ATHIS.

Deste modo, entendeu-se que era possível explorar lacunas de conhecimento sobre a atual produção e o trabalho com ATHIS que não parte diretamente do estado e do poder público, principalmente se considerarmos o crescimento eminente de debates e investimentos das entidades representativas (CAUs e IABs) sobre o mesmo. Então é nesta linha que se concentra este trabalho: entender o trabalho com ATHIS que está sendo desenvolvido e estimulado desde a sociedade e entender a ligação destes arranjos com o avanço do direito à moradia.

## **2 ASSESSORIA E ATHIS: DA "FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO" AOS DIAS SEQUINTE DA LEI DE ATHIS**

Neste capítulo será primeiramente apresentado um breve histórico do avanço do direito à moradia para entendermos a trama deste com a ATHIS. Depois seguiremos para uma análise comparativa da implementação da ATHIS quanto às demais políticas públicas, focando nas suas repercussões no acesso à moradia, à terra urbana e à redução das desigualdades socioespaciais. Além disso, será apresentado o contexto recente da COVID-19 e de como a pandemia evidenciou a crise sanitária nacional e levantou ainda mais o debate sobre a ATHIS, demonstrando a relação entre saúde e o acesso à moradia digna. E é dentro desse cenário que cresce essa nova conjuntura profissional, de arquitetos e urbanistas buscando meios e alternativas de trabalhar com a população de baixa renda em prol do direito à moradia. Deparando-se, infelizmente, com a realidade da falta de investimento do setor público para a implementação da ATHIS, o que faz com que estes profissionais busquem e idealizem diferentes arranjos para exercer sua função social.

Depois o capítulo mostra, através de um mapeamento dos diversos arranjos e iniciativas, o cenário nacional dos arranjos que atuam com ATHIS desde a sociedade civil organizada. E também a análise dos dados alcançados através da pesquisa de campo e da aplicação de um *questionário online*. Expondo algumas análises obtidas sobre esse campo de trabalho.

Por fim, este capítulo se concentra em um estudo mais aprofundado da atuação de um negócio social, a Nova Vivenda. A escolha se deu pelo destaque que este arranjo apresentou nos dados obtidos no mapeamento. Foi possível identificar um número significativo de negócios sociais atuantes no Brasil, todos surgidos nos últimos cinco anos e muitos vinculados ao Nova Vivenda. Dessa forma, considerou-se importante aprofundar o entendimento sobre essa prática e avaliar, conforme um dos objetivos específicos da pesquisa, se ela pode se aproximar de um arranjo capaz de vincular-se com políticas públicas e contribuir para uma política habitacional que conte com a participação de entidades da sociedade.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO DE AVANÇOS INSTITUCIONAIS DO DIREITO À MORADIA VIA ATHIS E ASSESSORIA TÉCNICA

Desde 1948, o direito à moradia foi reconhecido como pressuposto para a dignidade humana na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar disso, há um abismo entre o reconhecimento e a prática.

A luta por moradia digna no Brasil ganhou ainda mais força em 1976, por conta do Programa Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica (ATME), coordenado pelo arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva. Esse programa é considerado o primeiro movimento normativo na direção da implantação de uma política pública de assistência técnica em relação à moradia.

Esse período foi marcado pelas políticas de autoconstrução estimuladas e conduzidas pelo Banco Mundial e pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) (ROSSETTO, 1993). O Banco Nacional de Habitação (BNH) incorporou a prática da autoconstrução com a instituição dos “programas alternativos” que ofereciam uma habitação incompleta – “embriões” ou lotes urbanizados. Valladares (1983) denomina esse período de “quarto período”, em que a criação de programas alternativos do BNH lançou o Promorar, um programa de urbanização de favelas, de tramas saneadas com núcleo de habitação e autoconstrução assistida, acessível para as populações de baixa renda.

Na década de 1980, surgiram as iniciativas lideradas por movimentos sociais, desenvolvendo-se, dessa forma, experiências de assistência técnica com práticas de autogestão. Em 1984, foi criado o programa nacional de autoconstrução assistida “João-de-barro”, destinado às famílias com renda inferior a 1,5 salários mínimos (VALLADARES, 1983).

Em 1990, por meio de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), iniciaram-se as extensões universitárias que atuavam em experiências de assistência técnica junto às comunidades de baixa renda. Nos anos 2000, a moradia digna tornou-se um direito social garantido constitucionalmente a partir do capítulo sobre política urbana na Constituição Federal Brasileira; em 2001, com a aprovação do Estatuto da



Cidade<sup>10</sup>, ocorreu a regulamentação da política urbana prevista na Constituição Federal Brasileira, dispondo de um instrumento para a aplicação de assistência técnica e jurídica gratuita para comunidades de baixa renda:

Com o Estatuto da Cidade, que regulamentou a seção de Política Urbana, o plano diretor tornou-se um instrumento indispensável no ordenamento urbano e a participação passou a ser obrigatória na sua elaboração. De certa forma, pode se dizer que a Constituinte “municipalizou”, através dos planos diretores, a maneira como a propriedade urbana deve ser utilizada socialmente [...]. Ao menos na retórica, a gestão democrática, em diversas áreas de políticas públicas, em especial na urbana passou a ser um desafio na agenda pública do Estado brasileiro, criando-se espaços, mecanismos e comportamentos democráticos que apontaram para uma mudança na cultura política brasileira (BONDUKI, 2009, p. 177).

Em 2003, criou-se o Ministério das Cidades, que financiou e coordenou as políticas públicas relacionadas à produção habitacional, regularização fundiária, transporte, mobilidade e saneamento (BONDUKI, 2008). Outro marco na luta por moradia digna é Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)<sup>11</sup>, criado em 2005, responsável por fundos de habitação, conselhos e planos que detalham a política de habitação e a estratégia para o atendimento das necessidades habitacionais (BRASIL, 2005).

Tudo isso culminou em 2008, com a aprovação da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)<sup>12</sup>. A ATHIS foi criada pelo arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz da Silva, prevendo projetos e moradia digna para famílias de baixa renda. Essa lei garante que famílias com renda de até três salários mínimos, em áreas urbanas ou rurais, recebam assistência técnica pública e gratuita, prestada por profissionais habilitados para a elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, podendo contar com reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias (BRASIL, 2008).

Importante ressaltar que no ano que a Lei de ATHIS foi sancionada, foi criado também o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) para efetivar esta política, que continha o planejamento estratégico e a proposta dos instrumentos com metas para os 15 anos seguintes. Além disso, a estrutura de programas habitacionais era

---

<sup>10</sup> Estatuto regulamentado pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

<sup>11</sup> Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

<sup>12</sup> Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

composta por nove Programas Habitacionais diferentes<sup>13</sup>, que continham fontes de recursos separadas<sup>14</sup> e mais quatro Ações de Apoio<sup>15</sup> vinculadas ao FNHIS. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

Com esse cenário de multiplicidade de programas era possível englobar diversas demandas habitacionais e cada demanda era relacionada a um programa específico, com as fontes de recursos e formas de atuação específicas. Demandas como: construção de nova moradia ou conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional; aquisição de habitação nova; aquisição de habitação usada; requalificação de imóveis urbanos; aquisição de material de construção; aquisição e produção de lotes urbanizados até a urbanização de assentamentos precários e desenvolvimento institucional.

A Assistência técnica, na época, estava vinculado diretamente à chamada de Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Modalidade Assistência Técnica, e esta utilizava recursos do FNHIS. Além desse programa específico, haviam outras ações de apoio que, em seus escopos, falavam sobre a possibilidade do trabalho com assistência técnica (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

Seguindo o panorama histórico, em 2009 assistimos à criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>16</sup>, mudando os rumos do planejamento amplo e diversificado do PlanHab. Como lembra Colosso (2019), é preciso entender o Minha Casa Minha Vida no contexto de políticas contracíclicas de recuperação econômica no pós-crise global de 2008, no qual os setores da construção civil e construção pesada foram considerados setores estratégicos, justificativa para a alocação de amplos recursos e subvenções. Nesse sentido, cerca de 98% dos recursos foram destinados a uma acelerada produção de unidades habitacionais novas, cuja

---

<sup>13</sup> São eles: Programa Intervenções em Favelas; Carta de Crédito Associativo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat– PBQP-H; Carta de Crédito Individual; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH; Programa Crédito Solidário; Programa de atendimento Habitacional através do Setor Público – PRÓ-MORADIA;; Programa de Apoio à Produção de Habitações; e Programa de Arrendamento Residencial – PAR

<sup>14</sup> Orçamento Geral da União (OGU); Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

<sup>15</sup> Programa Intervenções em Favelas; Carta de Crédito Associativo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat– PBQP-H; Carta de Crédito Individual; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH; Programa Crédito Solidário; Programa de atendimento Habitacional através do Setor Público – PRÓ-MORADIA;; Programa de Apoio à Produção de Habitações; e Programa de Arrendamento Residencial – PAR

<sup>16</sup> Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

localização e projeto ficavam a cargo de empresas. Apenas 2% do programa foi destinado aos arranjos societários que envolveram participação ativa da sociedade civil organizada. A literatura especializada reconhece que, com tal desenho, o MCMV contribuiu em grande medida para a reprodução da periferização e para ondas de especulação imobiliária. Nos termos de Maricato e Colosso (2020), o MVCMV foi elemento importante de um modelo de "neodesenvolvimentismo anti-urbano".<sup>17</sup>

De nossa parte, vale destacar que tais processos enfraqueceram o SNHIS e fragilizou a ação de ATHIS, visto que os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) se tornaram escassos (BRASIL, 2009). No ano seguinte, em 2010, foram estabelecidas as atribuições do profissional arquiteto e urbanista com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)<sup>18</sup>, incluindo a ação de ATHIS como uma de suas responsabilidades (BRASIL, 2010), ou seja, a responsabilidade de promoção de ações capazes de solucionar a problemática do déficit habitacional do Brasil.

Dentro dessa perspectiva, enfatiza-se a fala de Alfredo Brillembourg - arquiteto e urbanista venezuelano, fundador do Urban-Think Tank (U-TT) - na palestra "O que é mesmo periferia?" proferida na Semana Aberta UIA2021RIO:

Frampton nos ensina muito claramente que a obra de arquitetura com 'A' maiúsculo só é possível com um programa social. A arquitetura é feita para criar novas utopias sociais [...] Para ter relevância (a arquitetura) deve responder a sua geração e nesse momento o problema é a desigualdade social. Se quiser ser um arquiteto relevante, terá que fazer algo com impacto social. (BRILLEMBOURG. 2021)

Por fim, mais recentemente, em 2017, a Lei de Regularização Fundiária Urbana (REURB)<sup>19</sup> foi aprovada, regularizando um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos

---

<sup>17</sup> Vale conferir SHIMBO, L et. al(org). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015. Conferir também SÍGOLO, Leticia. *Boom imobiliário na metrópole paulistana – o avanço do mercado formal para a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial*. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2014. Também em COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. Tese de doutorado – Departamento de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. E ainda em MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. "As cidades são centrais para o bem-estar social: especificidades da produção do espaço urbano no Brasil". In: Brasil: estado social contra a barbárie. São Paulo: ed Perseu Abramo, 2020, p. 277-300

<sup>18</sup> Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

<sup>19</sup> Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes (BRASIL, 2017). Sendo assim, em nível de leis e regulamentação, o profissional de arquitetura e urbanismo e todos os demais profissionais que trabalham na promoção do direito à cidade e à moradia estão respaldados, desde uma perspectiva jurídica, para trabalharem com a população de baixa renda e se tornarem cada vez mais responsáveis por planos e projetos capazes de resolver a problemática do déficit habitacional. O que ainda falta, para além da criação de leis mais deliberativas, é a efetivação das já existentes, e o conhecimento, tanto dos profissionais quanto da população em geral, sobre essas ferramentas legais.

Na próxima seção, comparamos a ATHIS com as demais políticas públicas de habitação, nas suas repercussões no acesso à moradia, à terra urbana e à redução das desigualdades socioespaciais. Isso para demonstrar e justificar ainda mais a importância de um maior foco e luta pela implementação da ATHIS dentro do cenário nacional.

### **2.1.1 Benefícios da implementação da ATHIS: um comparativo com demais políticas públicas habitacionais**

No campo jurídico e institucional, houve avanço no reconhecimento do direito à cidade e à moradia digna, resignando um marco jurídico para o enfrentamento das mazelas urbanas, especialmente aquelas relacionadas à moradia irregular e à ausência de infraestrutura. Mesmo assim, são poucos os profissionais de arquitetura e urbanismo que se envolvem nesse trabalho e são poucas as prefeituras que agem para promover um avanço nesses direitos. Hoje, há uma maior movimentação da sociedade civil organizada, por meio de movimentos sociais, nessa busca que é cada vez mais urgente. Segundo Harvey (2013):

A democratização desse direito e a construção de um amplo movimento social para fazer valer a sua vontade são imperativas para que os despossuídos possam retomar o controle que por tanto tempo lhes foi negado e instituir novas formas de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; do contrário, não será nada (HARVEY, 2013, s. p.).

Conforme Harvey (2013) e Lefebvre (2001) apontam, a busca pelos direitos através de movimentos sociais faz parte de lutas por democratização. O reconhecimento jurídico do direito à moradia e à cidade nas últimas décadas criou

bases para novas reivindicações e fomentou o crescimento desses movimentos urbanos que possibilitam uma luta comum de transformação social. Destacam-se as manifestações contra a privatização de espaços públicos, contra a gentrificação e as organizações que lutam por moradia digna.

De acordo com o livro *Um país chamado favela*, da Central Única das Favelas (CUFA) e do Instituto de Pesquisa Data Favela, escrito por Celso Athayde e Renato Meirelles (2014), o Brasil possui 12 milhões de pessoas vivendo em periferias. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010, identificou 6.329 favelas em todo o país, localizadas em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Sabe-se que pela lógica neoliberal que sustenta a sociedade e a construção de centros urbanos, esses números tendem a aumentar. Por isso, faz-se cada vez mais necessário olhar para essa realidade e trabalhar em prol de sua mudança. Num geral, a rede de atores em busca do direito à moradia hoje é formada, principalmente, por cooperativas, ONGs e associações, escritórios populares e sociais e até pessoas que, por si só, representam essa luta, como Carmen Silva<sup>20</sup>.

Essas organizações da sociedade civil surgem como forma de combater o modo de operar das ações governamentais, que também agem na questão da moradia. De acordo com Bastos e Gomes (1994), as ações governamentais eram definidas pelo seu caráter paternalista e clientelista, sendo projetos, quase que exclusivamente, destinados a melhorias pontuais reivindicadas pelos próprios moradores, mas que não passavam por definições de demandas e diagnósticos anteriores. Essas ações causavam a melhoria de problemas pontuais, não suprimindo as necessidades desses moradores, uma vez que elas são, em geral, estruturais e demandam diagnósticos amplos e projetos mais articulados.

A princípio, é a partir dessa visão macro da problemática habitacional que quem atua com a ATHIS, seja pelo poder público ou pelas ONGS, associações, escritórios populares e cooperativas, organiza seus trabalhos. A falta de ações governamentais fomentou a participação da população local como uma forma de garantir a consolidação dos projetos ali executados, os conhecidos processos participativos. Para tanto os movimentos populares como o governo precisaram aprender a atuar de

---

<sup>20</sup> Carmen Silva faz parte da Liderança do Movimento Sem-Teto do Centro, uma luta organizada e mobilizada para famílias sem-teto em busca de moradia digna no Centro de São Paulo, apresentando uma luta e movimento diferentes das demais organizações, mas com uma representatividade importante no que diz respeito à conscientização da população sobre os direitos à moradia digna.

maneira inédita, e assim surgiu o intermediador, no caso das assessorias em habitação de interesse social: o arquiteto e urbanista. Como podemos ver a seguir:

Para que houvesse um processo participativo significativo, fazia-se necessário superar a distância histórica existente entre o governo do Estado e as organizações comunitárias, a fim de que houvesse um diálogo efetivo entre as duas partes. Do lado dos movimentos dos moradores, isso implica superar a tradição reivindicativa e assumir uma postura propositiva, incorporando outras responsabilidades. Do lado do governo, era preciso aceitar um envolvimento ativo da comunidade local no processo. Para tanto, foi importante a existência de um intermediador para interagir com a comunidade, receber e sistematizar as demandas, e identificar os caminhos mais adequados dentro do governo para o encaminhamento de cada um dos pontos apresentados (ALIANÇA DAS CIDADES, 2008, p. 46).

Desse modo, as organizações passaram a atuar como uma forma efetiva de diálogo entre as comunidades locais e as instâncias governamentais, contando, inclusive, com técnicos de diversas áreas que compreendem e resolvem a questão da habitação de maneira mais ampla. A atuação dessas organizações, que continham arquitetos e urbanistas como intermediadores, junto à sociedade civil define um melhor diálogo e abertura política com o governo, responsável por financiar a execução dos projetos.

A participação da população local passa a ser fundamental devido ao próprio reconhecimento das necessidades locais, que em um primeiro momento são “[...] reivindicações de serviços básicos, tais como luz, água, transporte, atendimento médico, escola etc. Esses movimentos obrigam o Estado a tomar conhecimento das condições de vida da população [...]” (BASTOS; GOMES, 1994, p. 119). Posteriormente, com o acesso dos agentes locais a conhecimentos técnicos, graças à interação e ao auxílio dos profissionais envolvidos em seus projetos, as reivindicações se tornam mais específicas e abrangentes.

A legitimação e os bons resultados desses processos urbanos participativos são frutos da conscientização da população local sobre seu papel como agente importante nas ações executadas. A autogestão dos projetos também é a possibilidade de consolidação da cidadania dos moradores das favelas, uma vez que, além de proprietários dos meios de atuação no espaço em que moram, passam a se perceberem como agentes das ações do Estado e, principalmente, merecedores das ações públicas, sendo uma forma de consciência promissora na mudança da realidade da população local.

As experiências autogestionadas para a adequação de moradias em áreas de favelas “[...] conseguem provar aos órgãos públicos que a população tem condições de construir com seus próprios braços casas mais baratas, em condições de habitabilidade e com a beleza possível que também faz parte do imaginário do povo pobre” (BONDUKI, 1992, p. 9). Impulsionados por essa visão, crescem as ações de ATHIS no país. Contando inclusive com um apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo( CAU), que desde 2017 dedica 2% de seu orçamento para apoiar ações desse tipo em todo o Brasil. Além das prefeituras, há as associações, cooperativas, escritórios populares e ONGs, que possuem como missão trabalhar com a ATHIS e mitigar a falta de moradia.

Partindo das análises levantadas, agora almeja-se focar em aspectos que a ATHIS traz quanto a suas repercussões no acesso à moradia, à terra urbana e à redução das desigualdades socioespaciais. Segundo pesquisa realizada pelo CAU em 2015, mais de 85% dos brasileiros constrói sem a supervisão ou auxílio de um profissional arquiteto ou engenheiro<sup>21</sup>. Ou seja, a autoconstrução habitacional, sem nenhum tipo de assessoria profissional é uma imposição histórica cultural no Brasil, especialmente para a população de baixa renda. E a ATHIS é uma das propostas de trabalho e de política habitacional que leva esse dado em consideração, tomando partido dele nas suas propostas e ações, pois é a ATHIS que estima atender essa população que nunca pensou em contratar um arquiteto e urbanista.

Além disso, garantir o direito à moradia e fazer cumprir a função social da propriedade é um dos papéis do Estado, previsto constitucionalmente. Porém, como afirma Nunes (2017), trazendo a análise de Engels (2015) para o Brasil atual, “não é interesse do capital sanar o problema da habitação, a permanente demanda habitacional é uma condição do sistema capitalista” (NUNES, 2017, p. 29). Assim, não há como a solução do problema da moradia fazer parte do ciclo capitalista. Esse é o caso do PMCMV, quando envolve grandes construtoras na resolução de uma problemática, que elas mesmo ajudaram a criar, e assim criam-se novos problemas.

É inegável que o PMCMV produziu, em volume, muitas residências, e pode-se afirmar que foi a política pública habitacional mais amplamente aplicada no território nacional. As metas estabelecidas foram alcançadas e até mesmo superaram os

---

<sup>21</sup> A pesquisa completa está disponível no site oficial do CAU. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroi/>. Acessada em 30/04/2021.

100%, pois o PMCMV foi incorporado ao PAC, tornando-se prioritário na agenda governamental. Como mostra o último Relatório de Avaliação Programa Minha Casa Minha Vida, desenvolvido pelo Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda e Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, publicado em dezembro de 2020:

O programa é a principal política de acesso à moradia, principalmente para o público de renda mais baixa, tendo desembolsado mais de R\$ 223,2 bilhões de reais a preços de 2019, entre subsídios públicos (benefícios financeiros e tributários) e privados (financiamentos do FGTS com descontos), na produção habitacional. [...] Ao longo do programa, foram mais de 6 milhões de UHs contratadas e mais de 5 milhões em entregas, que se distribuíram de forma não homogênea entre as regiões do País. (BRASIL, ANO, p. 78).

Porém, é igualmente inegável, que a segregação espacial e o acesso à terra urbana não foram solucionados pelo PMCMV, que justamente por cair na lógica do capital, como apresentado acima, faz com que muitas construtoras buscassem no baixo valor da terra o seu lucro para construção. Contribuindo com a segregação espacial dessas famílias de baixa renda. Garantindo assim, apenas parcialmente o direito à moradia, considerando que o direito pleno à moradia compreende também o direito à cidade. Como mostram as diretrizes do direito à moradia, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à moradia também engloba a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos<sup>22</sup> e a localização adequada<sup>23</sup>.

Outro fator é a adequação cultural, que quando os movimentos sociais e a população beneficiada com o PMCMV não costumam participar do projeto, ação e construção, essas acabam por não expressar a identidade, as necessidades singulares, os anseios coletivos e comunitários por participação, tampouco a diversidade cultural dos moradores. Reproduzindo em uma política pública, uma lógica de mercado, sendo essa uma das críticas do programa, como descrito por Loureiro, Macário e Guerra:

---

<sup>22</sup> Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos: A moradia deve ser conectada às redes de água, saneamento básico, gás e energia elétrica; em suas proximidades deve haver escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer e devem estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros.

<sup>23</sup> Localização adequada: Para ser adequada, a moradia deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social. Ou seja, nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados, farmácias, correios, e outras fontes de abastecimento básicas. A localização da moradia também deve permitir o acesso a bens ambientais, como terra e água, e a um meio ambiente equilibrado.



Todavia, esse arranjo institucional não se mostrou politicamente legitimado, na medida em que atores sociais relevantes na área, como os movimentos populares e os grupos organizados de especialistas em temas urbanos, não têm tido suas demandas contempladas. O PMCMV está orientado pela lógica empresarial e econômica de curto prazo e não inserido em uma política efetivamente estrutural de planejamento e de reforma urbana que, mesmo exigindo uma perspectiva temporal de longo prazo, é indispensável para melhorar a qualidade de vida nas cidades, como reivindicam os especialistas da área e grupos sociais envolvidos. (LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA. 2015, p. 21).

Essas são duas grandes diferenças que o PMCMV tem com a ATHIS. Enquanto a ATHIS continua sendo, como uma solução de política pública habitacional, muito inexpressiva em volume e aplicação, há aspectos positivos quanto à autonomia da população e quanto à qualidade do espaço produzido.

A ATHIS conta com a participação de agentes sociais locais, movimentos sociais e por vezes trata a autoconstrução, prática já existente dentro dessa realidade social, como um caminho para solução e possível execução. A ATHIS tem a capacidade de mostrar a força da construção coletiva, transformando em realidade processos cooperativistas e autogestionários que são base de atuação até hoje, como manifesta Caio Santo Amore (2017):

O trabalho de assessoria a movimentos sociais e a tais populações, prestado por grupos de professores e estudantes ligados à universidade, por associações de profissionais ou por profissionais autônomos das áreas da arquitetura e urbanismo, direito e trabalho social, ajuda a constituir esse campo teórico e prático. Planos populares, projetos alternativos, análise de documentos, contra-laudos, participação em negociações com os agentes públicos e privados são formas de apropriação e redefinição de técnicas frequentemente utilizadas na chave do “discurso competente”, como ensinou Marilena Chauí. O apoio a ocupações, por sua vez, permite que estratégias de consolidação sejam estabelecidas, permite prever um futuro de regularização fundiária, garantir condições adequadas de habitabilidade e contribuir para a organização política de base, diante da mobilização de massa em torno da moradia. São ações urgentes e necessárias, em um momento em que as audiências públicas, conselhos gestores e demais espaços públicos institucionalizados de mediação e negociação de conflitos são esvaziados de sentido, já não respondem às necessidades de instauração do “dissenso” como possibilidade de construção política (AMORE, 2017, p.03).

Outro aspecto positivo da ATHIS, pensando em uma política pública habitacional caso fosse amplamente aplicada, é que ela não agrava a situação da segregação espacial, ela atende à demanda habitacional onde ela se encontra hoje, sem desterritorialização. Enquanto o PMCMV, por exemplo, realoca a população para terrenos cada vez mais distantes dos centros urbanos, como já destacado. Obviamente sabemos que muitas das áreas de interesse social e favelas encontram-

se em locais irregulares e com riscos, apesar disso, há muitas ocupações onde a melhor solução ainda é levar a infraestrutura urbana, regularizar e promover as melhorias habitacionais necessárias, ou seja, aplicar integralmente a ATHIS.

Um bom exemplo disso é a aplicação de ATHIS na Ocupação Cerâmica Anita, implementada em duas etapas. A primeira onde houve uma reestruturação urbana, para integrar a ocupação ao tecido urbano, englobando a regularização fundiária e todas as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais necessárias. Posteriormente, como a produção de projetos das habitações de interesse social, coordenados pelo IAB/RS. Como diz Clóvis Ingelfritz, o arquiteto e urbanista criador do primeiro programa de Assistência Técnica, em Porto Alegre: "O objetivo não deve ser produzir apenas unidades habitacionais, mas sim produzir cidades através da habitação e não apesar dela. Ou seja, locais com praças, infraestrutura de saneamento, transporte, escola". Viabilizando assim o serviço para quem não pode contratar, atendendo a demanda onde ela se encontra, promovendo a regularização fundiária e urbanização de uma área invadida, custeando o serviço técnico fora do valor da construção e tornando a arquitetura promotora de qualidade de vida. Além de enfrentar o preconceito da categoria por parte das comunidades, aproximando o profissional de quem realmente precisa.

Na próxima seção, será abordada a crise dentro da crise, discutindo como a pandemia do COVID-19 salientou que a falta de saneamento básico, a desigualdade socioespacial e as moradias insalubres causam e propagam doenças. Apontando para a necessidade urgente de ações capazes de reparar esse fato, com a certeza de novas e futuras pandemias e também do agravamento da crise sanitária dentro da realidade nacional de urbanização e neoliberalismo econômico.

### **2.1.2 ATHIS e a crise sanitária escancarada com a COVID-19**

É no ano de 2020 que o Brasil e o mundo experienciam uma nova inflexão nas questões relativas à saúde e às interações sociais que imputaram uma série de novos protocolos atitudinais que vão do simples ato de higienizar as mãos, até evitar locais fechados, mal arejados e com grande número de indivíduos. A crise sanitária causada pelo novo coronavírus escancarou, principalmente em países socioespacialmente desiguais, a relação dicotômica de alcance a direitos essenciais, por exemplo, a moradia.

As simples ações necessárias à contenção do vírus revelaram o paradigma do modelo urbano brasileiro, entre os que têm e os que não tem acesso a espaços adequados de habitação, tampouco infraestrutura urbana básica, incluindo a disponibilidade de água potável, saneamento básico, ambientes que permitem aeração adequada para fins de ventilação, até a opção de escolha aos modais de acesso ao trabalho, consumo e serviços.

Nesse sentido, pautar a política de saúde nas cidades, significa pautar a política urbana e habitacional. Senso comum entre profissionais da área da saúde é a ideia de que para o cenário nacional de saúde mais importante do que o código genético é o código postal do indivíduo. Essa ideia é legitimada pelo professor Saldiva<sup>24</sup>, Titular de Patologia na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ao dizer que "o risco de morrer antes do tempo na cidade de São Paulo, hoje, é mais dependente do código de endereçamento postal [CEP] do que do código genético" (SALDIVA, 2020). Ele aponta que as diferenças de renda, infraestrutura urbana, raça, gênero e organização da saúde pública são categóricas para determinar quem adoece e sobre quem vão recair mais consequências econômicas. Esse é o conceito das determinantes sociais da saúde, usado por sanitaristas, epidemiologistas e médicos da família para designar tanto as causas não diretamente biológicas das doenças quanto as do bem-estar.

É com essa premissa do impacto da desigualdade urbana evidenciado pelas epidemias que, o presente trabalho vê a implementação da ATHIS e ações que promovam o direito à moradia digna como uma ferramenta de enfrentamento a crises sanitárias. Reforça-se aqui que saúde, assim como a moradia, é um direito social garantido pelo Art. 6º da Constituição Federal de 1988. O acesso a ela é garantido de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS), órgão governamental responsável por construir e gerir as políticas públicas relacionadas à saúde da população em todo o território nacional. A atenção integral e universal à saúde proposta pelo SUS é responsável por promover cuidados assistenciais de saúde, desde a prevenção até o tratamento, para mais de 190 milhões de brasileiros, nos quais 80% dependem exclusivamente deste (Secretaria de Estado de Saúde, 2020).

---

<sup>24</sup> Paulo Saldiva é Professor Membro da Academia Nacional de Medicina, Membro da Academia Nacional de Ciências, ex-diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Idealizador e incentivador do Grupo Espaço Urbano e Saúde.

Para funcionar de maneira efetiva, e garantir tais cuidados à população, o SUS se estrutura em três níveis: Atenção Básica (postos de saúde e Unidades Básicas de Saúde), Atenção Secundária (Unidades de Pronto-Atendimento) e Atenção Terciária (Hospitais). Assim, conforme o nível de atenção sobe, aumentam os custos e a complexidade dos serviços que o SUS oferece, o que, dependendo da gestão dos recursos, faz com que o sistema fique sobrecarregado (hospitais lotados, muitas horas de espera para ser atendido, etc). Além disso, esse cenário tornou-se bastante agravado pela pandemia de COVID-19, que aumentou muito a busca pelos serviços de saúde no país, superlotando os hospitais públicos e dificultando o acesso à saúde pública e gratuita pela população.

Visto que a situação das moradias interfere diretamente na saúde de seus moradores, principalmente em meio a uma crise sanitária, o cenário de coabitação familiar somado à insalubridade presente nos lares de mais de 13 milhões de brasileiros<sup>25</sup> causam problemas de saúde naqueles que neles habitam, e é nessa perspectiva que se insere a importância da ATHIS.

Ainda no início da pandemia, em abril de 2020, o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins (CAU/TO), Silenio Camargo, falou acerca da pandemia escancarar as deficiências sanitárias e a precariedade de moradia do país:

A crise do coronavírus reforça os nossos principais problemas sociais. A precariedade das moradias é um ponto preocupante, pois neste momento que as famílias precisam ficar em casa para prevenção do vírus, elas não encontram condições dignas em suas moradias. É preciso ir além e criar oportunidades para as famílias carentes, com habitações saudáveis e, conseqüentemente, uma sociedade mais igualitária. (CAMARGO, 2020).

Portanto, o impacto na saúde das pessoas devido às precariedades habitacionais e a falta de saneamento básico frente a uma situação não somente de isolamento, mas também de reforço às práticas de higiene, vai ao encontro das lacunas deixadas na Atenção Básica e sobrecarrega o sistema público de saúde.

Uma maneira de diminuir a sobrecarga do SUS é mitigar os problemas de saúde da população a partir da garantia de acesso à Atenção Básica e à habitabilidade das moradias e seu entorno, para que a evolução de casos mais graves e urgentes, que são de Atenção Terciária, sejam menos recorrentes tanto na pandemia como fora dela. Dessa forma, é possível assumir que muitos dos problemas comuns de saúde da população, e que precisam ser administrados principalmente pela gestão

---

<sup>25</sup> Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional no Brasil, 2018.

municipal, poderiam ser evitados com um direcionamento maior de investimento na infraestrutura das cidades e na base de atenção à saúde do próprio SUS, ampliando a disponibilidade do serviço para áreas de aglomerados informais e periferias.

Sendo a Atenção Básica o nível que engloba os serviços de saúde mais simples, como consultas, vacinações e outras ações de prevenção, o SUS tem nele estruturado um programa que cuida da atenção primária chamado de Estratégia de Saúde da Família (ESF), onde atuam equipes compostas por diversos profissionais, chamados de Equipe de Saúde da Família. Esses profissionais são responsáveis por se aproximar das famílias e das comunidades para conhecê-las e, assim, garantir tratamentos e intervenções apropriadas às suas realidades. As ações em ATHIS poderiam inserir-se aproveitando desta estrutura de proximidade com comunidades, pois facilitaria a identificação dos problemas e a construção das resoluções adequadas.

Por essas razões, justifica-se a importância da inserção da Lei de ATHIS e a promoção da habitação na política nacional de promoção de saúde, estabelecendo uma relação tripartite entre Saúde, ATHIS e Saneamento Básico. A título de exemplo temos a proposta do CAU/RS, no programa Casa Saudável<sup>26</sup>, no qual arquitetos e urbanistas que trabalham com ATHIS se juntam às Estratégias de Saúde à Família (ESF) para cuidar das casas da população em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, enquanto os agentes de saúde cuidam da saúde das famílias, os arquitetos e urbanistas trabalham para propor melhorias que permitam condições de habitabilidade mínimas, como o projeto para construção de banheiros, fossas, abertura de janelas para melhorar a iluminação e ventilação natural e assim promover salubridade aos moradores, ou reforma de telhados e pisos, ampliação de cômodos tudo conforme a necessidade apontada.

É importante lembrar que as ações da ATHIS, por Lei, devem tratar não só a moradia enquanto edificação, mas também o contexto que a envolve, fornecendo a infraestrutura urbana básica para garantir a salubridade das moradias. O saneamento básico é a infraestrutura urbana que busca esta garantia de acordo com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece suas diretrizes nacionais. Dentre seus princípios fundamentais estão a universalização de seu acesso pela população e a articulação de suas ações com as políticas de desenvolvimento urbano e regional,

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/athis/>

de habitação, de promoção da saúde, entre outras. A lei, portanto, permite que o saneamento básico caminhe de forma integrada à Lei de ATHIS e à Lei de REURB<sup>27</sup> ao determinar a necessidade de fornecer saneamento básico aos lotes regularizados e às habitações de interesse social.

Destaca-se também que em 2020 foi aprovada a Lei nº 14.026<sup>28</sup>, que atualiza a regulamentação do saneamento básico no país e abre margem para que o setor privado dispute com o setor estatal pelo controle dos serviços que o saneamento compreende. Isso quer dizer que os serviços, antes oferecidos por empresas públicas sem objetivar o lucro, agora passam a ser oferecidos também por empresas privadas. Por seus interesses financeiros, empresas privadas tendem a não se comprometer com as reais necessidades da população, o que resulta em aumento das tarifas e falta de interesses pelo atendimento das regiões mais pobres.

Suzana Pasternak, Arquiteta e Urbanista, doutora em Saúde Pública pela USP, em uma entrevista intitulada “Planejamento urbano e saúde nas cidades: um diálogo inevitável”, ressalta:

Busquei chamar a atenção para o fato de que tem uma falta de saneamento básico brutal, não tem rede de água para todo mundo, nem saneamento básico para metade da população, além de um monte de doenças tropicais e doenças infecciosas. Nesse sentido, quis dar ênfase que, para a atividade do urbanista, é extremamente importante olharmos para a cidade em termos do acesso à água, ao esgoto, bem como para a importância da ação em favelas, a partir da melhoria interna da habitação. Não dá para deixar o entendimento que a saúde é apenas coisa dos médicos, tem uma parte ligada ao meio ambiente e ao ambiente construído que é importante (PASTERNAK, 2021).

É com essa visão exposta por Pasternak (2021) que se entende a necessidade de, como arquitetos e urbanistas, ampliarmos a visão do espaço construído como um ambiente que produz ou não saúde. Também por isto, associa-se às ações em ATHIS como uma ferramenta eficaz no enfrentamento de crises sanitárias. Relembrando que a Lei de ATHIS prevê o direito à moradia digna, que inclui, entre outros aspectos, o acesso à infraestrutura urbana adequada, como o saneamento básico, que “principalmente em países em desenvolvimento, com certeza é uma das três

---

<sup>27</sup> Lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária e institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113465.htm)

<sup>28</sup> Lei atualiza o marco legal do saneamento básico. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>

estratégias de saúde pública essenciais que são responsáveis por prevenir o maior número de doenças e salvar o maior número de vidas” (PASTERNAK, 2021, p.68).

Com esse cenário alarmante da crise da pandemia mundial dentro da crise da falta de moradia digna nacional, evidencia-se a necessidade da implementação da Lei de ATHIS para promoção de saúde e uma das medidas de enfrentamento da COVID-19 e demais crises sanitárias. Dentro deste contexto também aconteceu o aumento do debate sobre ATHIS, o aumento da procura e, como este trabalho vai demonstrar, o aumento da oferta de profissionais da área de arquitetura e urbanismo para trabalhar com a ATHIS.

Por tanto, este trabalho investiga as formas de efetivação da ATHIS que estão acontecendo para além do poder público, entendendo a necessidade e a importância desses arranjos emergentes se juntarem à luta dos movimentos sociais por moradia e conseguirem também promover a implementação da Lei de ATHIS. Assim sendo, para demonstrar essa realidade, a seguir será debatido sobre as poucas experiências que foram realmente consolidadas desde o poder público e elucidado mais sobre a forma de operacionalização das mesmas, tanto para um estudo comparativo quanto para a justificativa do foco da pesquisa nas iniciativas da sociedade civil.

## 2.2 ATHIS E OS ARRANJOS NO PODER PÚBLICO: AS POUCAS EXPERIÊNCIAS PÚBLICAS CONSOLIDADAS NA ÁREA

A Lei de Assistência Técnica, como já mencionado acima, surge no contexto de retomada de investimentos em políticas urbanas nacionais, assim como outras conquistas legislativas: o Ministério das Cidades, o Estatuto das Cidades e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Apesar desses avanços no campo institucional e legislativo, são poucas as experiências que se consolidaram na área até o momento.

Em escala nacional houve apenas um programa concretizado que foi financiado pelo FNHIS, o programa “Habitação de Interesse Social”, que operou de 2007 a 2011. Nesse período, foram contratados R\$77,92 milhões para propostas com assistência técnica, totalizando 379 operações. Sendo que destas, apenas 18% foram concluídas até 2011, e grande parte sequer havia sido iniciada (CHAVES, 2015).

Para além disso, o Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica (LAGEAR) conta com um levantamento de práticas de assessoria técnica, que mapeou que apenas 11 municípios brasileiros<sup>29</sup> possuem uma legislação própria ou programas de assistência técnica (BOREL, 2020). A pesquisa levanta dados sobre a abrangência dessas ações, as fontes de recurso para financiamento, quais os órgãos públicos envolvidos, métodos utilizados nos processos e outras informações relevantes. Se levarmos em consideração os dados do IBGE<sup>30</sup> de 2019, há no Brasil 5.570 municípios e do Distrito Federal, o que significa que mesmo depois de mais de 10 anos de aprovação da Lei de ATHIS, menos de 0,2% dos municípios brasileiros elaboraram uma legislação municipal mais específica em prol da efetivação da mesma.

A pesquisa de Borel mostra ainda uma análise das características mais comuns verificadas em todas essas políticas públicas municipais de ATHIS. Dentre estas, há características que podem ser mais óbvias quando analisadas do ponto de vista de instauração de uma política urbana, como a priorização de atendimento para moradias localizadas em áreas demarcadas como de interesse social. Porém há outros apontamentos levantados pela autora que merecem ser ressaltados aqui. Que são:

- Não prever a oferta ou financiamento de lotes, o que significa que a família já precisa ter acesso à terra urbana por conta própria;
- Exigir documentos de posse ou propriedade da casa ou do lote;
- Estruturar os atendimentos individualmente, por núcleos familiares;
- Não vincular a política de prestação do serviço técnico a subsídios ou financiamentos que possam garantir a execução das obras;
- Não avançar nas questões coletivas de produção do espaço, trabalhando somente com a prestação de serviço técnico individual, ou seja, no âmbito da moradia<sup>31</sup> ;

---

<sup>29</sup> Para um estudo mais aprofundado destas legislações e efetivação da ATHIS pelo poder público aconselha-se a leitura completa do trabalho “POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO: práticas na direção da autonomia”, Borel, 2020.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> - acesso em 13/01/2021.

<sup>31</sup> A autora aponta aqui que há uma única exceção no Distrito Federal, que tem uma vertente voltada para o coletivo. Exemplificando a prática do participacionismo realizada pela CODHAB.



- Trabalhar com processos de atendimento padronizados e tabelados, sem possibilidade de adaptações ou flexibilidade;

Esses aspectos merecem atenção pois, mesmo se tratando de políticas públicas para regulamentação e implementação da ATHIS no âmbito municipal, ou seja, uma prática fomentada pelo poder público, elas seguem a lógica de trabalho preconizada pelo campo da arquitetura e pelo mercado. Podendo afirmar assim que elas atendem aos beneficiários de forma próxima ao atendimento dado a clientes (BOREL, 2020).

Além destes levantamentos, diversos autores criticam a Lei de ATHIS pelo seu viés assistencialista e também pelo caráter tecnicista, Demartini (2016) pondera que:

Conforme a definição e diretrizes indicadas na Lei Nº 11.888/2008, podemos entender a “assistência” como um serviço técnico direcionado aos problemas físico espaciais da unidade habitacional, não abrangendo questões simbólicas, sociopolíticas e econômicas do “habitar” popular. Para assegurar o direito à cidade e à moradia adequada é preciso um atendimento mais amplo e participativo, que contemple o tratamento conjunto das carências sociais, econômicas e políticas, bem como das subjetividades que se refletem nos modos e expressões do morar da classe trabalhadora de menor renda (DEMARTINI, 2016, p.. 5).

Todos estes questionamentos e análises das experiências existentes com a Lei de ATHIS, a sua prática e efetivação desde a esfera pública demonstram a complexidade da prática com ATHIS. Onde mesmo o debate apenas dentro do campo dos arquitetos e urbanistas gera profundas divergências sobre o trabalho e a prática de como se consolidar (LOPES; CARDOSO; 2020).

O debate ainda se estende quando se abordam os conceitos das práticas de assistência técnica e de assessoria técnica<sup>32</sup>. Para o presente trabalho, salienta-se aqui os pontos de convergência entre as noções de assistência e assessoria, que são: “a atuação dos arquitetos e urbanistas, o atendimento às famílias de baixa renda e a busca de alternativas aos programas públicos que padronizam as soluções habitacionais” (LOPES; CARDOSO; p. 06. 2020).

O Governo Federal investiu, entre 2007 e 2015, 86,2% dos recursos da política habitacional em produção de moradia (principalmente no programa MCMV) e os outros 13,8% em melhoria habitacional. Sendo que esta porcentagem envolve

---

<sup>32</sup> Informações do Kit de Informações para Profissionais de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social do CAU-BR. Junho de 2021. Disponível em: [https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Kit\\_-ATHIS-\\_Profissionais\\_-junho-2021-1.pdf](https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Kit_-ATHIS-_Profissionais_-junho-2021-1.pdf)

infraestrutura, saneamento e melhoria residencial (CAU-BR. 2021)<sup>33</sup>. Porém, de acordo com os dados da revisão de 2019, pela Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional em todo o Brasil chegou em 5,8 milhões de moradias. E infelizmente, o mesmo estudo também aponta uma tendência de aumento no déficit.

Além disso, o mesmo estudo demonstra que a quantidade de residências que apresentam algum tipo de inadequação chega a mais de 24,8 milhões. Ou seja, um índice quatro vezes maior que o déficit habitacional e recebendo, desde o Governo Federal, (mais que) seis vezes menos recursos entre 2007 e 2015 (Fundação João Pinheiro, 2019). O que reforça o que já foi explorado neste trabalho, que houve, desde a esfera pública um foco nos programas de produção de moradia, o que vai na contramão da demanda nacional. Apesar de que, mesmo com os vastos investimentos na área, os números de ambas as partes continuam alarmantes.

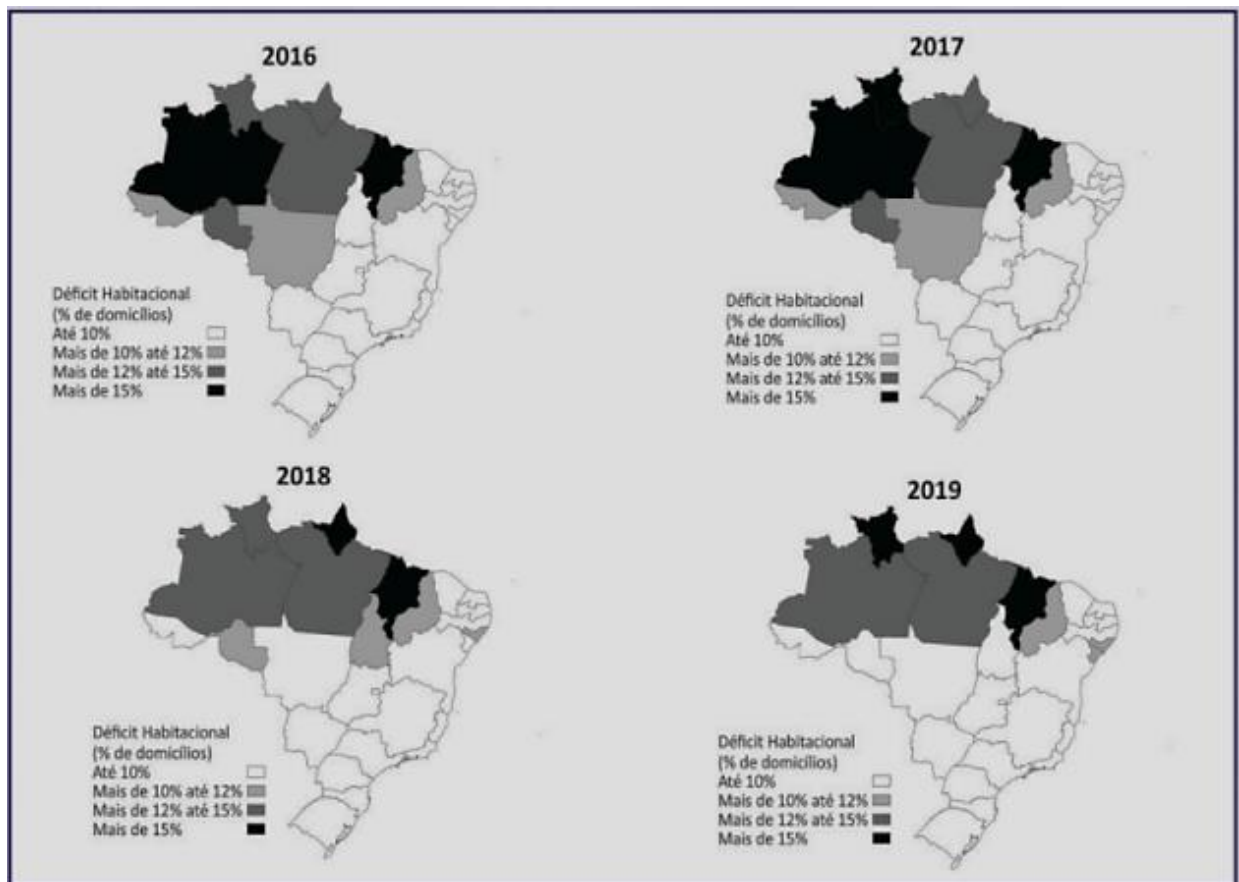
O indicador inclui características da infraestrutura urbana como falta de abastecimento de água, saneamento, energia elétrica e coleta. Além de deficiências arquitetônicas como falta de espaço de armazenamento, falta de banheiros, cobertura inadequada e piso inadequado. Demonstrando também a desigualdade na distribuição nacional de moradia, sendo que o Norte e Nordeste são as regiões com o maior déficit em termos relativos. Sendo os estados do Maranhão e Amazonas os que possuem o maior déficit relativo no Brasil. O mapa a seguir, da Figura 2, mostra os índices de domicílios particulares permanentes e improvisados segundo unidades da Federação - Brasil - 2016 a 2019.

Pela Figura 2 podemos perceber que de 2016 até 2019 o déficit habitacional relativo de domicílios particulares permanentes e improvisados vem diminuindo, sendo que a região norte do país é a que contém, em todos os anos, a maior porcentagem. E em 2019 temos o Maranhão, Amapá e Roraima como os estados com piores índices do déficit habitacional, passando de 15% dos domicílios. Além deste índice com o panorama quantitativo geral, a Fundação João Pinheiro ainda classifica a habitação precária em dois tipos, são eles:

---

<sup>33</sup> A autora aponta aqui que há uma única exceção no Distrito Federal, que tem uma vertente voltada para o coletivo. Exemplificando a prática do participacionismo realizada pela CODHAB.

Figura 2 — Déficit habitacional, percentual relativo ao total de domicílios particulares permanentes e improvisados



Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>

- Domicílios improvisados: locais utilizados para habitação, sendo eles: prédios em construção, viadutos, vagões de trem, carroças, barracas, barracas, cavernas, etc. Usado como habitação na data de referência. Todos esses domicílios foram considerados residências improvisadas particulares temporárias.
- Domicílios rústicos: aquelas sem paredes de tijolos ou madeira pré-fabricada, podem causar desconforto e risco de contaminação de doenças devido às condições insalubres. Por exemplo: taipa não revestida e madeira usada.

Com essas classificações devidamente apresentadas, entende-se que a ATTHIS pode e deve trabalhar com os domicílios classificados como rústicos, e principalmente, agir de acordo com a demanda da realidade nacional, ou seja: reparti-

la de acordo com o que é mais necessário para cada região do país. Uma vez que o Brasil é um país de tamanho continental que apresenta diferentes demandas conforme a região, então considera-se coerente que o incentivo ao trabalho com ATHIS esteja minimamente focado no índice mais preocupante de cada região.

Com isso elucidado, é possível analisar os Quadros 01, 02 e 03 que demonstram mais da realidade habitacional no Brasil, sendo que o primeiro aborda a porcentagem de cada tipologia de precariedade das habitações no território nacional. Sendo que as habitações precárias representam 25%, as habitações rústicas 11,9% e as improvisadas 13,4%. Já o Quadro 02, demonstra o percentual do total de Habitações precárias por regiões do Brasil, dos anos de 2016 e 2019. Demonstrando que o Nordeste é a região com maior porcentagem de habitações precárias durante todos esses anos, seguido do Norte. E por fim, o Quadro 03

Quadro 1 – Habitações precárias em relação ao total do déficit - Brasil- 2016 - 2019

Especificações	Habitações precárias (%)			
	2016	2017	2018	2019
Habitações Precárias	22,9	25	24,3	25,2
Rústicos	13,4	13,4	12,1	11,9
Improvisados	9,5	11,5	12,1	13,4
Brasil	100	100	100	100

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>

Ainda analisando os quadros apresentados, é possível compreender que o número de domicílios precários vem subindo numa porcentagem geral, mas que o número de domicílios rústicos vem diminuindo. Também que o Nordeste é a região que mais apresenta a necessidade dos trabalhos com ATHIS com foco para a melhora do déficit habitacional qualitativo, seguidos pelo Norte e Sudeste, que apresentam um aumento no percentual do total de Habitações precárias por regiões. Continuando a análise dos dados da Fundação João Pinheiro temos a Figura 03, que demonstra as

diferentes categorias de inadequação habitacional e o Quadro 03, que é a Síntese dos indicadores da inadequação nacional.

Quadro 2 – Distribuição percentual do total de Habitações precárias por regiões – Brasil - 2016 - 2019

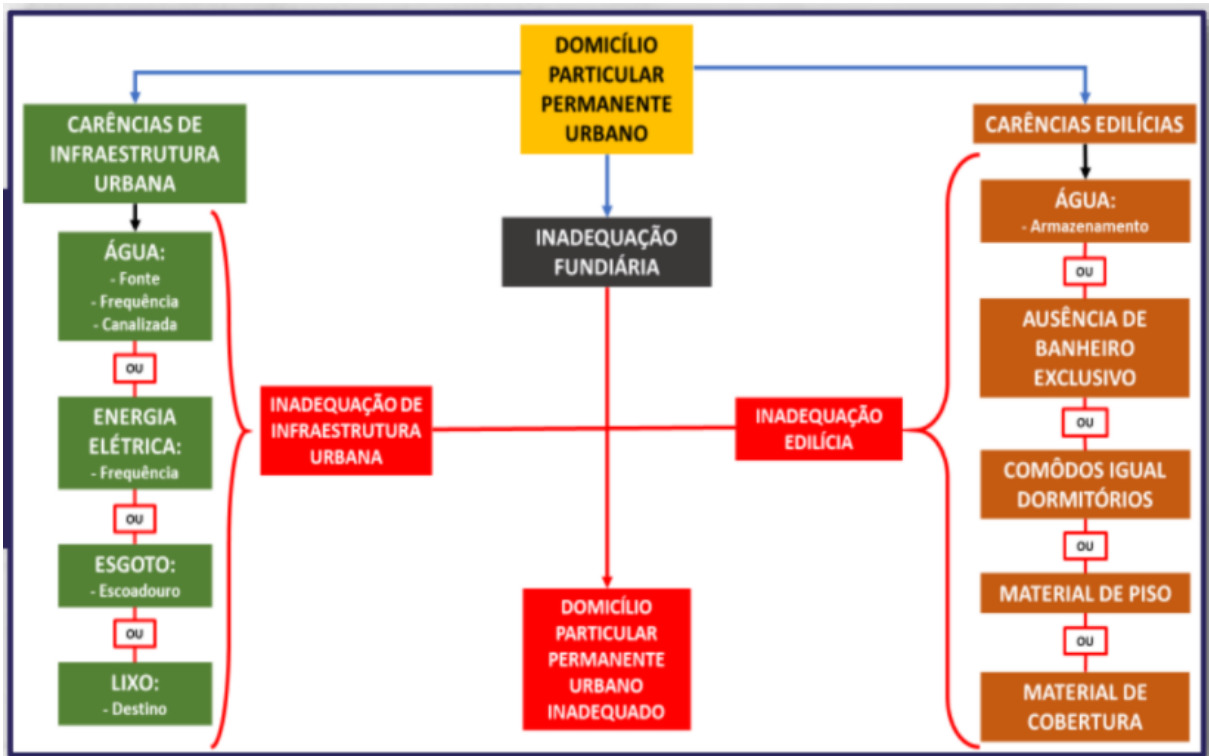
Regiões	Habitações precárias (%)			
	2016	2017	2018	2019
Norte	20,9	20,6	19,8	20,9
Nordeste	45	41,4	43,1	42,8
Sudeste	14,8	16,2	16,5	18,9
Sul	11,9	14,5	13,7	10,8
Centro-Oeste	7,5	7,3	6,8	6,6
Total	100	100	100	100

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>

O mesmo relatório, que usa os dados básicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) - 2019 e do Cadastro Único (CadÚnico), mostrou que o déficit habitacional absoluto total, entre 2016 e 2019, apresentou tendência de aumento. Mais de 23 milhões de domicílios apresentaram ao menos um tipo de inadequação (infraestrutura e edificação) no Brasil. Verificando diferentes índices conforme a região, que serão sintetizados nos tópicos a seguir:

- Regiões Nordeste e Norte foram as que mais apresentaram percentual de domicílios urbanos inadequados, aproximadamente 50% do total;
- Região Sudeste exibiu as menores proporções de domicílios inadequados;
- Quanto à inadequação edificação, o Rio Grande do Sul se destacou pelo armazenamento inadequado de água.

Figura 3 – Passos para categorização da inadequação



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>

A pesquisa constata ainda que a inadequação de infraestrutura: os indicadores de abastecimento de água e energia elétrica apresentaram crescimento em alguns anos e queda em outros. Ilustrando que há algumas ações, como políticas públicas, que atuam quanto a essa demanda. Já a inadequação edilícia sofre de sucessivos aumentos, principalmente entre os dois últimos anos da pesquisa. E também a inadequação fundiária, apresenta grande crescimento ao longo dos anos.

A síntese dos indicadores da inadequação, Quadro 3, tanto de infraestrutura urbana quanto edilícia, e aponta para números alarmantes, como mais de 15 milhões com carência de infraestrutura urbana, 11 milhões de domicílios com carências edilícias e mais de 3 milhões com inadequação fundiária urbana, que seriam demandas diretas da ATHIS.

Quadro 3 – Síntese dos indicadores de inadequação

<b>Componentes e subcomponentes da inadequação de domicílios</b>	
<b>Brasil – 2019</b>	
<b>Carências de infraestrutura urbana:</b> <b>14.257.395</b> <b>(%)</b>	Energia Elétrica: 406.143
	Abastecimento de água: 10.725.833
	Esgotamento sanitário: 4.916.086
	Coleta de lixo: 553.350
<b>Carências edilícias:</b> <b>11.246.366</b>	Inexistência de banheiro exclusivo: 359.872
	Número total de cômodos do domicílio igual a número de cômodos servindo de dormitório: 1.886.095
	Armazenamento de água inadequado: 9.000.021
	Piso inadequado: 69.187
	Cobertura inadequada: 1.023.757
<b>Inadequação fundiária urbana: 3.557.117</b>	
<b>Domicílios inadequados: 24.893.961</b>	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>

Trazendo ainda os desdobramentos finais dessa pesquisa da Fundação João Pinheiro, será abordado em dois blocos, por região dos pais quais as piores em inadequação edilícia e posteriormente em Inadequação de infraestrutura urbana. Com o objetivo de espacializar mais o problema do déficit habitacional no Brasil. Começamos com a síntese dos dados de inadequação edilícia:

- O maior número de domicílios com inadequação edilícia está na Região Norte e parte do Nordeste, principalmente em Amazonas e Paraíba;
- Quanto ao armazenamento inadequado de água: destaca-se a região Norte e parte da Nordeste, com ênfase em Roraima, no Maranhão e Piauí. E na Região Sul, com destaque para o Rio Grande do Sul.
- Quanto aos cômodos servindo como dormitórios, novamente a região Norte concentra os maiores problemas com relação a essa deficiência habitacional. Mas destacam-se também São Paulo, Rondônia, Mato Grosso e Distrito Federal.

- Quanto à ausência de banheiro nos domicílios, novamente a região Norte apresentou os maiores percentuais. Destacam-se também Maranhão, Piauí, Ceará e Sergipe, na região Nordeste.
- Quanto à cobertura inadequada, três estados se destacaram nesse quesito: Acre, Amazonas e Rio Grande do Sul.
- Quanto à piso inadequado, três estados apresentaram maior proporção de domicílios com piso inadequado: Roraima, Pará e Maranhão.

Agora será apontado a síntese dos dados de inadequação de infraestrutura urbana, em 2019:

- Quanto à inadequação do abastecimento de água, os estados que apresentaram as maiores porcentagens foram Acre, Pará e Pernambuco.
- Quanto à inadequação do Esgotamento sanitário, as Regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste tiveram os maiores percentuais de inadequação de infraestrutura urbana. Sendo no Rio Grande do Norte, Amapá e em Tocantins as principais incidências.
- Quanto à inadequação da energia elétrica: Os maiores percentuais de inadequação encontram-se em Roraima. Mas deve atentar-se que o estudo aponta que a energia elétrica é praticamente universalizada em todo país.
- Quanto à inadequação ou falta de coleta de lixo, destacam-se as regiões Norte e Nordeste, mais especificamente os estados do Maranhão e Amazonas, onde mais de 5% dos domicílios urbanos apresentaram esse tipo de inadequação.

Com esses dados em mente, podemos observar a Quadro 4, que demonstra Domicílios urbanos duráveis segundo componentes da inadequação Brasil – 2016 a 2019 e constatar que fora as especificações de energia elétrica e piso adequado, absolutamente todos os demais índices elevaram. Sendo que o total de domicílios inadequados subiu mais de 1 milhão apenas de 2018 para 2019. E que, por uma análise de dados cruzados da tabela, podemos constatar que uma parcela relativa das edificações possui na mesma edificação uma inadequação de infraestrutura urbana e também inadequação edilícia e/ou inadequação fundiária. Evidenciando ainda mais a necessidade de propagar mais o trabalho com ATHIS, capaz de atender e suprir tamanha demanda.



Quadro 4 – Domicílios urbanos duráveis segundo componentes de inadequação

Especificação	Ano			
	2016	2017	2018	2019
<b>Inadequações de Infraestrutura Urbana</b>	<b>13.920.361</b>	<b>14.225.490</b>	<b>13.683.449</b>	<b>14.257.395</b>
Abastecimento de água	10.535.753	10.929.414	10.293.491	10.725.833
Esgotamento Sanitário	4.543.831	4.551.437	4.736.936	4.916.086
Energia elétrica	400.407	419.290	456.109	406.143
Coleta de lixo	801.730	690.316	640.265	553.350
<b>Inadequações Edilícias</b>	<b>10.301.353</b>	<b>10.433.213</b>	<b>10.777.071</b>	<b>11.246.366</b>
Armazenamento	8.283.738	8.341.592	8.624.705	9.000.021
Cômodos servindo de dormitório	1.766.699	1.757.868	1.825.851	1.886.095
Ausência de banheiro	244.304	341.969	371.412	359.872
Cobertura inadequada	862.832	1.058.061	975.451	1.023.757
Piso inadequado	74.207	71.223	74.396	69.187
<b>Inadequação fundiária</b>	<b>2.514.972</b>	<b>2.884.350</b>	<b>2.996.006</b>	<b>3.557.117</b>
<b>Domicílios inadequados</b>	<b>23.072.869</b>	<b>23.665.050</b>	<b>23.668.325</b>	<b>24.893.961</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYlfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>

Vale ressaltar que o trabalho de fomentar a ATHIS feito a partir das entidades representativas, como o CAU e o IAB, assim como os novos arranjos da sociedade civil que estão surgindo para trabalhar com ATHIS podem se valer de tais dados para focar em ações capazes de solucionar as principais precariedades de cada região. Uma vez que o Brasil representa, como foi demonstrado, índices e necessidades distintas no território nacional. Além disso, todos esses índices apresentados devem ser utilizados na próxima etapa de pesquisa para cruzar com os dados e as informações no território nacional, divididos conforme a região. Para assim elaborar diretrizes de práticas com ATHIS que possam responder melhor com a realidade local.

Neste capítulo foram abordadas e analisadas outras pesquisas das práticas públicas para, justamente, deixar claro a inexpressividade das iniciativas públicas para a efetivação da ATHIS, que evidencia ainda mais a necessidade de fortalecer outras formas de atuação com a ATHIS no Brasil e embasar a necessidade e análise posterior das práticas que não partem do estado.

## 2.3 UMA NOVA CONJUNTURA PROFISSIONAL: ATHIS EM ONGS E COMO NICHOS DE MERCADO POPULAR

Dentro deste contexto também aconteceu o aumento do debate sobre ATHIS, o aumento da procura e, como este trabalho vai demonstrar, o aumento da oferta de profissionais da área de arquitetura e urbanismo para trabalhar com a ATHIS. Dentro do cenário vivenciado e exposto até aqui, é que as ações e debates sobre a ATHIS efervescem entre arquitetos e urbanistas, e assim cresce essa nova conjuntura profissional que busca exercer a função social do arquiteto. Tanto pela relevância e emergência da implementação de ações vinculadas a ATHIS, quanto para melhorar o panorama da falta de moradia digna e da crise sanitária brasileira.

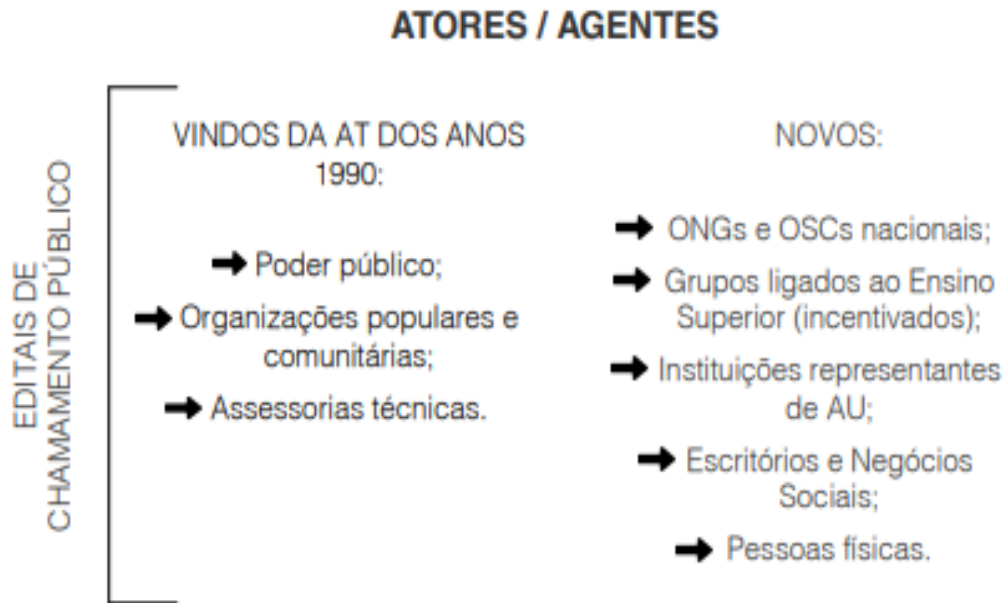
Além disso, pode-se afirmar que nos últimos cinco anos as entidades representativas já vinham fomentando a ATHIS, com publicações de cartilhas, seminários e debates. São diversas as atividades efetuadas por todo o país. Entre algumas mais recentes, pode-se citar:

- Seminário de ATHIS, realizado pelo CAU/SP em novembro de 2017;
- I Seminário de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Rio Grande do Norte, promovido pelo CAU/RN e realizado pelo Sindicato de Arquitetos e Urbanistas do RN (SINARQ/RN), em janeiro de 2018;
- II Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social de Brasília, idealizado pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e pelo IAB/DF, em outubro de 2018;
- V Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, realizado pelo CAU/BR e pelo CAU/SC em Florianópolis, em novembro de 2018.

Além destes eventos e fóruns, um estudo da Danyella Manaia, intitulado “Objetivos, desafios e potencialidades da atuação de assessoria técnica com grupos desvinculados de movimentos populares no Brasil - Presente e Futuro”, apresentado no 29º SIICUSP, de 2021, demonstra que há uma nova percepção dos atores/agentes que estão atuando nas ações da ATHIS. Conforme um levantamento das iniciativas do CAU, baseado nas informações dos sites oficiais e Portais da Transparência dos

diferentes CAU/UF, há hoje um maior fomento do CAU para ações pontuais em ATHIS, depois o incentivo de projetos de caráter comunitário e por fim o incentivo de ações de desenvolvimento da ATHIS. Essas informações podem ser visualizadas a seguir nas Figuras 4 e 5.

Figura 4 – Atores e agentes ATHIS 1990 e atualmente



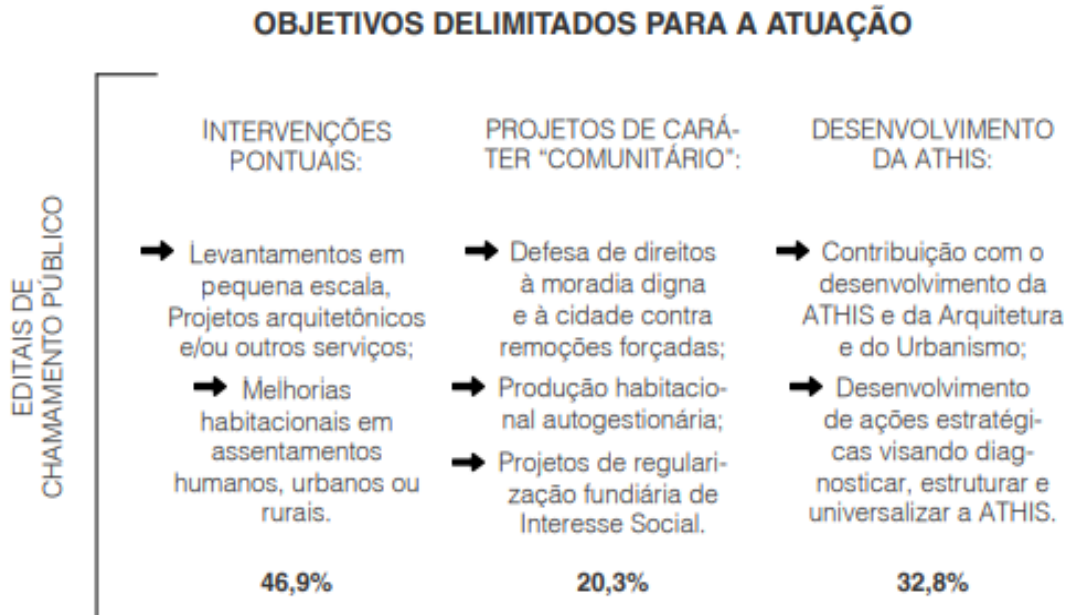
Fonte: Danyela Manaia. 29º SIICUSP, de 2021.

Objetivos delimitados para atuação em ATHIS

Há então novos agentes sociais que estão surgindo e atuando com ATHIS, como escritórios e negócios sociais, pessoas físicas e instituições representativas, que podem ser observados na Figura 4. Diferente dos anos 90, quando se iniciou nacionalmente o trabalho com assessoria e assistência técnica, hoje temos uma variedade de atores como ONGs, profissionais autônomos e empresas sociais.

Além disso, 46,9% dos editais do CAU para fomento de atuações com arquitetura popular, foram direcionadas para iniciativas com ações pontuais com a ATHIS: como melhorias habitacionais, projetos e levantamentos em pequenas escalas, o que é representado na Figura 5. Conseqüentemente isso desenha e fomenta uma nova tipologia de foco na atuação com ATHIS, a atuação com intervenções pontuais. Tudo isso já está sendo refletido na construção desse campo de trabalho, e aparecerá no mapeamento a seguir.

Figura 5 — Editais públicos: objetivos delimitados para atuação com ATHIS



Fonte: Danyela Manaia. 29º SIICUSP, de 2021.

Objetivos delimitados para atuação em ATHIS

Antes de adentra nas análises e mapeamentos das iniciativas existentes, julga-se importante esclarecer sobre o conceito de confluência perversa, isso para deixar claro os riscos de atuação em uma área que o Estado deveria ser mais presente. Esse termo, primeiramente apontado por Adorno, descreve a interação entre fatores sociais, culturais e políticos que levam à produção e a perpetuação da violência em determinados contextos. Ele também defende a importância de se romper com esse ciclo vicioso por meio de políticas públicas que promovam a inclusão social, fortaleçam as instituições e combatam a cultura da violência (ADORNO, 1998).

Outra autora que se utiliza desse termo, relacionando ainda mais com o tema da pesquisa, é Dagnino. Ela argumenta que, no contexto do neoliberalismo, a participação cidadã é frequentemente cooptada por interesses corporativos e governamentais, e que isso pode levar a uma "confluência perversa" que mina a capacidade da sociedade civil de exercer influência significativa sobre as políticas públicas (DAGNINO, 2004).

No contexto do trabalho com assessoria e ATHIS, é possível estabelecer uma relação entre as ideias de Dagnino e a importância de garantir uma participação

efetiva das comunidades no processo de construção de seus próprios espaços. Relacionando os conceitos da autora ao tema da pesquisa, também é necessário atentar para uma prática comum nos contextos neoliberais, em que o Estado transfere cada vez mais responsabilidades sociais para a sociedade civil, em vez de assumir tais responsabilidades ele próprio (DAGNINO, 2004). Essa transferência pode ser entendida, num extremo, como uma forma de privatização das políticas sociais, em que o Estado se retira da esfera pública e delega suas responsabilidades com as ações sociais para organizações da sociedade civil, como ONGs ou até mesmo entidades religiosas.

Isso ocorre porque, embora essas organizações da sociedade civil organizada possam ter boas intenções e as competências específicas, elas não possuem o mesmo recurso financeiro ou poder que o Estado para enfrentar os problemas sociais. Além disso, a atuação dessas organizações é muitas vezes limitada e seletiva, direcionada a grupos específicos de pessoas, enquanto outras pessoas e grupos são deixados de fora.

Assim, essa transferência de responsabilidades cria a confluência perversa, onde o Estado se exime de suas responsabilidades sociais, ao mesmo tempo em que as organizações da sociedade civil são sobrecarregadas em sua atuação. A pior hipótese que isso pode levar, é uma situação em que as organizações da sociedade civil e o Estado acabam competindo entre si, em vez de colaborar, e os interesses dos grupos mais vulneráveis da sociedade acabam sendo negligenciados (DAGNINO, 2004).

Em relação as práticas de assessoria e ATHIS, é importante considerar que eles podem ser afetados por essa confluência perversa de interesses. Embora as iniciativas existentes possam oferecer soluções para problemas habitacionais urbanos, sua atuação pode ser limitada pelos recursos disponíveis e pelas políticas públicas existentes – ou melhor, a falta delas. Portanto, é importante considerar a necessidade de uma atuação conjunta e colaborativa entre o Estado e as iniciativas, a fim de garantir que as necessidades dos grupos mais vulneráveis da sociedade sejam atendidas de forma adequada e justa.

Além disso, a participação social no processo é fundamental para garantir que os projetos sejam adaptados às necessidades e desejos das famílias e comunidades, e assim, as iniciativas estejam verdadeiramente comprometidas em ajudar a construir

um ambiente urbano mais justo e equitativo. Evitando, que essa confluência perversa exista e se propague a partir das suas práticas.

Com essas informações esclarecidas, a próxima etapa consiste em mostrar o mapeamento realizado das iniciativas que atuam com ATHIS e analisar as informações principais, abrangendo tanto as iniciativas antigas quanto as que estão sendo estimuladas pelas entidades representativas, conforme demonstrado acima. O objetivo é avançar no entendimento do que está sendo desenvolvido na prática, ou seja, no campo de atuação dos profissionais dedicados à ATHIS, mapeando também os possíveis métodos de conexão com as ações existentes e a implementação de políticas públicas.

### **2.3.1 Formas de atuação: mapeamento dos arranjos existentes**

Para lembrar, o objetivo deste trabalho é compreender as formas de atuação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) desde a sociedade civil, ou seja, que não partem diretamente do poder público, seja em escala nacional ou local, mas podem, e devem, participar ativamente destas. Buscando compreender em que medida esses arranjos na sociedade também ajudam a criar uma cultura política da ATHIS, de modo que esta se mantenha ativa em períodos adversos e, em momentos mais favoráveis, possa contribuir potencializando uma política habitacional transformadora.

Nesse sentido, não se trata de romantizar a ausência do Estado onde a vulnerabilidade social é a realidade, mas sim de entender a função social dos arquitetos e urbanistas e as possibilidades que estão sendo criadas em respostas aos problemas da atualidade.

Frampton nos ensina muito claramente que a obra de arquitetura com 'A' maiúsculo só é possível com um programa social. A arquitetura é feita para criar novas utopias sociais [...] Para ter relevância (a arquitetura) deve responder a sua geração e nesse momento o problema é a desigualdade social. Se quiser ser um arquiteto relevante, terá que fazer algo com impacto social (BRILLEMBOURG, 2021, p.?).

Com isso elucidado, serão expostos agora os arranjos existentes mapeados até esta etapa da pesquisa que estão trabalhando com a ATHIS desde a sociedade civil organizada. Para isso foram considerados os escritórios populares, as

associações e ONGs, cooperativas, empresas sociais e projetos sociais, dentre outras definições que poderão ainda ser encontradas.

Para iniciar a pesquisa dos arranjos existentes foram consultados mapeamentos prévios, dissertações, sites de agentes sociais (como o próprio site [athis.org.br](http://athis.org.br)), professores e instituições que trabalham ou são associados ao trabalho com ATHIS para encontrar o máximo de arranjos existentes que estão atuando com ATHIS.

Dentro desta etapa de pesquisa de campo, foram mapeadas 76 iniciativas da sociedade civil que atuam hoje, em diferentes escalas e formas, com ações de ATHIS no território nacional. Estes arranjos foram organizados em uma forma de fichamento para expor a heterogeneidade do repertório de ações emergentes. Antes de apresentar o mapeamento desenvolvido, se faz importante mencionar que, para desenvolver o mesmo, foram considerados os seguintes critérios:

- Arranjos que praticam a assistência técnica, prestada por profissionais habilitados para a elaboração de projetos;
- Arranjos que trabalham com assistência e assessoria para: reforma, melhoria, ampliação ou regularização fundiária de moradias.
- Arranjos que atendem famílias com renda de zero até cinco salários mínimos;
- Arranjos que atuam tanto em áreas urbanas quanto rurais;
- Arranjos que atuam com ou sem acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação;
- Arranjos que atuam com ou sem financiamento da execução das obras necessárias para a edificação;
- Atuar com ATHIS no momento que está sendo elaborado esta pesquisa<sup>34</sup>, ou seja, foram mapeados apenas os arranjos que atualmente trabalham e não arranjos que já existiram, mas não praticam mais nenhuma atividade relacionada a ATHIS;

A partir desses critérios, foram então mapeados os arranjos e classificados dentro das práticas da sociedade civil organizada, ou seja, classificados em dois dos

---

<sup>34</sup> Durante o período de 2021 e 2022.

possíveis grupos de atuação com ATHIS conforme o PEI-ATHIS do CAU-BR. As práticas de empresas, enfocando a atuação de organizações e associações sem fins lucrativos – aqui entram as ONGs, OSCIPs e cooperativas, e as práticas de empresas com fins lucrativos - aqui entram os arranjos de negócios sociais, escritórios populares e arquitetos autônomos.

Vale observar ainda que é significativo delinear e visualizar este panorama nacional da multiplicidade de atores para estabelecer um diálogo mais realista. A ideia foi mapear os pontos convergentes e divergentes das práticas para pensar na atuação da função social de arquitetos e urbanistas, que, de diferentes formas, estão juntando esforços para um processo muito maior: a luta por moradia e direito à cidade.

Com o mapeamento foi possível compreender o básico sobre esses arranjos e se havia similaridades no modelo de atuação dos mesmos. Para isso, foi necessário mapear informações, através de um fichamento, que pudessem ser encontradas prontamente nos sites institucionais, livros ou páginas sociais destes arranjos, que concebessem um certo conhecimento sobre a disposição dos mesmos. Os arranjos mapeados possuem várias publicações em mídias sociais, informações em sites ou páginas próprias, o que garantiu a inclusão dos mesmos. No fichamento há as seguintes informações:

- **Nome da iniciativa:** o nome público do arranjo.
- **Como se intitulam:** delimitando aqui os arranjos como ONGs, Associações, Cooperativas, Empresas Sociais, Negócios Sociais, Arquitetos Autônomos, Projeto Social e/ou demais designações.
- **Ano:** o ano em que iniciou as ações com ATHIS.
- **Localização:** a área de atuação – seja ela cidade, estado ou uma região específica.
- **Atuação:** com o que o arranjo atua. Para esse item foi assinalado a alternativa que mais se enquadra quanto ao que o arranjo atuava. Para escolher a alternativa correta foi estudado as informações sobre projetos já executados, fotos existentes, depoimentos e até anúncios (quando existentes) de cada arranjo. Quando a informação não ficava clara, não era assinalado nenhuma alternativa. Sendo que as opções a serem assinaladas são:



- Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
- Trabalha com outras faixas de renda.
- Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)
- Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades.
- Outro.
- **Equipe:** informações de quais profissionais compõe a equipe que trabalha no arranjo. Por exemplo: Arquitetos e Urbanistas e Assistentes Sociais.
- **Atores envolvidos/Parcerias:** informações sobre os atores envolvidos com o arranjo e as possíveis parceiras. Esta informação, geralmente, aparece com facilidade no site institucional de cada arranjo.
- **Métodos:** entender um pouco melhor, mesmo que de maneira genérica, como o arranjo atua. Para esse item era assinalado a alternativa que mais se enquadra quanto á como o arranjo atua, qual é a metodologia de trabalho e se existe uma apenas. Para escolher a alternativa correta foi estudado as informações existentes de cada arranjo, assim como as demais questões. Quando a informação não ficava clara, não era assinalado nenhuma alternativa. Sendo que as opções a serem assinaladas são:
  - Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma.
  - Há planos de ação, mas são flexíveis - Exemplo: Tem uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso.
  - Cada ação/projeto é um plano de ação novo - Exemplo: geralmente utilizado nos arranjos mais complexos por apresentarem diferentes formas de atuação.
  - Outro.
- **Financiamento:** quais as formas de financiamento existentes, tanto do arranjo quanto da execução da obra, se e quando existiam. De onde provinham – sejam eles públicos ou privados. Por exemplo: incubadoras de negócios sociais ou então editais públicos da prefeitura local.
- **Formulário da pesquisa:** sinaliza-se aqui se o *questionário online* desta pesquisa já foi respondido por esse arranjo ou não.
- **Fonte:** qual a fonte em que as informações foram buscadas.

O modelo do fichamento completo está no APÊNDICE A – *Modelo Fichamento*, e após preencher a ficha de cada arranjo, foi enviado o *questionário online* – que será apresentado posteriormente na pesquisa, para os mesmos responderem com mais informações e assim, a pesquisa avançar para uma etapa de maior aprofundamento sobre os arranjos.

A partir do mapeamento e preenchimento das fichas foi elaborado o fichário dos arranjos encontrados. Para melhor entendimento, organizou-se o fichário agrupando as suas tipologias. Sendo primeiramente apresentado os arranjos que atuam como ONGs e Cooperativas, depois escritórios populares e arquitetos autônomos, a seguir as empresas e negócios sociais e por fim as outras configurações encontradas (como por exemplo plataformas de conexão e redes de apoio). Os textos e informações do catálogo são um compilado das informações levantadas através de pesquisa de artigos, livros e sites, além dos dados das respostas do *questionário online* quando este foi respondido pelo arranjo mapeado. O fichário completo encontra-se no APÊNDICE B – *Fichamento das iniciativas mapeadas*.

### **2.3.2 ATHIS na prática: uma análise e aprofundamento dos dados mapeados**

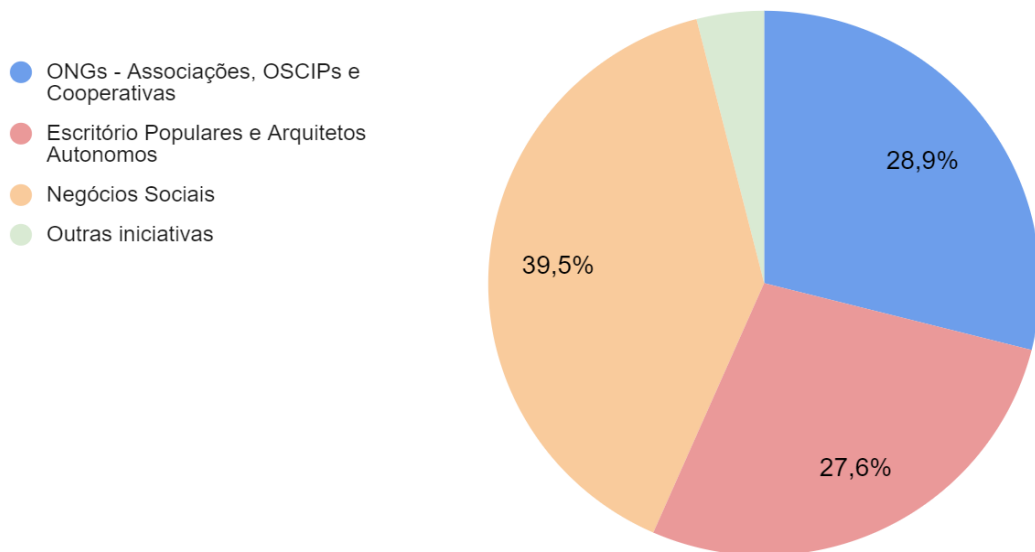
Abordaremos nesta etapa as principais informações extraídas do fichamento das iniciativas e arranjos mapeados até o momento e, em seguida, as informações coletadas do *questionário online*. Com o fichamento finalizado iniciou-se análise de dados para chegar a possíveis conclusões quanto às atuações existentes mapeadas até o momento, buscando identificar o que está surgindo desde a sociedade civil, se há algum padrão e quais as tipologias das iniciativas existentes.

Iniciamos a análise falando da tipologia das iniciativas e mostrando que, dos 76 arranjos mapeados, a maior parcela deles se enquadra como negócios sociais, o que pode ser visualizado no Gráfico 1. Sendo que foram mapeadas 22 ONGs – Associações e OSCIPs, o que representa 28,9% delas; 21 Escritórios populares ou arquitetos autônomos, o que representa 27,6% delas; 30 Negócios Sociais ou Empresas Sociais ou quase 40% das iniciativas encontradas. Além disso foram mapeadas 03 outras iniciativas - como redes de apoio e coletivos de ATHIS.

Ainda analisando as tipologias do Gráfico 1, cabe justificar que o agrupamento das ONG e das Cooperativas na categorização geral do fichamento deu-se, pois, as cooperativas trabalham de maneira conveniada a ONGs ou escritórios populares para

fins de aplicabilidade da ATHIS. Como é o caso da Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro, que é conveniada ao escritório 'Ah!' Arquitetura Humana, para os projetos e trabalhos técnicos de arquitetura e urbanismo<sup>35</sup>. Ou seja, por mais que a pesquisa tenha encontrado a Cooperativa 20 de Novembro, entende-se que quem desenvolve o trabalho com ATHIS para esta cooperativa é a 'Ah!' Arquitetura Humana.

Figura 6 – Gráfico tipologia das iniciativas do mapeamento



Fonte: a autora.

A categorização geral seria diferente caso fossem identificados arranjos de Cooperativa que atuava como atuava a Cooperhaf - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares, por exemplo. A Cooperhaf, resumidamente, continha na sua equipe os profissionais que atuavam com ATHIS e buscava financiamento das suas ações através do PMCMV Rural. Ela estruturava-se com profissionais das mais diversas áreas: secretaria, analista documental, engenharia/arquitetura, assistência social, coordenação técnica e coordenação geral<sup>36</sup>. Chegando a possuir mais de 50

<sup>35</sup> O projeto em curso é financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, é coordenado pelos próprios moradores ligados ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia- MNLM e Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM. Para mais informações sobre: <<https://ah.arq.br/projetos/assentamento20denovembro/>>

<sup>36</sup> Para mais informações vale conferir: LENZI, Cecília Corrêa. A habitação camponesa no programa MCMV. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

funcionários, continha uma matriz e as três filiais, todas na região sul do país, com foco no Rio Grande do Sul e oeste catarinense (LENZI, 2017. p.72.).

Então, com a continuidade da pesquisa e o fichamento das iniciativas, caso sejam identificados arranjos de Cooperativas que contemplem dentro da sua própria organização o trabalho com ATHIS, esse agrupamento das categorias será revisado para as análises posteriormente.

Com o objetivo de compilar as informações extraídas do Mapeamento, elaborou-se O Quadro 6, apresentada a seguir, cujo objetivo é mostrar as principais semelhanças e divergências entre as iniciativas existentes e agrupá-las para um estudo mais aprofundado. No Quadro 5 podemos observar o agrupamento das principais informações comparando as tipologias aos seus anos de criação, a forma de atuação desses arranjos, a formação da equipe, quais os atores envolvidos, os métodos de trabalho e também as formas de financiamento de projetos ou de obras.

Com a análise do mapeamento feito, apresentada sinteticamente no Quadro 5, podemos verificar que os arranjos mais antigos existentes são as ONGs e Cooperativas, que surgiram no início dos anos 90. Estes também são os arranjos mais complexos quanto a sua estruturação apresentando majoritariamente uma equipe multidisciplinar, trabalhando com ATHIS e desenvolvendo outras atividades como cursos e palestras. Além disso compõem a rede de atores mais complexa, envolvendo os movimentos sociais, laboratórios de pesquisa, órgãos governamentais, cooperativas e associados. Quanto a remuneração do trabalho e das obras também demonstram sua maior complexidade, apresentando relações com convênios, editais públicos, Cooperativas e até campanhas de captação de recursos.

Por outro lado, os negócios sociais ou empresas sociais são os arranjos mais recentes que apresentam uma estruturação mais modesta e replicável, com uma equipe formada normalmente por arquitetos e urbanistas apenas. Além de uma rede de atores menores, composta por líderes de comunidades e incubadoras de negócios sociais - que são também as principais financiadoras dessas iniciativas. E basicamente estruturam-se a partir de planos de ação fechados, que significa dizer que trabalham com pacotes fechados de reformas e projetos de cômodos.

Já os escritórios populares e arquitetos autônomos, em geral, trabalham com outras faixas de renda ou desenvolvem outras atividades para se manter. Apresentam, por via de regra, uma equipe formada por arquitetos e urbanistas apenas e

apresentam uma metodologia de trabalho mais engessada, com planos de ação e projetos que são flexíveis.

Quadro 5 – Tabela comparativo: Análise das iniciativas mapeadas

	ONGs e Cooperativas	Escritórios Populares e Arq. Autônomos	Empresas Sociais e Negócios Sociais	Outros
Ano de criação	Os <b>arranjos mais antigos</b> – início dos anos 90.	-*	<b>Arranjos mais recentes</b> – dos últimos 05 anos	São recentes;
Atuação	Majoritariamente trabalham apenas com assessoria ou ATHIS e desenvolvem outras atividades como cursos/palestras.	Dividem-se em trabalhar com outras faixas de renda e/ou desenvolver outras atividades.	Majoritariamente trabalham com ATHIS - população de baixa renda.	Variadas atividades envolvendo a ATHIS.
Equipe	<b>Majoritariamente multidisciplinar</b>	Majoritariamente Arquitetos e Urbanistas	Majoritariamente Arquitetos e Urbanistas	Maioria Arquitetos e Urbanistas
Atores envolvidos	Movimentos sociais, laboratórios de pesquisa, órgãos governamentais, cooperativas e associados.	Líderes de comunidade.	Líderes de comunidade e incubadora de negócios sociais.	-*
Métodos de trabalho	Em geral <b>não apresentam um padrão</b> , cada ação/projeto é um plano de ação novo.	Majoritariamente trabalham com <b>planos de ação, mas são flexíveis.</b> Tem uma metodologia de trabalho que se ajusta.	Majoritariamente trabalham <b>planos de ação fechados</b> - Exemplo: pacotes de projetos/reforma	-*
Financiamento - do trabalho ou da obra	Convênio ou parceria; Editais públicos; Cooperativas; Campanhas de captação de recursos (fundo colaborativo e vaquinhas).	Editais públicos e concursos de entidades representativas; Cooperativas.	Incubadora de negócios sociais – destaque para <b>Instituto Nova Vivenda;</b> Empresas de materiais de construção	-*

-\*: Dados irrelevantes para a pesquisa pois houve muita heterogeneidade nas respostas, o que representa que não há um padrão a ser analisado e servir de base para estudo.

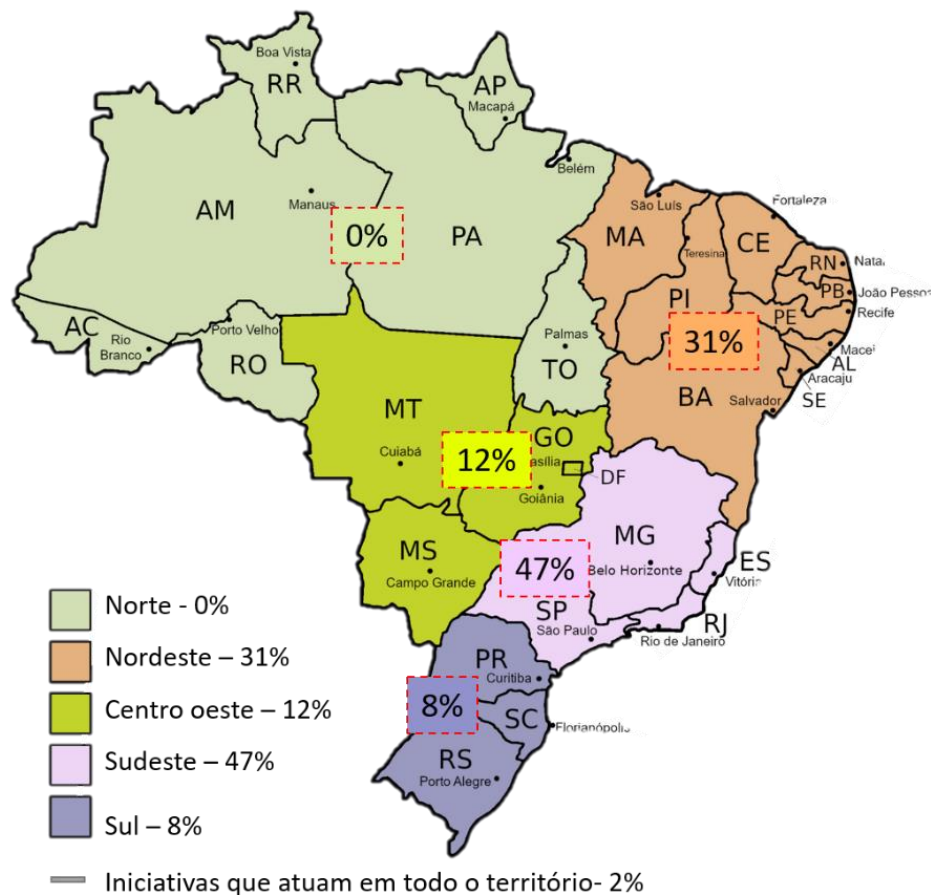
Fonte: a autora

Outros dados revelados do fichamento das iniciativas e arranjos que chamam a atenção são:

- Nos últimos 05 anos (de 2017 a 2021) houve um aumento muito significativo de iniciativas trabalhando com ATHIS. Neste período surgiram **63,15% do total dos arranjos mapeados**, sendo eles: 29 negócios sociais; 09 Escritórios populares, 07 ONGs e 03 outras iniciativas: totalizando 48 novas iniciativas. Isso demonstra ser um campo de atuação em franco crescimento no período.
- Além dos negócios sociais serem a maioria em tipologia das iniciativas mapeadas, mais de **90% deles surgiram nos últimos 05 anos**, o que significa que, dentro do mapeamento levantado, os negócios sociais que representam a nova e crescente forma de trabalhar com ATHIS.
- Os negócios sociais e os escritórios populares tendem a ter uma parceria e/ou financiamento com incubadoras sociais. O **Instituto Nova Vivenda** se destaca como ator envolvido e também como financiador dos arranjos existentes em 20 arranjos mapeados, o que significa mais de 25% deles e em 70% dos negócios sociais.
- Quase todos os **negócios sociais ou empresas sociais têm planos de ações fechados ou flexíveis**. O que demonstra uma forma de operacionalização padronizada e reproduzível. Sendo que apenas uma empresa social não tem um plano de ação fechado e outras duas se envolvem com outras atividades - como workshops e palestras envolvendo a disseminação da informação sobre ATHIS.
- **ONGs e Cooperativas oscilam** entre um trabalho político extremamente consciente, que envolve diferentes atores sociais, a comunidade e atua com profissionais remunerados; ou então uma ação mais assistencialista, do ponto de vista de produzir uma atuação pontual de melhoria habitacional, com doações de materiais, rifas e o trabalho totalmente ou majoritariamente voluntário dos profissionais envolvidos.
- **ONGs e escritórios populares são os arranjos mais antigos**, sendo que os primeiros mapeados são do início dos anos 90, o que demonstra a luta e a heterogeneidade do trabalho em busca do direito à moradia que precede inclusive a Lei de ATHIS – como já demonstrado no breve levantamento histórico deste trabalho.

A partir do mapeamento foi possível também localizar as iniciativas e gerar assim, uma percepção de como elas estão distribuídas no território nacional. Na Figura 7, podemos visualizar a porcentagem das iniciativas mapeadas até o momento divididas nas regiões do país. A maior parte, 47% delas, se encontra no Sudeste, ou seja, quase metade dos arranjos nacionais estão nessa região, evidenciando os resultados de uma luta histórica. Evidenciando a cidade de São Paulo, que contém 24% delas. Em seguida temos a região Nordeste, com 31% das iniciativas mapeadas, e com destaque para as cidades de Recife e também de Salvador.

Figura 7 – Porcentual das iniciativas mapeadas por região do país



Fonte: a autora

Além disso, foram mapeadas algumas iniciativas que atuam como redes de apoio ou parcerias em todo território nacional, como por exemplo a ONG Habitat para a Humanidade e a ONG Teto, porém vale destacar que essas iniciativas atuam, majoritariamente, nas maiores cidades e/ou nas capitais do país, justamente por serem as cidades com maiores problemas habitacionais. Ainda não foi encontrada nenhuma iniciativa no Norte do país, com a continuidade da pesquisa espera-se

expandir essas informações. Cabe aqui fazer uma ligação com os dados da Fundação João Pinheiro, apresentados anteriormente (Figura 2 e 4), que demonstram os altos índices de déficit habitacional, por vezes os maiores do país e conseqüentemente, a necessidade de uma atuação com ATHIS nesta região.

Essas são as principais informações e análises levantadas a respeito das iniciativas mapeadas até o momento. O próximo passo da pesquisa foi entrar em contato (por e-mail, mensagens ou pelos sites institucionais) e tentar aproximação com as iniciativas encontrados, para que estas respondessem o *questionário online*. Durante o período de pesquisa<sup>37</sup> foram obtidas 28 respostas do *questionário online* enviado a todos –, cujos resultados serão analisados a seguir.

Alguns arranjos que estão extremamente consolidados e apresentam uma metodologia mais complexa não responderam o *questionário online*<sup>38</sup>, alegam que não participam mais de pesquisas do gênero justamente pelo grande número de solicitações deste tipo e por trabalharem com uma metodologia mais complexa. Porém, se disponibilizaram para entrevistas, vídeo chamadas e responderam de maneira mais aberta (sem ser através do *questionário online*) às perguntas. Tais respostas foram preenchidas posteriormente no formulário pela pesquisadora.

O *questionário online* foi utilizado como ferramenta de pesquisa para investigar com maior proximidade os dados do mapeamento, validar ou confrontar os dados levantados e instigar reflexões mais profundas quanto a forma de atuação dos arranjos. O *questionário online* completo contém 25 perguntas, dentre elas há os questionamentos do fichamento e outras perguntas fechadas e perguntas abertas, para cada participante descrever com as suas palavras e com o máximo de informação aquela resposta. O objetivo do *questionário online* foi compreender melhor principalmente cinco pontos da operacionalização dos arranjos existentes, são eles:

- Organização interna: para entender o número de pessoas envolvidas no arranjo, quais as profissões/cargos destas pessoas, a divisão entre atividades e tarefas (administrativas, atividades de projeto arquitetônico, de

---

<sup>37</sup> Janeiro de 2023. O formulário ficou em aberto por mais de um ano. Sendo que foi enviado por e-mail e redes sociais de todas as iniciativas mapeadas. Além de ter sido compartilhado pela pesquisadora em variados grupos de WhatsApp com temas voltados ao direito à moradia.

<sup>38</sup> Como por exemplo: **Usina, Peabiru e ONG Soluções Urbanas.**



acompanhamento e execução de obras, realização de cursos para lideranças populares, de cursos para público amplo

- Modelo de trabalho e experiências: para entender se há equipes responsáveis por diferentes demandas e/ou parcerias. E quais as experiências teriam como referência para ser estudada do trabalho de cada iniciativa.
- Envolvimento com as famílias atendidas: para entender quanto o arranjo envolve-se com a família a ser atendida. Compreendendo também como o arranjo se diferencia de um modelo de atendimento padrão de um escritório de arquitetura e urbanismo;
- Captação de recursos e remuneração: para entender se o arranjo se envolve com a captação de recursos para a obra a ser realizada e também se todos os profissionais envolvidos são remunerados;
- Participação na construção de políticas públicas habitacionais: para entender o quanto a iniciativa atua também na promoção do direito à moradia como uma política pública; envolvendo aqui as perguntas tanto da conscientização da população a ser atendida quanto o envolvimento com movimentos populares ou possíveis trocas com o CAU e as prefeituras locais.

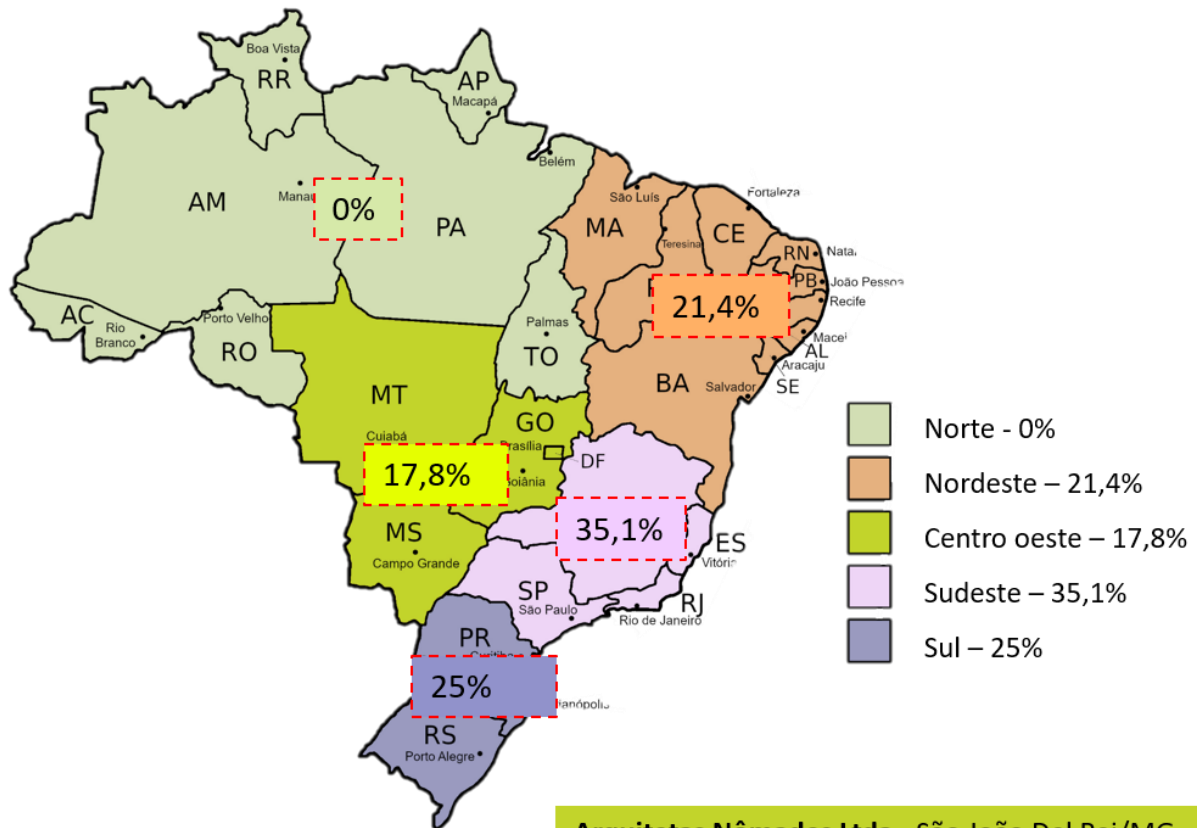
Além disso, as perguntas também tinham o intuito de levantar os principais desafios encontrados para o trabalho com a ATHIS e as principais inspirações profissionais e pessoais que levaram os entrevistados a trabalhar com a ATHIS. Sendo que todas as referências, livros e nomes indicados nas respostas convieram de apoio para a presente pesquisa.

Inicia-se a análise com o mapa a seguir, na Figura 8, que demonstra o nome e a localização de cada uma das iniciativas que responderam ao questionário. Podemos verificar no mapa que o questionário recebeu mais respostas de iniciativas que atuam na região sudeste, seguida pela região sul. Cabe aqui evidenciar a relação da atuação com o histórico de participação e luta pelo direito à moradia nessas regiões, como já apresentado no trabalho<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Toda a luta por moradia das assessorias e cooperativas de São Paulo e a história de luta legislativa de Clóvis Ilgenfritz da Silva no Rio Grande do Sul.

Figura 8 – Iniciativas do questionário online mapeadas



**Legenda:**

**Iniciativa** – localização/Estado

<b>Memorar</b> - Salvador/BA
<b>1Porta e Janela</b> - São Luis/MA
<b>Escalar - Coletivo</b> - Salvador/BA
<b>Dona Obra</b> - Recife/PE
<b>Construnir</b> - Recife/PE
<b>Águias Femme</b> - Maceió/AL
<b>Arquitetura para quem mais precisa</b> - Passo Fundo/RS
<b>De Casa em Casa</b> - Florianópolis/SC
<b>Moralar</b> - Joinville/SC
<b>EficiObra</b> - Pelotas/RS
<b>Kopa Coletiva Arquitetura Popular</b> - Porto Alegre/RS
<b>Oca Arquitetura Popular</b> - Porto Alegre/RS
<b>Arquitetura Sem Muros</b> - Florianópolis/SC

<b>Arquitetas Nômades Ltda</b> - São João Del Rei/MG
<b>Associação Amigos Voluntários do Bem</b> - Primavera do Leste/MT
<b>Traço e Ato reformas e construções</b> - Distrito Federal
<b>Arquitetas Sem Fronteiras Brasil</b> - Minas Gerais
<b>Arquitetura na Periferia</b> - Belo Horizonte/ MG
<b>Associação Projeto Semeando</b> - Itupeva/SP
<b>Associação Onze8</b> - Vitória/ES
<b>Conviva Arquitetura e Urbanismo</b> Região do ABC Paulista/SP
<b>ONG Peabiru</b> - São Paulo/SP
<b>Soluções Urbanas - Arquiteto da Família</b> - Rio de Janeiro/ RJ
<b>J09</b> - São Paulo – Zona sul/SP
<b>ARCHE Projetos Participativos</b> - Localização: Estado do Rj
<b>NATEUP e Projeto Gerações</b> - Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP
<b>ATHIS na baixada</b> - Baixada Santista/SP

Fonte: a autora.

Será apresentado a seguir, os gráficos de algumas respostas que permitem a reflexão sobre as iniciativas estudadas. É importante esclarecer que os gráficos apresentados na pesquisa foram elaborados com base em informações analisadas e cruzadas das respostas do questionário, a fim de mostrar os resultados mais relevantes. A título de ilustração, têm-se o primeiro gráfico apresentado abaixo, Figura 9. A pergunta era sobre como as iniciativas se intitulam e constava como uma das alternativas de resposta a denominação de "Empresa Social". No entanto, constatou-se que alguns respondentes optaram por selecionar a alternativa de resposta "outro", e descrever como "negócio social" ou "negócio na causa social". Durante esse processo de avaliação das respostas, foram levadas em conta respostas que, mesmo não estando exatamente descritas nas opções de resposta, algumas respostas foram agrupadas de forma a não distorcer qualquer resposta dada.

Este tipo de situação foi cuidadosamente considerado, visando evitar qualquer distorção na análise dos resultados obtidos. Em outras palavras, todas as respostas foram tratadas com o máximo de cuidado e transparência, e caso houvesse alguma dúvida, a resposta em questão não seria agrupada com as demais. Ademais, as respostas completas do formulário estão disponíveis no *Apêndice D – Questionário online – Respostas* desta pesquisa.

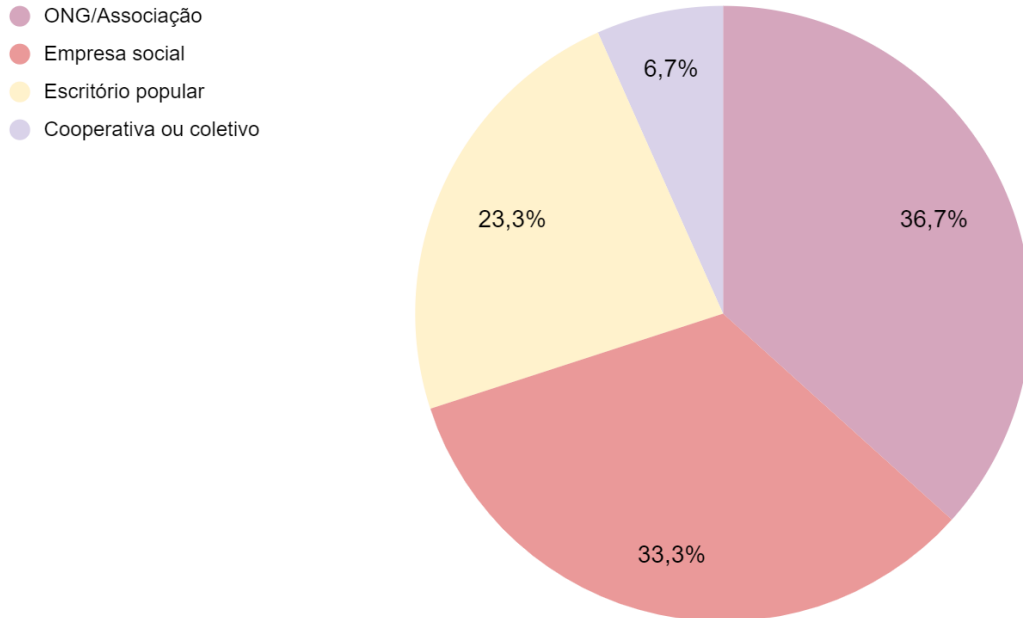
É importante também lembrar que, apesar de existir um empenho para agrupar os elementos estudados, sabe-se que os gráficos e as respostas não são capazes de representar por completo os matizes da heterogeneidade das iniciativas existentes que trabalham com ATHIS.

Com isso elucidado, procedemos à análise dos gráficos e questões do questionário a partir da classificação das iniciativas que responderam o mesmo, com o objetivo de compreender a diversidade dos grupos estudados, conforme ilustrado na Figura 9. É notável que o questionário reuniu um grupo heterogêneo de organizações, composto por ONGs e associações, escritórios populares e empresas sociais.

Apesar da heterogeneidade de arranjos ser similar aos levantados no mapeamento, a proporção dos arranjos que responderam o *questionário online* e do mapeamento divergem, por tanto foi necessário um olhar específico de cruzamento de dados na análise das respostas para entender como cada arranjo atuava.

Figura 9 – Gráfico: pergunta 02 do questionário online

Como vocês se intitulam/enquadram?



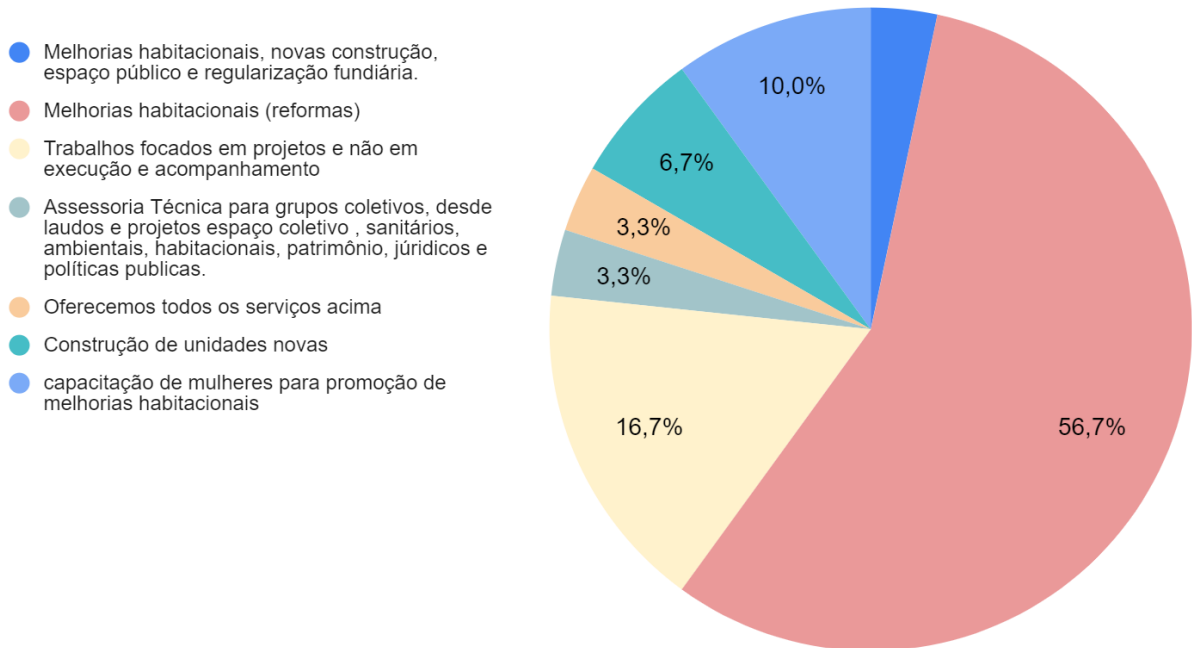
Fonte: a autora.

O foco de atuação das iniciativas que responderam o questionário chama muito a atenção, pois **56,7%** delas trabalham voltados para **ações pontuais**, ou seja, **melhorias habitacionais** e, em segundo lugar, ficaram os trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento da obra. Além disso, nenhuma organização informou que atua com regularização fundiária. Já as ONGs Peabiru e Soluções Urbanas, que foram entrevistadas, falaram sobre trabalhar também com regularização fundiária. E apenas uma organização descreveu o seu trabalho incorporando outras ações para grupos coletivos, desde laudos e projetos espaço coletivo<sup>40</sup>, conforme mostra o gráfico (Figura 10) a seguir.

<sup>40</sup> Esta resposta foi da ONG “Arquitetas Sem Fronteiras” e pode ser encontrada descrita no Apêndice C – Questionário online aplicado - Arranjos existentes que trabalham com ATHIS.

Figura 10 — Gráfico: pergunta 05 do questionário online

Seus trabalhos estão voltados majoritariamente para:



Fonte: a autora.

Ainda para entendimento da forma de atuação e modelo de trabalho, havia a pergunta que buscava compreender se os arranjos atuam apenas com ATHIS ou com outras faixas de renda<sup>41</sup> e/ou outros tipos de atividades para buscar a estabilidade econômica. De acordo com o levantamento, **46,7%** dos respondentes **atuam apenas com ATHIS**, o que significa que, quase a metade das iniciativas estudadas focam realmente em atender a parcela mais vulnerável da população. Já cerca de 25% deles atuam com outras faixas de renda e também com outras atividades; enquanto 20% atuam apenas com outras atividades, como por exemplo palestras e workshops e 6,7% trabalham com outras faixas de renda. O gráfico geral dessa pergunta pode ser visualizado na Figura 11.

Analisando, ainda, a forma de organização interna dessas iniciativas, levantou-se que a metade das existentes contam com **equipes pequenas, de poucos profissionais (de um a cinco)**. E que os arranjos que contam com mais de dez

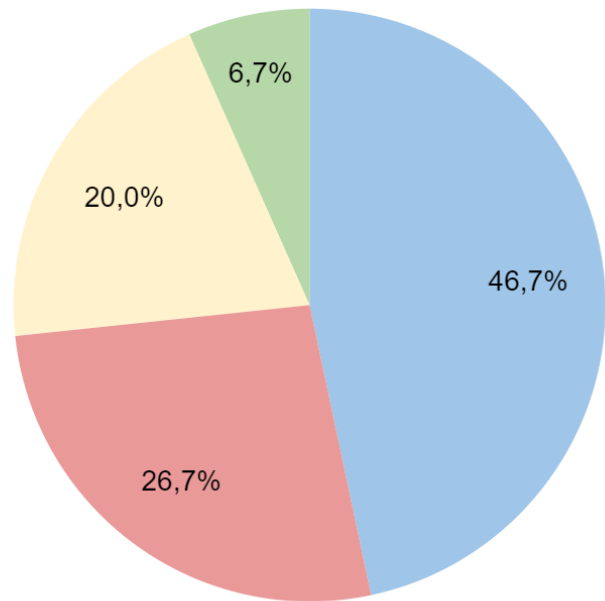
<sup>41</sup> Lembrando que para esta pesquisa estão sendo considerados os arranjos da sociedade civil que atuam com famílias que recebem de zero a cinco salários mínimos.

colaboradores ou profissionais na equipe são majoritariamente as ONGs ou Associações<sup>42</sup>.

Figura 11 — Gráfico: pergunta 07 do questionário online

Sua iniciativa trabalha apenas com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ou trabalha com outras faixas de renda e/ou outros desenvolve outras atividades?

- Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
- Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades
- Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)
- Trabalha com outras faixas de renda



Fonte: a autora.

Além disso, foi constatado que em todas as iniciativas são os profissionais de arquitetura e urbanismo que atuam nos projetos, sendo que em alguns arranjos há também a presença de engenheiros civis. O que pode ser visto como um aspecto positivo na atuação ativa dos arquitetos e urbanistas na função social da profissão.

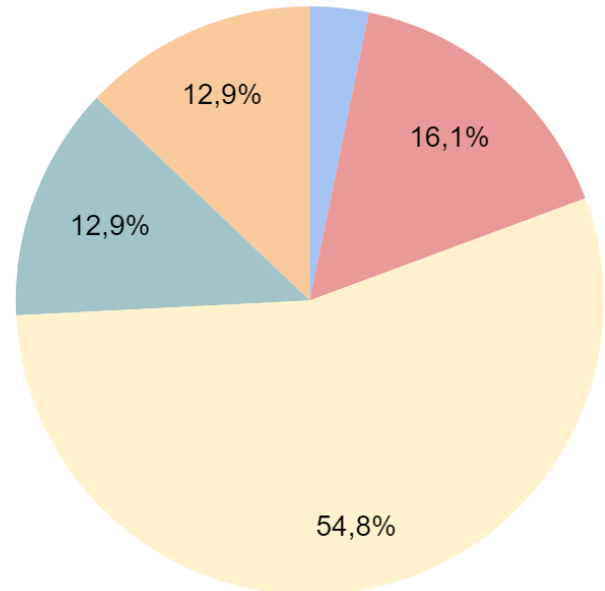
Quanto à remuneração dos profissionais envolvidos, houve a constatação de que mais da metade dos profissionais **são remunerados, 54,8%**. E ainda, em 16,9% das iniciativas que responderam o formulário até contam com trabalho voluntário, mas em sua maioria é remunerado. A partir das respostas abertas e comentários deixados nessa questão foi constatado que, quando há na mesma iniciativa essa combinação de trabalho voluntário com trabalho remunerado, estes são preferencialmente para os profissionais de arquitetura e urbanismo. Em contrapartida, há 12,9% das iniciativas respondentes que atuam com trabalho totalmente voluntário. Conforme pode ser visualizado na Figura 12.

<sup>42</sup> O único arranjo com mais de dez profissionais envolvidos que não é uma ONG ou associação é a “EficioObra”, uma empresa social e essa resposta pode ser encontrada descrita no Apêndice C – Questionário online aplicado - Arranjos existentes que trabalham com ATHIS.

Figura 12 — Gráfico: pergunta 13 do questionário online

Todos os profissionais/participantes do projeto são remunerados ou vocês contam com trabalho voluntário também?

- Todas são voluntárias
- Há voluntários mas a maior parte é remunerado.
- Todos remunerados.
- Todos voluntários.
- Há remunerados mas a maior parte é voluntário



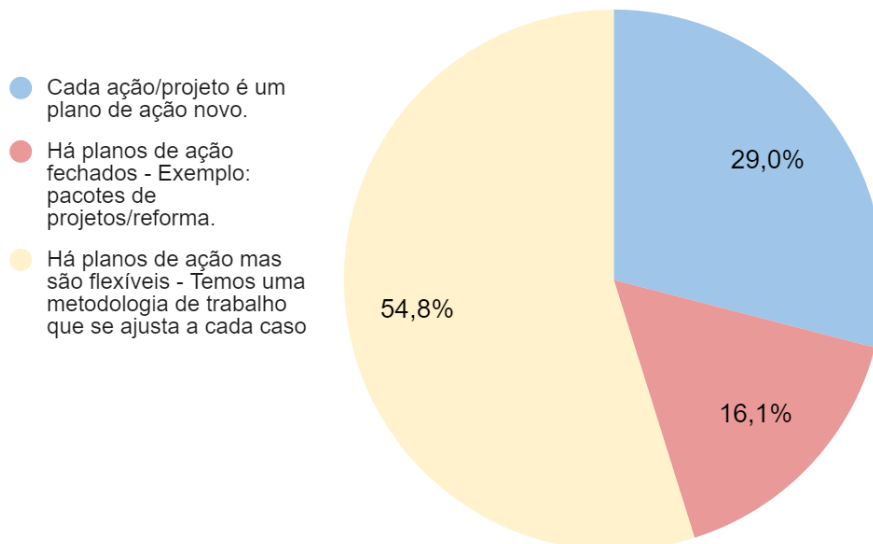
Fonte: a autora.

Quanto à forma de atuação, confirmou-se a informação levantada no mapeamento das iniciativas, a grande maioria das iniciativas existentes trabalham com um **plano de ação fechado ou então planos existentes, mas flexíveis**, somados são 70,9% dos respondentes. Destes 54,8% apresentam um plano de ação, sendo flexíveis a ajustes conforme as necessidades e outros 16,1% apresentam um plano de ação fechado. Sobretudo os negócios sociais e escritórios populares, que se concentram na demanda individual de melhorias habitacionais.

Isso significa que esses arranjos têm pacotes de projetos ou de reformas que podem ser comprados como “kits prontos”, e na maioria dos casos são entregues com tudo que é necessário para execução da obra ou então pacotes personalizáveis. Constatando o que já havia aparecido na etapa anterior de mapeamento das iniciativas.

Figura 13 — Gráfico: pergunta 15 do questionário online

Há um plano de ação formado? Ele é adaptado conforme a comunidade/família?



Fonte: a autora.

Para exemplificar melhor o que é o plano de ação fechado ou os kits de reformas, que aparecem majoritariamente nas formas de atuação dos arranjos mapeados, pode-se analisar a imagem abaixo da Figura 14, retirada de uma das páginas sociais de uma das organizações que respondeu o *questionário online*.

Esta imagem representa como estes negócios sociais comunicam como podem oferecer seus serviços, evidenciando como atuam. A Figura 14 não representa um caso isolado entre os arranjos estudados, mas um exemplo apropriado para o entendimento desta forma de atuação dos negócios sociais e é inclusive, fácil de ser encontrada nos sites oficiais e mídias sociais de tais arranjos. O que demonstra uma forma de padronização de atuação destes arranjos intitulados como negócios sociais.

Com esses dados, tem-se o entendimento que com essa forma de atuação, esses arranjos se inserem no contexto da vulnerabilidade social e por meio de métodos predeterminados, escaláveis e conseguem abranger um grande número de atendimentos e até replicar o modelo de negócio. Os estudos demonstram que, justamente por ter essa inteligência de retorno de capital para os profissionais envolvidos, pela desburocratização da obra e facilidade de crédito para as famílias atendidas e também pela venda de um produto tangível, que é a obra concluída e não apenas o projeto, que este modelo de arranjo está pluralizando. Além disso, essa



forma de atuação entrega às famílias a certeza de uma mão de obra qualificada e a resolução da demanda pontual.

Figura 14 – Exemplo Plano de Ação fechado: Kit Reformas

**kit Banheiro**

Reforme seu banheiro em até 30x no boleto!

**MONTE O KIT DO SEU JEITO**

- Revestimento no Piso e na Parede
- Box de vidro
- Forro em Gesso com iluminação
- Balcão em Granito
- Gabinete com cuba
- Louças Sanitárias, Chuveiro e Acessórios

**FAZEMOS TUDO PARA VOCÊ**

- Compra de material
- Contratação de mão de obra
- Gerenciamento da obra

PARCELAS A PARTIR DE **R\$ 199,00**

Já imaginou seu banheiro novinho com parcelas que cabem no bolso?!

traço e ato

Parceria NovaVivenda

Fonte: Traço e Ato. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CV3WkgQLnmB/> >.

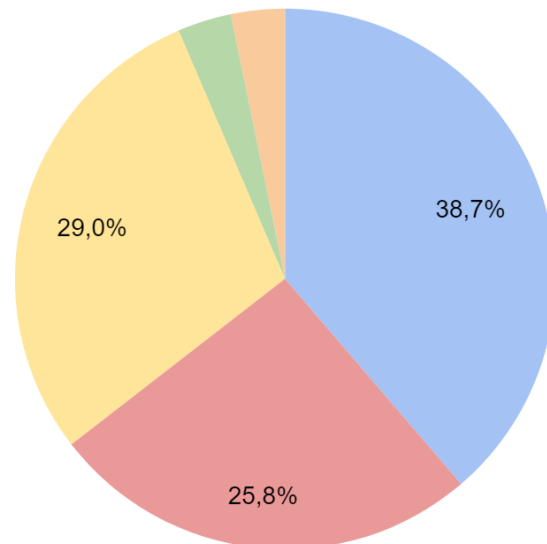
É necessário ressaltar aqui que esta pesquisa busca compreender as diversas práticas existentes com ATHIS e que, mesmo esta forma de atuação acaba se restringindo para resolução de demandas pontuais, elas não são compreendidas como indesejadas. Fato é que, o problema da moradia no Brasil é imenso e há sim a necessidade por demandas individuais, principalmente quando o atendimento é

voltado à população de baixa renda. Portanto, essa forma de atuação pontual torna-se também necessária, mas mesmo assim, deve ser questionada para seu possível aprimoramento, especialmente quando fica comprovado que é a forma de atuação que mais se reproduz no cenário nacional atualmente – e a tendência é continuar assim.

Outro item importante a ser ressaltado na análise das respostas é que as famílias atendidas pelas iniciativas que responderam o questionário têm, segundo as mesmas, um **bom nível de envolvimento** com as ações propostas, em **38,7%** delas, ou até um **envolvimento total**, em **29%** delas. O que significaria um envolvimento desde o levantamento inicial até a finalização da obra. Isto pode ser considerado adequado por demonstrar uma relação mais humanizada da provisão de moradia para a população de baixa renda. Sendo que também se notou, pelas respostas analisadas das perguntas abertas que em geral as famílias estão inseridas no desenvolvimento do projeto como um todo, mas não tanto nas etapas de obra. O que demonstra uma prática na contramão da autoconstrução de moradias. Isto pode ser observado no gráfico apresentado na Figura 15.

Figura 15 – Gráfico: pergunta 19 do questionário online  
Há um envolvimento da família ou da comunidade nas ações/obra?

- Há um bom envolvimento.
- Menor envolvimento possível.
- Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
- Outro: Depende do caso.
- Outro: Até agora não, mas pretendemos inseri-los.



Fonte: a autora.

Em seguida, das perguntas número 20 a 23 foram analisados os aspectos de aproximação dos arranjos com a Lei de ATHIS ou então com o poder público. Pesquisando até uma possível, e desejável, atuação dos arranjos estudados em prol

da implementação da Lei nº 11.888/2008 e criação de novas possibilidades institucionais. Neste quesito, majoritariamente todos os arranjos **declaram não ter apoio nenhum vindo do poder público**, inclusive quando perguntado sobre financiamento pela iniciativa pública de alguma ação ou projeto notou-se uma certa indignação e repulsa nas respostas. Assim como nas respostas sobre o diálogo com o poder público, a maioria dos arranjos afirma que tentou abrir um diálogo com o poder público, mas que não obteve nenhuma resposta efetiva, então continuou seu trabalho e forma de atuar mesmo sem nenhum subsídio público.

Destaca-se aqui uma das respostas, feita pela Associação ONZE8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura, para a seguinte pergunta: “Levando em consideração as leis e incentivos existentes para a busca de moradia digna para todos, quais os fatores que você sente que ajudam o trabalho de vocês? E quais fatores não ajudam? ”

Figura 16 — Gráfico: pergunta 26 do questionário online

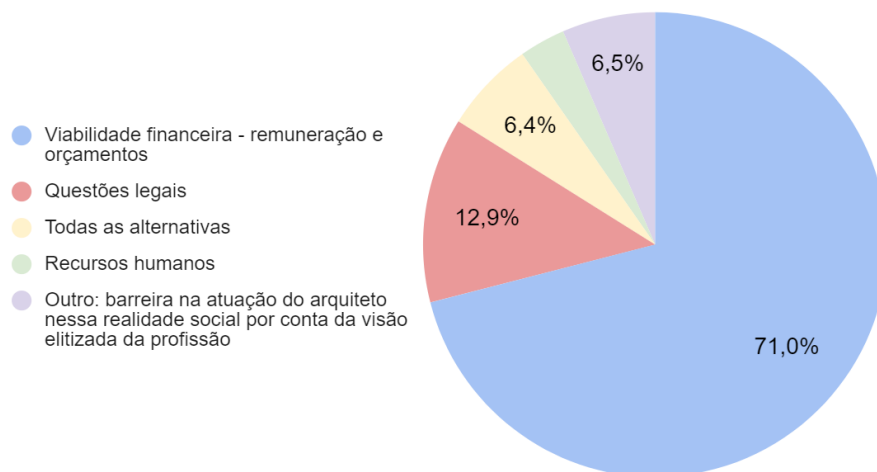
9. O desmonte das políticas públicas ligadas à HIS, de modo específico, e ao Direito à Cidade, de modo mais amplo, em curso desde o Golpe de 2016, com extinção de ministérios e de programas importantes (mesmo com todas as críticas), não nos deixa muito otimistas em relação à nossa atuação. Os recursos públicos foram direcionados para outras pastas e as instituições privadas, num cenário de crise, tendem a não investir a não ser no estritamente necessário. Isto dificulta pensar qualquer ação em escala mais ampliada, e a atuação "caso a caso", como a nossa, tem dificuldades para intervir no âmbito urbano. A Lei de ATHIS, além de não mencionar como ficam as questões práticas da execução das obras (material de construção e mão-de-obra ficam praticamente esquecidos), não sugere qualquer punição para os municípios que não a puserem em prática, tornando-se mais uma "lei que não pegou". Do lado dos estatutos que podem ajudar, temos a Lei Federal nº 13.465/2017 que, se por um lado, é uma temeridade, propondo que sejam regularizadas grilagens e ocupações ilegais de terra no âmbito rural, pode acabar sendo utilizada para agilizar processos de regularização fundiária em favelas e ocupações espontâneas no meio urbano. Instrumentos como o IPTU Progressivo e o Direito de Preempção também poderiam ser amplamente utilizados para obtenção de imóveis para realização de HIS em centros urbanos, ou mesmo para aquisição e formação de um estoque de terras por parte do poder público. Mas ainda sofrem uma resistência muito grande para serem aplicados.

Fonte: a autora. Retirado do questionário online - Apêndice D

Esta resposta demonstra que, em geral, os profissionais que atuam nos arranjos estão inteiramente cientes dos respaldos legislativos que existem para atuação com ATHIS<sup>43</sup>, porém descrentes na ação do poder público. O que, dado o cenário nacional inclusive exposto na resposta, é compreensível. Isto acaba sendo uma das principais motivações para a maior parte desses profissionais buscarem meios de agir com ATHIS desde a sociedade civil e sem buscar envolvimento com o poder público, o que também foi averiguado nas respostas abertas analisadas.

Um dos últimos aspectos a serem analisados do *questionário online* é quanto os principais fatores que bloqueiam o andamento das ações e projetos dos arranjos, sendo que esta resposta serve para nortear qual o principal desafio para efetivação da ATHIS desde a sociedade civil organizada. O **principal desafio** apontado pelas respostas é o **orçamento**, seguido pelas questões legais, sendo que muitos optaram por escrever o principal desafio e acaba por sempre englobar os recursos financeiros. Então, analisando as respostas chegou-se à conclusão que o principal desafio enfrentado pelos arranjos existentes que atuam com ATHIS é a remuneração salarial e a **viabilidade financeira do processo**, tanto para os profissionais que vão realizar o trabalho quanto para os moradores. A Figura 17 a seguir mostra o gráfico dessas respostas:

Figura 17 — Gráfico: pergunta 24 do questionário online  
Quais fatores mais bloqueiam e/ou dificultam o andamento dos projetos/ações?



Fonte: a autora.

<sup>43</sup> Cabe aqui destacar a exceção da “Associação amigos voluntários do bem - Mão na massa”, que atua de forma totalmente voluntária, com ações de arrecadação de materiais e vaquinhas para melhorias habitacionais pontuais e não tem conhecimento sobre a Lei de ATHIS. Essa informação encontra-se descrita no *Apêndice C – Questionário online aplicado - Arranjos existentes que trabalham com ATHIS*.

A última análise do questionário online que cabe aqui, é quanto à atuação em prol do direito à moradia e do desenvolvimento de políticas públicas habitacionais e da Lei de ATHIS. A busca de ações concretas na diminuição da vulnerabilidade social que contam com a formação de agentes políticos ativos em busca deste direito. Para analisar isto, foi questionado se os arranjos sentiam que ajudavam na formação de agente de transformação local, na construção de um sujeito ativo e político, que significa um sujeito que tem noção do seu direito à moradia. A análise das respostas leva a crer que a maioria dos arranjos não se envolve com isso pois, como alguns deles mesmo abordam, não tem tempo para tanto. Ou então, a interpretação das respostas produzidas leva a esta conclusão. Destaca-se na Figura 18 uma das respostas obtidas:<sup>44</sup>

Figura 18 — Questionário online – pergunta 28

**28. Quanto às famílias atendidas, vocês sentem que ajudam na formação de um agente de transformação local? Na construção de um sujeito ativo e político? Se sim, quando e como você sente que isso acontece? Quais ações você acredita que vocês realizam, que são capazes de formar esse sujeito ativo e político?**

1. Não dá tempo de fazer nada disso. Nós sabemos que a mudança ajuda no dia a dia da família, na salubridade e saúde como um todo. Mas não dá tempo de construir nada disso com elas. Precisaríamos de um processo mais longo e um acompanhamento mais profundo. Nós vamos lá, construímos um banheiro, fazemos uma melhoria habitacional e vamos embora. E só aí, são meses de trabalho voluntário. Hoje até temos uma estagiária de Psicologia ambiental iniciando no projeto, mas o foco é trabalhar mais a expectativa e conhecer a rotina da família. No final, ao invés de estarmos felizes, estamos desgastadas, frustradas e decepcionadas com o quanto poderíamos fazer, mas não conseguimos por não ter incentivo municipal.

Fonte: a autora. Retirado do questionário online - Apêndice D

<sup>44</sup> Resposta da Marina Bernardes, da “Arquitetura para quem mais precisa”. Essa resposta encontra-se descrita no Apêndice D – Questionário online aplicado - Arranjos existentes que trabalham com ATHIS.

Apesar desta e de algumas outras repostas demonstrarem integral ciência da problemática envolvida com ações apenas pontuais, falando sobre como “as carências são tão primárias que a ideia inicial é conseguir minimizá-las, mostrar que pode ser feito diferente e incentivar transformações maiores a partir de iniciativas como a nossa” (APÊNDICE D – Respostas do questionário. Pergunta 28) outras repostas analisadas que levam a crer que determinados arranjos não alcançam essa noção da luta, de atuação politizada e transformação local, como repostas que afirmam que sim, que eles são capazes de ajudar a formar sujeitos ativos e políticos por “há indicação de serviços”, ou seja, simplesmente porque a família atendida indicou eles.

Cabe ainda lembrar da Figura 1 (p. 14), que mostra o arranjo proposto pelo CAU, através do PEI-ATHIS, para atuação das iniciativas da esfera privada. Com base no sugerido pelo PEI-ATHIS, os arranjos deveriam atuar através de um contato com a rede municipal e ter a sua demanda direcionada pela própria Rede Pública, que seriam famílias que não fossem consideradas como “demanda prioritária”. Além disso, os arranjos deveriam atuar com: melhorias habitacionais, regularização fundiária e assessoria para as cooperativas.

Já sabemos que as iniciativas da sociedade civil organizada muitas vezes atuam sem o apoio da rede pública e ainda tentam fomentar algum tipo de iniciativa pública. Mesmo assim, com a análise das iniciativas existentes, podemos concluir que, de maneira geral, as ONGs são as iniciativas que mais se aproximam do proposto pelo PEI-ATHIS, justamente por sua forma de atuação mais complexa, envolvendo mais agentes sociais e conversando, sempre que possível com o poder público. Apontando uma atuação que mescla trabalho e luta social.

Dentro dessa mesma análise, houve outra pergunta do questionário online que diz respeito a opinião dos respondentes quanto às barreiras que impedem mais profissionais de arquitetura de trabalhar com ATHIS. A Figura 19 demonstra algumas das repostas obtidas. Os resultados mostraram que as principais questões estão relacionadas à conscientização social, fiscalização e aplicação real da lei de ATHIS, e remuneração. A remuneração, em particular, foi um dos principais desafios apontados pelos respondentes. Sendo que essa pesquisa tem como objetivo, especialmente nas próximas etapas, desenvolver conhecimento nessas questões, compreendendo e demonstrando como os arranjos mais destacados atuam, com a finalidade de abarcar informações sobre como esse trabalho pode ser realizado.

O estudo se concentra em analisar os arranjos que apresentam crescimento significativo ou que possuem uma atuação mais política ligada ao território. É importante entender como cada um desses arranjos e iniciativas tem objetivos diferentes e como isso se reflete no dia a dia de trabalho desses profissionais. Nesse sentido, serão investigadas as características, funções, metodologias e tamanho de equipes necessárias para alcançar tais objetivos.

Figura 19 – Questionário online – pergunta 30

30. O que falta, na sua opinião, para que mais profissionais de arquitetura trabalhem com ATHIS?
12. Informação. O assunto ainda é novo no meio acadêmico, muita gente não conhece a ATHIS ou a arquitetura social.
21. Depende da vontade dos gestores em realizar, articulação, pressão popular e conhecimento técnico para os arquitetos e urbanistas - por isso a Soluções Urbanas desenvolveu cursos e oficinas para ensinar sobre ATHIS e melhorias habitacionais.
26. fortalecimento de políticas públicas efetivas e planos de execução da ATHIS com direcionamento adequado de recursos para tal. Especialmente considerando que são ações sem custos para a população, é dever do Estado, prever a estrutura adequada para implementação profissional da prática com remuneração para os profissionais e para as obras.

Fonte: a autora. Retirado do questionário online - Apêndice D

Resumindo, com esses dados do fichamento das iniciativas mapeadas e das análises a partir do cruzamento com as respostas do *questionário online*, chegou-se às seguintes conclusões sobre a atuação com ATHIS desde a sociedade civil organizada: primeiro percebe-se que há, indiscutivelmente, um **crescimento no número de empresas e negócios sociais nos últimos cinco anos** e que a **forma de atuação** delas é pontual e similar, ou até mesmo **replicável**. Contando geralmente com financiamento de incubadoras e um plano de ação mais fechado, predeterminado o que acaba representando, na prática de ATHIS, em uma ação mais pontual de melhoria habitacional, como por exemplo as reformas de um cômodo.

Além disso, as organizações mais antigas, que são as ONGs e as cooperativas, são as que possuem um arranjo mais complexo, com formas de atuação múltiplas, uma equipe multidisciplinar e também uma rede de apoio maior. Há, trabalhando nesses arranjos, mais parceiros, há mais formas de financiamento do projeto e da obra, e geralmente há envolvimento com o poder público ou então com as entidades representativas (CAU ou IAB). Essas também são as organizações que apresentam maior contribuições com o debate sobre possíveis arranjos institucionais para uma política habitacional que conte com a participação de entidades da sociedade, por apresentarem um envolvimento com as políticas públicas em si, levando em consideração o nível de envolvimento com a comunidade, com o estado, as políticas públicas existentes e ações diferenciadas, como debates, workshops e palestras que fomentam o direito à moradia.

Por isso, para a continuidade desta pesquisa, haverá um estudo mais próximo sobre a atuação de ambos exemplos que se destacam e divergem: o negócio social e também de uma ONG. Um caso de atuação mais recente e um mais antigo, um com planos de ação fechados e outro que atua com diferentes projetos e serviços. Onde objetiva-se entender particularidades da sua forma de operação e organização interna que fazem com que essas iniciativas tenham uma atuação tão expressiva no que se propõem.

É importante dizer também que, muitos destas iniciativas estudadas, como já mostrado na análise do *questionário online*, tem o discurso, a intenção e o conhecimento abrangente da Lei de ATHIS, da função social do arquiteto e da dimensão da problemática do direito à moradia no cenário nacional. Com isso, o intuito desta próxima etapa da pesquisa também será entender como estes arranjos podem dar este passo ativo em direção a atuações politicamente mais ativas. Pois, acredita-se que, se depender apenas do poder público para a implementação da Lei de ATHIS não teremos resultados efetivos no cenário nacional. E pode ser através da atuação mais efetiva das iniciativas existentes que avançaremos no direito à moradia.

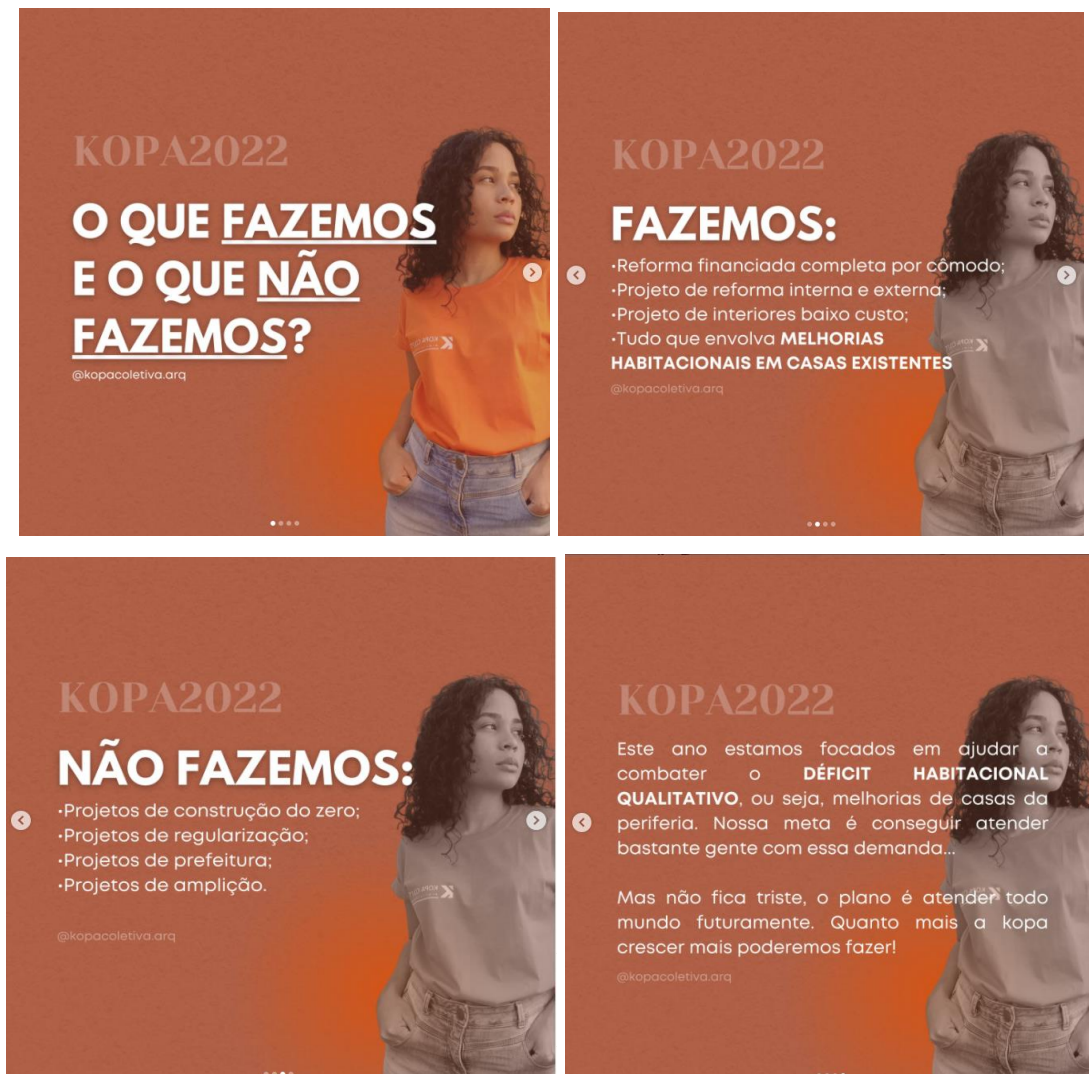
Exemplificando o que foi exposto acima, podemos observar a Figura 17, com imagens retiradas da página social de um dos arranjos estudados, um negócio social, que respondeu o *questionário online*, e explica qual o nicho de atuação do mesmo. Estas imagens acontecem em diversas destas páginas. Muitos deles, aparentam genuinamente a ambição de agir na causa e impactar socialmente as comunidades onde atuam, ou então a escolha por uma atuação tradicional da arquitetura e



urbanismo seria o caminho mais simples. Especialmente se analisarmos os vídeos e as organizações deles em redes de apoio e debate sobre o direito à moradia.

A Figura 20 mostra que esses negócios sociais estão abertos a crescer e atender para além de melhorias habitacionais em casas existentes. Por tanto, almeja-se com a próxima etapa de pesquisa levantar informações para a expansão da atuação destes arranjos existentes, que a princípio atuam de maneira restrita. Levando em consideração também a necessidade dos mesmos atingirem a sustentabilidade econômica e atuar de maneira mais expressiva.

Figura 20 – Kopa Coletiva: exemplo negócio social – foco e pretensão de atuação



Fonte: Kopa Coletiva. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CY4wnbuLSvb/>>

Para dar início a uma análise mais aprofundada dessas duas iniciativas escolhidas, a próxima seção apresentará informações investigadas e levantadas sobre a operacionalização do Instituto Nova Vivenda, que foi identificado como o

modelo de negócio social de maior crescimento no atual cenário nacional. E por isso, considerado relevante de ser investigado.

Em seguida, no próximo capítulo, serão apresentadas as informações coletadas na pesquisa de campo da ONG Peabiru. Devido às restrições gerais da pesquisa, não foi possível realizar um estudo de caso com acompanhamento de ambas as iniciativas, com isso foi escolhido para a pesquisa de campo, dentro outros motivos que serão apresentados, a iniciativa que apresentava o arranjo mais complexo. Conseqüentemente, há mais elementos e informações apresentadas sobre a Peabiru. Mesmo assim, a pesquisa traça algumas relações quando possível entre as duas formas de atuação, organização de equipes e principais características encontradas nas iniciativas estudadas.

### **2.3.3 O negócio social: um olhar para o Nova Vivenda**

Como exposto, a representatividade do Instituto Nova Vivenda no cenário nacional é notável e, por isso, viu-se a necessidade de investigar mais sobre sua atuação e organização interna. Uma vez que a pesquisa se propõe a entender as diferentes iniciativas que atuam no cenário nacional com ATHIS e assessoria hoje. Sendo o Nova Vivenda um dos maiores, senão o maior, responsável por “mostrar o caminho” para novos profissionais atuarem nessa área, isso significa que podem representar também o destino da prática profissional com arquitetura popular no Brasil. Dessa forma, o Instituto Nova Vivenda se coloca como uma importante ferramenta tanto para compreender a realidade habitacional no país e quanto para entender as práticas existentes e trabalhar na busca de soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Por conta da expressividade da sua atuação levantada no mapeamento das iniciativas nacionais, levantou-se como necessário compreender a demanda real que eles atendem, como se vinculam (ou não) à Lei de ATHIS e qual é a consciência da função social do arquiteto que está por trás de sua atuação. Considerando que esses aspectos são fundamentais para compreender o contexto da atuação do Nova Vivenda e da prática com ATHIS hoje.

Então, após a realização da síntese do mapeamento e a aplicação do questionário, a próxima etapa aplicada foi uma investigação do Instituto Nova Vivenda, que aconteceu concomitantemente com as visitas de campo que serão apresentadas

no próximo capítulo. O acesso às informações foi obtido através de conversas por WhatsApp, fontes públicas como sites e redes sociais, participação de palestras e eventos com representantes e também com outros negócios sociais vinculados ao Nova Vivenda. Bem como uma entrevista com uma arquiteta e urbanista franqueada a rede, que atua em Florianópolis, e também uma aproximação diretamente com a Nova Vivenda, em uma reunião online de primeiro contato feito pela pesquisadora como arquiteta interessada a *vincular-se na causa* - como eles chamam os negócios sociais associados: um **Negócio na Causa**.

Para isso, houve um primeiro contato com uma das responsáveis pela Nova Vivenda e solicitou-se uma conversa sobre informações relacionadas ao trabalho vinculado ao Instituto Nova Vivenda, objetivando assim obter informações relevantes para a pesquisa deste ponto de vista. Essa etapa se fez necessária para o entendimento de alguns pontos que, apesar das outras formas de aproximação e pesquisa, ainda não haviam respostas; o que não exclui também o interesse pessoal da pesquisadora como arquiteta, sobre como atuar na área.

A Nova Vivenda nasceu em 2011, com três sócios, atuando na periferia de São Paulo. O objetivo deles, segundo as informações encontradas, sempre foi promover a qualidade de vida e focar no déficit qualitativo. Lucas Caixeiro, CEO da Nova Vivenda, destacou em uma entrevista a importância de se atuar no setor de reforma de moradias, afirmando que "a arquitetura popular é um caminho para solucionar o déficit habitacional qualitativo, e é necessário entender mais sobre como esse setor atua e como ele pode ser aprimorado". Com esse foco, buscaram e pesquisaram até desenvolver essa fórmula dos **kits de reformas**, o produto principal da atuação deles.

Ainda sobre a missão da Nova Vivenda, cabe dizer que durante a participação do evento chamado Virada da Habitação, que aconteceu em São Paulo, em agosto de 2022, durante a pesquisa de campo, foi possível acompanhar uma palestra com o Marcelo, antigo<sup>45</sup> CEO da Nova Vivenda, onde foi dito que um dos objetivos deles era realmente montar uma estrutura capaz de ser reproduzida - de "tecnologia escalável", para usar das suas palavras.

---

<sup>45</sup> Na época da palestra ainda era CEO da Nova Vivenda, conforme uma informação que consegui em 03/02/2023, ele saiu da sociedade e agora eles estão em apenas dois sócios no negócio.

Nesta palestra Marcelo também falou sobre as dificuldades operacionais dos fundos públicos, apontando que desde o início da Nova Vivenda eles buscavam outras maneiras de se organizar para não precisar depender de tais verbas. Portanto montaram sua própria estrutura de financiamento, uma “espécie de Fintech da moradia.”<sup>46</sup> Com isso, na visão de Marcelo e dos demais CEOs, a Nova Vivenda conseguiria driblar um dos maiores desafios desse campo de atuação, conforme levantado pelo questionário online, que é a captação de recursos para as obras e a remuneração dos profissionais de arquitetura.

Após a palestra, realizou-se uma aproximação e uma entrevista não estruturada com o Marcelo, um dos CEOs da Nova Vivenda. Apresentou-se a pesquisa, indagando-o sobre a relação da Nova Vivenda com o poder público. Durante a conversa, foi levantada a questão acerca da sua atuação e do papel do Estado no campo habitacional, considerando a trajetória independente da organização em relação às políticas públicas e verbas governamentais. Foi questionado como Marcelo percebia tal atuação estatal, Marcelo respondeu afirmando que desacredita em uma “atuação eficaz do setor público” e afirmou que hoje (na época da pesquisa 2022) a Nova Vivenda causa mais impacto nas cidades que atua que qualquer prefeitura ou ação pública.

Marcelo também foi questionado se ele enxergava a Nova Vivenda abrindo esse diálogo com o poder público. E comentou que os pequenos escritórios não têm estrutura para competir por licitações públicas para executar grandes obras, porém, se todos estiverem articulados e ligados a Nova Vivenda, seria uma maneira de conseguir dialogar com o poder público. Explicando que esse é um dos objetivos de fazer uma fórmula escalável de trabalho com arquitetura popular.

Por conta dessa visão de atuação, o Nova Vivenda criou em 2017, o Instituto Nova Vivenda com o objetivo de estabelecer essa rede e criar uma estrutura maior com escritórios e profissionais associados, o que eles chamam de: **Negócio na Causa**. Segundo Marcelo, essa rede deve ser capaz de ser confiável para o poder público e atuar com maior impacto contra o déficit habitacional qualitativo em todo o

---

<sup>46</sup> FINTECH é um termo que se refere à indústria financeira de tecnologia. Em outras palavras, é o uso de tecnologia para melhorar e transformar o setor financeiro. Esta abordagem inclui a oferta de serviços financeiros inovadores e mais eficientes para os clientes, através do uso de aplicações digitais e processos automatizados. - Associação Internacional de FINTECH (International FINTECH Association).

país. Em entrevista para a Folha de São Paulo, Lucas Caixeiro, outro CEO da empresa, disse que o Instituto tem como missão "promover ações para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em seus lares, com foco nas necessidades específicas de cada região".

O Instituto, conforme Lucas Caixeiro relata, busca "fazer uma investigação profunda da realidade habitacional do país, identificando as necessidades específicas e apresentando soluções para a melhoria da qualidade de vida nas residências". Além disso, a Nova Vivenda também usa o Instituto para "capacitar profissionais e organizações interessadas" em melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio da arquitetura. E é aqui que entra o trabalho massivo de reprodução da sua fórmula de trabalho, financiamento e organização interna. O que o mapeamento apresentado anteriormente evidencia que acabou sendo um caso de sucesso se avaliarmos nesse quesito quantitativo, ou seja, o objetivo de ser reproduzível, de crescimento e expansão no território nacional.

Já em outra conversa, que na verdade foi uma reunião feita com Andréia<sup>47</sup>, uma responsável por comunicação da Nova Vivenda, ela comentou que há no Brasil 40 milhões de famílias que "dizem que precisam fazer qualquer tipo de reforma, então a gente olha para todas as famílias querem fazer qualquer tipo de reforma, esse é o nosso insight". E me explica que dentro dessa realidade de atuação eles se dividem em dois pilares de atendimento, o B2B,<sup>48</sup> que são reformados e o pagamento é parcelado sem juros. Para exemplificar ela falou de uma família onde a mulher ganha R\$2.000 por mês o marido ganha R\$3.000 por mês. Comentou que nesse caso, eles conseguem parcelar em até 30 vezes sem juros, mas que é cobrado da família. Para isso, eles desenvolveram uma linha de crédito e financiamento interna, que é alimentada por grandes investidores e também doações.

Já as famílias que não teriam como parcelar nem uma parcela baixa, como de R\$100,00 mensais, fazem a reforma desta casa completamente com doações dos "grandes investidores" - como eles chamam. Neste caso, não precisa entrar para a

---

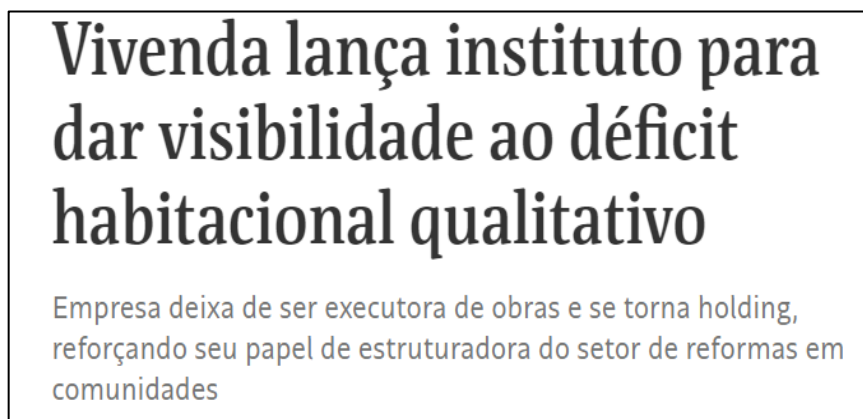
<sup>47</sup> Por motivos de privacidade e confidencialidade, o nome da pessoa foi alterado para um nome fictício. Isso acontecerá com os nomes citados no próximo capítulo também de entrevistados que estão citados na pesquisa. Todos os outros dados e informações apresentados nesta pesquisa são verdadeiros e foram relatados com precisão.

<sup>48</sup> B2B e B2C são termos usados no contexto de marketing e vendas para descrever a relação entre as empresas e seus clientes. B2B significa "business-to-business", ou seja, negócios feitos entre empresas. Por outro lado, B2C significa "business-to-consumer", ou seja, negócios feitos diretamente com os consumidores finais.

linha de financiamento/crédito deles, mas todo o trabalho e também os materiais para a reforma são subsidiados para a família.

Andréia comentou que a Nova Vivenda não tem medo de se transformar para entender o *mercado e a demanda*<sup>49</sup>. E que, com esse tempo de atuação, a primeira mudança foi quando entenderam que precisavam “ter mais gente para ver a engrenagem girar”, e assim criaram os Negócios da Causa. Que são todos esses escritórios e profissionais que se vinculam ao sistema de operação deles, no caso, ao se vincularem na Causa têm acesso à linha de crédito do Instituto. Além é claro, de aulas ensinando métodos de trabalho, marketing digital para o público alvo e acesso a um sistema operacional.

Figura 21 – Notícia Nova Vivenda negócio social e instituto



Fonte: Folha Uol.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/07/vivenda-lanca-instituto-para-dar-visibilidade-ao-deficit-habitacional-qualitativo.shtml>

Após um período de atuação a Nova Vivenda parou de operar diretamente com um negócio social que projetava e executava obras e virou *uma plataforma de ligação*, onde eles conectam as famílias com o arquiteto, com o lojista da periferia, com o pedreiro e por último, mas não menos importante: com os grandes investidores. E em 2021, dá mais um passo nessa reformulação interna e torna-se uma **holding**<sup>50</sup> **do setor de reformas em habitações de baixa renda**. A Figura 21 apresenta uma

<sup>49</sup> Grifo aqui estas palavras escolhidas pela entrevistada justamente para demonstrar a visão que há sobre esse campo de atuação.

<sup>50</sup> Um holding é uma empresa que detém ou controla o capital de outras empresas. Ela não costuma ter atividades operacionais próprias, mas sim participar da gestão e tomada de decisão das empresas que controla. A holding é usada como uma estrutura corporativa para agrupar negócios de diferentes setores ou para centralizar a propriedade de ativos. Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA). Disponível em: <http://www.abrasca.org.br/glossario/holding/>

chamada de notícia de 2021, que anuncia que a Vivenda deixa de ser “executora de obras e se torna holding”.

Durante a pesquisa, em uma reunião com a Andréia, ela explicou sobre o projeto que está vigente nesse momento, no caso janeiro de 2023, onde um investidor sozinho entrou com mais de 40 milhões de reais para fazer reformas habitacionais para famílias de baixa renda em todo o Brasil. O projeto se chama “**Reforma que Transforma**” e o grande investidor é a empresa Gerdau, que é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços especiais no mundo e de aços longos nas Américas.

O novo programa basicamente segue a mesma lógica de atuação que a Nova Vivenda seguia, mas a diferença é que agora, ao invés do financiamento ser do próprio Instituto Nova Vivenda junto com múltiplas doações e diversos investidores, agora o fundo está vindo de uma única empresa, nesse caso a Gerdau.

Figura 22 – Programa Reforma que transforma



Fonte: Reforma que Transforma.  
Disponível em: <https://www.reformaquetransforma.com.br/>

Nas imagens apresentadas, Figura 22 e Figura 23, tem-se a apresentação da Gerdau sobre o programa e os critérios para a família poder ter sua reforma através dele. Que são: 1) residir em alguma das cidades que serão atendidas; 2) querer reformar; 3) residir em um imóvel de alvenaria; 4) e ter uma renda familiar superior a 01 salário mínimo. Retiradas do site do programa *Reforma que Transforma*.

Por conta desse programa com o financiamento da Gerdau, Andréia explicou que eles passam a atuar em uma lógica de “*desenvolvimento de território*”. Isso porque algumas localidades são escolhidas para a atuação, e o motivo que norteia a escolha das localidades, dentre outros fatores, é por conta da presença das indústrias da Gerdau. Ou seja, há apenas algumas cidades do país em que o trabalho está acontecendo e essa escolha é feita pela empresa que está financiando o programa. De uma certa maneira, essa lógica de *desenvolvimento territorial*, como eles chamam, pode ter um impacto mais positivo no quesito da qualidade de vida de uma população local, da comunidade como um todo e não apenas de uma família pontual em um território precário.


Figura 23 — Programa Reforma que transforma: critérios

## Critérios para participar



**Residir nas áreas atendidas**

Morar nas **áreas contempladas** pelas 12 cidades do projeto. No entanto, além de estar em um dos 12 municípios listados acima, a residência a ser reformada também deve estar em área regularizada ou passível de regularização, não configurando risco, proteção ambiental, entre outras restrições.



**Ter interesse em reformar**

O foco do **Reforma que Transforma** está em reformar cômodos de moradias já existentes. Exemplos de serviços: colocação de piso, revestimento de paredes, resolução de problemas de umidade ou infiltração, adequação de ventilação e iluminação, entre outros. Não serão atendidos pedidos de construção de novas moradias, ampliações, nem reformas estruturais.



**Residir em um imóvel de alvenaria**

A moradia a ser reformada deve ser de alvenaria. Não serão atendidas moradias “improvisadas” em madeira/madeirite ou outros materiais de cunho provisório.



**Quem pode acessar o financiamento**

Pessoas entre 21 e 80 anos.  
Renda familiar superior a 01 salário mínimo.  
Obs: a composição da renda familiar será a soma das rendas de, no máximo 03 pessoas da mesma família.



Por outro lado, a Vivenda já havia espalhado seus serviços significativamente no território nacional e as demais localidades que atuavam vinculados à Vivenda terão seus trabalhos interrompidos. Ou seja, os escritórios vinculados ao Instituto Vivenda, os Negócios na Causa, que não atuam nas cidades escolhidas pela Gerdau para a atuação do novo programa foram “desligados”.

A arquiteta de Florianópolis entrevistada e que tinha um **Negócio na Causa** passou as informações confusas, que eles não foram devidamente avisados e que ela não sabia o que tinha acontecido ao certo, mas que eles foram cortados da linha de crédito. Relatou que recebeu “um e-mail pedindo para assinar a rescisão de contrato” e informou que a informação que ela tinha era de que eles iriam trabalhar apenas numa região específica. Contradizendo essa informação, Andréia explicou que eles foram avisados dessa nova fase da Vivenda, e que eles seguem a procura de profissionais nas regiões que serão beneficiadas com o novo programa. Então no momento, as cidades em que o Vivenda atua, estão localizadas nos estados do Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. É possível observar cada uma das cidades na Figura 24.

Figura 24 – Cidades de Atuação do Programa Reforma que transforma



Fonte: Reforma que Transforma.  
Disponível em: <https://www.reformaquetransforma.com.br/>

Andréia informou que são 12 cidades no total, e em muitas delas a Vivenda está com mais de um negócio social vinculado ao trabalho. De uma certa forma, continuam sendo uma atuação fortemente presente e espalhadas no território nacional. Além de que, não se deve descartar a hipótese de que os negócios sociais já criados e que surgiram vinculando-se a Causa, podem continuar atuando no território nacional em uma lógica de negócio similar a fórmula já aprendida, ou seja: com melhorias habitacionais pontuais através da venda do kit de reforma, facilitando e ajudando as famílias a conseguirem alguma linha de crédito/financiamento.

Essas foram as principais informações encontradas sobre a Vivenda e algumas das principais conclusões chegadas com a pesquisa, entrevistas e a aproximação são que, no momento, eles se desvincularam das formulações da *"função social da arquitetura"* ligada a uma agenda de cidadania, isto é, da universalização de direito à moradia e à cidade. Isso porque já não mobilizam tais conteúdos no cotidiano, tampouco em plataformas públicas. Nestes, prevalece a linguagem do marketing, apresentando vantagens competitivas da contratação do serviço prestado. Mas acreditam que fazem transformação social, na medida em que geram melhorias nas condições de vida de camadas populares.

É nítido que tais iniciativas se centram em raciocínios de viabilidade, ou seja, toda decisão sobre sua atuação deve minimizar riscos e garantir retorno, como eles mesmo dizem: são facilmente reproduzíveis. Não por acaso, a Nova Vivenda já opera como uma franquia de sucesso e segue expandido no território nacional.

Sobre sua organização interna e financiamento de obras e projetos, a atuação do Nova Vivenda se enquadra no contexto neoliberal: é um negócio social que atua com um modelo de crédito próprio, que foi viabilizado por grandes empresas do campo da construção civil. Esse modelo de crédito é direcionado para atender as demandas habitacionais da camada popular, que do ponto de vista deles tem um mercado potencial a ser explorado, graças ao aumento do poder de compra dessa camada da população, viabilizando transformações no campo de atuação.

A atuação do Nova Vivenda se tornou uma alternativa viável para territórios populares, permitindo melhorias práticas e acessíveis para as comunidades, além de oferecer aos arquitetos uma oportunidade de atuação em um campo menos elitizado. A relação com as associações de moradores se configura como uma inteligência de network e porta de acesso às famílias da comunidade. A ênfase crescente no tratamento da cidade como mercadoria, resultado do projeto político atual, tem

enfraquecido a participação popular e desmontado as linhas de financiamento da política urbana e habitacional.

As estratégias de mercado adotadas pelo Nova Vivenda são direcionadas para atender o nicho popular, buscando assim abrir oportunidades para jovens arquitetos que, ao recusarem o campo de atuação historicamente elitizado da arquitetura, encontram espaço para atuar de maneira mais inclusiva e socialmente engajada. A Vivenda se apresenta para esses arquitetos como uma resposta rápida, prática e viável, como eles mesmo dizem: facilmente reproduzível.

Em tom de consideração: O diagnóstico sobre a tendência neoliberal de crescimento do empreendedorismo – de acordo com o qual ATHIS se tornou atendimento a um nicho de mercado popular, despolitizado – é importante e certo do ponto de vista de uma análise quantitativa, macrossocial, das reestruturações políticas e econômicas amplas. No entanto, tal diagnóstico pode deixar de lado aspectos importantes mostrados numa análise mais qualitativa, atenta aos sujeitos reais implicados nessas práticas.

Sem dúvida, há muitos jovens profissionais que, após sua passagem pela universidade, pretendem trabalhar com ATHIS em sentido estrito, de modo a contribuir com a formação de sujeitos políticos, construção de poder popular e universalização do direito à moradia. Mas há questões anteriores a isto: eles correm o risco de não conseguir seus provimentos, não conseguir ser remunerado profissionalmente, o que no limite põe em xeque a perenidade de sua prática. Esta pesquisa dialoga justamente com esses atores, que não se adequam ao imaginário do empreendedorismo e, por isso, precisam forjar um outro repertório de ação, com outra rede de suporte, interlocução e trabalho.

### 3 ESTUDO DE CASO: ONG PEABIRU

Para a continuidade desta pesquisa, com o objetivo de responder aos objetivos específicos e realizar um estudo mais aprofundado nos arranjos que se destacam estudando sua forma de organização, será apresentado agora o estudo de caso da ONG denominada Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, que já se tornou uma referência nacional. Os critérios para a seleção desta foram:

- 1) Trata-se de uma iniciativa estruturada, que perpetuou no tempo e possui um modelo de organização interna lapidado, com mais experiências para basearmos o estudo. Tem um repertório de atuação ampla do ponto de vista das atividades: realizam projetos arquitetônicos, projetos urbanísticos, cursos de formação com lideranças e cursos abertos para o público em geral.
- 2) Há domínio na captação de recursos e condições de remuneração profissional de seu corpo técnico, o que se mostrou nesta pesquisa como um dos maiores desafios para iniciativas atuantes de ATHIS.
- 3) É um arranjo complexo que contribui para a formação de sujeitos políticos, dão suporte a organizações populares e, nesse sentido, em última instância, participam na universalização do direito à moradia e à cidade.

Este capítulo inicia com uma apresentação da Peabiru, com os dados coletados sobre a sua história e forma de atuação com assessoria na sociedade civil. Vale lembrar que, das tipologias estudadas e levantadas no mapeamento geral, os arranjos de **ONGs e os de Cooperativas** foram os que apresentaram um trabalho com mais envolvimento de diferentes atores sociais, a comunidade, se organizando em rede e atuando com profissionais remunerados, o que foi apontado como um dos principais desafios pelos arranjos que responderam o *questionário online* (a sustentabilidade econômica). Por isto, desde esta primeira etapa da pesquisa já era evidente a necessidade de aprofundar-se numa destas tipologias mais complexas e atuantes.

Até a primeira etapa da pesquisa, foram realizadas duas entrevistas não estruturadas de modo remoto com o Diretor Geral da ONG Peabiru, Rafael Borges Pereira. A primeira entrevista ocorreu em 17/08/2021 como parte da primeira etapa da pesquisa, onde as perguntas elaboradas foram as do formulário online. Dessa

forma, foi possível comparar e analisar as informações da ONG Peabiru com as informações coletadas. A segunda entrevista ocorreu no dia 11/05/2022, onde foram apresentados os dados levantados com o desenvolvimento da pesquisa e expressada a vontade de realização do estudo de caso com a ONG Peabiru. Nesta segunda entrevista não estruturada, houve a permissão para seguir com a pesquisa e realizar o estudo de caso com acompanhamento presencial, acompanhamento da rotina e de obras e entrevistas. Algumas das informações coletadas em ambas estas conversas estarão presentes no decorrer deste capítulo.

A pesquisa de campo tem por objetivo descrever mais sobre a atuação da ONG, dividindo-a entre os agentes sociais envolvidos e suas ações, para entender como eles atuam internamente e quais parcerias são necessárias. Além disso, compreender sobre a sustentabilidade econômica deste arranjo, ou seja, sobre financiamento de trabalhos e remuneração dos profissionais e como isso se liga a uma forma de permanência e resistência.

Como etapa final de análise do arranjo, este trabalho almeja trazer as informações coletadas no estudo de caso, por meio de entrevistas, pesquisa de campo, aproximação com a rotina de trabalho da Peabiru e do cotidiano com análise qualitativa e etnográfica.

### 3.1 A PEABIRU

A Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais é uma ONG de Assessoria Técnica, que nasceu em 1993 por uma equipe multidisciplinar, contando com arquitetos e urbanistas, advogados, psicólogos, sociólogos, engenheiros e outros técnicos. Todos os fundadores da Peabiru atuaram no desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras habitacionais de interesse social nos mutirões de autogestão da prefeitura de São Paulo, junto aos movimentos populares e associações atuantes no final dos anos de 1980 (PEABIRU, 2022). Além disso, muitos destes também eram discentes, pesquisadores ou até mesmo professores universitários.

A Peabiru foi fundada em 1993, ou seja, precede a criação da Lei de ATHIS, em 2008, o que indica o papel deste arranjo para a construção desse campo de trabalho. Outro marco importante para todo o desenvolvimento de trabalhos com

assessoria e ATHIS foi o Governo de Luiza Erundina na cidade de São Paulo, que é considerado uma referência para políticas públicas progressistas no Brasil. Eleita prefeita em 1989, Erundina governou a cidade até 1992, implementando uma série de iniciativas para melhorar as condições de vida da população de baixa renda (ALVES, 2008).

Este período de governo é considerado um marco que merece destaque neste contexto, pois uma das áreas que recebeu atenção especial da administração Erundina foi a habitação. Durante seu mandato, foram implementados diversos programas para ajudar a população de baixa renda a ter acesso a moradias adequadas e seguras - Programa de Mutirões, de Regularização Fundiária e de Erradicação de Cortiços (ALVES, 2008). Alguns destes programas incluíram a construção de conjuntos habitacionais, regularização fundiária de áreas informais e a implementação de políticas de incentivo à habitação social. E foi neste cenário de ênfase de políticas públicas habitacionais em São Paulo que a ONG Peabiru nasceu.

Para contextualizarmos a criação da Peabiru e a sua relevância para a disseminação da ATHIS, têm-se a linha do tempo, Figura 25, que demonstra importantes marcos históricos para a construção das políticas públicas habitacionais, até a aprovação da Lei de ATHIS e 56ª Plenária do CAU<sup>51</sup>, que passou a destinar recursos para assistência técnica de habitação social. Plenária que está trazendo frutos na fomentação do trabalho com ATHIS, isso tornou-se evidente nesta pesquisa, uma vez que boa parte dos arranjos mapeados existentes surgiram depois deste período.

Na última entrevista feita com o coordenador geral da Peabiru, o mesmo mencionou que a ONG trabalha “no marco pelo direito à moradia e na luta pelo direito à moradia” e também que eles se entendem como coprodutores dessas políticas públicas habitacionais. Isso demonstra o que é identificado nessa pesquisa como a capacidade de contribuição de arranjos institucionais para construção de uma política habitacional que conte com a participação de entidades da sociedade.

---

<sup>51</sup> A decisão faz parte das “Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU 2017”, aprovadas na 56ª Plenária Ordinária, realizado dia 21 e 22/07/16 em Brasília. Informações disponíveis em: <<https://www.caurj.gov.br/56a-plenaria-cau-destinara-recursos-para-assistencia-tecnica-de-habitacao-social/>>

Figura 25 — Linha do tempo: construção de políticas habitacionais



Fonte: Danyela Manaia. 29º SIICUSP, de 2021.

Segundo suas próprias definições, a Peabiru apresenta como missão “contribuir para a universalização do Direito à Cidade e à Moradia Digna, por meio da construção e efetivação de políticas públicas e da assessoria técnica voltada a populações vulneráveis e organizações populares e sociais”, o que manifesta, novamente, sua vocação para uma organização e a construção de um campo de trabalho com ação vinculada ao estado.

A Peabiru consolidou seu trabalho a partir de sua definição como uma Associação Sem Fins Lucrativos que trabalha e busca a interdisciplinaridade, atuando na luta pela moradia digna e pelo direito à cidade e valoriza a troca de saberes com os grupos assessorados. Atuando principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, a Peabiru se organiza, desde 2011, em 03 programas diferentes para atuação de seu trabalho (PEABIRU, 2022), são eles:

- **Produção do Espaço:** programa que desenvolve planos, projetos, estudos e obras urbanas e habitacionais.
- **Crítica:** programa que provoca reflexões sobre o campo de atuação, elaborando pesquisas.
- **Política:** atuação em políticas públicas no campo do urbanismo e habitação social. Por exemplo: através da participação em Conselhos municipais.

A equipe da Peabiru é formada por uma equipe de onze profissionais associados, chamados de membros, apresentando divisão de equipes internas de trabalho com coordenação geral, financeira e administração (PEABIRU, 2022). Além dessa organização interna mais complexa, quando comparado a maioria dos arranjos existentes, a Peabiru apresenta inúmeros parceiros e atua em rede, entre eles: movimentos sociais, associações internacionais, organizações sociais, Órgãos governamentais, outras assessorias técnicas e laboratórios de pesquisa. A interação e papel dessas parcerias e agentes envolvidos também serão explicadas na próxima etapa deste trabalho.

O objetivo deste estudo de caso é compreender o funcionamento de cada programa, fornecendo uma análise detalhada da equipe envolvida e suas respectivas atribuições, bem como elucidar o processo de remuneração desses programas. Então, para o *estudo de caso* da Peabiru almeja-se entender mais a fundo essa iniciativa, identificando:

1) como estes superam as precariedades cotidianas e conseguem se manter enquanto organização: uma vez que este item foi levantado como o maior desafio encontrado no formulário;

2) em quais redes de atores se inserem e como: uma vez que a pesquisa sinalizou que a rede de atores dessas organizações, ONGs e assessorias, é mais complexa e a atuação em rede faz com que o impacto social seja maior. Então será importante entender quais as principais características que abrangem e sustentam essa forma de atuação em rede.

3) como se relacionam com o poder público: pois considera-se importante que, apesar da pesquisa estar focando em iniciativas da sociedade civil, o direito à moradia deve ser promovido pelo poder público, então o ideal seria se essas iniciativas se relacionassem com o mesmo. Articulando assim a luta política e social.

A hipótese de pesquisa é que a Peabiru, assim como demais arranjos mais complexos e que existem há mais tempo, operam de maneira não apenas a fomentar os programas públicos de direito à moradia, mas também se formatando-se interna e juridicamente para atuar conforme eles.



### 3.2 UM OLHAR DE PERTO E DE DENTRO: FORMAS DE ENTRAR E PRIMEIROS CONTATOS

A partir de agora será relatado o estudo de caso realizado, com o intuito de mostrar o que foi descoberto a partir de um olhar "de perto e de dentro". Esse é um termo usado em pesquisas antropológicas para descrever a técnica de pesquisa que se baseia na imersão do pesquisador na comunidade ou cultura que está sendo estudada (MAGNANI, 2000). Essa abordagem envolve a participação ativa do pesquisador na vida cotidiana da pesquisa, a fim de entender suas práticas, valores e crenças a partir de uma perspectiva interna. Ele defende que o pesquisador deve se aproximar dessas culturas a partir de uma perspectiva interna, participando de suas atividades e compreendendo suas práticas a partir da lógica interna que as governa.

Esse olhar foi necessário para conseguir identificar, por exemplo, quantos agentes trabalham somente na Peabiru e quantos desenvolvem também outras funções em laboratórios e departamentos universitários, para compreender também como a universidade colabora como suporte à Peabiru. Para tanto, algumas das perguntas planejadas para entrevistas, ou então a serem respondidas a partir da aproximação e observação do cotidiano, são:

- Como funciona a divisão de equipes de trabalho, entre tarefas administrativas, atividades projetuais, atividades de execução/acompanhamento de obra, formação política com lideranças populares, cursos para público amplo, interação/negociação com órgãos públicos?
- Como estabelecer as parcerias e/ou uma rede de suporte nas universidades, do ponto de vista institucional e de pessoas colaboradoras?
- Como é feita a apresentação e aprovação dos projetos para os beneficiários?
- Como acontece o trabalho da Peabiru no canteiro de obras?
- Como funciona a captação de recursos para projetos e obras, há uma equipe específica para tal atividade?
- Como a Peabiru atingiu a sustentabilidade econômica?
- Como atuar politicamente em prol do direito à moradia e do direito à cidade?

- Concretamente, como ajudar a construir esse campo de trabalho sem operar nele tendo apenas uma visão de nicho de mercado?

A partir do acompanhamento cotidiano das atividades e das entrevistas, a pesquisa buscou responder as respostas às questões acima. Na sequência serão apresentadas as sínteses das análises, no intuito de identificar elementos mais estruturantes da Peabiru e de sua rede de interação, com o foco em explicar como os arranjos podem atuar nesse campo, mesclando trabalho e luta.

Antes de descrever alguns fatos e episódios importantes observados na pesquisa de campo com a Peabiru, cabe primeiro esclarecer mais sobre o processo, tanto anterior à pesquisa de campo quanto à postura adquirida para a pesquisa de campo. O primeiro contato feito com a Peabiru foi na primeira etapa de desenvolvimento da pesquisa. Como já dito, foi por meio de entrevista não estruturada online, respondendo às perguntas do formulário online. Assim que foi decidido pelo estudo de caso e acompanhamento do dia a dia da Peabiru, foram estabelecidas diversas comunicações, incluindo ligações telefônicas, mensagens de texto e e-mails trocadas para estabelecer a data adequada para a viagem que permitisse a observação de múltiplas atividades da organização.

Algumas informações obtidas antes do estudo de campo, nos primeiros contatos com a Peabiru, já foram esclarecendo algumas das dúvidas colocadas pela pesquisa. Dentre elas: um resumo geral dos projetos que estavam em andamento e também a informação de que há uma esquematização de reuniões semanais para integração de todos os trabalhos. Essas reuniões são:

- Reunião de equipe geral: acontece quinzenalmente, com a participação de toda a equipe, ou os “Peabirutas”, como o Rafael os denominou. É um espaço para discutir questões principais de cada projeto, utilizando como ferramenta a plataforma MIRO, e chegam em um nível de profundidade média dos trabalhos apresentados. É nessa reunião que a Peabiru como um todo se materializa, todos se reúnem. E ela dura de 2:30hrs a 3:00hrs.
- Reunião de Planejamento e Gestão: RPG é uma reunião mensal, onde participam apenas os membros associados da Peabiru. Nela se discute o fluxo financeiro, estratégias de prospecção de trabalhos, rompimentos e todas as questões da “engrenagem institucional”, como o Rafael

mencionou em nossa conversa. Nessa reunião o Diretor financeiro define as pautas e conduz a reunião.

- Reuniões de GT Formação: essa é uma reunião que acontece de duas a três vezes ao ano. É um espaço de debate para construções mais profundas sobre um tema específico, ou seja, é preparado uma mesa de debate sobre algo que a Peabiru acredita ser importante e todos aprendem e somam sobre o tema.

Para além disso, foram repassadas as informações de contato dos coordenadores de cada projeto, para marcar os acompanhamentos no período da visita de campo em São Paulo e também possíveis consequências que iria encontrar por conta de uma nova dinâmica operacional que acontecia por conta da pandemia de COVID-19. O coordenador geral, Rafael Borges, expôs, em conversa online ocorrida em julho de 2022, que muito da forma “natural” do compartilhamento de informações se perdeu durante a pandemia. Com esse termo ele refere-se ao compartilhamento de informações “do corredor, das conversas no café e até da cervejinha” pois, conforme ele mencionou, tudo era espaço de compartilhar na Peabiru, e que esta dinâmica estava retornando aos poucos.

Ele comentou ainda que “essa é a engrenagem da pandemia, antes era mais compartilhado e fluido”. Explicando que havia, por exemplo, uma reunião semanal de uma hora onde eram compartilhadas as principais informações de cada um dos projetos e obras em andamento. Era conhecida como ‘Reunião do Post-it’, onde as equipes apresentavam o planejamento da semana com todos. Entendeu-se que ele gostaria de deixar claro que na visita de campo haveria um cotidiano um pouco diferente, uma fórmula utilizada nesse momento, e que pré-pandemia a rotina costumava ser mais naturalmente compartilhada.

Após obter essas informações, foi estabelecida a data para a primeira visita de campo, levando em consideração o retorno das férias da equipe e o encerramento de um ciclo de financiamento, que implicava na reorganização de projetos e equipes. Além disso, foi necessário esperar um pouco mais, já que grande parte do escritório ainda estava trabalhando majoritariamente online. Finalmente, em agosto de 2022, foi realizada minha primeira visita à Peabiru.

Para melhor entendimento da organização interna, será apresentado a seguir um organograma dos membros da Peabiru, contemplando todos seus colaboradores

e principais agentes envolvidos nos processos da ONG. Para tanto, foi necessário mapear a estrutura interna da Peabiru para compreender a composição completa de membros e a rede que compõe a Peabiru.

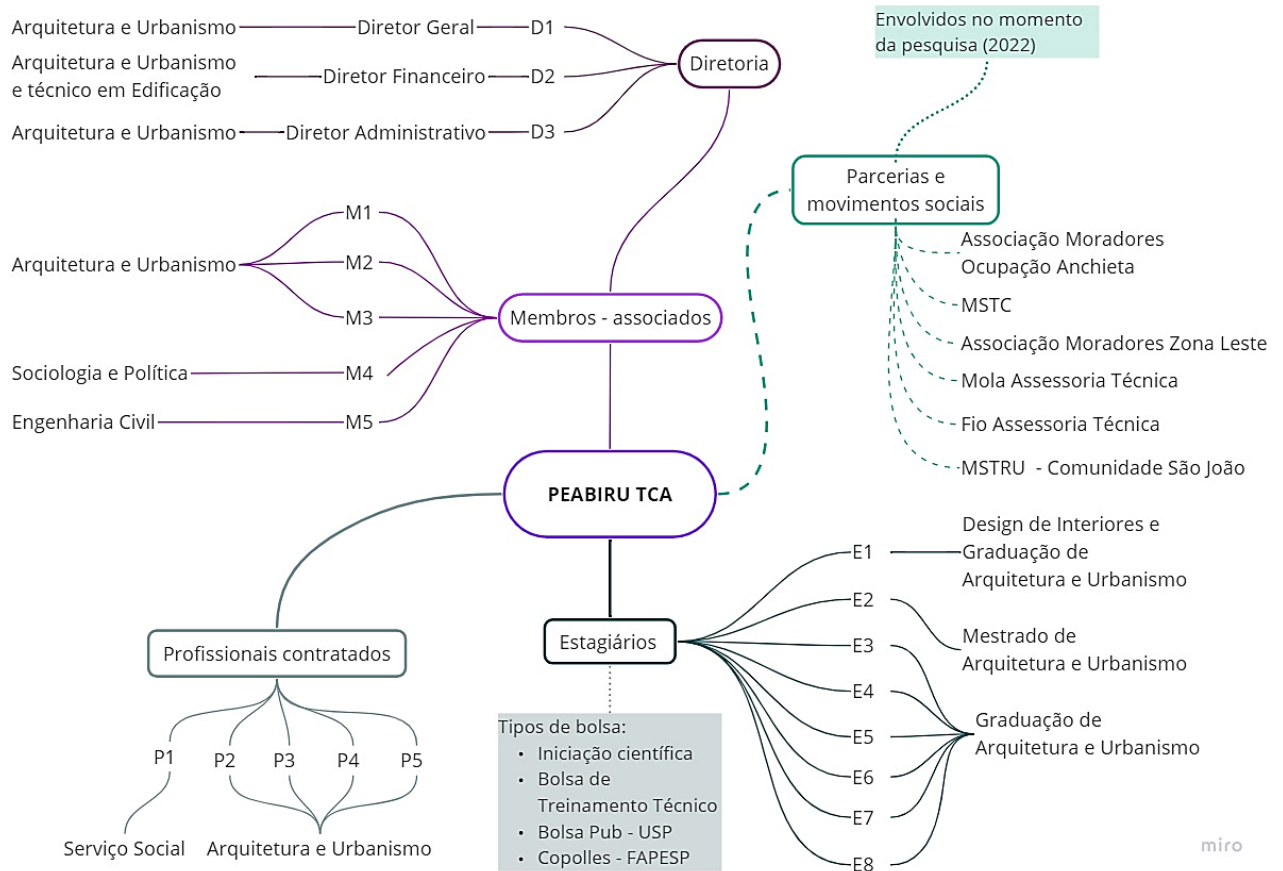
Conseqüentemente, é apresentado a seguir um organograma, Figura 26, com o objetivo de fornecer a visão geral da organização interna, dos cargos existentes e dos principais atores identificados desde o início da pesquisa. Para interpretação do organograma, deve-se considerar que a Peabiru se organiza internamente em diferentes equipes, que no momento da pesquisa eram:

- Membros associados: oito integrantes e destes, três compõem a diretoria.
- Profissionais contratados: eram cinco, e este número varia conforme a demanda de projetos. Sendo que alguns trabalham em mais de um projeto e outros em apenas um.
- Estagiários: eram oito, que recebem bolsas de diferentes fontes
- Movimentos, associações de moradores e outras assessorias: que trabalham em conjunto e foram identificados como fortemente ligados a ONG.

Além disso, para melhor entendimento, foi inserido no organograma a letra maiúscula do quadro que cada pessoa atua, por exemplo: se a pessoa compõe a equipe da Peabiru como Membro a letra será “M”; já se compõe como Estagiária, a letra será “E”; e o número ao lado é para indicar quantas pessoas compõem aquele quadro especificamente.

Já sobre a organização de equipes de trabalho da Peabiru, é relevante destacar que cada indivíduo participa em 1 ou 2 projetos por vez. A divisão dos projetos e formação das equipes é realizada pelos membros associados, com a finalidade de maximizar a eficiência e garantir a qualidade do trabalho, sempre conforme o prazo e orçamento disponível. Além disso, é importante ressaltar que cada projeto é coordenado por pelo menos um membro associado. No entanto, mesmo com a existência de uma coordenação, a divisão de tarefas ocorre de forma horizontal, a fim de promover a colaboração e a participação de todos os membros da equipe.

Figura 26 – Organograma: profissionais e rede Peabiru



Fonte: a autora.

Com base nesse organograma geral, é possível identificar a estrutura organizacional da Peabiru e agrupá-la em possíveis categorias. A associação conta com diversos membros associados, dentre os quais houve contato direto com 8 deles durante a realização da pesquisa. Além de profissionais contratados de arquitetura e urbanismo e serviços sociais que trabalham em diferentes projetos, e uma equipe de estagiários, ligados diretamente a Peabiru ou por bolsas de iniciação científica, Bolsa de Treinamento Técnico, Copolles da FAPESP ou então da Universidade de São Paulo (USP).

Além do mais, o trabalho da Peabiru encontra-se diretamente conectado a alguns movimentos sociais. Durante o período da pesquisa foi possível identificar alguns como o MSTC, a Associação de Moradores da Zona Leste e Associação de Moradores da Ocupação Anchieta. Nesta mesma categoria de trabalho em parceria, foi identificado outras assessorias com as quais a Peabiru divide alguns trabalhos, como a Fio e a Mola.

O presente organograma não tem como finalidade estabelecer uma hierarquia entre as categorias apresentadas, já que foi identificado um esforço interno da Peabiru para adotar uma estrutura mais horizontal em suas atividades. Em vez disso, o organograma foi elaborado como um mapa mental para facilitar a compreensão da composição atual da organização, incluindo o número de pessoas envolvidas, seus vínculos com a Peabiru e suas respectivas profissões. Dessa forma, o organograma ilustra de maneira clara e objetiva a natureza multidisciplinar da ONG estudada.

Antes de explorarmos as principais características da atuação da Peabiru, é essencial abordar um ponto fundamental: o desafio de capturar recursos e alcançar a sustentabilidade econômica atuando com ATHIS. Essa questão foi abordada como objetivo da pesquisa de campo e também foi identificada como o principal desafio pelos participantes do questionário online. Para responder a essa questão, a pesquisa investigou a forma como a organização diversifica suas fontes de captação de recursos e administra suas equipes de profissionais.

A Peabiru adota uma abordagem multifacetada em relação à captação de recursos. Ela busca fontes no poder público, explorando as possibilidades oferecidas pelas legislações existentes, como programas habitacionais e emendas parlamentares. Além disso, a organização busca bolsas de universidades, editais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e outras oportunidades de financiamento disponíveis. Buscando sempre estabelecer parcerias estratégicas e envolver os movimentos com os quais atua na definição das melhores estratégias de busca de recursos, evitando sobrecarregar os moradores com todas as despesas

Assim como a alocação de recursos humanos é feita de acordo com o financiamento disponível e os prazos de cada projeto. Essa dinâmica permite à organização otimizar seus recursos e se adaptar às demandas específicas de cada iniciativa. Mais detalhes sobre essa dinâmica interna de alternância e rotatividade das equipes serão apresentados no tópico 3.3.3: "*Benefícios e riscos do trabalho-luta: confiança, rotatividade e autonomia*".

A busca por recursos e a gestão das equipes são temas discutidos internamente na Peabiru durante as *Reuniões de Planejamento e Gestão*, sendo uma responsabilidade especialmente dos membros da Diretoria. Além disso, como já exposto, são eles que assumem a coordenação dos projetos. Durante a pesquisa de

campo, foi constatado que os membros recebem uma remuneração diferenciada em comparação aos demais profissionais que atuam na ONG, representando uma pequena porcentagem adicional.

Em suma, diversidade de fontes de recursos e a gestão estratégica das equipes e profissionais é a estratégia adotada pela organização para alcançar a sustentabilidade econômica necessária para sua atuação em assistência técnica. Essa abordagem envolve a busca por recursos no poder público e em outras fontes, a participação dos movimentos atendidos e a gestão interna por meio das Reuniões de Planejamento e Gestão.

### **3.2.1 Formas de registro e sistematização dos dados apresentados**

Com o intuito de fornecer transparência e clareza sobre as escolhas metodológicas adotadas para a coleta, sistematização e apresentação dos dados na etapa da pesquisa de campo, esta seção tem como propósito apresentar a metodologia utilizada para a descrição dos relatos, antes de abordar os principais aspectos e características encontradas. Sendo que tais aspectos serão discutidos nas próximas seções, em consonância com as perguntas de pesquisa e objetivos do estudo, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos resultados obtidos.

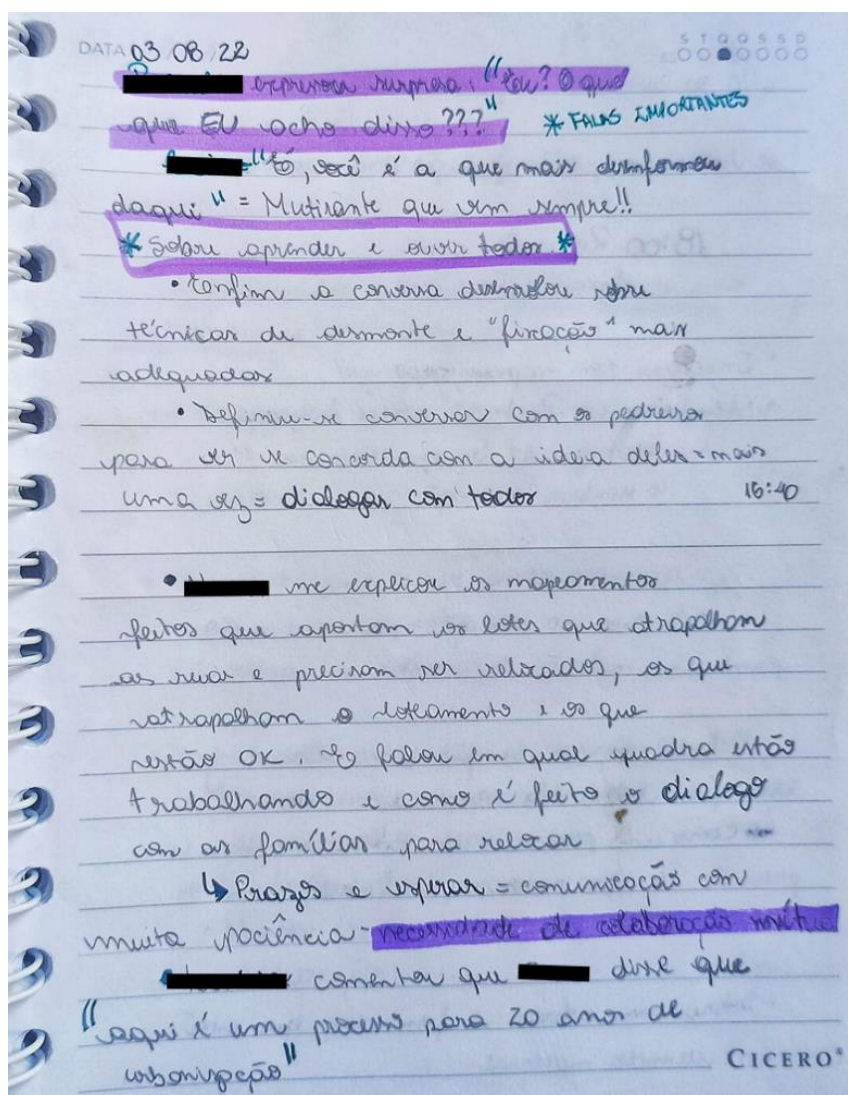
Relembrando que a metodologia utilizada na etapa de pesquisa de campo foi a pesquisa participante, que permitiu a pesquisadora se envolver diretamente na realidade que estava sendo estudada, interagindo com os sujeitos da pesquisa e obtendo informações a partir da sua própria experiência. Os eventos observados foram registrados em um caderno de campo e serão descritos a seguir os momentos mais simbólicos e significativos, organizados de maneira temática em diferentes seções, conforme as principais características encontradas. Essa abordagem permitirá enfatizar os aspectos mais relevantes do estudo e pretende facilitar a compreensão por parte do leitor.

O relato dos eventos será descrito a partir da perspectiva da pesquisadora, que irá descrever suas próprias impressões e observações. Essa abordagem pode introduzir um viés pessoal na análise, que buscará ser minimizado por meio da

reflexão crítica e da consulta a outras fontes de informação em pesquisas do mesmo tema.

Para ilustrar ou exemplificar pontos importantes da análise, serão transcritas algumas das falas impactantes que foram anotadas no caderno de campo. Essas citações diretas serão usadas com moderação e sempre acompanhadas de uma interpretação contextualizada. Tais citações foram anotadas no caderno de pesquisa durante a visita, para exemplificar, as Figura 27 e Figura 28, demonstram as anotações de campo em que é possível identificar informações sobre duas ocasiões que serão descritas nas próximas seções desta pesquisa. O objetivo é demonstrar como as falas foram anotadas no caderno de campo, sempre junto com o nome de quem falou.

Figura 27 — Anotações caderno de campo 01

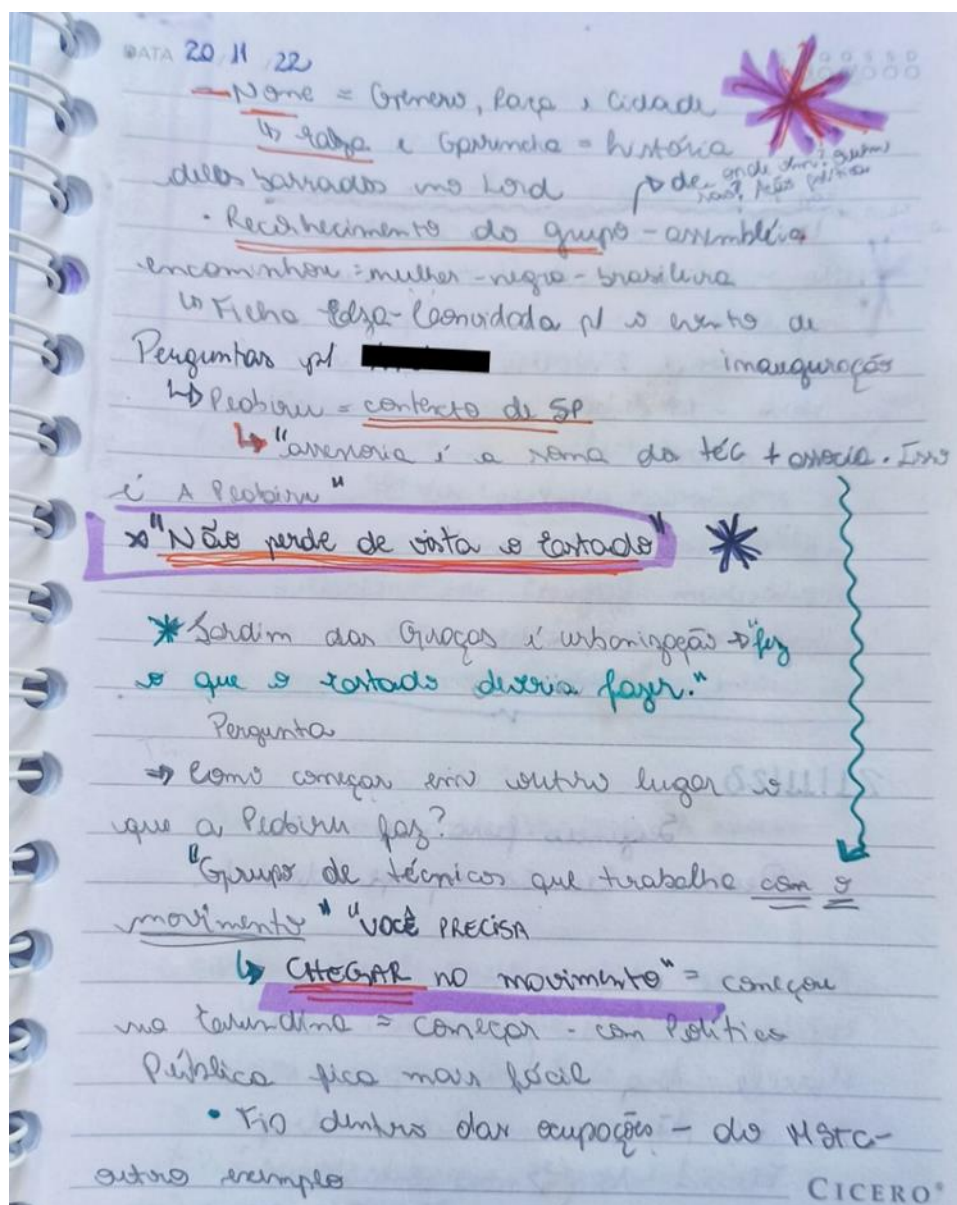


Fonte: a autora.



É importante ressaltar que as anotações incluem o nome das pessoas, mas estes foram riscados nas figuras abaixo para evitar o repasse de alguma informação desnecessária nessa etapa da pesquisa e seguir as diretrizes recomendadas pelos comitês de ética em pesquisa.

Figura 28 — Anotações caderno de campo 02



Fonte: a autora.

Além disso, na Figuras há também apresenta anotações, porém de momentos que não necessariamente serão descritos nos próximos capítulos, ou pelo menos não de forma diretamente utilizados, mas que apresentam contextos e aspectos que auxiliam no entendimento das características principais do trabalho da Peabiru. Dessa

forma, busca-se deixar claro para o leitor as formas de registro em campo adotadas na pesquisa sobre as informações que serão apresentadas a seguir.

Assim no período em campo, foi mantida uma postura de observação e interferência mínima, registrando os tópicos mais relevantes observados. Quando se apresentavam situações específicas de conflito ou identificado a necessidade de esclarecer questões importantes para a pesquisa, optou-se por uma abordagem cautelosa e após a finalização da conversa, iniciar a intervenção com o questionamento, por exemplo: "Posso fazer uma pergunta importante para a pesquisa sobre o que você acabou de dizer?". Assim, buscou-se entender e confirmar a percepção sobre a situação observada.

A metodologia adotada, como já explicada, foi decorrente da escolha da abordagem de pesquisa de campo com observação participante, compreendendo que os participantes, ao desenvolverem suas atividades cotidianas, fornecem sinais ou um produto de suas atividades. Entrelaçando sempre a observação, com a participação e diálogo. Cardano explica sobre tal postura:

“O modo de operação do trabalho de campo pode ser representado como um contínuo vaivém entre observação em geral e focalização sobre um pequeno detalhe. O movimento de zoom virtual que guia as atividades observativas é ditado, por um lado, pelas contingências do campo, pelos eventos que se sucedem, pelos encontros que fazemos; por outro lado, pelo progressivo amadurecimento das respostas às perguntas da pesquisa.” (CARDANO, 2017. p 135.)

Todas essas posturas foram levadas em consideração para o desenvolvimento desta etapa da pesquisa. Além disso, cabe mencionar que a partir deste ponto da pesquisa, o método de descrição dos fatos e eventos da visita de campo será alterado. Para uma narrativa efetiva da pesquisa de campo, será adotado o recurso de relatar os acontecimentos em primeira pessoa. Com o objetivo de garantir ao leitor uma compreensão mais clara dos eventos que presenciei e das minhas impressões sobre eles. Além disso, esse recurso de escrita proporcionará uma maior proximidade e veracidade ao relato, uma vez que estarei compartilhando minhas experiências pessoais.

Antes de abordar os principais aspectos encontrados nesta pesquisa, é importante ressaltar que foram realizadas duas visitas de campo, totalizando 3 semanas de acompanhamento da rotina da Peabiru. Essas visitas ocorreram em

agosto e novembro de 2022 e foram registradas em detalhes em cadernos de campo. Para facilitar a compreensão dos dados coletados, as atividades acompanhadas em cada uma das datas foram organizadas em tabelas que serão apresentadas a seguir, na Tabela 01. Além disso, durante as visitas e acompanhamentos foram realizados registros fotográficos que serão apresentados conforme os momentos a serem relatados.

Importante também relatar que, em alguns momentos, me separava da equipe da Peabiru para conversar com as famílias ou com os responsáveis da Associação de Moradores, e questionava sobre o relacionamento com a Peabiru, mas de maneira a dialogar com eles, não com uma postura de entrevista ou questionário, mas tentando absorver mais da realidade que estava pesquisando. Essa escuta tinha o intuito de ajudar a visualizar e até confrontar com as conclusões que surgiam, buscando compreender a Peabiru desde o olhar das famílias e das pessoas no mutirão. Nesses momentos contestava algumas informações, a fim de validar ou refutar as hipóteses iniciais obtidas.

Foi elaborado um relatório com o resumo com as principais informações a respeito dos projetos e obras em andamento na Peabiru durante o período da pesquisa, a fim de fornecer uma visão geral da sua atuação. O relatório contém dados como o nome do projeto, endereço, equipe responsável da Peabiru, fonte de financiamento e outras informações relevantes para uma primeira compreensão. Este resumo está disponível no *Apêndice E – Relatório de Obras e Projetos da Peabiru*.

Além disso, todas as entrevistas com a Peabiru que foram conduzidas de forma online foram gravadas com o consentimento prévio dos entrevistados. Os dados coletados foram tratados com confidencialidade e somente utilizados para fins acadêmicos. Algumas partes das entrevistas relatadas neste estudo foram transcritas integralmente e apresentadas com a maior precisão possível, sempre junto com o contexto das falas.

Por fim, apresento abaixo os eventos, reuniões e obras que foram possíveis acompanhar nas visitas de campo, apresentadas em ordem cronológica. Alguns acompanhamentos serão detalhados no decorrer da pesquisa, focando nos episódios mais simbólicos acompanhados, ou seja, as situações observadas que são capazes

de sintetizar os principais aspectos levantados na pesquisa de campo para o entendimento da organização e atuação da Peabiru.

Tabela 1 – Cronograma das visitas (continua)

<b>Primeiro período de visita</b>				
<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-Feira</b>	<b>Sexta-feira</b>	<b>Sábado</b>	<b>Domingo</b>
<b>03-08-2022</b>	<b>04-08-2022</b>	<b>05-08-2022</b>	<b>06-08-2022</b>	<b>07-08-2022</b>
<b>Ocupação Anchieta</b> – mutirão das casas embrião e reunião com a Associação de moradores	<b>Lord</b> - vistoria entrega dos apartamentos <b>Ocupação Av. São João 588</b> - primeira reunião com todas as famílias da ocupação para discutir o projeto.	-	Virada da Habitação (Promovida por Escola da Cidade e IAB-SP)	<b>Projeto Maria Felipa</b> – com reunião na <b>Ocupação Nove de Julho</b> , para passar informações burocráticas do processo.

<b>Primeiro período de visita</b>				
<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-Feira</b>	<b>Sexta-feira</b>	<b>Sábado</b>	<b>Domingo</b>
<b>10-08-2022</b>	<b>11-08-2022</b>	<b>12-08-2022</b>		
<b>Ocupação Anchieta</b> – mutirão das casas embrião.	Acompanhamento de um <b>dia de escritório</b> e Ato pela democracia	Ida até o <b>Lord</b> e a <b>Ocupação Av. São João 588</b> sozinha, apenas para observar e retorno para Florianópolis	-	-

Fonte: a autora.

Tabela 1 – Cronograma das visitas (conclusão)

<b>Segundo período de visita</b>				
<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-Feira</b>	<b>Sábado</b>	<b>Domingo</b>	<b>Segunda-feira</b>
<b>17-11-2022</b>	<b>18-11-2022</b>	<b>19-11-2022</b>	<b>20-11-2022</b>	<b>21-11-2022</b>
<b>Escritório da Peabiru e Ocupação Elza Soares –</b> acompanhamento da rotina do escritório com reuniões do projeto Emendas acontecendo e depois acompanhamento de medições e <b>Assembléia na Ocupação Elza Soares</b>	<b>Escritório da Peabiru -</b> acompanhamento da rotina do escritório com <b>reuniões para contratação de uma Arquiteta e Urbanista</b> para desenvolver projeto Executivo do Projeto <b>Adventista</b> e apresentação de projeto para coordenadores da Associação dos Moradores da <b>Ocupação São João 588.</b>	<b>Ocupação Anchieta –</b> mutirão das casas embrião, entregas de material, reunião com as famílias da Quadra 02 e medição dos lotes da Quadras 12.	<b>Assembléia do Lord - Edifício Elza Soares -</b> entrega de manuais para os moradores e detalhes para a mudança que deverá ocorrer em breve	<b>Escritório da Peabiru –</b> acompanhamento da rotina do escritório com reuniões do <b>Projeto Adventista, entrevista</b> de um dos membros para outra pesquisa de mestrado e <b>reunião do GT de Habitação de SP</b> para discutir ações <b>do novo governo.</b>

Fonte: a autora.

Após a apresentação da sistematização geral da equipe da Peabiru e dos projetos vigentes durante as visitas de campo, será apresentado a seguir a análise dos aspectos mais significativos e essenciais que observei durante os acompanhamentos e entrevistas. Para organizar as informações coletadas, será sempre relatado o momento que presenciei e demonstrado como cheguei às conclusões apresentadas. Ou seja, desdobrar sobre as principais características encontradas e descrever algumas situações simbólicas que as representam, situações expressivas que essas características ficaram em evidência. Demonstrando como a informação foi coletada e quais análises foram realizadas a partir dela.

### 3.3 ENTENDENDO A FÓRMULA: ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURANTES

Nesta seção, serão apresentados os principais aspectos identificados como estruturantes para o trabalho da Peabiru e que, possivelmente, podem ser encontrados em outras assessorias e ONGs que atuam de forma semelhante. Em primeiro lugar, destaca-se a escuta atenta de todos os envolvidos, que foi denominada de "**diálogo permanente**". Então será abordado como essa prática acontece como uma característica intrínseca, de maneira quase que natural dos integrantes, mas também como é implementada com diferentes dinâmicas no processo de atuação deles.

Depois será apresentado as principais informações e posturas que organizam do **trabalho em mutirão e em canteiro**, uma vez que é uma etapa de inúmeros estudos e testes em metodologias participativas das assessorias e ONGs. Na Peabiru, essa prática é encarada de forma realista, sem idealizações, e é considerada uma "carta na manga" para as obras que necessitam desse tipo de trabalho

Outras características fundamentais que serão abordadas são: a busca por uma organização de hierarquia mais horizontal e a autonomia exigida para a atuação em um campo de trabalho e luta como o da ATHIS. Debatendo quais benefícios e riscos essa **dinâmica de trabalho-luta** apresenta. Por fim, foi observado o uso de **metodologias de pesquisa-ação** em todas as etapas do trabalho da Peabiru, com ênfase na aprendizagem múltipla e na reflexividade permanente de uma instituição crítica. O objetivo é apresentar, nessas etapas finais da pesquisa, as metodologias e formas que a Peabiru utiliza para atuar e se organizar no campo da assessoria e ATHIS.

#### 3.3.1 Diálogo permanente: escuta atenta e resolução de conflitos

A Peabiru atua de forma com que as metodologias participativas se fazem presentes em todas as etapas existentes, de forma a elaborar uma escuta paciente e ativa de todos das famílias assessoradas, das pessoas do mutirão e todos envolvidos nos seus projetos e obras. Obviamente que em processos que envolvem tanto diálogo, tantas pessoas e tanta escuta, há conflitos presentes. Assim, início às

considerações sobre as singularidades encontradas na Peabiru, abordando este aspecto que encontrei permeando todas as etapas de trabalho que acompanhei: **o diálogo permanente.**

Inicialmente, apresento exemplos de situações nas quais observei a aplicação de estratégias de resolução de conflitos em obras e projetos que se baseiam em uma escuta ativa e paciente e na utilização de metodologias participativas. Descrevo como tais práticas fomentam o diálogo entre as partes envolvidas, provocam a participação e exercem a escuta dos interessados nos projetos desenvolvidos pelos profissionais.

O primeiro relato aconteceu na Ocupação Anchieta, no primeiro dia que acompanhei este trabalho, era uma quarta-feira, dia 03/08/2022. Foi um dia inteiro de mutirão e assim que o mutirão finalizou, os mutirantes (como eles chamam as pessoas que participam do mutirão) e os membros da Peabiru estavam guardando todas as ferramentas. Após a finalização do mutirão, a equipe da Peabiru e eu permanecemos no local para uma reunião com a Associação dos Moradores do Anchieta, que participam e coordenam o projeto das casas embriões. Estando na presença exclusiva da equipe da Peabiru, sentados à espera do tempo passar em frente ao almoxarifado, debatia-se acerca do desperdício de madeiras utilizadas como formas na concretagem das casas embriões.

Começaram a debater sobre isso, buscando como melhorar o processo e nesse momento um dos membros da Peabiru avistou uma mulher do mutirão guardando o material da obra. Pamela<sup>52</sup>, é uma mutirante extremamente ativa que, na época da visita de campo, estava participando de quase todos os dias de mutirão.

Chamaram Pamela para participar da conversa e começaram a explicar sobre o que estavam debatendo e em seguida o Caio Santo Amore, arquiteto e urbanista da Peabiru, perguntou a Pamela qual era a ideia dela para evitarem esse desperdício. Ela respondeu surpresa: "Eu, mas o que que eu tenho a colaborar? ". Consegui perceber a surpresa dela ao ser questionada sobre isso, imagino ter sido decorrente da percepção de que, por não ser arquiteta e urbanista, não teria muito a contribuir com a discussão. Entretanto, Caio explicou que Pamela estava mais envolvida que

---

<sup>52</sup> Como já avisado, por motivos de privacidade e confidencialidade, os nomes das pessoas mencionadas neste trabalho acadêmico foram substituídos por nomes fictícios, com exceção dos nomes da equipe da ONG Peabiru, que consentiram com o uso de seus nomes nos relatos da pesquisa. Todos os outros indivíduos, como pedreiros, participantes de mutirões, famílias atendidas e membros de associações, foram identificados por nomes fictícios. Essa medida se aplica aos nomes citados nos relatos da pesquisa que não pertencem à Peabiru. Todas as demais informações e dados apresentados nesta pesquisa são verídicos e foram relatados com precisão.

todos na desforma dos baldrames, devido à sua participação frequente nos mutirões, e que, portanto, poderia ter ideias valiosas para solucionar o problema. Nessa hora pude presenciar uma cena que acredito representar os princípios de atuação da Peabiru onde a escuta de todos envolvidos, valorizando os diversos saberes, leva a uma suspensão de hierarquias entre posições sociais. Cenas como essas se repetiram inúmeras vezes durante as visitas de campo e escolhi essa para representar essa troca, a cena pode ser vista na Figura 29.

Figura 29 — Fotografia discussão mutirão.



Fonte: a autora.

Decidiram em conjunto uma possível solução, e após essa discussão ainda levariam ao mestre de obras as ideias, para ouvir mais uma opinião e então firmar o que fariam. Destaco esse momento pois a situação poderia ser apenas discutida pela equipe da Peabiru e talvez o mestre de obras responsável por exemplo, por se considerar uma questão e problema técnico da obra: o desperdício de materiais. Por esse motivo considerou-se a cena simbólica, ela esclareceu como essa valorização



de saberes acontece no dia a dia, isto é, pela prática de uma escuta permanente e paciente de todos envolvidos no processo.

Às 19:00 horas desse mesmo dia, acompanhei a reunião com a Associação de Moradores do Anchieta responsáveis pelos Mutirões e a equipe da Peabiru, representados na Figura 30. Nesse momento entendi mais sobre como é feito o repasse das informações do projeto e o repasse das verbas. Compreendi também sobre como é dividido as tarefas pelo grupo, onde as demandas são apresentadas e divididas entre todos, isso é: pelos moradores e pela equipe da Peabiru, sempre discutindo da maneira mais democrática possível.

Figura 30 — Fotografia reunião Peabiru e Associação de Moradores da Ocupação Anchieta.



Fonte: a autora.

Após a reunião, tarde da noite, a equipe toda ainda se deslocou para uma reunião na casa de uma moradora. Ali presenciei o que posso chamar de um contato ainda mais cuidadoso, direto e pessoal com as questões específicas da casa dela. E mais uma vez uma escuta paciente e muitas explicações por parte da Peabiru, revendo algumas vezes questões projetuais com ela, desenhando, mostrando as localizações no terreno e ouvindo todas as suas dúvidas.

Percebi, nos dias seguintes, que a troca de saberes e escuta permanente tem algumas dimensões que, para fins de organização desta exposição, estão divididos em tópicos. Há uma dimensão que diz respeito às metodologias participativas de projeto e execução, portanto uma dimensão pragmática de resolução de conflitos, onde buscam-se soluções ótimas a partir do que é experimentada pelo sujeito diretamente envolvido na ação. Essa abordagem se concentra em envolver ativamente as comunidades e as pessoas afetadas pelas obras em todas as etapas do processo de projeto, desde a concepção até a construção. O objetivo é garantir que as necessidades e desejos das pessoas sejam levados em consideração, o que pode resultar em soluções mais satisfatórias e duradouras.

Como se sabe, esta não é uma exclusividade da Peabiru. No campo da arquitetura e educação popular, nos remete também ao trabalho da Usina, que tem uma abordagem participativa para trabalhar com as comunidades, buscando garantir a participação ativa das pessoas nos processos de decisão e na execução de projetos. Essa abordagem é baseada na crença de que as pessoas têm direito a participar na construção de sua própria realidade e que a incorporação de seus conhecimentos e habilidades é fundamental para o sucesso dos projetos. Em resumo, são aplicadas metodologias participativas como uma forma de garantir a inclusão social e a autonomia das comunidades nas questões que afetam seu dia a dia.

Outra dimensão da escuta, ainda pragmática, é a de captar melhor as necessidades dos usuários/beneficiários. Diferente dos conjuntos habitacionais feitos sob empreitada global por grandes construtoras, no qual grosso modo há uma tendência à uniformização das unidades, a Peabiru busca escutar as famílias atendidas e sempre que possível ajustar todas as demandas levantadas no projeto e nas etapas de obra também. Isto se tornou claro para mim quando acompanhei, no dia 04/08/2022, a entrega e vistoria do Residencial Lord e também uma primeira reunião com todas famílias da Ocupação São João 588. Observei assim, em um mesmo dia, como essa escuta acontece desde o início até a etapa final de cada projeto e qual ferramenta a Peabiru se apoia é aplicada para isso.

Será descrito agora o acompanhamento da vistoria de entrega de apartamentos do Residencial Lord, um antigo Hotel de Luxo no Centro de São Paulo, ocupado pela Frente de Luta por Moradia. Nesse dia estavam uma equipe da Peabiru, composta pela arquiteta Beatriz e a estagiária Stér, a Coordenação de

Acompanhamento de Obra (CAO) da Associação de Moradores, compostas por 04 mulheres e também alguns engenheiros civis e representantes da construtora.

A conversa iniciou numa sala onde todos se reuniram e falaram sobre o que faltava ser aprovado para a entrega final dos apartamentos. Era nítida a empolgação das integrantes da CAO para esse momento de etapa final do processo. Quando todos chegaram, iniciou-se a conferência de todos os apartamentos e também das áreas comuns, passando por um checklist que continha todos acabamentos e detalhes a serem avaliados, que pode ser observado na Figura 31. Explicaram que essa era a segunda vistoria, ou seja, uma primeira vistoria geral já tinha sido feita, igualmente contendo todos os mesmos membros presentes nessa. E essa segunda avaliação tinha o intuito de ser a avaliação final.

Figura 31— Fotografia vistoria de entrega apartamentos Lord



Fonte: a autora.

Acompanhei e percebi a dinâmica de conferência das entregas dos apartamentos, todo processo é feito em conjunto entre a Peabiru e a CAO, que cobravam os representantes da construtora caso algum detalhe ainda não estivesse pronto. Todos tinham uma folha para avaliar e ambas assinarem se as alterações foram aprovadas ou não, o que demonstra na prática como é feito esse processo de

escuta e de validação igualitária de aprovação da obra, tanto da Peabiru quanto dos futuros moradores - aqui representados pela CAO. Na Figura 32 podemos observar o formulário da vistoria que elas carregavam para avaliação e aprovação:

Figura 32 – Fotografia Formulário de vistoria com assinaturas da Peabiru e da CAO

integra		Formulário para vistoria de entrega da obra		Data:	Obra:	Apto:	Revisão:					
Proprietário: <i>Adriano</i>				<i>24/03</i>	<i>Lord 1</i>	<i>A1 114</i>	FQ-95-35 Revisão:00					
Critério de amostragem para todos os itens: 100% dos serviços												
Item	Serviços a serem inspecionados	Inspeção	IN A   R	Visto 1	Visto 2	RI - 1 A   R	Visto 1	Visto 2	RI - 2 A   R	Visto 1	Visto 2	Observações
1	Revestimento de paredes e teto	Planeza, homogeneidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: superfície deve estar plana, homogênea, lisa, isenta de manchas, sem furos, trincas ou qualquer outra irregularidade.												
2	Revestimento de azulejo	Planeza, homogeneidade, rejuntamento e limpeza	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: superfície deve estar plana, homogênea, lisa. O rejunte tem que estar distribuído em todas as juntas. As cerâmicas devem estar limpas, e não apresentarem trincas, lascas ou quebras.												
3	Pintura de paredes e portas	Homogeneidade, acabamento, limpeza	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: superfície deve estar plana, lisa, isenta de manchas, furos, trincas ou qualquer outra irregularidade. Atentar principalmente para manchas de infiltração.												
4	Forro de gesso	Planeza, homogeneidade, nivelamento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: superfície deve estar plana, nivelada, isenta de manchas, furos ou trincas												
5	Piso cimentado	Planeza, homogeneidade, nivelamento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: o piso deve estar nivelado e com acabamento superficial desempenado.												
6	Piso cerâmico	Planeza, homogeneidade, nivelamento, rejuntamento e limpeza	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: superfície deve estar plana, lisa, nivelada. O rejunte tem que estar distribuído em todas as juntas. As cerâmicas devem estar limpas e não apresentarem trincas, lascas ou quebras.												
7	Esquadrias de alumínio	Funcionamento, acessórios, ferragens, acabamento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: devem estar em perfeito funcionamento, sem ruídos, sem trincas ou aranhões e com todos os acessórios.												
8	Esquadrias de madeira (portas)	Funcionamento, ferragens, fixação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>							
MI: visual / CA: devem estar em perfeito funcionamento, sem ruídos, sem trincas, aranhões, e com todos os acessórios.												
											<i>PORTA BANHEIRO OK</i> <i>MTD FERRAS</i>	

Fonte: a autora.

Cabe ainda apresentar parcialmente o processo histórico do edifício Lord, que foi relatado com entusiasmo pelas mulheres membros do CAO que acompanharam a vistoria. Como já dito, o edifício era anteriormente um hotel, o Lord Palace Hotel. O edifício localiza-se no centro de São Paulo, no bairro Santa Cecília, e ficou abandonado por cerca de oito anos antes da ocupação do movimento. Em outubro de 2012 foi ocupado pela FLM, na mesma noite em que foram coordenadas mais 18 ocupações na cidade de São Paulo. Enquanto acompanhava a vistoria ouvi a história dessa noite, assim como outras histórias do processo de ocupação, ser relatada com detalhes vívidos e com empolgação de quem estava percebendo o fim de uma trajetória.

A empolgação e emoção delas eram nítidas ao perceberem que a entrega desses apartamentos estava próxima, vi o que posso descrever como uma emoção por perceber o resultado efetivo e real de tanta luta - a materialização do direito à

moradia. Também foi possível realizar uma conversa apenas com a Eloisa nesse dia, em que se indagou sobre o relacionamento estabelecido pela Peabiru com as famílias e a diferença de seu trabalho em relação ao andamento da obra. Esse diálogo ocorreu em um momento em que se encontravam apenas eu e ela, dentro de um dos apartamentos. O objetivo foi coletar informações que a Eloisa talvez não se sentisse confortável em compartilhar na presença dos membros da Peabiru ou demais profissionais que acompanhavam a visita.

Na maior parte de sua fala, Eloisa teceu elogios quanto ao relacionamento do Movimento com a Peabiru e também ressaltou sobre como foi importante, principalmente para as questões técnicas da reforma do edifício, contar com os saberes da Peabiru. Como exemplo, ela falou das economias feitas por conta de um projeto arquitetônico que pensou nas melhores adaptações dos antigos quartos existentes para apartamentos. Relatou também, obviamente, pequenos conflitos que acontecem em qualquer obra, principalmente em obras com menos recursos financeiros. Quanto à comunicação, Eloisa deu ênfase à força de organização do movimento, no sentido de que a comunicação com todas as famílias envolvidas é responsabilidade também do movimento. Entendi que ela queria elogiar a Peabiru e o relacionamento com eles, mas também deixar claro que o movimento, representado sempre pelas comissões, têm um papel muito importante e ativo nessa interlocução.

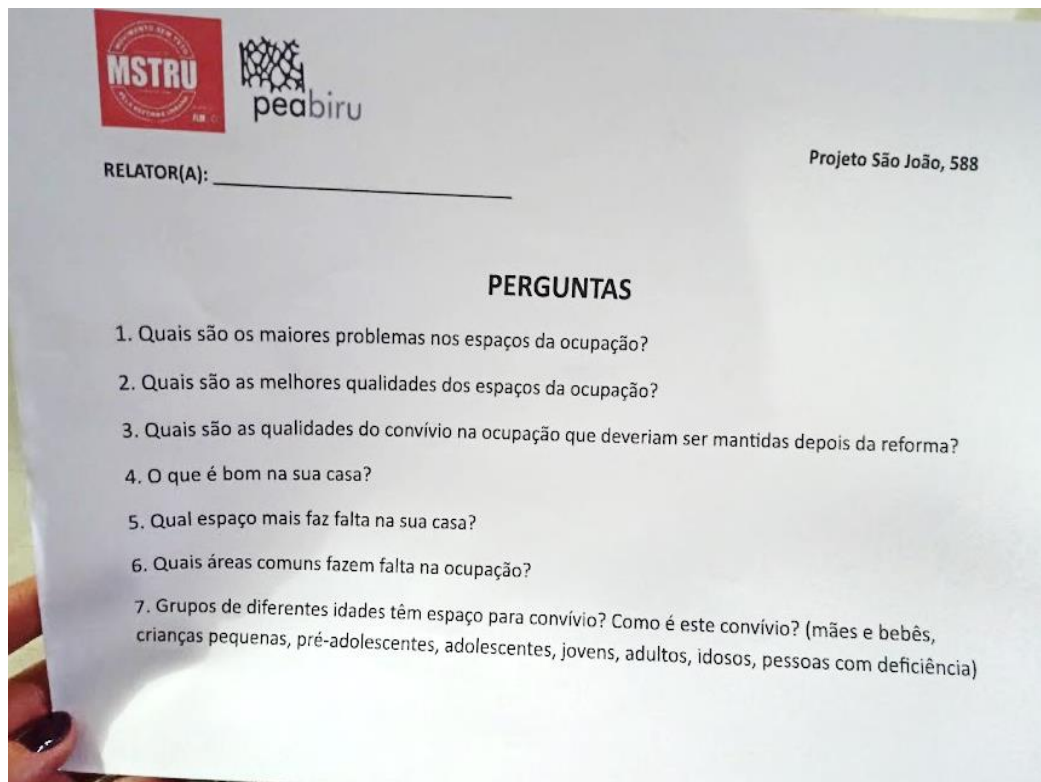
Algo que vai ao encontro do que o Rafael me informou em uma entrevista: que a Peabiru trabalha com associações e coletivos que já estão bem articulados e organizados. Nessa altura da pesquisa era possível compreender com exemplos concretos o que ouvi do Rafael, em uma das primeiras entrevistas não estruturadas feitas com ele. Compreendia também que isso, na prática, possibilita uma articulação das famílias por meio do movimento e com a Peabiru através da criação das comissões. Garantindo assim o envolvimento concreto das famílias e também legitimando o movimento, o que por fim fortalece a luta pelo direito à moradia.

A seguir, apresenta-se um exemplo de como a escuta ativa ocorre na fase prévia ao projeto, durante os primeiros contatos com as famílias e os movimentos sociais. Durante este mesmo dia, no período da noite, acompanhei uma dinâmica inicial de estudo de projeto com todos os moradores do projeto da Ocupação São João 588. Essa primeira reunião foi para ouvir de todas as famílias quais as necessidades sociais e físicas elas tinham, quais os pontos fortes da ocupação e os desejos dos

moradores, para a partir disso elaborar o projeto. A seguir vou explicar a dinâmica utilizada para tanto.

Inicialmente, um membro da Peabiru e arquiteto coordenador do projeto em questão, realizou sua apresentação e apresentou a equipe da Peabiru envolvida no projeto, composta por ele, e mais dois arquitetos e urbanistas. Ele explicou a fase atual do processo e que a dinâmica proposta tinha como objetivo identificar as perspectivas de todos os envolvidos em relação às necessidades e principais demandas a serem atendidas pelo projeto. Para isso, a dinâmica consistiu na divisão dos participantes em grupos menores para responder algumas perguntas, as quais foram posteriormente apresentadas ao grupo como um todo. Na Figuras 33 é possível observar as perguntas aplicadas aos moradores, na Figura 34 os moradores separados em grupos enquanto respondiam as atividades e na Figura 35 representa o momento de apresentação das respostas.

Figura 303 — Fotografia perguntas: dinâmica participativa



Fonte: a autora.

Enquanto os moradores estavam divididos em grupos para responder às questões, a equipe da Peabiru se dividiu também para apoiar os grupos nas reflexões. Nesse momento o coordenador do projeto solicitou que eu apoiasse um dos grupos

também. Foi interessante observar a empolgação dos moradores quando instigados a refletir sobre a ocupação e a convivência no edifício também. Percebi que a dinâmica proposta pela Peabiru motiva as famílias a refletirem sobre as qualidades e as dificuldades, levantando assim demandas que devem ser ouvidas e seguidas no projeto.

Figura 34 — Fotografia moradores separados na dinâmica



Fonte: a autora.

Após esse momento, uma pessoa de cada grupo apresenta para todos as respostas e é discutido em conjunto as principais demandas do projeto. Essa apresentação com todos pode ser observada na Figura 35, onde os moradores estão sentados em círculo e um ou dois representantes de cada grupo com uma cartolina, a frente, apresentando e justificando suas respostas. Nesse momento também que o coordenador do projeto já explica quais elementos cabem ao projeto ou não, deixando os moradores cientes das possibilidades e de expectativas que são viáveis de acordo com as realidades projetuais e possibilidades legislativas e econômicas.

Figura 35 — Fotografia moradores apresentando a dinâmica



Fonte: a autora.

A atividade também faz com que a Peabiru se empenhe para projetar de acordo com as necessidades dos usuários e mais uma vez o processo parte de uma escuta ativa de todos os envolvidos, essa abertura de um diálogo que é constante. Além de exigir que as famílias se posicionem, que exercitem a atividade de falar e sintam-se parte do processo.

Nesse mesmo dia pude observar duas metodologias diferentes propostas pela Peabiru que colocam a escuta e participação das famílias como ponto chave de seus processos. Uma atividade no ponto inicial do projeto e outra na entrega final, o que demonstrou efetivamente a prática do que foi denominado nesta pesquisa como como uma **escuta ativa e paciente**: a participação das famílias atendidas sendo validada



em cada uma das etapas de trabalho da Peabiru, do momento anterior ao projeto até a entrega final da obra.

Por outro lado, tem-se algumas barreiras dessa relação de escuta. A abordagem desse diálogo permanente e escuta paciente pode trazer alguns obstáculos, tais como a prolongação do tempo para a realização de alguns processos, uma vez que é feito um esforço para que todos os envolvidos compreendam e concordem. Este fato pode ser observado em algumas situações de discussão na Ocupação Anchieta. Como um exemplo, foi testemunhado um desabafo por parte de Clara, que destacou que naquele dia deveriam ter informado uma das moradoras sobre a demolição de sua residência, porém, ao ouvir a proprietária, Clara não teve coragem de revelar a informação, o que acabou atrasando o processo.

Outra situação foi mencionada pelo Vice-Presidente da Associação de Moradores do Anchieta, relacionada à ligação que ele realizou para que fosse desmontado um barraco. Ele relatou que comunicou o proprietário de maneira mais assertiva, dizendo: "*vamos invadir lá amanhã, já sabemos que tem que ser assim, não adianta*". Portanto, devido à postura dialogante paciente da Peabiru, em alguns projetos e processos, ocorre uma execução mais lenta.

Após o Vice-presidente admitir tal postura, as estagiárias da Peabiru que estavam presentes debateram com ele sobre a importância de se ter uma postura mais paciente no processo de resolução de conflitos. No entanto, ele discordou firmemente delas, afirmando que tal abordagem não seria eficaz em alcançar os resultados desejados, pelo menos não desde a visão dele sobre a comunidade dele. A discussão evidenciou a necessidade de considerar não apenas a eficiência, mas também a ética e a justiça na abordagem de resolução de conflitos, especialmente no campo da arquitetura e educação popular.

Outro momento representativo sobre resoluções de conflitos que merece ser descrito foi a Reunião da Quadra 02, na Ocupação Anchieta. Ela aconteceu na manhã do dia 19/11 e, para contextualizar, era uma discussão com os moradores de toda a Quadra 02 sobre a remoção e relocação de alguns barracos, conversa essa que já havia acontecido em Abril deste mesmo ano, porém, até o momento da reunião, nenhum morador havia iniciado as movimentações necessárias. O que, de certa maneira, demonstra indícios que essa prática de uma escuta permanente e paciente também envolve uma demora exaustiva no processo.

A reunião aconteceu no meio da rua, com quase todos os moradores presentes, Caio estendeu o projeto que demarca os lotes e os barracos, explicando quem precisa desmontar seu barraco primeiro, para onde o mesmo será realocado e como deve ocorrer o processo, uma família por vez. As Figuras 36 e 37 representam esses momentos da reunião. Durante a explicação, o clima foi ficando cada vez mais tenso, com reclamações e conversas paralelas sobre desconfianças em desmontar os barracos. Esse episódio evidencia que a prática de uma escuta permanente e paciente também pode envolver um processo demorado e exaustivo.

Figura 36 — Fotografia reunião Quadra 02 - Anchieta



Fonte: a autora.

Pouco a pouco era como se todos estivessem falando e poucos escutando ou concordando com o que estava sendo repassado pela Peabiru. Era nítida a irritação de alguns moradores com a ausência de outros moradores na reunião, com a ineficiência dos mutirões que ocasionou atrasos dos prazos. Em um momento de total desordem da reunião aconteceu uma participação que silenciou os demais, aparentou como uma interrupção, feita pelo Jean, que se identificou como o proprietário da “biqueira” localizada na área de estudo<sup>53</sup>. Essa informação é relevante para compreender o nível de envolvimento da Peabiru, a dinâmica existente do tráfico de

---

<sup>53</sup> Cabe destacar que houve o cuidado em adicionar apenas fotos em que o mesmo não aparece.

drogas na região e as relações de poder estabelecidas entre os indivíduos envolvidos no trabalho dos membros da Peabiru.

O Jean começou sua fala num tom hostil, comentando da fala da Clara que estava explicando pacientemente sobre o atraso dos materiais das obras, a falta de mutirantes e que a Peabiru precisa do auxílio e movimentação da população. Jean comentou que impacientemente que: “A Clara falou português bonito, mas a gente precisa de garantia e papo reto”. Falou que até entendem os atrasos, mas que, nas palavras dele: “a gente prefere que você fale o que vai fazer uma casa por ano do que prometa 10 casas e não entregue nada”.

Figura 37 — Fotografia reunião Quadra 02 - Anchieta



Fonte: a autora.

Ele continuou falando que para eles “o que importa é a moradia”, uma fala simbólica também, é como se tanto o objetivo final da Peabiru quanto dos moradores estivesse alinhado, mas que obviamente, nesse momento de crise da reunião, nem todos estavam entendendo como chegar nesse objetivo final. Houve ainda uma fala intimatória por parte dele, solicitando por uma garantia que viesse do Caio e da Clara que, se por acaso fizessem o que foi acordado nessa reunião, as duas casas estariam prontas em fevereiro.

Nesse momento a Clara e demais membros da Peabiru que acompanhavam ficaram desestabilizados e então, o Caio respondeu com muita calma e cautela que não poderiam dar garantias a não ser do que cabe a eles e ao trabalho da Peabiru. E que ele garantia que a Peabiru continuaria ali, negociando os valores e bolsas para continuar o trabalho com a Ocupação Anchieta, que já ocorria há três anos e que eles não vão embora sem finalizar, mas que o ritmo dos acontecimentos não dependia apenas deles.

O presidente da Associação dos Moradores local, fez uso da palavra para salientar que a Peabiru atua na função de assessoria técnica, não é uma prefeitura e não possui recursos para adquirir materiais. Ele também reconheceu e agradeceu o esforço e dedicação da equipe da Peabiru em relação à ocupação. Durante este momento, lembro-me de sentir um certo desconforto e apreensão, embora também tenha notado a habilidade e flexibilidade demonstradas por Caio na condução da situação. Essa atitude sugeriu-me que Caio já deve ter lidado com situações semelhantes.

Nesse clima apreensivo a reunião continuou, alguns moradores se alteraram, alguns se dispersaram e, a princípio, entendi que alguns moradores concordaram em iniciar as movimentações e alguns não. Não soube concluir se a reunião foi eficaz no seu propósito. Dois dias após a mencionada reunião, durante o almoço com os demais membros da Peabiru, Clara compartilhou com eles alguns eventos relacionados à reunião da Quadra 02. Durante a conversa, ela expressou dúvidas sobre sua atuação profissional, possivelmente desencadeadas pelo contexto vivido, o que levou Clara a se sentir instável e a questionar seus princípios e as consequências da sua atuação. Entendo esta situação como uma situação-limite, pois gerou uma desestabilização da equipe, o que pode beirar ao impasse e crise da metodologia do mutirão e também dessa prática de uma escuta permanente.

Essa reunião na Quadra 02 demonstra um momento deflagrador de instabilidade, a crise de uma escuta permanente em um cenário hostil, com uma atuação que preza pelo esforço permanente de coerência com seus princípios. É o conflito extremo dessa prática de escuta paciente, e percebi que isso gera reflexões internas sobre a coesão da organização, os princípios e formas de atuar da Peabiru. Princípios estes que levam os membros da Peabiru atuarem com uma capacidade de doação intensa, e nesse caso em específico: atuam para além de um cálculo de viabilidade do trabalho. A Peabiru é caracterizada por princípios que impulsionam

seus membros a atuar com uma forte disposição de doação. Em casos específicos, eles agem além de uma avaliação de viabilidade, vivenciando situações delicadas.

Para concluir a análise dessa prática da Peabiru e em contraste total à essa atuação, pode-se dizer que a forma de atuação estudada do Nova Vivenda jamais colocaria os arquitetos nessa posição, uma vez que o *cálculo de viabilidade* deles demonstraria que este não é um nicho que vale a pena ser trabalhado. Tendo em vista que a viabilidade está sempre em cheque na atuação do Nova Vivenda, e que isso significa ter um retorno financeiro garantido e *correr menos riscos*, e o risco, nessa situação em específico, com certeza não valeria a pena para esse outro modelo de negócios. Uma abordagem, que na sua lógica, segue uma estrutura mais tradicional de arquitetura, realizando um contato menor com as famílias e envolvendo os moradores em menos partes do processo.

Porém, é importante demonstrar as diversas metodologias participativas aplicadas pela Peabiru, por serem dinâmicas possíveis de serem replicadas por outros arranjos. Como as reuniões com representantes, os questionários, as dinâmicas de conferências com os moradores e outras formas de envolvimento. Na prática será preciso dedicar mais tempo aos projetos e famílias atendidas, e para aplicabilidade de algumas dessas metodologias também será necessária uma equipe maior. Porém, são essas dinâmicas que promovem a participação, bem como uma prática de diálogo permanente com escuta atenta.

### **3.3.2 Momentos do canteiro sob mutirão: entre mobilização e não-idealização**

Desde pelo menos as formulações do canteiro como ensaio de um trabalho livre da exploração capital-trabalho, o espaço do canteiro se torna certamente o mais fundamental da arquitetura. Nele se deposita as expectativas de uma utopia concreta, na qual a construção deixa de ser um processo de alienante, de subjugação do desenho sobre a execução, dos técnicos e burocratas sobre os executores. Sérgio Ferro desenvolveu uma crítica conhecida da arquitetura e do urbanismo que enfatiza a importância da participação popular no processo de projeto e de construção. Defendendo a ideia de que a arquitetura deve estar a serviço da transformação social, e que a maneira de alcançar isso é envolvendo ativamente as comunidades na criação de seus próprios espaços habitacionais (FERRO, 1976).

Será relatado agora, alguns momentos vividos no canteiro de obra, onde foi possível observar as particularidades da organização dos mutirões. No entanto, é importante avisar que o exemplo acompanhado durante o período da visita de campo não necessariamente reflete a forma mais representativa dos mutirões autogeridos que eram realizados no fim dos anos 90. É fundamental considerar que as dinâmicas e características dos mutirões variaram ao longo do tempo, de acordo com diversos fatores, como mudanças nas políticas públicas, disponibilidade de recursos e outros aspectos contextuais.

De lá para cá muitas experiências foram vividas, muitos balanços feitos, alguns desesperançosos, outros mais ponderados. Os dias com a Peabiru mostram por sua vez que, passado o momento de idealização, a vida cotidiana nos canteiros com mutirão traz uma riqueza enorme. O lugar por excelência do compromisso de fazer acontecer junto, o lugar da ajuda mútua (mesmo sem quórum de 100%), mas também dos resquícios do patriarcado.

Durante a visita de campo, acompanhamos um mutirão em uma área de ocupação irregular localizada no Grajaú, que abrangeu diversos desafios. Além do mutirão para construção das casas, a atuação da Peabiru nessa área engloba a relocação das famílias que vivem em barracos precários, para possível abertura de novas vias, buscando melhorar a acessibilidade e mobilidade na comunidade. Essas ações de autoconstrução e autogestão buscam complementar o processo de autourbanização dessa área, promovendo a melhoria das condições de moradia e a participação ativa da comunidade na transformação de seu próprio espaço.

A realização deste tipo de trabalho demanda uma mobilização persistente para o envolvimento das famílias, maiores desperdícios devido à falta de mão de obra qualificada, além disso, a execução das obras pode ser mais demorada. Esses são apontamentos percebidos e descritos na presente pesquisa, tanto nesta seção quanto em outras. No entanto, é o mutirão continua sendo um dos “saberes” que a Peabiru domina e sabe coordenar, sendo frequentemente necessário para a efetivação do direito à moradia, uma vez que, em muitos casos, não há recursos financeiros suficientes para executar a obra de outra forma.

Iniciando os relatos, no âmbito da visita de campo em mutirão, presenciei um momento significativo de busca pela resolução de conflitos durante uma das casas da Ocupação Anchieta, ocorrido em 10/08/2022. Durante essa ocasião, foi possível observar como as partes envolvidas trabalharam em conjunto na busca de uma

solução para um problema na obra, proporcionando subsídios para a análise da dinâmica do mutirão e do processo de resolução de conflitos anteriormente descrito. Estávamos acompanhando o mutirão e no fim da manhã descemos os três, eu, Nunes e Beatriz para uma conferência da obra em uma das casas embriões. Chegando lá a viga de baldrame estava consideravelmente torta. Analisamos juntos os projetos, somamos e verificamos que a diferença era de 7cm a menos do que estava no projeto. Essa diferença deu-se por conta de como estava a construção ao lado dessa casa embrião, um barraco que já deveria ter sido demolido antes do momento da concretagem das vigas. A Figura 38 abaixo mostra a viga e esse momentos em que estávamos no canteiro discutindo com o mestre de obra e pedreiros o que poderia ser feito para minimizar esse erro de execução.

Figura 38 – Colagem fotografias indicação do baldrame e discussão em canteiro



Fonte: a autora.

Os membros envolvidos na situação chegaram a um consenso de que a alvenaria deveria ser avançada, mas limitada a 3,85cm para manter-se dentro da base do baldrame. Embora a solução em si não seja o foco da pesquisa, é relevante destacar o processo que levou a ela: a participação ativa e o debate colaborativo de

todas as partes envolvidas. Essa abordagem demonstra a prática de escuta ativa e a postura não hierárquica da Peabiru na resolução de conflitos.

Por outro lado, esse momento também demonstra uma característica que pode ser considerada uma carência das obras de mutirão, a falta de mão de obra qualificada e seus ônus. Assim, os erros nas obras podem aumentar, o que acarreta também em um trabalho mais cauteloso de supervisão das etapas da obra, etapa essa que é feita pela Peabiru. Depois desse episódio, o Nunes comentou que é sempre necessário mais de uma etapa de conferência por parte da Peabiru, pois geralmente são encontrados erros de execução.

Na saída desse embrião de casas, o Nunes chamou o mestre de obras para conversar, o Jeferson. Nesse momento discutiram sobre a postura do Jean, um pedreiro que estava trabalhando em outro embrião de casas, no mutirão que acontecia em outra quadra. Houve uma discussão sobre a melhor solução para a instalação dos ferros na laje e, aparentemente, o Jean não estava concordando em executar conforme o projeto e a orientação da Peabiru. Nunes pediu para o Jeferson tentar amenizar e intermediar a conversa, sem forçar, pois assim, com o João comentando, soaria menos como uma imposição do que se fosse o Nunes.

Esperei essa conversa finalizar e perguntei a todos porque achavam que o mestre de obras falar com o pedreiro, seria 'amenizar a situação' - como eles falaram. Jeferson então disse que a conversa com ele seria num tom de mais igualdade e não de autoridade, pois ele é "um de nós na obra". Após isso a Beatriz, estagiária da Peabiru, também me explicou que a Peabiru tenta se aproximar de uma atuação mais horizontal das relações de hierarquia nos mutirões, mas que para as famílias e os mutirantes, ainda havia uma grande diferença entre eles e a Peabiru.

Depois de todos esses acontecimentos, Nunes comentou comigo e com a Beatriz que sempre tentam conversar, ouvir, mas que a palavra final é do Engenheiro Civil da Peabiru. Nesse momento entendi um pouco mais sobre a dinâmica de escuta da Peabiru no mutirão, que apesar deles estarem sempre abertos a ouvir e a dialogar, quando se trata de questões mais técnicas e rígidas de projeto, a Peabiru precisa se impor mais firmemente e com o saber técnico norteando as decisões. Assim eles dominam essa dinâmica nesses momentos de conflitos de obra.

No fim deste dia, em uma conversa com o Nunes, questionei ele sobre a sua visão do canteiro, do mutirão e da atuação da Peabiru. Ele relatou que para ele, o 'canteiro não é o centro de ações da Peabiru, **o centro seria o direito à moradia.**'



Explicou que o mutirão é a maneira possível de concluir as obras e prover moradias dentro das oportunidades, financeiras e de equipe, que eles têm no momento. Ele comentou sobre o mutirão ser uma “parte fundamental da etapa de obra” - aqui interpretei fundamental como necessária, indispensável e requerida.

Durante essa conversa sobre as possíveis mudanças que a Peabiru propõe no canteiro dos mutirões, Nunes explicou que a organização sugere modificações no sentido de aprendizado e que o canteiro é uma solução que aparece para o caso em questão. Ele diferenciou o trabalho da Peabiru nesse quesito do conhecido trabalho da Usina, afirmando que a Peabiru possui conhecimento especializado em execução de obras por meio de mutirão, que seria a "carta na manga" da organização.

Já no momento que ele se refere a Usina para contrapor sua prática, presumo que significa que tentam fugir da idealização do espaço do canteiro escola e mutirão, mas sim realmente como uma **prática necessária** para aquele projeto ser concretizado. Uma vez que a Usina foi e é conhecida por seu trabalho no apoio a projetos de autoconstrução, também conhecidos como canteiros autogeridos. Sérgio Ferro, um dos fundadores do grupo Arquitetura Nova e da Usina, defendia a necessidade de se levar em conta as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades, bem como seu envolvimento ativo no processo de construção de suas moradias, a fim de garantir a efetividade dos projetos (FERRO, 1987). Por acreditar que a arquitetura popular poderia ser uma ferramenta para a transformação social, promovendo a participação da comunidade e o fortalecimento da cidadania.

Nesta mesma conversa com Nunes e Beatriz que identifiquei esse **senso mais pragmático da Peabiru**, também se concretizando na necessidade da realização dos mutirões. Quando comentamos sobre os erros das obras e os desperdícios de materiais, ele relata a necessidade de desapegar um pouco das técnicas e do perfeccionismo, num sentido de que a obra com mutirão apresentará mais conflitos e terá outro ritmo. Demonstrando que o *“Mutirão é a parte fundamental das etapas de obra”*, falando da mobilização dos moradores como compromisso de fazer acontecer na coletividade, mas sem idealismos de canteiro escola. Isso também ficou evidente em uma conversa com a Pamela, a moradora e mutirante.

Outro momento simbólico em que pude observar a visão das famílias trabalhando no canteiro sobre a prática do mutirão foi quando um pedreiro da ocupação veio oferecer seu trabalho à elas - nesse momento havia apenas mulheres no mutirão. As mulheres responsáveis pelo mutirão deixaram claro ao pedreiro que

não havia oportunidades de emprego remunerado disponíveis naquele local. Durante a conversa, uma delas ressaltou que "aqui nós ajudamos um ao outro para cada um ter sua casa". Portanto, de certa forma, elas reconhecem na prática do mutirão a mesma necessidade mencionada por Nunes: uma abordagem vital para atingir o objetivo final, que para elas é a obtenção de suas próprias casas e, para a Peabiru, a realização do direito à moradia.

Houve nesse mesmo dia, no canteiro da Ocupação Anchieta, uma outra interação interessante com a estagiária Beatriz onde discutimos sobre o conflito que havia recém ocorrido entre o mestre de obras, o pedreiro e o Nunes. Assim que saímos dessas casas embriões e caminhávamos para a Sede da Associação dos moradores, a Beatriz comentou comigo que "se fosse a Clara e não o Nunes, teria sido diferente a tratativa". Queria entender melhor e questionei para ter certeza também sobre o que eu já estava concluindo dessa fala, pois pelo simples fato de também ser mulher e trabalhar com obras, já havia compreendido algo. Ela então me explicou que, como a Clara era mulher e os demais envolvidos eram homens, eles não a ouviram de maneira tão igualitária. Nesse momento confirmei que ela se referia a posturas machistas, e que elas devem ocorrer frequentemente no campo. Porém sabemos que tal postura não é exclusividade do campo do mutirão em si, muito menos apenas do campo de obras da construção civil, mas de toda nossa sociedade<sup>54</sup>.

Na minha segunda visita de campo, observei uma realidade diferente nos mutirões. As equipes responsáveis pelo mutirão estavam constituídas por uma quantidade menor de pessoas, resultando na elevação da rotatividade das mesmas pessoas envolvidas nos trabalhos. Tal circunstância acarretou em uma sobrecarga de esforço para todos os envolvidos, incluindo pedreiros e mutirantes, e também para a equipe da Peabiru. Ao presenciar as reclamações dos participantes sobre a falta de mão de obra para finalizar as obras, foi possível identificar que a desmotivação foi provocada pelos atrasos no andamento das mesmas, além da ausência de disponibilidade por parte das pessoas que já receberam suas casas em participar dos mutirões. Ou seja, conforme as casas ficavam prontas, alguns mutirantes paravam de ajudar os demais.

---

<sup>54</sup> Não pretendo adentrar na discussão do machismo e gênero nesta pesquisa, porém acredito que cabe ressaltar que vi esse nível de conflito acontecer no período da pesquisa de campo. Por dois motivos principais: 1) a própria Peabiru faz discussões e análises sobre este tema; 2) acredito ser interessante para demais pesquisas.

A desmotivação com o processo de mutirão também foi observada em uma conversa entre membros da Peabiru. Durante o almoço do dia 21/11/2022, eles entraram na discussão dos andamentos dos projetos. Clara, aparentemente um pouco desmotivada com os desafios da Ocupação Anchieta falou para o Alexandre que ele estava certo pois “o mutirão não deu certo! ”. Nesse momento indaguei sobre o que isso significava e eles explicaram que a autogestão, os mutirões e outras dinâmicas que envolvem as famílias na construção são temas frequentemente debatidos na Peabiru. Acrescentaram que esses tópicos são alvo de discussões contínuas e que Alexandre, em conversas recentes, teria manifestado que esse modelo não seria apropriado para alguns projetos, incluindo o projeto da Ocupação Anchieta, que era exatamente o projeto mencionado por Clara.

Alexandre relatou ainda sobre outro projeto, denominado Adventista, que é para o Movimento Habitacional e Ação Social (MOHAS). Segundo ele, o MOHAS tem interesse em realizar mutirão junto às famílias, mas este projeto está sendo executado pelo Programa Pode Entrar<sup>55</sup>, que no caso viabiliza recursos financeiros para a etapa da obra. Em outras palavras, o projeto Adventista não necessita do mutirão para sua concretização, uma vez que os recursos financeiros já estão previstos para essa fase. Isso se difere do caso da Ocupação Anchieta, em que o mutirão é parte fundamental para a construção das casas, pois o valor arrecadado não é suficiente para alcançar a meta inicial de 50 residências, que agora é de apenas 41 unidades<sup>56</sup>.

Por conta disso, Alexandre explicou sobre as dificuldades que eles podem enfrentar, no caso de precisar organizar as comissões de acompanhamento de obra e encontrar tarefas para os mutirões, executáveis apenas no final de semana, para que não sejam completamente essenciais ao andamento da obra, mas que também não façam as famílias entenderem que é desnecessário a atividade delas. O que, na visão dele, acaba atrapalhando o andamento da obra, principalmente quanto ao prazo final de entrega. Foi interessante observar a forma como a Peabiru promove naturalmente debates internos sobre suas metodologias aplicadas no campo.

---

<sup>55</sup> Sob a Lei nº 17.638/2021, o novo Programa Habitacional da Cidade de São Paulo – Pode Entrar, permite a simplificação ao acesso no sistema habitacional do município, contribuindo na redução do déficit na capital e também para atender a demanda do extinto 'Minha Casa Minha Vida'. Disponível em: <https://podeentrar.cohab.sp.gov.br/programa-pode-entrar>.

<sup>56</sup> Por conta do aumento do custo dos materiais de obra, devido à inflação alta dos últimos anos, a Peabiru optou por não colocar novas famílias no programa Selavip quando outras famílias desistiram do projeto, por isso, no momento eles estão com 41 famílias no projeto.

Compreendi que tais momentos de crise são oportunidades para reflexão e possíveis mudanças em sua atuação.

Findando esse tópico, de cabe dizer que a Peabiru é dividida em três frentes de atuação, e uma delas é frente chamada de **Crítica**, onde debatem sobre o campo de atuação e suas práticas. O que provavelmente faz com que eles estejam em constante mudança e adaptações das suas metodologias não somente conforme as políticas públicas existentes, que era uma hipótese desta pesquisa, mas também conforme as suas próprias experiências, os acertos e os erros. Este tópico será novamente abordado a seguir, na seção 3.3.4 *Pesquisa ação: aprendizagens múltiplas e reflexividade permanente de uma instituição crítica*.

### **3.3.3 Benefícios e riscos do trabalho-luta: confiança, rotatividade e autonomia**

A partir desta etapa, será abordado outro aspecto observado na dinâmica operacional da Peabiru, que está ligado à sua alta capacidade de adaptação conforme o fluxo de recursos e editais disponíveis. Trabalhar com o campo de arquitetura para população de baixa renda é uma tarefa complexa, principalmente devido à falta de políticas públicas permanentes e falta de remuneração adequada - apontado como principal desafio pelos profissionais atuantes na área no questionário online. Acompanhando os trabalhos, observei que o escritório da Peabiru encontrou uma forma de lidar com esses obstáculos: promovendo a reformulação constante de suas equipes.

O Rafael, assim como outros membros, me explicou sobre esse formato de organização das equipes de trabalho, que isto é sempre pensado nas reuniões dos membros, que são mensais. Nelas, as equipes são reestruturadas sempre que necessário para reduzir ou aumentar a quantidade de pessoas envolvidas em cada projeto, isso de acordo com as verbas disponíveis para cada ação. Acredito que essa seja uma inteligência adquirida com os anos de atuação nesse campo, a inteligência de que é necessário se adaptar para perpetuar no tempo.

Essa metodologia, no entanto, exige que todos os membros da equipe e estagiários, independentemente de seu cargo ou experiência prévia, tenham autonomia no trabalho e sejam capazes de tomar decisões importantes nas obras e reuniões. Isso gera uma dinâmica positiva e engajada na equipe, permitindo a eles trabalhar de forma mais eficiente e inovadora, superando essa dificuldade do campo.

Além da autonomia gerada nos profissionais, essa metodologia de reformulação constante de equipes no escritório Peabiru também gera rotatividade e multiplicidade de funções nos profissionais. Essa rotatividade se estende inclusive para o espaço físico do escritório, que é frequentemente reorganizado para atender às necessidades da equipe e dos projetos em andamento. A partir disso, é possível perceber que flexibilidade e adaptabilidade são características importantes da metodologia adotada pela Peabiru, pois permite que cada profissional adquira novas habilidades, novos saberes e amplie sua visão do impacto geral da Peabiru, o que é fundamental para o entendimento no campo.

A rotatividade a que esta pesquisa se refere é de diferentes profissionais da Peabiru em diferentes projetos, quando há uma frequente mudança dos profissionais que trabalham em um determinado projeto. Foi identificado que isso ocorre na Peabiru por diversos motivos: como contratos temporários, divisão dos cargos e projetos existentes em cada momento, redistribuição de tarefas, entre outros fatores. Quando ocorre em projetos sociais ou habitacionais, a rotatividade de profissionais pode ter impacto na continuidade e qualidade do trabalho realizado com as famílias envolvidas, já que é preciso estabelecer um relacionamento de confiança e acompanhamento constante com as mesmas. Esse é um dos aspectos que será tratado nessa seção da pesquisa.

Pude observar uma questão relativa à rotatividade e da confiança mútua durante minha primeira visita ao escritório da Peabiru, em 11 de agosto de 2022. Notei que fui a primeira a chegar no local e fui recebida por um profissional que trabalha no mesmo prédio que a Peabiru, que não demonstrou surpresa com minha presença. Embora talvez não tenha memorizado todas as pessoas que trabalham na Peabiru, ele me perguntou sobre o motivo de estar sentada do lado de fora do escritório e, expliquei que aguardava um dos membros para reunião, ele então abriu a porta para que eu pudesse aguardar lá dentro. Não posso afirmar, mas fiquei com a impressão de que ele estava acostumado com a presença de novas pessoas e, por isso, abriu a porta com total confiança para alguém que ele nunca havia visto antes.

Nesse mesmo dia acompanhei diferentes reuniões e projetos acontecendo no escritório e observei a dinâmica existente entre os diferentes profissionais que circularam no escritório durante um único dia no escritório da Peabiru. Iniciou-se com uma Reunião do Jardim das Graças, projeto que está em fase bem inicial e a equipe era formada por três arquitetos. Então pela manhã havia essa equipe ocupando o

escritório, já durante o período da tarde, com outros membros discutiram opções de planta de outro projeto, o Adventista. Depois, trocou-se novamente as equipes, e houve a reunião das Emendas Parlamentares, sobre as regularizações das ocupações no centro de São Paulo. Nesse momento eram outras 05 pessoas no escritório e mais algumas pessoas participando de maneira remota da reunião, que pode ser visualizado na Figura 39. Ou seja, durante o dia do escritório há uma grande rotatividade das pessoas e equipes.

Figura 31 – Fotografias reunião no escritório



Fonte: a autora.

Ao final deste dia, estava programada uma Reunião Geral da Peabiru, que congrega todos os profissionais, incluindo membros, arquitetos, urbanistas e estagiários. Estava ansiosa para compreender como ocorre a troca de informações e a integração dos projetos dentro do grupo geral. No entanto, a reunião foi adiada devido ao Ato Pró-democracia na Avenida Paulista, que pode ser observado na Figura 40. Acompanhei a equipe nesse ato político, que representa também a conexão feita

com os movimentos sociais, a luta constante. Essa situação demonstra a atuação política da Peabiru, uma vez que cancelou a reunião e mobilizou seus membros para participar do ato político. Além disso, cabe salientar que, durante todo o meu período de pesquisa de campo, não me foi possível participar em nenhuma ocasião da reunião geral da Peabiru. Obter um agendamento foi sempre problemático, e houve alguns obstáculos. No último contato que fiz com um dos membros com o intuito de acompanhar a reunião, fui informada de que a mesma estava ocorrendo de forma presencial.

Figura 40 – Fotografia Ato Pró-democracia na Avenida Paulista



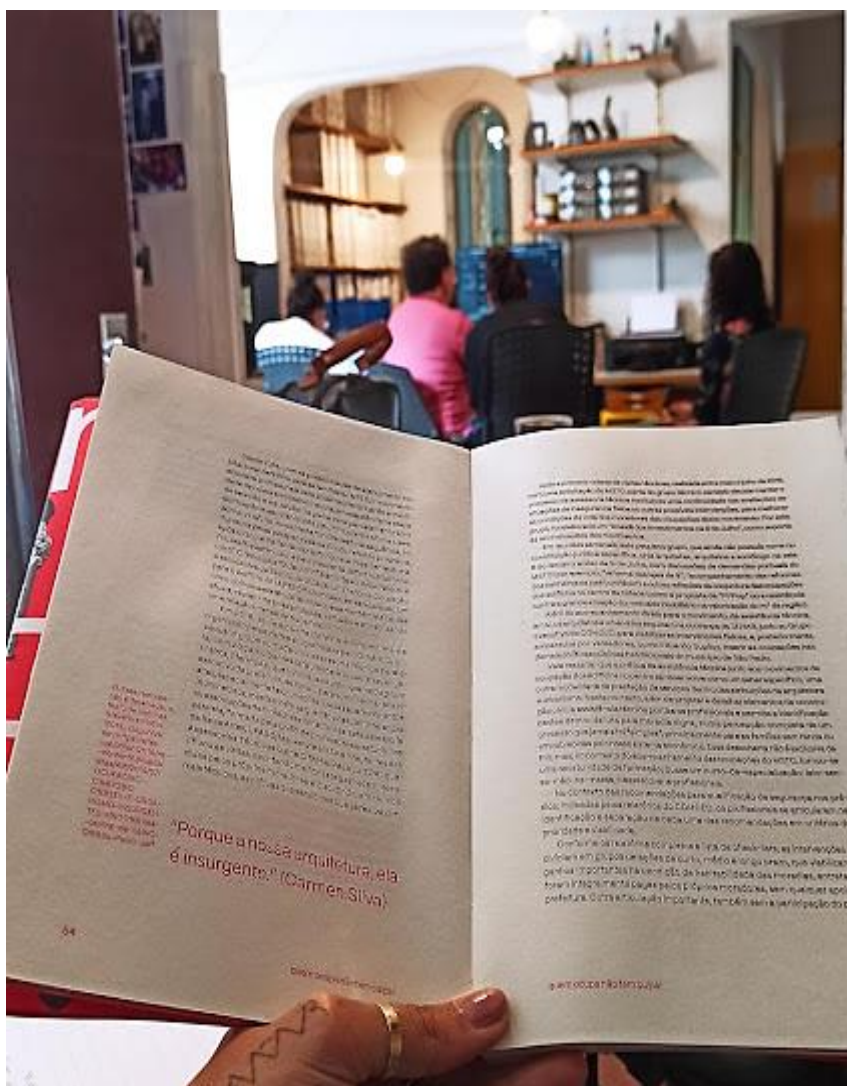
Fonte: a autora.

De maneira similar ao dia a dia do escritório anteriormente descrito, durante a minha segunda visita à Peabiru, pude observar de maneira mais acentuada essa dinâmica. Isso se deve ao fato de que, na segunda ocasião em que estive em São Paulo, a pandemia de Covid-19 estava mais controlada e as atividades presenciais da Peabiru haviam sido quase que completamente retomadas.

O coordenador Rafael da Peabiru já havia me informado, antes da segunda visita a São Paulo, que eles estavam trabalhando com escalas para as equipes usarem o escritório, para que o espaço físico de conta da grande equipe. Então a rotatividade e diversidade das equipes é uma dinâmica que se estende também para o uso do espaço físico, ou seja, com o escritório da Peabiru.

Então, nesta segunda visita, no dia 21/11/2022, acompanhei pela manhã uma reunião da Equipe do Projeto Adventista. Com um arquiteto e membro, uma arquiteta, duas estagiárias e uma arquiteta recém contratada para atuar neste projeto especificamente. Foi interessante observar como uma nova integrante era ambientada nos assuntos de projetos e organização da Peabiru. Na reunião apresentaram todo o projeto e discutiram os encaminhamentos. Depois decidiram em conjunto questões mais técnicas e projetuais. Nesse momento, enquanto resolviam questões mais técnicas, Marcele me emprestou uma versão do livro “Assessoria Técnica Popular: A Prática em Movimento” para ler, elaborado pelo Coletivo FIO, uma assessoria que ela também faz parte.

Figura 41 – Fotografia rotina escritório e leitura “Assessoria Técnica Popular: A Prática em Movimento”



Fonte: a autora.



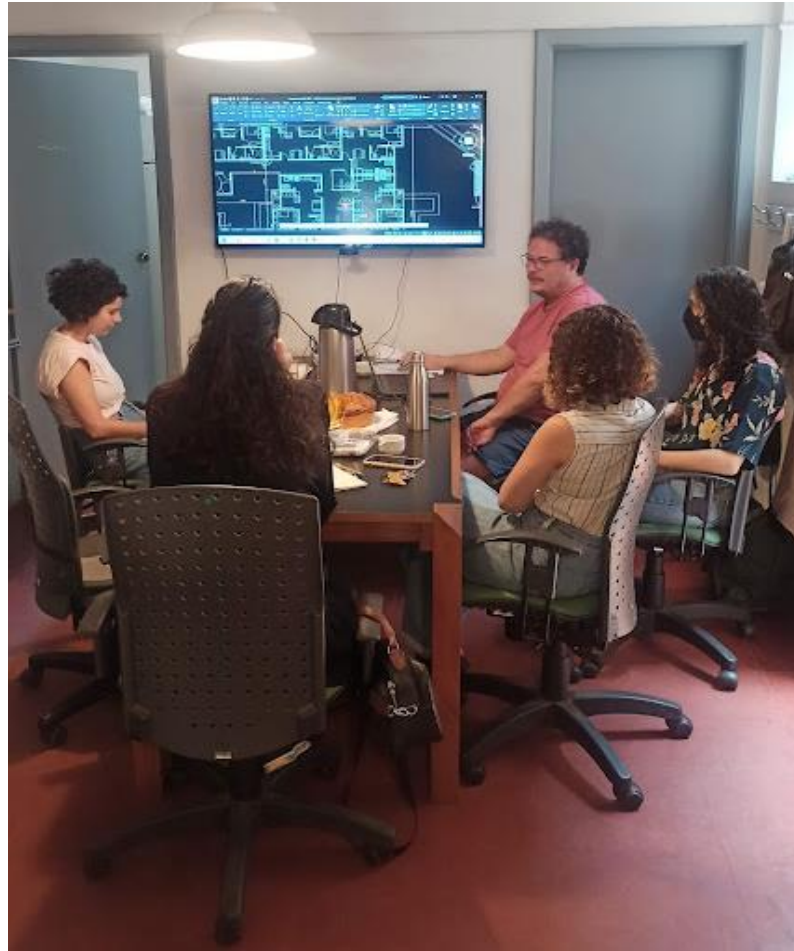
O livro, apresentado na Figura 41, é resultado de um edital de fomento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), e tem como objetivo divulgar a narrativa sobre as recentes lutas do movimento popular e da assessoria técnica que dele surgiu. Ao longo da leitura, os leitores são capazes de acompanhar outros desafios enfrentados pela prática da ATHIS em diferentes territórios do município de São Paulo.

Através da leitura e do exemplo do trabalho da Marcele na Peabiru e atualmente formando e trabalhando em outra assessoria, a FIO, ponderei sobre como a Peabiru influencia e contribui realmente para a construção desse campo de atuação. Eles inspiram e estimulam outros arquitetos e urbanistas a criarem outras assessorias, fazerem outros trabalhos na área, aumentando a força desse campo. Além disso, a Peabiru acaba naturalmente ensinando, através da sua prática e do convívio, como participar de editais, como o do livro mencionado, e como buscar verbas públicas para financiar o trabalho de assessoria técnica.

Observei nesse momento também, enquanto estava mais afastada com o livro e as discussões aconteciam, que a nova integrante da Peabiru, teve sua opinião considerada mesmo sendo recém-chegada à organização. Por um momento eu até me empolguei com as discussões e opinei sobre uma possível solução técnica, e percebi que, apesar de minha intromissão, minha opinião foi ouvida e acolhida. Esse episódio me levou a refletir sobre a metodologia horizontal aplicada pela Peabiru, que permite a participação e a escuta de todos os envolvidos. A Figura 42 ilustra esse momento em que a equipe debatia em conjunto sobre o projeto.

Assisti ainda, já no período da noite, uma entrevista dada pelo Alexandre para outra pesquisadora, da PUC de Campinas, respondendo questões específicas do projetos do Cambridge, além de aspectos quanto ao papel do arquiteto e urbanista no planejamento urbano e acesso à moradia. Durante a entrevista, foi abordado pelo entrevistado as elevadas expectativas dos membros da Peabiru diante da nova conjuntura política do governo federal, haja vista que, naquele momento, as eleições presidenciais haviam sido concluídas com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

Figura 42 – Fotografia rotina escritório projetos



Fonte: a autora.

Ao final desse dia de pesquisa de campo, tive por fim, a oportunidade de acompanhar uma reunião online com o Grupo de Trabalho de Transição do Governo Federal e alguns profissionais das principais assessorias de São Paulo. A reunião foi dedicada a discutir questões urgentes para implementação e melhorias nos programas e políticas habitacionais, buscando obter informações dos que atuam neste campo. Durante a reunião, foram discutidos assuntos como a necessidade de serem precisos com as mudanças necessárias quanto às principais críticas, já existentes e conhecidas, do PMCMV; e a importância de realizar um levantamento do que precisaria ser revogado, do governo anterior, na área de políticas públicas habitacionais.

Nesse momento, observei a diversidade de funções do Alexandre, que em um único dia havia participado de inúmeras discussões projetuais, feito uma entrevista para outra pesquisadora e estava participando de uma reunião que, efetivamente, envolvia discussões políticas para melhorar o acesso à arquitetura popular no Brasil.

Mais uma vez notei, e entendi na prática, como a Peabiru não apenas trabalha nesse campo, mas ajuda a construir esse campo: atuando ativamente na efetivação e discussões de políticas públicas habitacionais. Essa conjuntura já havia sido mencionada em uma entrevista com Rafael, um dos coordenadores da Peabiru, e tornou-se ainda mais evidente nesta reunião online, quando vi diretamente um membro da Peabiru envolvido em compartilhar seus saberes técnicos em prol do avanço do direito à moradia no Brasil.

Sobre aspectos da diversidade das funções e práticas, descrevo agora um episódio em que pude observar vários processos significativos, incluindo conflitos na obra e conversas com um morador que estava deixando o projeto. No dia 10/08/2022, uma quarta-feira, tive a oportunidade de acompanhar novamente a Ocupação do Anchieta, desta vez na presença de Nunes e Beatriz, ambos membros da Peabiru. Nos encontramos pela manhã e seguimos juntos para a ocupação, onde permanecemos ao longo do dia, acompanhando as atividades do mutirão. Logo que cheguei a dinâmica foi parecida com a do primeiro dia, uma reunião geral acontecendo onde são repassadas informações gerais sobre o andamento das obras, possibilidade de chegadas de materiais e distribuídos os trabalhos de cada um.

Neste dia acompanhei bastante o trabalho da estagiária Beatriz conferindo os mutirões, que cabe dizer aqui, já estavam bem adiantados se comparados com a semana anterior em que eu havia acompanhado. A Figura 43 apresenta fotos do mesmo embrião de casas, e com a diferença de tempo de uma semana já podemos observar o andamento significativo da obra, com as vigas de baldrame desformadas e a concretagem da laje. Já no outro embrião, na Figura 44 e a Figura 45, vemos a evolução da obra pelo início das paredes sendo erguidas.

Figura 43 – Montagem fotografias avanço mutirão



Fonte: a autora.

Figura 44– Fotografia embrião – semana 01



Fonte: a autora.

Figura 45 – Fotografia embrião – semana 02



Fonte: a autora.

Em um momento específico, durante o mutirão, encontrei-me a sós com uma moradora que também participa do mutirão, ela era responsável pelo almoxarifado da obra. Aproveitei a oportunidade para entrevistá-la em relação ao seu trabalho com a organização. Expliquei que a conversa fazia parte da pesquisa, e que o objetivo era coletar informações acerca do ponto de vista da associação e das famílias envolvidas no trabalho de mutirão da Peabiru.

De imediato, ela expressou seu apreço pelo trabalho da equipe, elogiando a Peabiru e o relacionamento estabelecido até então. Ao aprofundar o assunto, indaguei sobre o profissional encarregado de acompanhar a sua família, tendo em vista que as famílias são atendidas por diferentes profissionais da Peabiru, e como ela percebia esse relacionamento. Foi nesse momento que ela discorreu acerca da frequente substituição dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento das famílias. Apesar de elogiar muito, a moradora não soube informar, inicialmente, quem acompanhava sua família. No entanto, eu havia verificado essa informação, pois havia uma lista das famílias e dos responsáveis fixada na porta do almoxarifado. A moradora explicou que havia uma rotatividade de profissionais na Peabiru, e que muitas vezes "meninas vêm e vão", sendo a única pessoa mais constante a Carla. É possível que ela tenha confundido o nome da Clara com o da Carla, o que poderia também sugerir uma certa incerteza quanto à qual profissional que estava acompanhando sua família.

Essa questão da grande rotatividade dos profissionais da Peabiru acabou aparecendo também, no dia seguinte, na discussão da mesa do projeto das Emendas Parlamentares. Onde a equipe da Peabiru estava em reunião e comentou de nomear um responsável interno para cada ocupação, ou seja, manter alguém fixo para estar à frente do trabalho de cada uma das ocupações. O relato dessa reunião ficará para a próxima parte do trabalho, onde é abordado sobre Pesquisa ação, mas cabe aqui resumir que houve um diálogo em que ficou nítido que todos entendem a sua multiplicidade de atuação, mas que mesmo assim, percebem a importância de terem um profissional responsável por cada uma das ocupações para conseguir criar um diálogo melhor com as famílias. Evitando problemas relacionados à muita troca dos responsáveis, o que, segundo eles, fica confuso para os moradores.

Isso ficava perceptível também quando avalio a forma habitual que os moradores, movimentos e as associações todas me receberam. Senti que o simples fato de ser associada a alguém da Peabiru me garante ser acolhida pelas associações e comunidades. Além de me sentir bem-vinda, o que é ótimo, entendi a partir disso que, para eles, era comum ter pessoas novas e desconhecidas acompanhando eles nas reuniões e encontros. De modo geral não achei que a moradora do Anchieta, falou de forma negativa quando mencionou sobre a rotatividade dos profissionais da Peabiru, de maneira alguma. Porém, avaliando isso em conjunto com os demais acontecimentos que acompanhei, enxergo um pouco a rotatividade dos profissionais nos projetos da Peabiru como sintoma das adversidades que atravessam o trabalho, profissional e um tanto militante, com assessoria técnica.

Ainda sobre a rotatividade, cabe aqui abordar uma conversa que tive com a Beatriz durante essa mesma tarde, na Ocupação Anchieta. Em um determinado momento, caminhando e voltando para a sede do projeto na ocupação, percebi ela no telefone resolvendo sobre os materiais que seriam entregues do mutirão. Aproveitei o momento para questioná-la sobre quanta autonomia ela acreditava ter no projeto, uma vez que a via resolvendo situações que considero fundamentais – sobre pagamento e entrega de materiais da obra. Ela me respondeu que as questões rotineiras ela assume tranquilamente, mas as decisões maiores são sempre tomadas em conjunto – lembro que anotei na hora essa palavra no caderno: “conjunto”. Ela também disse que sente bastante autonomia e complementando falou que “não tem gente suficiente”, o que ajuda a quebrar a hierarquia também.

É necessário então entender a ligação da rotatividade dos profissionais da Peabiru e a autonomia das equipes nos projetos. Assim como a grande rotatividade pode causar um pouco de insegurança e impessoalidade para as famílias que eles trabalham, como demonstrado na conversa com a Maria Rita e também na discussão da reunião do projeto Ocupas. A rotatividade também gera uma autonomia de trabalho para os profissionais da Peabiru. Essa flexibilidade aliada à autonomia parece ser uma metodologia necessária para atuar no campo da assessoria e ATHIS. Tive a impressão que para a Peabiru operar ela precisa que essa cultura de autonomia funcione, significando que todos da Peabiru podem resolver as questões que se apresentam, gerando também menos hierarquia na sua organização interna. Acredito que isso também aconteça por conta de uma dificuldade que esse campo de atuação impõe, ou seja, a precariedade do campo faz com que formas mais eficientes de organização interna de trabalho sejam implementadas. Vejo isso na inteligência de equipes flexíveis, múltiplas atuações e a rotatividade de seus membros acabam sendo estratégias adquiridas para que o trabalho perdure independente das verbas existentes.

Ainda sobre a **autonomia interna**, conversei com a Larissa e a Beatriz, uma estagiária e a outra pesquisadora bolsista, no dia 19/11, na Ocupação Anchieta, e questionei sobre a autonomia que elas tinham na Peabiru. Ambas começaram a relatar que “a estrutura mais horizontal da Peabiru exige uma postura mais autônoma de todos e uma prática dialógica”, disse a Larissa. Beatriz contou que o trabalho no Anchieta exige ainda mais dessa postura por ser no campo em si e não no escritório, onde as questões poderiam ser discutidas com mais calma, mas, segundo elas, “o campo é frenético, intenso”. Também relataram que tudo que é decidido por elas é repassado aos demais depois, mas que elas mesmo decidem e resolvem todos os assuntos que podem, de material de obra à orientações do mutirão, num sentido de que o campo do Anchieta precisa de uma postura deliberativa, justamente por todos estarem sobrecarregados.

Além disso relataram que desde o princípio é assim, elas não sentem que teve uma introdução um ensinamento de como deveriam se portar, a prática do aprender observando, apesar de ambas elogiaram muito as orientações que recebem frequentemente da Clara. Comentaram também que percebem que não é só o trabalho na Peabiru, mas a atuação nessa área de arquitetura que é precária, então a

sobrecarga é maior ainda e que, na visão delas, isso influencia nessa prática mais autônoma de todos os envolvidos.

O que notei e concluí então, é que a estrutura de uma hierarquia mais horizontal implementada na Peabiru permite que todos os envolvidos tenham mais responsabilidades, exige mais autonomia e funciona por girar em torno de conversas e diálogos - a resolução de conflitos de maneira direta, como apontado no início deste capítulo. No entanto, esse tipo de trabalho também apresenta riscos, como a alta rotatividade das equipes e a insegurança que isso pode causar nas famílias atendidas. Apesar disso, minha hipótese é de que o relacionamento construído pela Peabiru com as famílias é tão positivo que a rotatividade não é vista como um problema decisivo. Ainda assim, é importante considerar as possíveis implicações desta abordagem ao longo do tempo e avaliar sua efetividade no atendimento às necessidades das famílias de baixa renda.

#### **3.3.4 Pesquisa ação: aprendizagens múltiplas e reflexividade permanente de uma instituição crítica**

Inicia-se agora uma nova seção que irá abordar as similaridades encontradas entre a metodologia de pesquisa-ação e a prática cotidiana da Peabiru. Tal perspectiva é considerada essencial, uma vez que mantém uma postura crítica e reflexiva em relação à atuação da organização. O fato, por exemplo, da instituição ouvir diferentes saberes e perspectivas, sejam eles de técnicos da área ou não, o que contribui para uma organização interna mais diversa e rica. Além da Peabiru manter uma reflexão e discussão constante sobre sua atuação, seus erros e acertos, o que permite que a instituição se mantenha em constante evolução.

Lembrando que a Peabiru é dividida em três frentes de atuação e uma delas é frente chamada de **Crítica**, onde eles debatem sobre o campo de atuação, suas práticas e produzem conteúdos acadêmicos, estudos e pesquisas. O que conseqüentemente, faz com que eles estejam em constante mudança e adaptações das suas metodologias, não somente conforme as políticas públicas existentes, que era uma hipótese desta pesquisa, mas também conforme as suas próprias experiências, os acertos e os erros.

Essas dinâmicas da pesquisa ação, que envolve um trabalho-luta com multiplicidade de funções podem ser entendidas também numa outra chave. Isso ficou



claro em uma conversa com pesquisadoras, pela metade da tarde do dia 11/08/2022, começou uma reunião do projeto de Emendas Parlamentares para várias ocupações do centro de São Paulo. Para explicar um pouco, esse projeto provém de um valor que veio da união de emendas parlamentares de três vereadores e o trabalho consiste em fazer a regularização de oito ocupações no total. Para viabilização desse projeto a Peabiru se uniu a mais duas assessorias técnicas, a Mola e a Fio.

Nesta reunião em questão haviam 6 pessoas presencialmente e mais duas pessoas acompanhando de maneira remota. Tratava-se de uma reunião de avaliação de um trabalho prévio de regularização de ocupação, onde eles tentam encontrar maneiras de melhorar o que já foi feito para que esse próximo trabalho das Emendas não sofra os mesmos erros e ainda aperfeiçoem os acertos. Ou seja, mais uma vez mostrando a reflexão constante e o diálogo permanente sobre sua prática. Os participantes discutiram sobre padronizar os formulários, as formas de atendimento às famílias e rever etapas desnecessárias para fazer um plano de ação mais preciso.

Há dois pontos que gostaria de destacar dessa reunião: o primeiro é que eles articularam como separar as equipes por ocupações. Foi discutido pelo grupo sobre a preocupação com a rotatividade dos profissionais responsáveis pelo contato com as associações e famílias das ocupações. Isso me levou a considerar que a Peabiru tem noção sobre os riscos da rotatividade, que foram expostas no capítulo acima. Debateram que essa rotatividade fica confusa para as famílias e, às vezes, também para eles. Nesta reunião decidiram que os pesquisadores não atuariam como a frente de contato com as associações, mas que seria nomeado um profissional fixo para cada ocupação; justamente para evitar o rodízio do responsável pelo contato direto com as famílias. Com isso eles pretendem melhorar esse risco da instabilidade no relacionamento com as famílias, causada pela rotatividade que acontece nas equipes.

O segundo ponto foi que durante a reunião, iniciou-se uma discussão sobre o nome dos crachás, uma vez que seriam três assessorias trabalhando em conjunto. E também qual o título deles mesmo, no caso se são arquitetos, pesquisadores, universidade e/ou militantes.

Algumas das falas que anotei desse momento representam muito bem este tópico da pesquisa, tais como: “Não tem política pública nem para ser assessor, nem para ser pesquisador, então a gente acaba juntando tudo” – acredito que essa citação de uma das pesquisadoras demonstra a complexidade de atuação em um campo que ainda está em formação. Exigindo assim que esses profissionais atuem em diversas

frentes para conseguir realmente trabalhar no campo e também conseguir um retorno financeiro dessa atuação.

Outra fala expressiva foi quando uma arquiteta e urbanista que é membro da Peabiru, estava falando sobre a responsabilidade das pessoas nos processos do projeto e comentou que “às vezes eu até esqueço que tem gente da pesquisa nesse projeto”, demonstrando, novamente, uma não hierarquização quanto a quem é apenas da pesquisa e não um membro associado da Peabiru - arquiteto e urbanista ou então estagiário diretamente contratado pela Peabiru por exemplo. Evidenciando que eles distribuem o trabalho e as responsabilidades de maneira não hierarquizada, ou seja, não diferenciando a responsabilidade do trabalho dos pesquisadores que atuam na Peabiru dos estagiários da Peabiru, ou até dos arquitetos e urbanistas. O que articula também com os aspectos já apresentados na seção anterior desta pesquisa.

Ainda nesse momento, a Natália, uma pesquisadora do LabHab, comentou sobre essa discussão já ter acontecido, sobre os títulos que vão nos crachás: “Às vezes é assessoria, às vezes é pesquisadora, às vezes é militância, universidade...” E que nesse momento elas debateram muito essa discussão, até que, uma outra pesquisadora francesa, que pesquisa o trabalho da Peabiru a interrompeu e perguntou: “Tá, mas e daí?”, no sentido de quem fala: “e essa discussão de um título nos crachás vai chegar em que lugar ou faz alguma diferença?” E nesse momento todos riram. Entendi que o sentido do riso generalizado de todos foi porque **todos entendem a sua multiplicidade de atuação**, então qual a diferença do nome se a atuação, na prática, acaba realmente englobando todas essas ações.

Por fim, a Mariana, outra pesquisadora, ainda complementou: “E aí que é isso! De repente fazer pesquisa ação é isso” Achei essa fala extremamente emblemática pois demonstra na prática a consciência deles sobre a multiplicidade de ações e papéis de todos que estão envolvidos nos trabalhos da Peabiru. Analisando também o que pude observar da atuação desses pesquisadores, cabe perfeitamente aplicarmos o conceito de Thiollent da pesquisa-ação, pois há “um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação” (Thiollent; Michel, 2002, p. 4). São alguns fatores observados na atuação desses pesquisadores junto a Peabiru: a não hierarquia do trabalho nas equipes, a conversa e escuta da opinião de todos, a autonomia dos pesquisadores para assumir responsabilidades

cotidianas, tudo isso leva a crer que sim, há uma forte atuação de pesquisadores de pesquisa-ação para a engrenagem da Peabiru operar da maneira que opera.

A título de lançar luz sobre esses trânsitos e retroalimentações dos(as) participantes da rede Peabiru e Universidade de São Paulo, vale nos determos nesta concepção de pesquisa-ação e sua metodologia. Segundo o sociólogo Michel Thiollent, a pesquisa-ação é uma proposta metodológica que subsidia a “pesquisa social aplicada sem os excessos da postura convencional ao nível da observação, processamento de dados, experimentação, etc.” (THIOLLENT, 2011, p. 24).

É uma estratégia metodológica da pesquisa social cujas características distintivas são: a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação, isto é, não cai no risco de se tornar mero ativismo, na medida em que amplia o conhecimento desses pesquisadores e o conhecimento ou o “nível” de consciência das pessoas e grupos envolvidos (THIOLLENT, 2011).

Como destaca o sociólogo, o principal objetivo consiste em oferecer ao pesquisador melhores condições de compreensão, decifração, interpretação, análise e síntese do “material” qualitativo gerado na pesquisa investigativa

Para aprofundarmos na compreensão da Peabiru, dois pontos merecem destaque. Primeiro, “a pesquisa-ação não deixa de ser uma forma de experimentação em situação real, na qual os pesquisadores intervêm conscientemente.” (THIOLLENT, 2011, p. 21). Essa é uma prática facilmente notada nos pesquisadores bolsistas que atuam na Peabiru, como nos exemplos e situações descritas acima. Isso envolve, também, “a compreensão da situação, a seleção dos problemas, a busca de soluções internas, a aprendizagem dos participantes”, o que não foge, salienta Thiollent, “ao espírito científico.” (2011, p. 23).

Segundo, a pesquisa de ação agrega vários métodos e técnicas estabelecendo uma estrutura participativa e ativa quanto a captação das informações (THIOLLENT,

2011, p. 25). E o próprio Thiollent cita Philippe-Joseph Salazar Franck falando sobre a importância, a questão principal, da metodologia da pesquisa ação ser útil à “ação de simples cidadãos, organizações militantes, populações desfavorecidas e exploradas?” (Franck, 1981. 160-6). Vejo nessa descrição de Thiollent a base da prática da Peabiru como um todo, não apenas dos pesquisadores que nela atuam.

Analisando outras similaridades do processo interno que encontrei e os avanços obtidos com a pesquisa-ação, do ponto de vista da análise científica, mas também da valorização dos saberes dos sujeitos envolvidos e da cultura participativa, podemos observar os itens a seguir (p.41):

- a) A coleta de informação original acerca de situações ou de atores em movimento.
- b) A concretização de conhecimentos teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas investigados.
- c) A comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal acerca da resolução de diversas categorias de problemas.
- d) A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas e - planejar as correspondentes ações.
- e) Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta da ação e suas condições de êxito.
- f) Possíveis generalizações estabelecidas a partir de pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores.

Esses avanços listados pelo sociólogo são facilmente encontrados em diversas práticas da Peabiru. A tarde do dia 11/08, que estava sendo descrita acima, em que acompanhei a reunião de início do Projeto Emendas, serve como bom exemplo desses tópicos. Uma reunião onde todos contribuem com seus saberes e a avaliação geral de outra experiência prévia, como referência real dos problemas. Onde o objetivo principal era listar todas as melhores ações para serem implementadas novamente, e também listar os principais erros, para discussão e busca em conjunto de uma solução para que não se repitam. E como resultado, a possível criação de um plano de ação mais eficiente, um passo a passo do que deve ser executado no trabalho que irá iniciar.

A prática da pesquisa-ação na Peabiru abrange a compreensão de mundo, cidade e arquitetura, sustentada por princípios éticos e teóricos que regem sua prática. Eles buscam equilibrar referências teóricas e questionamentos constantes a respeito da realidade posta a sua frente, utilizando para isso a metodologia da pesquisa-ação. Esta investigação das situações concretas é valorizada pela inclusão de todos os saberes, processos participativos e argumentações, os quais são fundamentos descritos como base do método de Thiollent.

Em tom de síntese, o grande avanço da metodologia é não separar análise, reflexão e diagnósticos de uma situação-problema, de intervenção na realidade e resolução de conflitos. Tais atividades são entendidas como momentos de uma mesma pesquisa. A aplicação da metodologia de pesquisa-ação de Thiollent na atuação da Peabiru estabelece uma estreita relação com o ambiente acadêmico, uma vez que muitos dos membros da organização possuem uma trajetória acadêmica e mantêm uma forte conexão com a universidade.

Então por um lado, a Peabiru se beneficia do conhecimento teórico e metodológico adquirido na universidade por seus membros, trazendo consigo uma bagagem acadêmica relevante. Por outro lado, a Peabiru também alimenta a universidade com informações e aprendizados obtidos em campo e com a atuação de estagiários e bolsistas. Como demonstrado a organização fornece dados empíricos, experiências reais e casos concretos para pesquisas e estudos acadêmicos, fortalecendo assim a pesquisa-ação e a pesquisa extensão.

Essa interação entre a Peabiru e a academia promove uma troca mútua de conhecimento, em que a organização se beneficia dos recursos e conhecimentos acadêmicos, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de soluções inovadoras e embasadas na prática. Essa simbiose entre teoria e prática fortalece tanto as ações da Peabiru quanto o ambiente acadêmico, estabelecendo um vínculo produtivo e enriquecedor para ambas as partes.

### 3.4 PRINCIPAIS FERRAMENTAS E METODOLOGIAS DA PEABIRU:

#### CONCLUSÕES E SÍNTESES

Com o intuito de abarcar as principais questões analisadas na etapa da pesquisa de campo, serão expostas agora as ferramentas e metodologias que

englobam a base da organização da Peabiru. Essas características incluem a alta capacidade de adaptação às necessidades do campo de atuação e também das famílias atendidas. Além do diálogo permanente, o pragmatismo, a forte cultura de colaboração entre os membros e a ênfase na promoção do direito à moradia.

Além disso, foi observado que o escritório Peabiru possui uma estrutura organizacional flexível, o que se apresentou como a resposta para a sobrevivência do escritório nesse campo de atuação. Durante a pesquisa, foi identificada uma grande dúvida sobre a viabilidade financeira dos arranjos institucionais de arquitetura popular, que também foi levantada como um dos principais desafios pelos respondentes do questionário online.

Com a pesquisa de campo, foi constatado que a maior parte da remuneração da Peabiru é proveniente das políticas públicas existentes. No entanto, devido aos cortes de verbas para políticas habitacionais nos últimos anos, alguns membros explicaram que o CAU-SP tem sido uma das principais fontes financiadoras de ações. Embora a Peabiru tenha obtido, a partir de editais do CAU, o apoio financeiro para algumas ações, os membros relataram que não é, nem próximo de suficiente para realizar um trabalho de qualidade na área de arquitetura popular.

Ademais, quando questionados sobre o aspecto da remuneração, os membros da Peabiru não acreditam que a organização tenha alcançado uma sustentabilidade econômica que permita que os mesmos sejam vistos como exemplos. Como pesquisadora, observei que a Peabiru tem se organizado e reorganizado internamente, contratando mais profissionais, vinculando estudantes e bolsas de estágio da Universidade de São Paulo e buscando fontes de financiamento, incluindo bolsas de universidades estrangeiras, para garantir a sobrevivência da organização no campo de atuação. Como dito acima, essa estrutura organizacional mais flexível vem como resposta para a sustentabilidade econômica.

Outro aspecto relevante identificado, mencionado anteriormente, é que a equipe e a forma de trabalho são muito participativas e encoraja a autonomia de todos os membros, e essas são algumas das características fundamentais para a sustentabilidade econômica do escritório Peabiru nesse campo de atuação. Será abordado, por fim, as dimensões de atuação que foram encontradas na Peabiru, para além da dimensão de prestação de serviço.

Igualmente importante, é a cultura interna do pragmatismo, que aqui será entendido como uma prática de atuação profissional que foca em ser resolutiva e

ligada a realidade e a experiência, sem a busca de ideais que possivelmente fariam a Peabiru ter uma atuação menos expressiva. Essa característica foi observada em diferentes momentos, desde as decisões de projeto até a execução.

Para exemplificar esse pragmatismo, relato uma conversa do dia 18/11/2022, que tive com Marcele, arquiteta e urbanista da Peabiru. Estávamos discutindo o Projeto Adventista, e questionei sobre quais as **diretrizes ou conceitos de projeto** que a Peabiru tinha para nortear as escolhas do projeto. Ela compartilhou sua visão sobre o conceito de projetos arquitetônicos, enfatizando que a Peabiru se baseia nas experiências já projetadas para melhorar seus projetos. Demonstrando essa busca fora do idealismo, mas sim da prática de **projeto baseada na prática**, do concreto, da práxis. Além da discussão e reflexão constante sobre o que é produzido e como ser aprimorado. Ainda segundo Marcele, a equipe não tem uma "assinatura de projeto", como muitos outros escritórios, mas sim utiliza-se da prática, da realidade e do seu próprio repertório para criar soluções criativas e inovadoras.

Houve ainda um outro momento em que o Alexandre reforçou a mesma ideia, falando de outra maneira o que Marcele disse, no dia 21/11/2022. Ambos mencionaram que a Peabiru busca desenvolver as plantas de projetos com as melhores soluções possíveis, sempre se adequando à legislação vigente e às possibilidades de cada tipo de financiamento e política pública existente. Alexandre deu como exemplo o projeto da Avenida São João 588, onde a equipe projetou levando em consideração duas premissas principais:

1) aumentar ao máximo o número de unidades habitacionais, pois o projeto está vinculado ao Programa Municipal "Pode Entrar". Nesse programa o valor da verba a ser liberado para execução do projeto e da obra é calculado pelo número de unidades habitacionais que serão produzidas. O que significa que, quanto mais unidades habitacionais a Peabiru conseguisse projetar, mais verba o Movimento receberia do Programa Municipal para a execução e projeto.

2) não divergir muito o tamanho das diferentes unidades habitacionais. Pois recentemente, a Peabiru entregou um projeto que teve muita divergência na metragem das unidades entregues; uma vez que há unidades de um e dois quartos por exemplo, é normal que haja alguma diferença na metragem das unidades. Porém a diferença das metragens deste outro projeto foi tão grande que acabou gerando alguns incômodos para o movimento e os moradores. Ou seja, a equipe da Peabiru

aprendeu com essa experiência, se baseou nela para repensar e melhorar esse quesito neste projeto. O que coincide com o que a Marcele havia me relatado.

Então, como premissa para o projeto, a equipe deu atenção especial para essa questão, buscando encontrar soluções para garantir que os tamanhos das unidades atendessem às necessidades dos usuários e estivessem dentro dos padrões legais. Isso demonstra, novamente, a capacidade de adaptação da Peabiru e a busca constante pelo que eles mesmo descrevem como objetivo final da instituição: o direito à moradia na prática.

É esse senso de pragmatismo focado no direito à moradia que norteia as decisões da Peabiru. Observei isso no desenvolvimento de um projeto executivo também, em outra reunião, no momento que a equipe discutia um projeto executivo junto com a planilha de orçamento do lado. O arquiteto e coordenador desse projeto disse "às vezes a gente acha que está resolvido, joga na planilha e *desresolve* na hora!", explicando que nenhuma decisão de projeto é feita sem levar em consideração a viabilidade econômica da escolha. Ele ainda comenta que a Peabiru se difere de outras assessorias nesse quesito pois "não está presa à idealismos conceituais" e que não adianta encontrar uma solução se ela vai apenas encarecer a obra. Demonstrando essa postura pragmática quanto a realidade da arquitetura popular de se encaixar no orçamento disponível.

Por fim, como uma reflexão considerada relevante com base na vivência em campo, trago uma conversa que ocorreu durante o primeiro contato e acompanhamento com a Peabiru. Este diálogo aconteceu ainda no metrô, em direção ao mutirão no Guarujá, no dia 03/08/2022, quando eu apresentava uma breve explicação sobre minha pesquisa de mestrado e Nunes fornecia informações básicas sobre a Peabiru. Ao mencionar a organização em rede, Nunes afirmou que eu entenderia por que a "**Peabiru não é reproduzível**", utilizando suas exatas palavras.

Isso porque, a complexidade da Peabiru com o seu quadro interno flexível, contendo os membros associados, arquitetos e urbanistas, estagiários e bolsistas está intrinsecamente ligada ao território que se instala. Assim como as obras e projetos que trabalham com os movimentos e associações de moradores existentes. Desde o início da Peabiru, que o resgate histórico demonstra a ligação com o governo da Erundina e as políticas públicas nacionais e municipais, até o cargo de membros também atuantes nas universidades de São Paulo, que permite a ligação com



bolsistas, por exemplo. Esse modelo de organização completamente conectado com a realidade local e em rede é um traço fundamental para o trabalho da Peabiru.

Outro momento que sintetiza esse entendimento ocorreu em uma conversa com Andrei que é sociólogo da Peabiru, no dia 20/11/2022, onde após acompanhar a reunião com a Associação de Moradores fiz algumas perguntas diretas para ele. Dentre elas, perguntei: “Como começar em outro lugar o trabalho que a Peabiru faz?” Com essa pergunta pretendia duas coisas: 1) perceber se eles também tinham essa percepção da Peabiru estar diretamente ligada ao território que atua - o que a torna um modelo difícil de ser reproduzido em outros locais. 2) entender quais aspectos são principais para que algo similar ao trabalho da Peabiru se concretize em outros territórios. E prontamente ele me respondeu que primeiro: “Você precisa chegar nos movimentos! ”

Interpretei essa resposta como mais um sinal da forte ligação da Peabiru com o território em que ela atua. Se os movimentos existem ali, e a Peabiru trabalha baseada nessa ligação com os movimentos e associações de moradores, logo ela apresenta um modelo que funciona muito bem para esse território. Isso porque, de acordo com o histórico levantado, verifica-se que a história da luta pelo direito à moradia não é uniforme em todo o território nacional, tendo São Paulo um papel nesse processo, dada sua importância econômica e política no país, e de certa maneira uma liderança na busca de soluções para a crise habitacional (Ferro & Sugai, 2014). Considero este um ponto importante, justamente para contrapor com o outro modelo estudado, de negócio social da Nova Vivenda, cujo um dos objetivos é justamente o oposto: ser reproduzível – expandir-se no território nacional.

Além disso, Andrei completou dizendo que precisa reunir um grupo de técnicos que trabalham com o movimento, sabendo que a assessoria é essa soma do trabalho de técnicos com a sociedade e movimentos organizados. E por fim, falou que era importante “**nunca perder de vista o Estado.**” Explicou que é mais fácil atuar sendo remunerado através das políticas públicas existentes, da maneira como a Peabiru atua, uma vez que estamos falando de um serviço prestado a uma população de baixa renda.

Em forte contraponto com o que foi levantado pelo estudo da Nova Vivenda, acreditamos que essa característica marca mais uma vez uma oposição desses arranjos: um atua nesse campo tentando construir e exigir o papel do Estado e o outro

atua nesse campo a partir da descrença da presença do Estado, buscando assim uma visão de mercado.

Sobre este aspecto de construir o campo de trabalho reivindicando o papel do Estado, ou seja, construindo junto com movimentos sociais e associações, reforçando a luta por moradia, buscando as leis e verbas públicas, lembro também da última atividade que acompanhei com a Peabiru, que já descrevi antes neste trabalho: a reunião com o grupo de transição do governo. Um dos momentos que percebi como e porque eles se veem como sujeitos políticos, construindo junto a demais assessorias e a população esse campo de atuação.

Como síntese das principais características e aspectos levantados na pesquisa de campo, é necessário expor também um momento em que a missão da Peabiru apareceu na fala de um dos membros. Foi possível presenciar um momento em que Rafael, coordenador da Peabiru, apresentava a Peabiru para os moradores da Ocupação Elza Soares. Era uma reunião apresentação, Rafael compartilhou uma declaração essencial para o entendimento do trabalho da Peabiru ele disse que a razão de existir deles é: **"disponibilizar os saberes técnicos que a gente tem para a luta por moradia popular!"**.

A Marcele ainda reforçou que a Peabiru tem como objetivo trabalhar junto com as famílias e movimentos para fortalecer sua luta. E sim, essa missão apareceu como centro das atuações da Peabiru, como fio condutor das demais características levantadas. Ouvir tal apresentação foi como uma constatação de que os profissionais trabalham alinhados e cientes com a missão da ONG.

Quanto as práticas da Peabiru, foram encontradas outras dimensões de atendimento e trabalho. Identifiquei que eles não se limitam apenas à dimensão de prestação de serviços, com o objetivo de fornecer o conhecimento técnico esperado pelos arquitetos e urbanistas em suas assessorias. Mas na verdade, atuam em diferentes dimensões, incluindo:

- **Prestação de serviços:** considerando que este seria a dimensão mais essencial de atuação, onde há a prestação de serviços de projetos, assistência social e de atendimento das necessidades habitacionais. Contemplando atividades relacionadas ao desenvolvimento de projetos arquitetônicos, com etapas como: Levantamento de necessidades, planejamento e projetos, licenciamento e regulamentação e acompanhamento da construção.

- **Aprendizagens múltiplas de capacitação de artesão e de acúmulo prático de arquitetos:** esta dimensão está focada em estudantes e recém-formados, como estudo de campo de pesquisadores e na capacitação e engajamento comunitário. A Peabiru atua também ensinando, usando o campo como lugar de aprender, ensinar e lidar com a realidade na sua feição mais crua e mais desafiadora que a teoria - longe de idealismos. Isso exige uma disposição crescente para a resolução de conflitos; que foi verificada no estudo de campo e acompanhamento da rotina do escritório.
- **Construção do campo de trabalho:** essa dimensão existe no sentido de prolongar sua atuação para ensinamentos e incentivos à criação de outras assessorias técnicas, na formação de profissionais na área, por meio de um princípio pedagógico de atuação. O escritório, portanto, desempenha um papel fundamental ao ajudar esses profissionais a entender uma forma de atuação nesse campo de trabalho.
- **Politização:** como esperado pela pesquisa, foi identificado a dimensão política da atuação. Em múltiplos níveis, de um ponto de vista comunitário que envolvem cuidado e a solidariedade; da construção em saídas coletivas e da atuação ativa na luta por cidadania. Assim como na sua organização interna de atuação que busca no estado formas de viabilizar seu trabalho, possíveis verbas e programas e políticas habitacionais; além de organizar-se em conjunto com movimentos sociais.

Esses pontos podem não estar muito evidentes para os integrantes no dia-a-dia, mas ficam claros para esta pesquisa, por pelo menos dois motivos. Primeiro, ao confrontarmos o repertório da Peabiru com o pragmatismo empresarialista dos negócios sociais, que reduzem toda e qualquer decisão ao cálculo de investimento e retorno. Vale para o tempo, para as energias coletivas investidas e para as aprendizagens. Sob a máxima do *time is money*, aprendizagens e politização estão condicionadas e limitadas, podem até acontecer, mas desde que entrem para a escalada do acúmulo de capital.

Segundo, ao percebermos que o longo histórico da Peabiru e de sua vinculação com uma universidade de grande renome, coloca-a em condições privilegiadas de visibilidade. Certamente, laboratórios e ONGs de outras regiões do país desenvolvem trabalhos semelhantes, mas é menos provável que consigam construir uma rede de

atores com a escala que a Peabiru apresenta hoje, não sem muito esforço e tempo de atuação.

Ainda, como uma síntese final relacionando as organizações estudadas, vale ressaltar que o surgimento da ONG Peabiru e da Nova Vivenda, ambos em São Paulo, ocorreram em contextos políticos e sociais distintos, resultando em diferentes abordagens no desenvolvimento do trabalho com habitação social. Enquanto a ONG Peabiru surgiu em um momento de prosperidade de políticas públicas habitacionais e capacidade de capturar recursos financeiros para isso, a Nova Vivenda surgiu em um período de escassez e desafios nas políticas públicas, pós golpe de 2016 e o período de crescimento do neoliberalismo e governo de Jair Bolsonaro, o que induz e condiz com a prática da Nova Vivenda, que desenvolveu uma *expertise* na busca de fontes de financiamento no setor privado.

Além disso, a abordagem das organizações ONG Peabiru e Nova Vivenda no desenvolvimento de assessoria e ATHIS é distinta, com a ONG Peabiru se concentrando na resolução do déficit quantitativo e a Nova Vivenda buscando abordar o déficit qualitativo. À medida que a pesquisa progrediu, tornou-se evidente as divergências entre as duas organizações, tornando complexo traçar as análises relacionando as formas de atuação. Pois tanto seus objetivos finais de atuação quanto suas origens e contextos históricos são diferentes - resultando em diferenças fundamentais na sua organização interna.

Ficou perceptível também que enquanto uma organização foca em uma prática com maior capacidade de vinculação com políticas públicas, a outra está desempenhando um papel vigente na popularização da arquitetura e urbanismo para a população de baixa renda, justamente por sua busca em ser *reproduzível*. Ainda assim, considera-se que ambas as instituições são importantes e necessárias para atender às demandas do setor habitacional no país.

Cabe dizer também que a pesquisa enfrentou limitações de tempo e disponibilidade que restringiram a profundidade da análise dos arranjos investigados. Dessa forma, sugere-se que novas pesquisas se aprofundem em outros arranjos que trabalham com ATHIS, como os arquitetos autônomos. Pois, considera-se importante entender todas as formas de atacar o problema do déficit habitacional e trabalhar com habitação de interesse social, principalmente para encontrar arranjos que possam ser exemplos: sem perder de vista a importância do Estado e sem se submeterem à lógica do mercado.

Por fim, ao analisar e descrever detalhadamente os aspectos operacionais e metodológicos das iniciativas estudadas, espera-se que esta pesquisa contribua para o conhecimento e aprimoramento das práticas de arquitetura popular. Para que outros arquitetos e urbanistas interessados em atuar na área possam avaliar suas próprias capacidades e potencialidades, considerando também as particularidades e desafios da realidade local, agora com maior conhecimento das formas de atuação existentes, das habilidades necessárias, número de pessoas envolvidas e suas formações, das estratégias de adaptação a editais de financiamento e as dinâmicas internas que cada uma das iniciativas estudadas apresenta.

A descrição detalhada das metodologias utilizadas e dos passos descritos para a aplicação de uma característica específica pretende auxiliar outros profissionais de arquitetura que desejam atuar nessa área a entender o processo necessário e avaliar as condições de aplicabilidade da metodologia que desejam utilizar. Considera-se fundamental que a preocupação com o trabalho de ATHIS fuja de práticas que estimulem a confluência perversa, ou seja, fuja de uma prática em que os arranjos da sociedade civil não contem com o Estado para suas responsabilidades. Assim, além de se preocupar com a idealização do trabalho e da metodologia aplicada, é preciso considerar os fatores externos que podem impactar o sucesso e a ética do projeto. Dessa forma, espera-se que mais pessoas possam engajar nesse tipo de trabalho e luta, contribuindo para uma atuação mais comprometida e efetiva com a transformação social e a promoção do direito à moradia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de pesquisa teve como objetivo compreender avanços e desafios da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) desde a sociedade civil, ou seja, que não partem do poder público mas estruturam-se a partir de redes societárias. Para isso mapeou as iniciativas existentes, e preocupou-se em levantar aspectos importantes para analisar a atuação neste campo de trabalho. Uma vez que cada vez mais observa-se esforços das entidades representativas (CAU e IAB) e também das instituições de ensino para fomentar o papel social do arquiteto e o trabalho com arquitetura popular.

Em vista disso, o trabalho pretende contribuir para ampliar o conhecimento dos demais profissionais de arquitetura e urbanismo, ou de outras áreas, que queiram entender e dar resposta a essas necessidades. Além da possibilidade de entendimento do desafio de fomentar a ATHIS desde a sociedade civil organizada, tudo isso articulado à implementação da Lei de ATHIS. Assim como para entender a complexidade dessa prática que busca enfrentar o problema da habitacional nacional.

Para isso, a pesquisa buscou compreender os diferentes arranjos institucionais e repertórios de ação de iniciativas que atuam com assessoria e ATHIS a partir da sociedade civil, isto é, sem ter o Estado como ponto de partida. Para isso, os objetivos específicos incluíram a caracterização da construção histórica e legislativa da ATHIS, dados para o entendimento do panorama nacional de habitação social. Depois realizou o mapeamento das iniciativas de arquitetas e arquitetos que obtêm sua sobrevivência a partir desse trabalho e buscou entender como se organizam para trabalhar nessa área.

De acordo com o mapeamento de 76 iniciativas, alguns pontos merecem destaque. Um deles é o aumento significativo das iniciativas voltadas para ATHIS nos últimos anos (2017-2021), representando 63,15% do total dos arranjos mapeados. Outro é a atuação dos negócios sociais, que se destacam como a maioria das iniciativas e surgiram principalmente nesse período, indicando uma forma crescente de atuação em ATHIS.

Também apareceu no mapeamento que os negócios sociais geralmente possuem parcerias ou financiamentos com incubadoras sociais, sendo o Instituto Nova Vivenda um importante ator e financiador. Além da maioria dos negócios sociais possuir planos de ação fechados ou flexíveis, indicando uma forma padronizada e reproduzível de operacionalização. Com o desenvolvimento do capítulo dois, dos

dados do mapeamento e do questionário, também ficou evidente que as ONGs e os escritórios populares são os arranjos mais antigos, demonstrando a heterogeneidade do trabalho em busca do direito à moradia. Além de representarem a forma de atuação mais multidisciplinar e com maior envolvimento das famílias atendidas. Com base nos resultados do questionário, constatou-se que quase metade das iniciativas respondentes atuam exclusivamente com ATHIS, enquanto cerca de 25% atuam também com outras faixas de renda e atividades adicionais para sua sobrevivência.

Para o entendimento da atuação desses arranjos atuantes com ATHIS, vale destacar também que a metade deles possui equipes pequenas, com poucos profissionais, enquanto as ONGs e associações são as únicas que possuem mais de dez colaboradores. Outro dado relevante do mapeamento foi constatar que mais da metade dos profissionais envolvidos em trabalho com ATHIS são remunerados, e a maioria das iniciativas atuais trabalham com planos de ação fechados ou flexíveis, especialmente os negócios sociais e escritórios populares.

Em resumo, os dados levantados do mapeamento das iniciativas e das respostas do questionário revelam que houve um crescimento significativo das empresas e negócios sociais nos últimos cinco anos, com uma atuação pontual e replicável. Por outro lado, as ONGs, como organizações mais antigas, possuem arranjos mais complexos, equipes multidisciplinares, maior rede de apoio e envolvimento com o poder público.

Então, o trabalho realizou um estudo mais aprofundado nos arranjos que se destacaram no mapeamento, buscando estudar suas formas de organização e atuação. Com isso foi estudado a organização da Nova Vivenda e elaborado um estudo de caso da ONG Peabiru. Com acompanhamento da rotina, de obras, visitas e coleta de dados, registros fotográficos e entrevistas não estruturadas com membros da Peabiru, as famílias atendidas e as associações que os mesmos trabalham. Concluindo com uma análise e síntese dos dados obtidos para indicar os aspectos e principais características da forma de atuação e tipos de resultados obtidos por esses arranjos, com o objetivo de contribuir com o entendimento da atuação nesse campo de trabalho.

Quanto ao Nova Vivenda, criado em 2017, foi possível compreender que o mesmo atua com a proposta de enfrentar o déficit habitacional qualitativo no país e estabelecer uma rede de profissionais e escritórios associados, conhecidos como "Negócios na Causa". Essa abordagem consiste em vincular profissionais e escritórios

à sua rede, proporcionando-lhes acesso a linhas de crédito próprias e aulas de capacitação. Utilizando a fórmula de kits de reformas como seu principal produto, a instituição desenvolveu sua própria estrutura de financiamento, buscando independência de recursos públicos e focando em oferecer melhorias habitacionais pontuais para a população de baixa renda, em parceria com grandes investidores.

Atualmente, o Instituto Nova Vivenda concentra suas atividades em doze cidades específicas no Brasil, selecionadas estrategicamente para a implementação do programa "Reforma que Transforma", financiado pela empresa Gerdau. Esse programa visa desenvolver territórios prioritários, onde a Gerdau possui indústrias, buscando impactar positivamente a qualidade de vida das comunidades nessas áreas. A atuação do Nova Vivenda se destaca como uma alternativa viável para jovens arquitetos que buscam uma atuação mais inclusiva e socialmente engajada, levando a uma significativa expansão da instituição no território nacional e consolidando-se como uma referência na área de arquitetura popular no Brasil. Embora seu foco esteja na viabilidade e replicação de suas atividades, a pesquisa aponta que a instituição se afasta das abordagens mais políticas e cidadãs associadas à ATHIS, concentrando-se em sua atuação pragmática e orientada ao mercado.

Então, ao longo da pesquisa, notamos que mais relevante do que compreender apenas arranjos institucionais e tipologias legais, era fundamental compreender as redes e circuitos nos quais estão envolvidos os atores sociais. O mapeamento deixa claro que as formas de atuação com ATHIS hoje no Brasil são múltiplas e bem divergentes, principalmente quanto à rede de atores envolvidos, e isso diz respeito aos vínculos existentes com as universidades.

Os negócios sociais ou são completamente desvinculados ou se distanciaram do circuito universitário que dá sustentação ao histórico da "função social da arquitetura" e a uma agenda de cidadania, isto é, da universalização de direito à moradia e à cidade. O caso de maior destaque, que sem dúvida é a Nova Vivenda, não mobiliza tais conteúdos no cotidiano, tampouco em plataformas digitais nem redes sociais, apesar de apresentarem tal discurso para o profissional de arquitetura e urbanismo que quer atuar em uma área menos elitizada. No modo de atuação dos negócios sociais, o encontro com os territórios periféricos se dá por uma visão de nicho de mercado: há amplas parcelas da população não atendidas, com poder de compra para as melhorias e pequenas reformas.



Nesse sentido, a linguagem da venda encontrada na sua página oficial<sup>57</sup> apresenta as vantagens da contratação do serviço prestado: "quer reformar, mas o dinheiro tá apertado? A plataforma Nova Vivenda existe para te ajudar. Aqui a obra sai como planejado e o valor cabe no seu bolso". Logo abaixo completa: "obra sem surpresa no meio do caminho", "sem dor de cabeça" e, ainda, resoluções quanto ao pagamento da obra: "pagamento facilitado".

Se por um lado o pragmatismo deixa ver em que medida o horizonte transformador está reduzido, por outro lado é importante notar que a Nova Vivenda também acredita contribuir para a transformação social, uma vez que entrega melhorias concretas nas condições de vida de camadas populares e que no Brasil há uma grande demanda nesse sentido, apresentada no capítulo 2 desta pesquisa. A plataforma de trabalho deles prevê uma aba com inscrição para aqueles que querem se tornar um "player da causa". A linguagem dos direitos aparece ainda de modo pragmático noutras ocasiões. Não raro, no caso de triangular-se com associação de moradores, o faz com uma inteligência de network - uma porta de acesso às famílias da comunidade. Ou então, no que chamaram de Instituto Vivenda, um "action tank".

Tais iniciativas se centram em raciocínios de viabilidade, ou seja, toda decisão sobre sua atuação deve minimizar riscos e garantir retorno, como eles mesmo dizem, são facilmente reproduzíveis. Não por acaso, a pesquisa demonstrou que o Nova Vivenda expandiu notavelmente no território nacional e já opera como uma franquia.

Vale lembrar, também, que a Nova Vivenda conta com seus próprios fundos de financiamento. Esse conjunto de "facilidades" tendem a aparecer como oportunidades para jovens arquitetos que, ao recusarem o campo de atuação historicamente elitizado da arquitetura, visam chegar em públicos de menor renda com necessidades reais.

Já a outra grande rede societária, representada pela atuação de assessorias, se apoia nas grandes universidades presentes nos territórios populares através de projetos de pesquisa e extensão. Estas triangulam-se com ONGs nas quais circulam pesquisadores (as), professores (as) e profissionais. É o caso da Universidade de São Paulo e da ONG Peabiru, investigada como estudo de caso na presente pesquisa, justamente por apresentar essa formulação e atuação em rede.

---

<sup>57</sup> É possível conferir em: <https://www.novavivenda.com.br/>, assim como nas suas redes sociais e redes sociais dos Negócios na Causa.

Do ponto de vista das formulações mobilizadas, fundamentam-se na ideia da função social do arquiteto e mantêm-se coerentes com a gramática da cidadania, que se liga ao fortalecimento de uma cultura participativa desde os territórios populares, organizados e espontâneos.

O modelo de trabalho não se traduz na entrega do serviço de melhorias, pois permeado pela aposta na formação de sujeitos políticos ativos – no projeto e no canteiro, valendo tanto para a população beneficiária quanto para as equipes de trabalho. As decisões não são desprovidas de um cálculo de viabilidade, mas apoiam-se noutros critérios, o que se verifica na amplitude da atuação e no grau de risco a que se expõem. Atuam nas periferias autoconstruídas, com canteiros por mutirão, em faixas de baixíssima renda.

Como se trata de lidar com conflitos constantes, os projetos mais exitosos são aqueles em triangulação com movimentos sociais organizados. Isto vale para os trabalhos em grandes edifícios na área central, em que a assessoria se limita ao acompanhamento da obra, ou seja, não pela execução. Mas vale também para a provisão de unidades novas nos territórios periféricos. Isto porque, a organização popular tem mais clareza sobre as necessidades coletivas e prioritárias, auxiliam nas metodologias participativas dos mutirões e, ainda, na dissolução de conflitos ao longo da empreitada.

É preciso dizer, por fim, que embora a rede Peabiru e a rede da Nova Vivenda operem desde a sociedade civil e tenhamos realizado uma análise às duas iniciativas, buscando compreender os principais aspectos da sua atuação e seus impactos. Ao fim e ao cabo, é preciso reforçar que são duas entidades com fins muito díspares, metodologias e modelos muito distintos: a primeira forma uma rede institucional preparada para conjunturas nas quais o poder público seria indutor da política urbana. Não por acaso se trata de uma iniciativa formada num contexto em que esse horizonte político estava dado. Mantém-se, deste modo, como uma força social que exercita a integração entre desenho e canteiro, entre ensino, pesquisa e inserção transformadora na sociedade. Deste modo, forma amplos recursos humanos de pesquisadores (as), fortalece organizações populares e associações de moradores – o que define a ideia de assessoria técnica ligada à função social da arquitetura.

Já a segunda iniciativa, nascida num contexto neoliberal, num momento de enxugamento de investimentos públicos em habitação para a população de baixa renda, sem políticas efetivas de melhorias habitacionais, vale-se de uma inteligência

de mercado para oportunizar negócios, desprende-se por completo das práticas acima e das redes com fins pedagógicos. Mercantiliza conceitos – entre os quais o principal é "impacto social"- e caminha, por esta via, para o que Dagnino denominou outrora de "confluência perversa"<sup>58</sup>. *O mundo business aprendeu a falar a língua progressista e colabora com projetos conservadores, mantendo a ordem como está.*

Todavia, dada a complexidade do problema habitacional brasileiro, persistente há décadas, uma crítica ponderada e resignada acaba por reconhecer que fazer negócios para as camadas populares, suprir suas necessidades gritantes, ainda é mais válido do que simplesmente deixá-las sob graus extremos de precariedade.

---

<sup>58</sup> Não é o caso de resgatar neste momento o canônico artigo de Dagnino, mas há uma passagem bastante elucidativa, na qual a socióloga sintetiza as contradições mencionadas aqui – embora no texto de Dagnino a confluência se dê em torno da ideia progressista de participação social. "Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências, acentuada pela nebulosidade que cerca as diferentes intenções que orientam a participação. Essa perversidade é claramente exposta nas avaliações dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil nos Conselhos gestores, de membros das organizações não-governamentais (ONGs) envolvidas em parcerias com o Estado e de outras pessoas que, de uma maneira ou de outra, vivenciam a experiência desses espaços ou se empenharam na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam. Elas percebem essa confluência perversa como um dilema que questiona o seu próprio papel político: "o que estamos fazendo aqui? ", "que projeto estamos fortalecendo? ", "não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado? ". O risco – real – que elas percebem é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico" (DAGNINO, 2004, p. 198)

## REFERÊNCIAS

ACUÑA, Carlos. **Problema Habitacional, Tecnologia, Luta Social**. Tradução: Marlene Picarelli. in *Arquitectura – Autogobierno* N°6, Revista de Material Didactico, May-Jun 1977, p. 28-36. Escuela Nacional de Arquitectura Autogobierno. UNAM, Edimex S. A. Mexico. FAU/USP, 1979.

ADORNO, Sérgio. **Violência e criminalidade no Brasil: o impacto na sociedade e na vida cotidiana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

ALVES DA SILVA, Ademir (1992). **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez.

ALVES, Fabiana dos Santos. **A política habitacional da gestão Erundina na cidade de São Paulo (1989-1992)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/4955>.

ANHEIER, H. K. **Organizações não governamentais: teoria, gestão, política**. Tradução de Cláudia Schilling. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

AMIRATI, LUZIA BRECKENFELD. **Direito humano à Moradia Digna e Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: uma relação possível por meio da atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo'** 29/11/2019 131 f. Mestrado em Direitos Humanos Instituição de Ensino: UFPE. Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE

AMORE, Caio Santo. **Assessoria e assistência técnica: Arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social**. In: Seminário URBFAVELAS. Rio de Janeiro: 2016.

AMORE, Caio Santo. **Assessoria e assistência técnica em territórios de resistência: São Paulo, Salvador e Belo Horizonte**. In: Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?. São Paulo: XVII ENANPUR, 2017.

AMORE, Caio Santo. **Assessoria e Assistência técnica: Arquitetura e Comunidade na política pública de habitação de interesse social. II UrbFavelas: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: < [http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQ\\_UIVOS/GT4-207-216-20160815014417.pdf](http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQ_UIVOS/GT4-207-216-20160815014417.pdf)>

AMORE, Caio Santo. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade**. 2005. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/D.16.2018.tde-09112017-095119.

ARANTES, O, VAINER, C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. São Paulo: Ed. Vozes, 2000

ARANTES, P. F. ; USINA, Coletivo . Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais. revista Urbânia , v. 3, p. 47-60, 2008.

ATHIS. **Oficinas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**. Disponível em: [ATHIS | Fórum Regional de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social e Extensão Universitária](#)

ARTEMESIA. **Tese de impacto social em Habitação**. 2019. Disponível em: <https://www.artemesia.org.br/habitacao/>. Acesso em: 10 jan. 2022

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2007. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde-20052010-141433. Acesso em: 2021-03-09

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLANCO, Andrés G.; CIBILS, Vicente Fretes; MUÑOZ, Andrés F. **Procura-se casa para alugar: opções de política para a América Latina e Caribe**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2014.

BOLLAFI, Gabriel (1986). **Os mitos sobre o problema da participação**. In: Espaço e Debates, nº17. São Paulo: Neru/Cortez.

BONDUKI, Nabil Georges (1992). **Construindo territórios de utopia**. São Paulo: Fase.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil Georges. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 22, n. maio/ju 2009, p. 8-14, 2009.

BOREL, Mariana Barbosa Miranda. **Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia'** 30/10/2020 199 f. Mestrado em arquitetura e urbanismo Instituição de Ensino: UFMG, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG

BRASIL. *Lei Federal 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de

Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, 2005.

BRASIL. *Lei Federal 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 2008.

BRUNA, P. J. V. **Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950**. São Paulo: EDUSP, 2015.

BURGUIÉRE, E; GUILARDI, F; HUGUENIN, P; KOKUDAI, S. et al. **Produção social da moradia no Brasil**: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CAMARGO, Silenio. *Pandemia do coronavírus reflete a importância de moradia digna para a população*. CAU.to. 2020. Disponível em: <https://www.cauto.gov.br/?p=11535> Acesso em: 11 de dez. de 2021.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. **Entre o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista**: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. Anais. São Carlos: IAU/USP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003020583>>.

CARPINTÉRO, M. V T. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

CARVALHO, C.; ROSSBACH, A. (Org.). **Estatuto da Cidade Comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010 (versão digital disponível).

CERQUEIRA, Ícaro Vilaça Nunes maia. **As mil moradias. Arquitetura [e história] como processo na experiência da USINA CTAH junto à Associação por Moradia de Osasco. 2016**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

COSTA, M. **A história do Brasil para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

CRAWFORD, C. **A função social da propriedade e o direito à cidade**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: IPEA. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. 71, n. 2, p. 11-35, 2017.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; DENALDI, Rosana (Org.). **Planejamento Habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação.** São Paulo: Annablume, 2013.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 2, p. 173-200, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v19n2/v19n2a01.pdf>.

ENGELS, Friedrich (1872). **Sobre a Questão da Moradia.** São Paulo: Boitempo Editora, 2015.

FERREIRA, Angela; MORAIS, Maria (2003). **Cooperativas habitacionais.** In: Scripta Nova, v. 7. Nº 146.

FERRO, Sérgio. **A cidade do homem.** 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1987.

FERRO, S. & SUGAI M. I. (2014). **Política habitacional em São Paulo: desafios e perspectivas.** In C. B. Loureiro (Org.), São Paulo: Cidade, Região e Metrópole (pp. 361-383). Annablume.

GEDIEL, José (2005). **Cooperativas populares: a legislação como obstáculo.** In: Leser de Mello, Sylvia (org). (2005). **Economia solidária e autogestão.** São Paulo: Nesol-USP/ ITCP-USP/ PW.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 2.ed. Avercamp, 2014.

GUERREIRO, I. A.; ARANTES, P. F.; HIRAO, F. H.; OLIVEIRA, S. B.; Usina, Coletivo . **Reforma Urbana e Autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática.** In: Benini, Édi; Faria, Maurício Sardá de; Novaes, Henrique T.; Dagnino, Renato. (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. 2, p. 81-119.

GUERREIRO, I. A. **Os movimentos de moradia em meio à financeirização da habitação: O PMCMV Entidades e o Neoliberalismo.** In: XVIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Enanpur, 2019, Natal - RN. Anais do XVIII ENANPUR 2019. Natal-RN: ADUFRN, 2019. v. 1. p. 1-21.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David (2000). **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

HARVEY, David (2001). **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993 HARVEY, David;

HOOK, Bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEFEVRE, Henri (1969). **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. documentos, 2001

LENZI, Cecília Corrêa. **A habitação camponesa no programa MCMV**. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

LIMA, A. **Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia**. 329 f. Tese (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LOPES, João Marcos, RIZEK, Cibele. **O mutirão autogerido como procedimentos inovador na produção da moradia para 298 os pobres: uma abordagem crítica**. São Paulo: Finep/ Usina/ Cenedic, 2005.

LOPES, João Marcos de Almeida. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnicas e arquitetura como prática política**. 2011. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 43, p. 11-29, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092000000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100002&lng=en&nrm=iso).

MARGUTI, B. O. , COSTA, M. A. & GALINDO, E. P. **O Estatuto da cidade e o Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. Brasília: IPEA.



MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia; ZIZEK, Slavoj, et al. **Cidades Rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editora, 2013.

MARICATO, E. Seminário Nacional de ATHIS. Produção: CAU/RJ. Rio de Janeiro: CAU/RJ, 27 nov. 2019. 220 min. [Palestra para o Seminário Nacional para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4xZ\\_NxpS9qk&t=11s](https://www.youtube.com/watch?v=4xZ_NxpS9qk&t=11s). Acesso em: 10 jan. 2022.

MARQUES, M. S. Subjetividade e singularidades urbanas: na construção de um devir outro arquiteto urbanista. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MARTINS, Lyzandra. Direito à arquitetura: inventário da produção de assessorias técnicas paulistas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 2019

MAY, T. **Pesquisa social**. Questões, métodos e processos. 2001. Porto Alegre, Artemed.

MEDEIROS, Yara [org.] **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NAVAZINAS, Vladimir. **Arquitetura possível: os espaços comuns na habitação de interesse social em São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NUNES, Antônio Couto. **Assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo no programa Minha Casa Minha Vida-Entidades: O caso da Fábrica Urbana (São Paulo)** 06/09/2017 308 f. Mestrado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ONU. **Habitat III**. Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável. 2016. Disponível em: < <http://habitat3.org/>>.

PEREIRA, Olívia de Campos Maia. **Assessorias Técnicas: Trajetórias entre o mercado e o Estado**. Oculum Ensaio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, Campinas, v. 06, p. 89-99, 2006. Disponível em: [Assessorias técnicas: trajetória e destinos entre o mercado e o estado | Pereira | Oculum Ensaio \(puc-campinas.edu.br\)](http://puc-campinas.edu.br)

PEREIRA, R. B.; AMORE, C. S. ; Horigoshi, M. R. S. B. **Resistências urbanas e Assessoria Técnica - a arquitetura possível e necessária**. In: III URBFAVELAS - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz A. Oliveira. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RIBEIRO, Diego. **Assistência gratuita para construções é ignorada**. Gazeta do Povo, Curitiba, 20 nov. 2012. Vida e Cidadania. Disponível em: [Assistência gratuita para construções é ignorada \(gazetadopovo.com.br\)](http://gazetadopovo.com.br)

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo editora, 2015.

SALDIVA, Paulo. *Saúde para além dos remédios*: Impacto desigual de epidemias evidencia a importância dos determinantes sociais da saúde. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/saude-para-alem-dos-remedios/>. Acesso em: 14 de dez. de 2021.

SANTOS, Cleonice Dias. **Trabalho social e movimentos de moradia**: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Luisa de Azevedo dos. **APLICABILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: um estudo das diferentes modalidades de aplicação da Lei nº 11.888/2008 no contexto atual (2017-2018)** 30/09/2019 234 f. Mestrado em arquitetura e urbanismo Instituição de Ensino: UFPel, Pelotas Biblioteca Depositária: BCS UFPel

SANTOS, Milton (1988). **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SINGER, Paul. “**O uso do solo urbano na economia capitalista**”. In Maricato, E. (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**. Investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis, 1970-2000. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

TATAGIBA, Luciana F. et al. **Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda**: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. 2013. 59 f. Relatório Final de Pesquisa, Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TIBO, Gerusa Lustosa de Andrade. **O dispositivo disciplinar da arquitetura nas práticas autoconstruídas**' 28/08/2020 268 f. Doutorado em arquitetura e urbanismo Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG

VILAÇA, Ícaro. **Os primeiros mutirões autogeridos e a constituição das assessorias técnicas**. Escola da Cidade.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula [org.]. **USINA, entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

XAVIER DE SOUSA, Maria Tereza (1999). **O programa de cooperativas habitacionais do BNH**. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FAU-USP.

## APÊNDICE A – MODELO FICHA MAPEAMENTO

<u>Como se intitulam:</u>
<u>Ano:</u>
<u>Localização:</u>
<p><u>Atuação:</u> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social</p> <p>( ) Trabalha com outras faixas de renda.</p> <p>( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)</p> <p>( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades.</p> <p>( ) Outro.</p>
<u>Equipe:</u>
<u>Atores envolvidos/Parcerias:</u>
<p><u>Métodos:</u> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma.</p> <p>( ) Há planos de ação mas são flexíveis</p> <p>( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo.</p> <p>( ) Outro.</p>
<u>Financiamento:</u>
<u>Questionário da pesquisa:</u>
<u>Fonte:</u>

**APÊNDICE B – FICHAMENTO COMPLETO DAS INICIATIVAS  
MAPEADAS  
ONGs e Cooperativas**

<b>Nome da iniciativa:</b> Arquitetas Sem Fronteiras –ASF BRASIL
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2003
<b>Localização:</b> Belo Horizonte
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Universidades, movimento social, poder público, instituição religiosa, empresas privadas, profissionais autônomos. CAU – IAB
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Maior parte do trabalho voluntário – quando tem financiamento, provem de editais públicos ou financiamento coletivo dos associados.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. ARQUITETAS SEM FRONTEIRAS. Facebook. <a href="https://www.facebook.com/arquitetassemfronteiras/">https://www.facebook.com/arquitetassemfronteiras/</a> . Acesso em: 21/12/2021.
<b>Nome da iniciativa:</b> Reparação
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2013
<b>Localização:</b> Bragança Paulista - SP
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar - voluntários
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Empresas privadas – Instituição financeira
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Doações e através dos associados.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ONG REPARAÇÃO. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/ongreparacao/">https://www.instagram.com/ongreparacao/</a> > Acesso em: 21/12/2021

<b><u>Nome da iniciativa:</u></b> PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais
<b><u>Como se intitulam:</u></b> ONG
<b><u>Ano:</u></b> 1993
<b><u>Localização:</u></b> São Paulo
<b><u>Atuação:</u></b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b><u>Equipe:</u></b> Multidisciplinar – Arquitetos e urbanistas, sociólogos, engenheiros civis, assistentes sociais, entre outros.
<b><u>Atores envolvidos/Parcerias:</u></b> Movimentos sociais, organizações sociais, laboratórios de pesquisa, órgãos governamentais e outras assessorias técnicas.
<b><u>Métodos:</u></b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( X ) Outro.
<b><u>Financiamento:</u></b> Informação não encontrada.
<b><u>Questionário da pesquisa:</u></b> Não respondido – mas entrevistado
<b><u>Fonte:</u></b> PEABIRU TCA. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://www.peabirutca.org.br/">https://www.peabirutca.org.br/</a> >. Acesso em 21/12/2021.

<b><u>Nome da iniciativa:</u></b> Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura
<b><u>Como se intitulam:</u></b> ONG
<b><u>Ano:</u></b> 2016
<b><u>Localização:</u></b> Território do Bem, em Vitória / ES.
<b><u>Atuação:</u></b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b><u>Equipe:</u></b> Arquitetos e Urbanistas (em sua maioria).
<b><u>Atores envolvidos/Parcerias:</u></b> Associados e lideranças locais.
<b><u>Métodos:</u></b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b><u>Financiamento:</u></b> Convênio ou parceria; Editais; Campanhas de captação de recurso (fundo colaborativo) para projetos específicos. Recursos pelo Banco Bem (empréstimo na modalidade de Crédito Habitacional
<b><u>Questionário da pesquisa:</u></b> Respondido
<b><u>Fonte:</u></b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. ONZE8. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/onze8.org/">https://www.instagram.com/onze8.org/</a> >. Acesso em 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> ASSOCIAÇÃO AMIGOS VOLUNTÁRIOS DO BEM - MÃO NA MASSA
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Primavera do Leste / MT.
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos, engenheiros, advogados, administradores, economistas, agrônomos, médicos e pessoas sem formação acadêmica.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Associados, lideranças locais e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Para execução de projetos e andamento da ONG: rifas, visitas à empresas, brechó permanente, ações com empresas participantes.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Associação Projeto Semeando de Itupeva
<b>Como se intitulam:</b> ONG - Associação
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Itupeva - Sp
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas, Designer de interiores e Engenheiro Civil.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Comunidade e associados.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Para execução das obras: mantenedores mensais, rifas, eventos (pré pandemia), doação de materiais e móveis. O trabalho é inteiramente voluntário.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Coletivo Escalar
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Salvador
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Geógrafo
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Prefeitura Municipal de Salvador (e diversos órgãos da mesma), com o Ministério Público do Estado da Bahia e órgãos do Governo do Estado.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Habitat para Humanidade Brasil, Fundo Casa Socioambiental, Fundo Brasil, OAK Foundation, etc.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> GTA – Grupo Técnico de Apoio
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 1993
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Não informado.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Não informado.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> GTA – GRUPO TÉCNICO DE APOIO. Prezi. Disponível em: < <a href="https://prezi.com/twlbckqe2cwm/trajetoria-gta/?utm_campaign=share&amp;utm_medium=copy">https://prezi.com/twlbckqe2cwm/trajetoria-gta/?utm_campaign=share&amp;utm_medium=copy</a> >. Acesso em: 21/12/2021.



<b>Nome da iniciativa:</b> CAUS – Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2014
<b>Localização:</b> Recife
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Articulação Recife de Luta e o BR Cidades
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> CAUS – COOPERATIVA ARQUITETURA, URBANISMO E SOCIEDADE. Facebook. Disponível em: < <a href="https://www.facebook.com/CAUS.01/">https://www.facebook.com/CAUS.01/</a> >. Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> Nosso Lar
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2021
<b>Localização:</b> Salvador - BA
<b>Atuação:</b> (x) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar - voluntários
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Doações de empresas e pessoas físicas – trabalho voluntário.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Doações de materiais e rifas; Vaquinhas online e mensalidade de associados.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> NOSSO LAR. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/nossolarprojeto/">https://www.instagram.com/nossolarprojeto/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> ETAPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 1982
<b>Localização:</b> Recife
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) (X) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Não informado.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Não informado.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ETAPAS – EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORIA, PESQUISA E AÇÃO SOCIAL. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://etapas.org.br/">https://etapas.org.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> GAHMA – Grupo de Assessoria a Movimentos Populares
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2001
<b>Localização:</b> Recife
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. (X) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Não informado.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis (X) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Formação de um Fundo Rotativo de Crédito para financiar a construção e a reforma.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> Formulário: Atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na América Latina. Desenvolvido para o trabalho de conclusão de curso de Letícia Araújo Notini. Belo Horizonte, 2020.

<b>Nome da iniciativa:</b> TARAMELA – Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2018
<b>Localização:</b> Fortaleza
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Grupo Jovens Agentes da Paz (JAP), Poder Público e EMAU/Universidade
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ____ Formulário: Atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na América Latina. Desenvolvido para o trabalho de conclusão de curso de Leticia Araújo Notini. Belo Horizonte, 2020.

<b>Nome da iniciativa:</b> Soluções Urbanas – Projeto Arquiteto de Família
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2002
<b>Localização:</b> Rio de Janeiro
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> CAU e Poder Público.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Microcrédito habitacional e empresas de materiais construção.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> SOLUÇÕES URBANAS. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://www.solucoesurbanas.org.br/">https://www.solucoesurbanas.org.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> TETO
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2007 no Brasil
<b>Localização:</b> várias cidades do Brasil – e da América Latina
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. (X) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar e conta com muitos voluntários.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Comunidade e voluntários e várias empresas como parceiras – seja com parceria estritamente de doações e financiamentos até materiais de construção.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( x ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Voluntários, vaquinhas e parcerias empresarias.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> TETO. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://teto.org.br/">https://teto.org.br/</a> . Acesso em : 20/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Fábrica Urbana
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 1998
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. (X) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Fórum Cortiços, Sem-Tetos São Paulo, PMSP92, Frente Paulista de Habitação do Estado de São Paulo, Movimento Força Jovem de Vila Mara, entre outros movimentos sociais.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis (X) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Movimentos de Moradia de São Paulo, programas habitacionais (PMCMV) – Editais públicos
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> FÁBRICA URBANA - CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS DA CIDADE. Site oficial. Disponível em: < <a href="https://fabricaurbana.wordpress.com/">https://fabricaurbana.wordpress.com/</a> >. Acesso em: 20/01/2022. NUNES, Antonio Couto. Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades : O caso da Fábrica Urbana (São Paulo). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2017.

<b>Nome da iniciativa:</b> Bem Morar
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> Informação não encontrada
<b>Localização:</b> Cariacica -ES
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas – técnicos.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Instituto Lojas Renner, EDP – Energias de Portugal e Instituto EDP, Universidade Federal do Espírito Santo, Prefeitura Municipal de Cariacica, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária e Marca Ambiental
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Bancos comunitários e poder público.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> BEM MORAR – Ateliê de ideias. Site oficial. Disponível em: < <a href="http://www.ateliedeideias.org.br/bemorar/index.html">http://www.ateliedeideias.org.br/bemorar/index.html</a> >. Acesso em: 20/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Habitat Para a Humanidade
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 1992
<b>Localização:</b> Atuação em todo território nacional
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Diversas empresas amigas e apoiadoras.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( X ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Diversas empresas e patrocinadores.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> HABITAT PARA A HUMANIDADE. Site Institucional. Disponível em: < <a href="https://habitatbrasil.org.br">https://habitatbrasil.org.br</a> >. Acesso em: 15/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Cooperativa 20 de Novembro
<b>Como se intitulam:</b> Cooperativa
<b>Ano:</b> 2013
<b>Localização:</b> Porto Alegre - RS
<b>Atuação:</b> (x) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Engenheiros Civis.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Movimentos Sociais - Movimento Nacional de Luta pela Moradia- MNLM, AH! Arquitetura Humana, entidades representativas
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. (X) Outro.
<b>Financiamento:</b> SAERGS e CAU/RS.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> PROJETO MORAR SUSTENTÁVEL – COOPERATIVA 20 DE NOVEMBRO. Ficha de Experiência em ATHIS- Pesquisa CAU. Disponível em: < <a href="https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/6_MORAR_SUSTENTAVEL.pdf">https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/6_MORAR_SUSTENTAVEL.pdf</a> >. Acesso em: 15/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> FUNDAÇÃO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 1986
<b>Localização:</b> Rio de Janeiro
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. (X) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar –. No Programa de Direito a Habitação conta com Arquitetos e Urbanistas, Assistentes Sociais, Consultores de Engenharia e Sociólogo.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Ministério das Cidades e demais assessorias técnicas, como a Peabiru.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis (X) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Governo Federal, pelo Programa Crédito Solidário (Jacarepaguá/Rio de Janeiro e Nova Iguaçu), e pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Santa Cruz e Gamboa/Rio de Janeiro e São Gonçalo).
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> BENTO RUBIÃO. Site Institucional. Disponível em: < <a href="http://www.bentorubiao.org.br/">http://www.bentorubiao.org.br/</a> >. Acesso em: 15/01/2022.
<b>Nome da iniciativa:</b> CHÃO - Assessoria Técnica Popular em Arquitetura, Urbanismo e Geografia

<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2021
<b>Localização:</b> Sergipe
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. (X) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Demais Assessorias da região como: Tamarela, Trapiche Emau, Coletivo Escalar.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis (X) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> CHÃO ASSESSORIA TÉCNICA. Plataforma Institucional. Disponível em: < <a href="https://www.facebook.com/chao.assessoria/">https://www.facebook.com/chao.assessoria/</a> >. Acesso em: 13/05/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Arquitetura na Periferia
<b>Como se intitulam:</b> ONG
<b>Ano:</b> 2013 (início) 2018 (formalização)
<b>Localização:</b> Região Metropolitana de BH
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) (X) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e urbanistas, bióloga, pedagoga, mestra de obras, administradora financeiro, jornalista.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Comunidade que atua
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Plataforma de doadores pessoa física e pessoa jurídica, eventos, editais, venda de produtos, fundos etc.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

## Escritórios populares e arquitetos autônomos

<b>Nome da iniciativa:</b> ATHIS com Mulheres
<b>Como se intitulam:</b> Grupo de arquitetas autônomas.
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Ceará
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> CAU-CE
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Editais do CAU –CE.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ATHIS COM MULHERES. Instagram. < <a href="https://www.instagram.com/athis.com.mulheres/">https://www.instagram.com/athis.com.mulheres/</a> >. Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> Arquitetura para o povo
<b>Como se intitulam:</b> Escritório Popular - Rivanilde Feitoza;
<b>Ano:</b> 2004
<b>Localização:</b> Sergipe
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Movimentos sociais, Universidades, Instituto Vivenda; Lab Habitação; CAU e IAB.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ARQUITETURA PARA O POVO. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/arquiteturaparaopovo">https://www.instagram.com/arquiteturaparaopovo</a> >. Acesso em: 21/12/2021



<b>Nome da iniciativa:</b> Oca Arquitetura Popular
<b>Como se intitulam:</b> Escritório Popular
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Distrito Federal
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( X ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Equipe de obra
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda, Pãna – Coletivo de Assessoria Técnica, Habitat Para a Humanidade, Ture – Edificações Sustentáveis.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido.
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. OCA ARQUITETURA POPULAR. Site oficial. Disponível em: < <a href="https://sites.google.com/view/ocaarquiteturapopular/in%C3%ADcio">https://sites.google.com/view/ocaarquiteturapopular/in%C3%ADcio</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> COAU – Corporação e Ofício de Arquitetura e Urbanismo
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 2014
<b>Localização:</b> Belo Horizonte
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolvem outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Universidade; Igreja ou organizações religiosas; ONG; Coletivo; Movimento Social; Poder público; Profissional autônomo.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> Formulário: Atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na América Latina. Desenvolvido para o trabalho de conclusão de curso de Letícia Araújo Notini. Belo Horizonte, 2020.

<b>Nome da iniciativa:</b> Usina CTAH
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 1990
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Movimentos sociais; Associações de moradores; Assessorias técnicas; Cooperativas e organizações de união de movimentos populares.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Poder público – Editais e concursos; Cooperativas. - articulação entre todos os agentes necessários ( públicos, privados, financeiros).
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> USINA CTAH. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://www.usina-ctah.org.br/">https://www.usina-ctah.org.br/</a> >. Acesso em: 21/12/21. USINA CTAH -ficha de Experiência em ATHIS- Pesquisa CAU. Disponível em: < <a href="https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/34_USINA.pdf">https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/34_USINA.pdf</a> >. Acesso em: 21/12/21.

<b>Nome da iniciativa:</b> De casa em Casa
<b>Como se intitulam:</b> Escritório popular
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Florianópolis – SC (Maciço do Morro da Cruz, iniciando pela Serrinha)
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Sem respostas.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Ferramentas de Esquina (Edital Volver a la Calle, promovido pelo BID).
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> AMBIENTE ARQUITETURA
<b>Como se intitulam:</b> Escritório popular
<b>Ano:</b> 1992
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Associações articuladas à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) e União Nacional de Movimentos Populares
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> AMBIENTE ARQUITETURA. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://ambienarquitectura.com/">https://ambienarquitectura.com/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Arquitetura para quem mais precisa
<b>Como se intitulam:</b> Escritório - Projeto social vinculado à Associação de engenharia e arquitetura de Passo Fundo
<b>Ano:</b> 2021
<b>Localização:</b> Passo Fundo - RS
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e urbanistas, engenheiros civis estudantes.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Comunidade em geral.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Organiza vaquinhas online para viabilizar as obras, doação de materiais da comunidade em geral e de algumas construtoras.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Comviva Arquitetura e Urbanismo
<b>Como se intitulam:</b> Escritório – Empresa privada
<b>Ano:</b> 2018
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (X) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e urbanistas e construtores – equipe de obra.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> CAU e CODHAB.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Licitações e concursos de projetos: CAU e CODHAB.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. COMVIVA ARQUITETURA E URBANISMO. Site institucional. Disponível em: < <a href="http://comvivaarquitetura.com.br">http://comvivaarquitetura.com.br</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Casa de Maria Arquitetura Popular
<b>Como se intitulam:</b> Escritório Popular
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Salvador - BA
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (X) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquiteta e Urbanista
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Viva! Arquitetura Popular.
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> CASA DE MARIA. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/casademaria.org/">https://www.instagram.com/casademaria.org/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> EGL Engenharia
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 2002
<b>Localização:</b> Brasília
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Prefeituras locais
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Caixa Econômica Federal.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ____ Formulário: Atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na América Latina. Desenvolvido para o trabalho de conclusão de curso de Letícia Araújo Notini. Belo Horizonte, 2020.

<b>Nome da iniciativa:</b> AH! Arquitetura Humana
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 2014
<b>Localização:</b> Porto Alegre
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Movimentos sociais, CAU, universidades.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Concursos entidades representativas e editais públicos.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> AH! ARQUITETURA HUMANA. Site institucional. Disponível em:< <a href="http://ah.arq.br/">http://ah.arq.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> ARCHE – Projetos Participativos
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 2011
<b>Localização:</b> Escritório
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Movimentos sociais; Fundação Bento Rubião; UMP- Rio de Janeiro e Coletiva Popular de mulheres da Zona Oeste.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( X ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Concursos públicos.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> ARCHE - ASSESSORIA TÉCNICA, PROJETOS PARTICIPATIVOS, MORADIA E CIDADE. FindGLocal: Blog. Disponível em: < <a href="http://www.findglocal.com/BR/Rio-de-Janeiro/920023721381142/ARCHE">http://www.findglocal.com/BR/Rio-de-Janeiro/920023721381142/ARCHE</a> >. Acesso em:21/12/2021. BURGUIÈRE, Elsa; GHILARDI, Flávio Henrique; HUGUENIN, João Paulo Oliveira; KOKUDAI, Sandra; SILVA, Valério da. Produção social na moradia no Brasil: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias. Realização Fundação CDDH Bento Rubião, ARCHE Consultoria planejamento e Projetos. Colaboradores Luciana Corrêa do Lago, Ricardo de Gouvêa Corrêa, Paulo Horn Regal [et al.]. Rio de Janeiro: Letra Capital Ed., 2016.

<b>Nome da iniciativa:</b> DIAGONAL – Transformação de Territórios
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 1990
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Prefeitura de São Paulo
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> DIAGONAL – TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS. Site institucional. Disponível em: < <a href="http://www.diagonal.net/">http://www.diagonal.net/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> COAU – Corporação e Ofício de Arquitetura e Urbanismo
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 2014
<b>Localização:</b> Belo Horizonte
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Universidade; Igreja ou organizações religiosas; ONG; Coletivo; Movimento Social; Poder público; Profissional autônomo.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> Formulário: Atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na América Latina. Desenvolvido para o trabalho de conclusão de curso de Letícia Araújo Notini. Belo Horizonte, 2020.

<b>Nome da iniciativa:</b> Horizontes Arquitetura e Urbanismo
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 2002
<b>Localização:</b> Belo Horizonte
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Poder público e Universidade PUC/Minas
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Crédito Solidário.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> HORIZONTES ARQUITETURA E URBANISMO. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://horizontesarquitetura.com.br/">https://horizontesarquitetura.com.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021. DOSSIÊ DOS CONJUNTOS DA AUTOGESTÃO DE BH. Disciplina Tecnologia Social e Adequação Sociotécnica. Professores: Roberto E. dos Santos e Giselle O. Mascarenhas. UFMG, 2019.

<b>Nome da iniciativa:</b> AMBIENTE ARQUITETURA
<b>Como se intitulam:</b> Escritório
<b>Ano:</b> 1992
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Associações articuladas à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) e União Nacional de Movimentos Populares
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> AMBIENTE ARQUITETURA. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://ambienarquitectura.com/">https://ambienarquitectura.com/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Inova Urbis
<b>Como se intitulam:</b> Escritório Popular
<b>Ano:</b> 2013
<b>Localização:</b> São Paulo - SP
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( X ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar - voluntários
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Demais profissionais da área (Engenheiros civis, técnicos em edificações)
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> INOVA URBIS. Site Institucional. Disponível em: < <a href="https://inovaurbis.com">https://inovaurbis.com</a> >. Acesso em: 21/12/2021. INOVA URBIS. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/inovaurbis/">https://www.instagram.com/inovaurbis/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.



<b>Nome da iniciativa:</b> Rebento Arquitetura
<b>Como se intitulam:</b> Escritório de Arquitetura e Urbanismo
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Belo Horizonte - MG
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( X ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquiteto e Urbanista
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Informação não encontrada
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> REBENTO Arq. Página no Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/rebentoarquitetura/">https://www.instagram.com/rebentoarquitetura/</a> >. Acesso em: 20/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Rua 141
<b>Como se intitulam:</b> Escritório de Arquitetura
<b>Ano:</b> 2018
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( X ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> ONGs ou instituições que já atuam nas comunidades.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( X ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Informação não encontrada, porém, escritório atua como modelo de <i>negócios one-for-one</i> , a cada projeto fechado no escritório eles auxiliam em um projeto de impacto social.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> Rua 141. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://rua141.com/impacto-social/">https://rua141.com/impacto-social/</a> >. Acesso em: 20/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> ArqTraço
<b>Como se intitulam:</b> Escritório de Arquitetura e Urbanismo
<b>Ano:</b> 1994
<b>Localização:</b> Rio de Janeiro
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) (X) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Comunidades e poder público – programas habitacionais.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis (X) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Programas Morar Carioca, Favela Bairro e Porto do Rio, da cidade do Rio de Janeiro, PAC nas Favelas, do Governo Estadual, Brasil BID e Pró-Moradia, do Governo Federal.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> ARQTRACO. Site oficial. Disponível em: < <a href="http://www.arquitraco.com.br/">http://www.arquitraco.com.br/</a> >. Acesso em: 20/01/2022.

### Empresas sociais e negócios sociais

<b>Nome da iniciativa:</b> Atos Colaborativos
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2017
<b>Localização:</b> Juiz de Fora – Minas Gerais
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. (X) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e engenheiros civis.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda e Habitat Brasil
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (x) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ATOS COLABORATIVOS. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/atoscolaborativos/">https://www.instagram.com/atoscolaborativos/</a> > Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> ConstrUnir
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Recife - PE
<b>Atuação:</b> (x) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Engenheiros civis (2) e psicóloga.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova vivenda, Causa e Casa, Vedacit e Impacta Nordestes;
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> CONSTRUNIR. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/construnirengenharia/">https://www.instagram.com/construnirengenharia/</a> >. Acesso em: 21/12/2021. CONSTRUNIR. Site Oficial. Disponível em: < <a href="https://construnir.com.">https://construnir.com.</a> > Acesso em: 21/12/2021. CONSTRUNIR. Pagina institucional no Facebook. Disponível em: < <a href="https://www.facebook.com/construnirengenharia/">https://www.facebook.com/construnirengenharia/</a> > Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> VIVERDE CASA
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b>
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Engenheiros Civis e Mão de Obra para Construção Civil
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Rede de apoio FDC. Porto Social – apoio Empreendedorismo Social - e Porto Digital.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Porto Social – apoio Empreendedorismo Social
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> VIVERDE CASA. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/viverdecasa/">https://www.instagram.com/viverdecasa/</a> > Acesso em: 21/12/2021. PORTO SOCIAL. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://linklist.bio/portosocial">https://linklist.bio/portosocial</a> > Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> SOMOS - Soluções em Moradias
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Maceió - AL
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Equipe de obra
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> SOMOS POR VOCÊ. Facebook. Disponível em: < <a href="https://www.facebook.com/somosporvoce">https://www.facebook.com/somosporvoce</a> >. Acesso em: 21/12/2021. SOMOS POR VOCÊ. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/somosporvoce_/">https://www.instagram.com/somosporvoce_/</a> >. Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> Somos Conjunto
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Contagem/MG
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (X) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Equipe de obra
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> SOMOS CONJUNTO. Site Institucional. Disponível em: < <a href="https://somosconjunto.com.br/">https://somosconjunto.com.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> Terceira Margem – Consultoria Urbana e Ambiental
<b>Como se intitulam:</b> Empresa Social
<b>Ano:</b> 2017
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Engenheiros Civil_
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Construção Civil, Associação de Moradores (Comunidade Porto Seguro SP)
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Licitações públicas.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> TERCEIRA MARGEM CONSULTORIA. Facebook. Disponível em: < <a href="https://www.facebook.com/TerceiraMargemConsultoria/">https://www.facebook.com/TerceiraMargemConsultoria/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Aguias Femme
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Maceió, AL.
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Mão de Obra para Construção Civil.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> SEBRAE, Empresas de materiais de construção civil, Impacta HUB Florianópolis, SOMOS (Soluções em moradia), Ali (Agentes locais de inovação), Cotel (Contabilidade).
<b>Métodos:</b> ( X ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Impacta HUB Florianópolis, SOMOS (Soluções em moradia), Ali (Agentes locais de inovação).
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> AGUIAS FEMME. Instagram. Disponível em: < <a href="https://aguiasfemme.com.br/">https://aguiasfemme.com.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021. AGUIAS FEMME. Instagram. Disponível em: < <a href="https://aguiasfemme.com.br/">https://aguiasfemme.com.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> J09 Studio
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> São Paulo - Zona Sul - SP
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( X ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda
<b>Métodos:</b> ( X ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> J09 Studio. Site . Disponível em: < <a href="https://www.j09studio.com.br/">https://www.j09studio.com.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021 J09 Studio. Página institucional - Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/j09studio/">https://www.instagram.com/j09studio/</a> >. Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> Reformarias
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> João Pessoa – PB
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Equipe de obra
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> REFORMARIAS. Página institucional - Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/reformarias/">https://www.instagram.com/reformarias/</a> >. Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> MODLAR
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Minas Gerais
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e equipe de obra.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> MODLARMG. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/modlarmg/">https://www.instagram.com/modlarmg/</a> > . Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> Traço e Ato reformas e construções
<b>Como se intitulam:</b> Empresa social
<b>Ano:</b> 2021
<b>Localização:</b> São Lourenço da Mata – Redição metropolitana de Recife - PE
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquiteta e Urbanista e Engenharia civil
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova vivenda – Líderes da comunidade
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. TRAÇO E ATO. Instagram. <a href="https://www.instagram.com/tracoato/">https://www.instagram.com/tracoato/</a> . Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Porta e Janela
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Maranhão
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Engenheiro Civil.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Negócio da Causa Nova Vivenda
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. ESCRITÓRIO PORTA E JANELA. Instagram. Disponível em: <a href="https://www.instagram.com/escritorioportaejanela/">https://www.instagram.com/escritorioportaejanela/</a> . Acesso em: 21/12/2021

<b>Nome da iniciativa:</b> Viva! Arquitetura Popular
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2017
<b>Localização:</b> Salvador - BA
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) (X) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Inpacto – Incubadora de causas sociais; Engenheiros civis
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Incubadora de Negócios Sociais pública de Salvador;
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> VIVA! Arquitetura Popular. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/vivaarquiteturapopular/">https://www.instagram.com/vivaarquiteturapopular/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.



<b>Nome da iniciativa:</b> Moral Engenharia
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Salvador - BA
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (X) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Engenheiros Civis.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Instituto Nova Vivenda e Rio do Cobre – Engenharia Popular
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> MORAL ENGENHARIA POPULAR. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/moralengenharia/">https://www.instagram.com/moralengenharia/</a> > . Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Arquitetas Nômades Ltda
<b>Como se intitulam:</b> Empresa Social
<b>Ano:</b> 2017
<b>Localização:</b> São João del Rei – Interior de Minas Gerais
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Engenheiro Civil.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Acelera Impacto, Social Good Brasil, Indetec, HackBrazil, Liga Insights e SGB Labber.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda - B2c: financiamento boa Plataforma Vivenda. B2B: editais e parceiros (Vivenda e Habitat para a Humanidade).
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. ARQUITETAS NOMADES. Site Oficial Disponível em: < <a href="https://www.arquitetasnomades.com.br/">https://www.arquitetasnomades.com.br/</a> > . Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Moralar
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2018
<b>Localização:</b> Joinville - SC
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( X ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquiteta e Urbanista e estudantes de arquitetura.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Comunidade e Incubadora de negócios sociais.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( X ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Doações e vaquinhas para viabilizar obras; Cause – incubadora de negócios sociais; Beta – Agência Experimental.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. MORALAR. Página no Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/moralar_arqsocial">https://www.instagram.com/moralar_arqsocial</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> EficioObra
<b>Como se intitulam:</b> Empresa Social
<b>Ano:</b> 2018
<b>Localização:</b> Pelotas - RS
<b>Atuação:</b> ( X ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Técnicos em Edificações.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda, Habitat para Humanidade, Lab Habitação – Inovação e Moradia, Universidade Católica de Pelotas, CUFA – RS, Instituto Hélio D’angola.
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. EFICIOOBRA. Site Oficial Disponível em: < <a href="https://www.eficiobra.com.br/">https://www.eficiobra.com.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Memorar
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2016
<b>Localização:</b> Salvador - BA
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( X ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Viva, Artesimia, Grupo Siloé, LabSocial, Muxarabis, Ramos.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> In.pacto (incubadora de negócios sociais)
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021. MEMORAR. Site oficial. Disponível em: < <a href="https://memorarpopular.com.br/">https://memorarpopular.com.br/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Kopa Coletiva Arquitetura Popular
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Restinga - Porto Alegre/RS
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( X ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquiteta e Urbanista
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda
<b>Métodos:</b> ( X ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova Vivenda
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> KOPA COLETIVA. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/kopacoletiva.arq/">https://www.instagram.com/kopacoletiva.arq/</a> > Acesso em: 21/12/2021. Questionário: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Digna Engenharia
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2018
<b>Localização:</b> Campo Grande - MS
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e Urbanistas.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Lab Habitação; Instituto Phi; Vedacit; Artemisia; Movimento de Causa em Casa.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Doações – Instituto Phi;
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> DIGNA ENGENHARIA. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/dignaengenharia/">https://www.instagram.com/dignaengenharia/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Dona Obra
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Recife - PE
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Nova Vivenda; Vedacit e Movimento de Causa em Casa.
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Nova Vivenda.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> DONA OBRA. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/donaobra.arq/">https://www.instagram.com/donaobra.arq/</a> > . Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Rio do Cobre
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2020
<b>Localização:</b> Salvador - BA
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Engenheiros Civis
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Moral Engenharia Popular; Instituto Nova Vivenda.
<b>Métodos:</b> (X) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> RIO DO COBRE. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://www.riodocobreengenhariapopular.com">https://www.riodocobreengenhariapopular.com</a> >. Acesso em: 21/12/2021. RIO DO COBRE. Instagram. Disponível em: < <a href="https://www.instagram.com/riodocobre.engpop/">https://www.instagram.com/riodocobre.engpop/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> Arquitetos da Vila
<b>Como se intitulam:</b> Empresa social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Belo Horizonte – MG.
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas, Engenheiro Civil e equipe de obra
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Habitat para Humanidade, Instituto Nova Vivenda, Causa em Casa e LabHabitação.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda, Artemisia e empresas de materiais de construção como: Tigre, Votorantim, Gerdau Vedacit.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> ARQUITETOS DA VILA. Site oficial. Disponível em: < <a href="https://arquitetosdavila.arq.br/#&gt;">https://arquitetosdavila.arq.br/#&gt;</a> . Acesso em: 20/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> INTEGRA Desenvolvimento Urbano LTDA
<b>Como se intitulam:</b> Empresa
<b>Ano:</b> 1999
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) (x) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Diversas parceiras – diretas e indiretas, Projeto de extensão universitária na Universidade de São Paulo, o Escritório Piloto do Grêmio da Poli, Cooperativa de Trabalhos Interdisciplinar – INTEGRA.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis (X) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Poder público – editais.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> INTEGRA URBANO. Site oficial. Disponível em: <a href="https://integraurbano.com.br/">https://integraurbano.com.br/</a> Acesso em: 20/01/2022. INTEGRA Desenvolvimento Urbano. Site ATHIS. Disponível em: < <a href="https://www.athis.org.br/project/522/">https://www.athis.org.br/project/522/</a> >. Acesso em: 20/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Bandeira
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Distrito Federal
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( Xarqt ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e Urbanistas.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Habitat para Humanidade, Instituto Nova Vivenda, Lab Habitação.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda, Impact Hub,
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> BANDEIRA. Site Institucional. Disponível em: < <a href="https://bandeirahabitacao.com.br/">https://bandeirahabitacao.com.br/</a> >. Acesso em: 15/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> ArqTodos
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Santa Luzia - MG
<b>Atuação:</b> (x) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e Urbanistas – equipe de obra
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Instituto Nova Vivenda, Causa em Casa, Lab Nip – Negócios de Impacto da Periferia.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> ARQTODOS. Site institucional. Disponível em: < <a href="https://www.arqtodos.com.br/">https://www.arqtodos.com.br/</a> > Acesso em: 15/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Abra Arquitetura
<b>Como se intitulam:</b> Negócio Social
<b>Ano:</b> 2017
<b>Localização:</b> Recife - PE
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) (X) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetas e urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Instituto Nova Vivenda, Causa em Casa.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( X ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda, Porto Social – incubadora de negócios sociais
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ABRA Arq. Site Institucional. Disponível em: < <a href="http://www.portosocial.com.br/abra/">http://www.portosocial.com.br/abra/</a> >. Acesso em: 15/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Arquitetura Faz Bem
<b>Como se intitulam:</b> Empresa Social
<b>Ano:</b> 2018
<b>Localização:</b> Caruaru e Recife -PE
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas e Equipe de Obra.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Habitat Brasil, Empresas da construção civil – tintas, cimento, cobogós e forros.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> BNDS, Artemísia, Wayra, Liga Ventures e editais do CAU.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ARQUITETURA FAZ BEM. Site Institucional. Disponível em: <a href="https://arquiteturafazbem.wordpress.com/">https://arquiteturafazbem.wordpress.com/</a> >. Acesso em: 15/01/2022.

<b>Nome da iniciativa:</b> Vivenda
<b>Como se intitulam:</b> Empresa Social
<b>Ano:</b> 2014
<b>Localização:</b> São Paulo
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. (X) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Multidisciplinar.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Empresas de materiais de construção (como Vedacit e Suvinil), Artemísia, Causa em Casa.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Din4mo, Grupo Gaia, Ashoka, – incubadoras sociais e programas de aceleração.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> NOVA VIVENDA. Site Institucional. Disponível em: < <a href="https://www.novavivenda.com.br/">https://www.novavivenda.com.br/</a> >. Acesso em: 15/01/2022.



<b>Nome da iniciativa:</b> Estúdio Vivendas
<b>Como se intitulam:</b> Empresa Social
<b>Ano:</b> 2021
<b>Localização:</b> Florianópolis - SC
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (X) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquiteta e Técnica em Edificações
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Instituto Nova Vivenda, Causa em Casa.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Instituto Nova Vivenda.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido.
<b>Fonte:</b> ESTÚDIO VIVENDAS. Site Institucional. Disponível em: < <a href="https://www.estudiovivendas.com.br/">https://www.estudiovivendas.com.br/</a> >. Acesso em: 15/01/2022.

### OUTROS

<b>Nome da iniciativa:</b> NATEP/UERJ e Projeto Gerações Práticas em ATHIS Araras
<b>Como se intitulam:</b> Assessoria Técnica
<b>Ano:</b> 2021
<b>Localização:</b> São Paulo - SP
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas, assistente social, geógrafo.
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Líderes de comunidades, CAU.
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. (X) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Organizam rifas e contribuições com a comunidade.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> TABA – Trabalhadores Articulados em Benefício da Arquitetura
<b>Como se intitulam:</b> Projeto T.A.B.A
<b>Ano:</b> 2021
<b>Localização:</b> -
<b>Atuação:</b> ( ) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. (X) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetos e Urbanistas
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e AH! Arquitetura Humana
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis ( ) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. (X) Outro - levantamento sobre o mercado de trabalho em Arquitetura e Urbanismo, que irá servir de base para quem busca orientação sobre a profissão, suas atribuições e a atuação em Assistência Técnica de Habitação em Interesse Social (Athis).
<b>Financiamento:</b> FNA.
<b>Questionário da pesquisa:</b> Não respondido
<b>Fonte:</b> ARQBRASIL - Mercado de trabalho em Arquitetura. Disponível em: < <a href="https://arqbrasil.com.br/13826/mercado-trabalho-arquitetura/">https://arqbrasil.com.br/13826/mercado-trabalho-arquitetura/</a> >. Acesso em: 21/12/2021.

<b>Nome da iniciativa:</b> ATHIS na Baixada – Coletivo
<b>Como se intitulam:</b> Coletivo
<b>Ano:</b> 2019
<b>Localização:</b> Baixada Fluminense
<b>Atuação:</b> (X) Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ( ) Trabalha com outras faixas de renda. ( ) Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras) ( ) Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades. ( ) Outro.
<b>Equipe:</b> Arquitetura e urbanismo, serviço social, publicação, comunicação, psicologia, contabilidade, financeiro
<b>Atores envolvidos/Parcerias:</b> UNIFESP, instituto Procomum e fomento do CAU/SP
<b>Métodos:</b> ( ) Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma. ( ) Há planos de ação mas são flexíveis (X) Cada ação/projeto é um plano de ação novo. ( ) Outro.
<b>Financiamento:</b> Chamamentos públicos de fomento à ATHIS do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
<b>Questionário da pesquisa:</b> Respondido
<b>Fonte:</b> Questionário online: Arranjos Possíveis de ATHIS. Desenvolvido para o trabalho de mestrado de Nathália Sander. Florianópolis, 2021.

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ONLINE – MODELO

# Arranjos possíveis de “Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social”

Primeiro, muito obrigada por se colocar à disposição para minha pesquisa.

Meu nome é Nathália Sander, sou Arquiteta e Urbanista e atualmente discente do curso de Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

A minha pesquisa de mestrado visa entender as iniciativas que trabalham com Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) no Brasil, isto é, quais os possíveis arranjos institucionais para ATHIS em nossos país. Por isso, gostaria de identificar como estas iniciativas atuam, como sobrevivem, qual tipo de público atendem etc.

Então, essas são as perguntas que organizei para compreender melhor as iniciativas existentes:

**\*Obrigatório**

1. Nome da iniciativa/organização \*

---

2. E-mail ou telefone para contato - e um nome do coordenador ou responsável \*

---

3. Este questionário está sendo respondido por: \*

---

4. Como vocês se intitulam/enquadram? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- ONG/Associação
- Escritório popular
- Empresa social
- Cooperativa
- Outro: \_\_\_\_\_

5. Seus trabalhos estão voltados majoritariamente para: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Melhorias habitacionais (reformas)
- Construção de unidades novas
- Regularização Fundiária
- Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
- Outro: \_\_\_\_\_

6. Em que medida você identifica que sua organização/seu negócio se diferencia de um escritório de arquitetura tradicional? \*

---



---



---

7. A sua organização/iniciativa trabalha apenas com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ou trabalha com outras faixas de renda e/ou outros desenvolve outras atividades? \*

Marcar apenas uma oval.

- Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
- Trabalha com outras faixas de renda
- Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)
- Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades
- Outro: \_\_\_\_\_

8. Desde quando existe essa iniciativa/organização? \*

\_\_\_\_\_

9. Onde ele atua? (Ex: apenas em uma comunidade? Cidade? Tem um foco regional?) \*

\_\_\_\_\_

10. Quantas pessoas atuam/trabalham na iniciativa/organização hoje? \*

\_\_\_\_\_

11. Quais as formações profissionais das pessoas que atuam no projeto? \*

\_\_\_\_\_

12. Todas as pessoas trabalham em todos os projetos/ações ou há grupos de trabalho? Se há grupo: quais são e como eles funcionam? (Ex: grupo de projeto, grupo de levantamento de orçamento, grupo por família atendida...) \*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Todos os profissionais/participantes do projeto são remunerados ou vocês contam com trabalho voluntário também? \*

Marcar apenas uma oval.

- Todos remunerados.
- Todos voluntários.
- Há voluntários mas a maior parte é remunerado.
- Há remunerados mas a maior parte é voluntário
- Outro: \_\_\_\_\_

14. Caso existam voluntários, como é dividido o trabalho com eles? (Ex: somos em duas arquitetas e um engenheiro, temos um estagiário mas trabalhamos com voluntários em ações semestrais de mutirões para arrecadação de dinheiro). \*

---



---



---

15. Há um plano de ação formado? Ele é adaptado conforme a comunidade/família?

*Marcar apenas uma oval.*

- Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma.
- Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
- Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
- Outro: \_\_\_\_\_

16. Descreva um pouco mais do modelo de trabalho. Ex: Trabalhamos com pacotes de reforma fechados, fazemos o contato com a família, levantamos as necessidades e conforme a escolha do pacote, levantamos os custos e executamos a obra.

---



---



---

17. Como funciona o levantamento das necessidades de cada comunidade/família? \*

---



---



---

18. Como funciona a captação de recursos para o trabalho e para as ações (obras)? \*

---



---



---

19. Há um envolvimento da família ou da comunidade nas ações/obra? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menor envolvimento possível.
- Há um bom envolvimento.
- Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
- Outro: \_\_\_\_\_

20. Se há um envolvimento da família ou comunidade no projeto/nas ações, descreva como e em qual etapa. \*

---

---

---

21. Qual é a relação do trabalho de vocês com a Lei de ATHIS? \*

---

---

---

---

22. Qual a relação que vocês têm, seja contrato/diálogo, com o poder público? Caso não houver nenhum, por que? \*

---

---

---

---

23. Vocês já receberam algum tipo de apoio/financiamento da iniciativa pública? Por qual meio? Oriundo de qual fundo, programa ou política pública habitacional? \*

---

---

---

---

24. Quais fatores mais bloqueiam e/ou dificultam o andamento dos projetos/ações? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Orçamento
- Questões legais
- Recursos humanos
- Conhecimento técnico da atuação do arquiteto na ATHIS
- Barreira na atuação do arquiteto nessa realidade social por conta da visão elitizada da nossa profissão
- Outro: \_\_\_\_\_

25. O que falta, na sua opinião, para que mais profissionais de arquitetura trabalhem com ATHIS?

---

---

---

---

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ONLINE – RESPOSTAS

1. Nome da iniciativa/organização
1. Arquitetura para quem mais precisa
2. NATEP/UERJ e Projeto Gerações Práticas em ATHIS Araras
3. De Casa em Casa
4. Memorar
5. Moralar
6. EficiObra
7. Arquitetas Nômades Ltda
8. Associação Projeto Semeando de Itupeva
9. Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura
10. ASSOCIAÇÃO AMIGOS VOLUNTÁRIOS DO BEM - MÃO NA MASSA
11. Kopa Coletiva Arquitetura Popular
12. OCA ARQUITETURA POPULAR
13. Traço e Ato reformas e construções
14. comviva arquitetura e urbanismo
15. Arquitetas Sem Fronteiras Brasil
16. Porta e janela
17. Escalar - Coletivo de Assessoria Técnica Popular
18. Escritório Modelo da Faminas
19. J09 Studio
20. Dona Obra reformas e construções
21. ONG Peabiru TCA
22. Soluções Urbanas - Arquiteto da Família
23. ConstrUnir
24. águas femme
25. ARCHE Projetos Participativos
26. ATHIS na Baixada
27. Arquitetura na Periferia
28. Arquitetura sem muros / Gente Unisul / Banco de materiais do Monte Serrat

Devido à presença de dados pessoais sensíveis, as respostas das perguntas 02 e 03 não serão compartilhadas de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Respeitando a privacidade dos participantes, as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa científica, garantindo anonimato e sigilo.

4. Como vocês se intitulam/enquadram?
1. Projeto social vinculado à Associação de eng e arq de Passo Fundo
2. Assessoria Técnica
3. Projeto (Com anSeseio de trabalhar com Arq. Popular) e virar um escritório/empresa social.
4. Escritório popular
5. Escritório popular

6. Empresa social
7. Empresa social
8. ONG/Associação
9. ONG/Associação
10. ONG/Associação
11. Negocio de impacto social
12. Escritório popular
13. Escritório de arquitetura e urbanismo diversificado (popular e outros)
14. ONG/Associação
15. Escritório popular
16. Escritório popular
17. Assessoria Técnica Popular (com formalização como entidade do terceiro setor)
18. Escritório Acadêmico
19. Escritório de arquitetura
20. ONG/Associação
21. ONG/Associação
22. Empresa social
23. empresa socioambiental
24. Empresa social
25. Coletivo
26. ONG/Associação
27. agrupamento de voluntários
28. ONG/Associação

#### **5. Seus trabalhos estão voltados majoritariamente para:**

1. Melhorias habitacionais, novas construção, espaço público e regularização fundiária.
2. Melhorias habitacionais (reformas)
3. Vistoria e patologia das construções
4. Melhorias habitacionais (reformas)
5. Melhorias habitacionais (reformas)
6. Melhorias habitacionais (reformas)
7. Melhorias habitacionais (reformas)
8. Melhorias habitacionais (reformas)
9. Melhorias habitacionais (reformas)
10. Melhorias e projetos
11. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
12. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
13. Assessoria Técnica para grupos coletivos, desde laudos e projetos espaço coletivo , sanitários, ambientais, habitacionais, patrimônio, jurídicos e políticas publicas.
14. Melhorias habitacionais (reformas)
15. Oferecemos todos os serviços acima
16. Mediação de conflitos e elaboração de contra-laudos



17. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
18. Melhorias habitacionais (reformas)
19. Construção de unidades novas
20. Melhorias habitacionais (reformas)
21. Melhorias habitacionais (reformas)
22. desenvolvimento de mulheres na construção civil para geração de renda e independência financeira
23. Construção de unidades novas
24. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
25. capacitação de mulheres para promoção de melhorias habitacionais
26. Melhorias habitacionais (reformas)
27. Melhorias habitacionais (reformas)
28. Capacitação e autonomia para as mulheres reformarem e construírem

#### 6. Seus trabalhos estão voltados majoritariamente para:

1. Melhorias habitacionais, novas construção, espaço público e regularização fundiária.
2. Melhorias habitacionais (reformas)
3. Oferecemos todos os serviços acima
4. Vistoria e patologia das construções
5. Melhorias habitacionais (reformas)
6. Melhorias habitacionais (reformas)
7. Melhorias habitacionais (reformas)
8. Melhorias habitacionais (reformas)
9. Melhorias habitacionais (reformas)
10. Melhorias habitacionais (reformas)
11. Melhorias e projetos
12. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
13. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
14. Assessoria Técnica para grupos coletivos, desde laudos e projetos espaço coletivo , sanitários, ambientais, habitacionais, patrimônio, jurídicos e políticas publicas.
15. Melhorias habitacionais (reformas)
16. Oferecemos todos os serviços acima
17. Mediação de conflitos e elaboração de contra-laudos
18. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
19. Melhorias habitacionais (reformas)
20. Construção de unidades novas
21. Melhorias habitacionais (reformas)
22. Melhorias habitacionais (reformas)
23. desenvolvimento de mulheres na construção civil para geração de renda e independência financeira
24. Construção de unidades novas
25. Trabalhos focados em projetos e não em execução e acompanhamento
26. capacitação de mulheres para promoção de melhorias habitacionais

27. Melhorias habitacionais (reformas)

28. Capacitação e autonomia para as mulheres reformarem e construírem

**7. Em que medida você identifica que sua organização/seu negócio se diferencia de um escritório de arquitetura tradicional?**

1. arq.marinabernardes@gmail.com

2. Porque o valor da remuneração não está dentro da realidade dos escritórios e porque a remuneração não é paga pelo cliente atendido e sim por outras instituições.

3. Ainda não estamos trabalhando de fato. Entretanto, como estamos bem perto, já organizamos um processo de trabalho. Com o passar do tempo, entendemos que para se "tirar do papel" uma logística que se sustenta, ela deve ser feita por muitas mãos e construída em conjunto. O papel das lideranças comunitárias, de possíveis agentes de crédito, dos pedreiros da comunidade, de instituições parceiras em geral é muito importante para viabilizar a nossa proposta em contribuir coletivamente com aquilo que já feito pelas pessoas. Em nosso caso, as melhorias e reformas. Já fizemos alguns ensaios do nosso processo e em todos eles, os parceiros foram importantes para avançarmos. Diferentemente de um escritório convencional, no qual conseguimos, de algum modo desempenhar as atividades com certa autonomia, esse é um arranjo sensível.

4. Muito, aqui nosso arquiteto faz projeto estrutural, executa reforma de recuperação estrutural, soluciona problemas de patologias das construções, o valor do serviço é menor e temos mais opções de parcelamento

5. Na cocriação com o usuário

6. Totalmente. Pelo público que atendemos e escopo de serviços.

7. Nosso foco é no impacto social e levar moradia de qualidade para pessoas que tradicionalmente não tem acesso a arquitetura

8. Trabalhamos com famílias em situação de vulnerabilidade social e que não teriam condições de contratar um escritório de arquitetura tradicional. Dessa maneira, nosso trabalho é inteiramente feito de maneira voluntária e por meio da ajuda da sociedade em geral

9. Apesar de encararmos, na elaboração dos projetos, a atuação em ATHIS como uma das várias possibilidades de atuação do profissional de arquitetura e urbanismo, as diferenças na prática são muitas. Primeiro tem uma barreira cultural: historicamente, no Brasil pelo menos, o "cliente" dos projetos de HIS não costuma ser o usuário final; normalmente, quem contrata e quem paga é o Estado ou alguma parceria. Isso implica que boa parte da população brasileira entende que só tem acesso ao profissional de arquitetura os membros das elites ou o Estado. Então as diferenças já se estabelecem desde o primeiro contato. Outra diferença explícita é a quantidade de recursos envolvidos. E, automaticamente, as possibilidades de remuneração dos profissionais envolvidos nessa assessoria. Outra diferença importante diz respeito ao entorno: lojas de material de construção que não conseguem acessar o local da obra por questões topográficas; às vezes, para resolver o problema de uma moradia, você precisa incomodar um vizinho ou outro etc. E existe uma diferença grande também quanto à situação jurídica no que diz respeito à propriedade do terreno. Burocraticamente, isto tem implicações variadas também.

10. Se diferencia completamente. Associação de amigos inconformados com a situação de precariedade que as pessoas carentes vivem, e que se propõem com seus conhecimentos, habilidades e atitudes a mudar a situação dessas pessoas, de forma voluntária, promovendo dignidade e qualidade de vida para essas famílias. Não temos vínculo político ou religioso. O que nos une é o amor ao próximo e a alegria em servir.
11. Preço mais acessível, possibilidade de parcelamento, financiamento de reforma para baixa renda, comunicação acessível entre outros
12. Oferecer serviços de arquitetura com valores acessíveis (projetos para construção e reforma), criar uma rede de contatos para possibilitar aos nossos clientes construir ou reformar com apoio de um profissional durante o processo, e levar informação sobre o direito a moradia por nossas redes sociais
13. Atingir público de baixa renda, seja público pulverizado, como por meio do poder público.
14. Não temos fins lucrativos, todo trabalho é voluntário e todas as demandas são coletivas e não atuamos com projetos individuais .
15. Pela sua essência e política do escritório. Acreditamos em uma arquitetura plural e que deva chegar para todos, especialmente as famílias de baixa ou sem nenhuma renda onde o profissional da Arquitetura geralmente não chegaria.
16. Por focar em atender pessoas moradoras de bairros populares e pela forma de prestar e precificar os serviços
17. Nas metodologias de trabalho, nas formas de financiamento e nas articulações e arranjos comunitários para realização das atividades.
18. Só atendemos ATHIS e Instituições carentes
19. Atendimento direcionado para periferia.
20. Na medida que atua para atender a população de baixa renda, buscando sempre formas de financiamento via editais e políticas habitacionais. Além de atender via movimentos e organizações sociais.
21. Atendimento ao público de baixa renda, principalmente com atuação em favelas.
22. Trabalhamos dentro da comunidade/periferia/favelas
23. Levamos oportunidades de negócio para arquitetos recém formados onde juntos desenvolvemos projetos de melhoria habitacional na periferia para inserção da mulher na construção civil.
24. A Arche tem como foco iniciativas dos movimentos e organizações sociais que questionem a prática do Estado na política habitacional (de cima para baixo) e em iniciativas que busquem a garantia do direito a cidade. Priorizamos projetos que envolvam agentes coletivos.
25. Atuamos com diferentes territórios da Baixada Santista, através de parceria com OSCs e editais de fomento, principalmente do CAU/SP
26. Não cobramos pelo serviço; propomos a inversão do protagonismo do profissional para o protagonismo da moradora/construtora; vamos até as localidades semanalmente; trabalhamos numa lógica pedagógica e processual; capacitamos mulheres para a autonomia de decidir sobre a produção do espaço; não oferecemos um produto pontual.
27. Em nada, são iguais
28. Bastante. Como nosso método esta direcionado para a assessoria técnica, estamos bem distantes de prestar um serviço em arquitetura como os escritórios costumam.

**8. A sua organização/iniciativa trabalha apenas com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social ou trabalha com outras faixas de renda e/ou outros desenvolve outras atividades?**

1. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
2. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
3. Nossa ideia inicial era trabalhar com a faixa de renda que se enquadra na ATHIS. Entretanto, ao se aproximar mais da realidade das comunidades com que temos contato, percebemos que a situação financeira das famílias é muito heterogênea. Como toda a comunidade carece do acesso à arquitetura e no começo é muito difícil viabilizar condições mais acessíveis de trabalho, decidimos não fazer distinção de trabalho, e sim trabalhar no contexto de comunidades.
4. Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)
5. Na moralar com pessoas na faixa de renda da athis como profissional com outras faixas de renda
6. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
7. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
8. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
9. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
10. Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)
11. Assistência Técnica para HIS e também para o público de baixa renda
12. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
13. também cursos (MACKENZIE) e palestras
14. Assistência técnica geral não só pra habitação , curso e palestras, comunidades tradicionais e outros de impacto social
15. Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades
16. Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades
17. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
18. Trabalha com ATHIS e atendimento a Instituições carentes como APAE
19. Trabalha com outras faixas de renda
20. Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)
21. Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)
22. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
23. Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades
24. Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades
25. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
26. Trabalha com outras faixas de renda e desenvolve outras atividades
27. Apenas de trabalhos com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
28. Desenvolve outras atividades (por exemplo cursos/palestras)

**9. Desde quando existe essa iniciativa/organização?**

1. 2021
2. Com atuação em ATHIS o NATEP tem quase 2 anos e o Práticas em ATHIS é o primeiro ano de atuação direta.

3. 2019, mas o "programa" foi batizado em 2020
4. 2016
5. 2018
6. 2018
7. 2017
8. 2019
9. A ideia de formalização do grupo é de 2016, mas o CNPJ só é obtido em 2019. No entanto, os membros da associação estão envolvidos em ações de ATHIS pelo menos desde 2013.
10. 20/02/2019
11. 02/2020. Oficialmente com CNPJ desde 11/2021
12. Abertura em Maio de 2020 - Com CNPJ desde Março de 2021
13. 2011-2017 (HABITAR ARQUITETAS) 2018-atual (COMVIVA)
14. 2003
15. 2020
16. 2016
17. 2019 (porém foi formalizada em 2020)
18. Desde 2016
19. 2018
20. 1993
21. 2002
22. 2019
23. 2019
24. 2016
25. 2019
26. 2013 (início) 2018 (formalização)
27. 2020
28. desde 2013

#### **10. Onde ele atua? (Ex: apenas em uma comunidade? Cidade? Tem um foco regional?)**

1. Passo Fundo
2. NATEP atua em todo estado do Rio de Janeiro e o Práticas em ATHIS atua no interior de São Paulo.
3. As comunidades do Maciço do Morro da Cruz, iniciando pela Serrinha.
4. Salvador
5. Joinville
6. Pelotas
7. São João Del Rei em expansão para outras cidades do interior minas
8. Atuamos somente na cidade de Itupeva/SP
9. Atualmente, os trabalhos têm se concentrado no Território do Bem, em Vitória / ES.
10. Primavera do Leste / MT.

11. No momento nas areas perifericas da cidade de Porto Alegre/RS, com foco na Restinga (uma das maiores periferias da cidade)
12. Regiões periféricas no DF (Sobradinho e adjacências, Planaltina e Gama)
13. Maior foco na região do grande ABC
14. Minas gerais
15. SAO LUIS por hora delimitando dentro da cidades bairros onde conseguimos ter mais acesso para compra de material e locomoção nas obras. Um bairro por vez
16. Salvador/ba
17. comunidades, ocupações de moradia, quilombos, bibliotecas e escolas comunitárias
18. Apenas na cidade de Muriaé em Minas Gerais
19. São Paulo - Zona Sul
20. Principalmente na cidade de São Paulo
21. Rio de Janeiro
22. RMR e interior do estado
23. Maceió/ Alagoas
24. Estado do RJ - São Gonçalo, Maricá, Teresópolis, Rio de Janeiro
25. Baixada Santista
26. Região Metropolitana de BH
27. Monte Serrat e Morro do Mocotó
28. Em 2023, em 4 localidades de Belo Horizonte

### 11. Quantas pessoas atuam/trabalham na iniciativa/organização hoje?

1. 15
2. NATEP tem pouco mais de 100 voluntários e Práticas ATHIS tem 30arquitetos contratados, uma advogada e uma contadora.
3. 2
4. 5
5. Atualmente 1 mais 3 voluntarios
6. 19
7. 4
8. Fazem parte da direção 12 pessoas - porém a cada ação temos inúmeros voluntários
9. 08 associados registrados e alguns colaboradores recorrentes
10. 12 DIRETORES e 26 CONSELHEIROS
11. Diretamente somente eu.
12. 2
13. 4
14. 15 pessoas
15. 7
16. 3
17. 9
18. Variam a cada semestre, no semestre passado foram 24 pessoas, entre alunos e professores, sendo 1 coordenador, 4 professores e 19 alunos envolvidos
19. 1

20. Cerca de 20 pessoas.
21. Diretamente 2
22. 5 escritório e uma média de 15 pessoas na equipe de obra
23. 11
24. 3
25. Depende muito dos projetos, mas atualmente estamos com 4 diferentes projetos e ao menos 15 pessoas
26. 13 fixas e 12 voluntárias
27. variável
28. 26

## 12. Quais as formações profissionais das pessoas que atuam no projeto?

1. Arquitetas, engenheiras e estudantes
2. NATEP é multidisciplinar (graduandos e graduados) já o Práticas ATHIS só arquiteto.
3. Arquitetos e Urbanistas
4. Arquiteto e Urbanistas
5. Arquiteta e estudandes de arquitetura
6. Arquitetura e tecnico em edificações
7. Arquitetura e engenharia civil
8. Da área de construção temos: 01 arquiteto, 01 engenheiro e 01 designer de interiores. Porém temos pessoas de outras profissões que também fazem parte da direção (dentista, TI, publicitário, diretora de vendas, etc)
9. Arquitetos urbanistas, em sua maioria.
10. Arquitetos, engenheiros, advogados, administradores, economistas, agrônomos, médicos.... pessoas sem formação acadêmica.
11. Arquiteta e Urbanista
12. Sarah: Arquitetura e Urbanismo/ Natália: Administração e Arquitetura e Urbanismo
13. Arquitetas (2), estagiária de arquitetura (1) e engenheira civil/adm.
14. Arquitetos urbanistas , antropologos, sociologos, geografos, Engenheiros ambiental
15. Arquitetos
16. Arquiteto e Urbanista / técnico em Edificações
17. Arquitetura, Urbanismo e Geografia
18. Doutores e Mestres como professores e graduandos em Arquitetura e Urbanismo
19. arquiteta e urbanista
20. Arquitetos e Urbanistas, Engenheiros Civis, Assistentes Sociais, Técnico em Edificações.
21. Arquitetos e Urbanistas
22. Engenheiro civil, técnico em edif e 2 estagiários (ADM e arquitetura)
23. nível superior, nível técnico e nível fundamental
24. 2 arquitetos e urbanistas / 1 estagiario
25. Arquitetura e urbanismo, serviço social, publicação, comunicação, psicologia, contabilidade, financeiro

26. arquitetas e urbanistas, bióloga, pedagoga, mestra de obras, administradora financeiro, jornalista.
27. arquitetos, engenheiros e outros
28. Arquiteta, Engenheira Civil, Psicóloga, Assistente Social, Designer

**13. Todos os profissionais/participantes do projeto são remunerados ou vocês contam com trabalho voluntário também?**

1. Todas são voluntárias
2. No NATEP é voluntário e no Práticas AHIS a remuneração vem de uma licitação do CAU/SP para atuação em ATHIS.
3. Há voluntários mas a maior parte é remunerado.
4. Todos remunerados.
5. Todos voluntários.
6. Todos remunerados.
7. Todos remunerados.
8. Todos voluntários.
9. Ainda não é possível remunerar a todos os envolvidos, de modo que a gente tem conseguido remunerar apenas os profissionais que desenvolvem os projetos e acompanham as obras. A ideia é que todo mundo possa participar desse trabalho.
10. Há remunerados mas a maior parte é voluntário
11. Todos remunerados.
12. Todos remunerados.
13. Todos remunerados.
14. Todos voluntários.
15. Todos remunerados.
16. Todos remunerados.
17. Há remunerados mas a maior parte é voluntário
18. Os professores são remunerados por hora/aula, o coordenador por Coordenação, e os alunos em estágio supervisionado obrigatório.
19. Todos remunerados.
20. Todos remunerados.
21. Todos remunerados.
22. Todos remunerados.
23. Todos remunerados.
24. Há voluntários mas a maior parte é remunerado.
25. Todos remunerados.
26. Há remunerados mas a maior parte é voluntário
27. Todos voluntários.
28. Há voluntários mas a maior parte é remunerado.

**14. Caso existam voluntários, como é dividido o trabalho com eles? ( Ex: somos em duas arquitetas e um engenheiro, temos um estagiário mas trabalhamos com voluntários em ações semestrais de mutirões para arrecadação de dinheiro).**



<b>1. Todos são voluntários</b>
2. O trabalho do NATEP só arrecada para investir nas melhorias habitacionais. Fazem rifas ou pedem contribuição mesmo. Ainda não conseguiram parcerias com empresas, mas estão correndo atrás. a maioria das unidades atendidas, não possuem recursos para realizar a obra, por isso o NATEP faz a vaquinha e mutirão dos voluntários do projeto. Até o momento só teve trabalho realizado em uma creche (acho que em Praça Seca) e instalação de rede elétrica em uma unidade (acho que no morro da Formiga). Os outros estão em desenvolvimento. Eu estou no Projeto Petrópolis para desenvolver uma praça para um rapaz que tem um trabalho social de escolinha de futebol e auxílio acadêmico para crianças. Meu grupo estava com uma arquiteta (eu), duas estudantes de arquitetura, uma socióloga e uma assistente social, mas tem dois arquitetos dispostos à contribuir, porém estamos com problemas porque o terreno tem um proprietário que resolveu que quer o terreno, então a equipe do jurídico do NAJUP/UERJ vai nos auxiliar nisso.
3. Ainda não estamos atuando com nossa proposta.
4. não
5. Depende da escala de projeto
6. Não trabalhamos com voluntariado
7. Sem voluntários
8. Somos todos voluntários, seja da direção, ou para os trabalhos de mutirões. A direção organiza todo o processo de arrecadação de fundos, projeto, obra, etc e no fim se semana do mutirão diversos voluntários participam para deixar a obra finalizado. Além disso, contratamos (a partir do dinheiro arrecadado) algumas mãos de obra pagas como: pedreiro (para o trabalho mais pesado), gesseiro, etc.
9. A remuneração é destinada preferencialmente para pagar os custos incidentais da ONG (espaço físico, custos cartorários, custos bancários etc.) e os profissionais que vão a campo (responsáveis por desenvolver os projetos e acompanhar as obras). Mas esta divisão não é estática: a ideia é que todos possam se envolver com as ações em campo, até mesmo para que todos possam ser remunerados de alguma forma.
10. Conforme necessidade do projeto / do trabalho
11. Ainda não fizemos voluntariado
12. ---
13. NA
14. A divisão do trabalho é feita de maneira orgânica , não é estabelecida vai varia de projeto e do interesse e disponibilidade do voluntário, existe projetos de emendas parlamentares, existe projetos via ministerio publico , existe projetos oriundos do MST então a verba, o publico é tão variado que não tem como fechar esta forma de trabalho. Uma coisa é certa trabalhamos com autogestão e toda base do nosso trabalho é feita via assembleia com os associados e com as comunidades assistidas.
15. 2 estagiarias remuneradas
16. Não
17. Os assessores técnicos que usufruem de remuneração (quando estamos executando algum projeto financiado) possuem uma carga horária maior que os voluntários. A escolha por quem vai assumir os cargos remunerados a cada novo projeto financiado, perpassa por questões de gênero, raça e classe, assim como por um rodízio para que

circule as possibilidades de remuneração. Atualmente temos 2 assessoras remuneradas mensalmente, 3 prestadores de serviço pontual e 4 voluntárias.
18. Conforme respostas anteriores
19. Não há voluntários
20. Não há.
21. Não há voluntários.
22. N existe
23. não tem voluntário
24. O trabalho voluntário é dividido por projeto para não sobrecarregar o profissional: um período voluntário e o outro remunerado,
25. Nao há trabalho voluntário
26. 5 arquitetas que acompanham os trabalhos dos grupos 1 estag. de arq. e urb. que ajuda a gestão do instituto 4 psicólogas que acompanham os trabalhos dos grupos 1 designer voluntária que apoia o setor de comunicação 1 engenheira voluntária que apoia o setor de obras
27. conforme disponibilidade
28. as voluntárias são as estagiárias de arquitetura e engenharia que dão apoio às arquitetas coordenadoras, e a equipe social de psicologia e assistência social.

#### **15. Há um plano de ação formado? Ele é adaptado conforme a comunidade/família?**

1. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
2. No Práticas é um plano fechado. No NATEP é um plano flexível, na minha equipe eu montei um plano de trabalho com fase de estudo preliminar, ante projeto e projeto base (que vai fechado para o grupo de estudo de infraestrutura para os projetos complementares de elétrica, estrutura e hidráulica, depois orçamento, depois documentação e fecha apresentando todo produto como projeto executivo).
3. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
4. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
5. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
6. Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma.
7. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
8. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
9. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
10. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
11. Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma.
12. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
13. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
14. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.

15. Há planos de ação fechados - Exemplo: pacotes de projetos/reforma.
16. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
17. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
18. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
19. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
20. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
21. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
22. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
23. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
24. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
25. Cada ação/projeto é um plano de ação novo.
26. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
27. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso
28. Há planos de ação mas são flexíveis - Temos uma metodologia de trabalho que se ajusta a cada caso

**16. Descreva um pouco mais do modelo de trabalho. Ex: Trabalhamos com pacotes de reforma fechados, fazemos o contato com a família, levantamos as necessidades e conforme a escolha do pacote, levantamos os custos e executamos a obra.**

1. É um projeto social, temos um cadastro de famílias. Funcionamos como um grupo de voluntárias atuando para executar melhorias habitacionais.
2. Nos dois tem esse levantamento de dados, contato com os clientes, depois projeto, orçamento e só no NATEO tem execução, o Práticas pecha com a entrega do Projeto Executivo, pois o CAU/SP não disponibilizou verba para obra.
3. Nossa ideia de "primeiro serviço viável" é trabalhar com melhorias habitacionais através de reformas de ambientes. Essa escolha decorreu tanto por parte das necessidades dos moradores de comunidades como por parte das nossa condições de desempenhar o trabalho (ver link do youtube no insta que explicamos melhor todo o processo =)). Estabelecemos um processo que se assemelha com o tradicional. Atualmente, são 11 etapas entre internas e externas (Agendamento Visita, Visita, Orçamentação, Visita orçamentação, Visita assinatura do contrato/início de projeto, Projeto, Apresentação, Finalização de projeto, Obra, Entrega da obra, Avaliação pós obra). Essas etapas foram criadas buscando estabelecer uma maneira de trabalho que fizesse sentido para os moradores e que pudesse, através da extração/interpretação de indicadores, ir melhorando com o passar do tempo.
4.
5. As famílias ou ong nos contata a partir dai avaliamos a necessidades e por fim estruturamos o projeto conforme a escala ( as demandas são variadas, as vezes é uma

orientação legal ou em obra, as vezes um projeto estruturado com orçamentos e quantitativos, as vezes é necessário acionar um mutirão para o acontecimento.
6. Oferecemos pacotes completos de pequenas reformas de melhorias habitacionais com planejamento, material, mão de obra e gerenciamento da obra. Com possibilidade de parcelamento único em até 30x. Um cômodo de cada vez (banheiro, cozinha, área de serviço, quarto ou sala). São pacotes de serviços padronizados e tu escolhe os acabamentos. Serviço com garantia.
7. Veja na apresentação : <a href="https://drive.google.com/file/d/13ZfQrbtlh6xBcixl6M13yjMNHYYhcHGk/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/13ZfQrbtlh6xBcixl6M13yjMNHYYhcHGk/view?usp=sharing</a>
8. Abrimos as inscrições para as famílias em nossas redes sociais, a equipe de assistência social vai até essas famílias, visita a casa, conversa com eles e em uma reunião, baseado em critérios como: ter a posse da casa, necessidade da família, etc selecionamos uma família para aquela ação. Após isso, arquiteta, engenheiro e designer de interiores fazem o projeto e iniciamos o levantamento dos custos. Paralelo a isso já vamos arrecadando fundos para conseguir executar a ação, além disso recebemos doação de muitos materiais, móveis, etc. A mão de obra paga (pedreiro, gesso, etc) entra com o trabalho, fazem a parte mais pesada (reboque, muro, etc) e em um fim de semana entramos com todos os voluntários para conseguir finalizar a obra com pintura, jardim, piso intertravado, decoração, enxoval, etc.
9. Há um trabalho prévio que é o da captação de recursos, normalmente obtida a partir de algum convênio / parceria ou Edital. Além dessas possibilidades, há vezes em que criamos campanhas de captação de recurso (fundo colaborativo) para projetos específicos. Neste meio tempo, há uma intensa articulação com as lideranças locais para seleção das famílias. Tendo o recurso empenhado e a família a ser atendida, o processo a partir daí não difere muito de um projeto tradicional de arquitetura: visitas iniciais para levantamento e elaboração de um programa de necessidades; definição das prioridades conforme recurso disponível (participam desta definição tanto a família quanto o mestre-de-obras responsável pela execução); elaboração de projeto; validação do projeto e orçamento (também junto à família e ao profissional responsável pela execução); assinatura de contratos; compra de materiais; organização de logística da obra; acompanhamento e gestão da obra; realização de registros do andamento para prestação de contas; elaboração de relatórios, quando necessário; divulgação dos resultados (internet e mídias sociais).
10.
11. Identificamos a necessidade da família (projeto ou reforma). Dentro disso, direcionamos o melhor pacote de serviço, seja de projeto ou de reforma completa.
12. O processo é variado, conforme a resposta anterior. Mas passam sempre pelo mesmo caminho: 1 - Captação do cliente; 2 - Apresentação de proposta do escritório (o que é o nosso negócio); 3 - Enquadramento do cliente no serviço (projeto do zero, reforma, interiores de baixo custo, consultoria, etc); 4 - Proposta de valores; 5 - Visita de levantamento; 6 - Estudo Preliminar   Projeto Legal   Projeto Executivo (pode variar de acordo com o serviço); 7 - Entrega de projeto e acompanhamento de execução
13. específico para cada tipo de projeto

14. Como informado anteriormente nosso trabalho é baseado na autogestão e horizontal, sua definição vai parti das assembleias internas para decidir os caminhos da entidade e com os moradores da área assessorada, nenhuma decisão e demanda é levantada sem passar por assembleias, O que faz cada trabalho ser sue generes em relação ao outro.
15. Trabalhamos com kit Reforma, fazemos visitas e levantamento, em seguida apartir dos dados coletado apresentamos projeto e orçamento.
16. Não temos um modelo fechado. Oferecemos os serviços e adaptamos a necessidade da família
17. Trabalhamos junto à organizações comunitárias e movimentos sociais, portanto, a cada novo trabalho são pactuadas, junto às lideranças, as formas, objetivos e premissas de trabalho. É importante situar que o modelo de trabalho é também muito moldado pela demanda em curso, ex: atualmente trabalhamos com uma encosta em situação de risco, onde vivem 60 famílias, auxiliando a associação de moradores na disputa frente ao poder público, exigindo um escopo de trabalho diferente de outros já desenvolvido antes.
18. Fazemos os cadastros, selecionamos as famílias conforme o perfil de ATHIS, e a Instituicao, realizamos levantamentos e orientação para projetos de construção e/ou reforma. Não executamos ou acompanhamos a obra, mas se for apenas resolução de patologia acompanhamos a execução.
19. Fazemos orçamento de acordo com a necessidade, alguns clientes querem somente o projeto para fazer aos poucos e outros querem obra, fazemos pequenas reformas.
20. Trabalham com equipes dimensionadas conforme o projeto, atuam junto as associações e movimentos sociais, sempre buscando financiamento do trabalho através das políticas públicas existentes.
21. Trabalham com parcerias que surgem, governamentais ou de Institutos, atuando em comunidades, através de melhorias habitacionais.
22. Processo de obra do início ao final (captação de leads - finalização de obra)
23. temos um fluxograma desde dos treinamentos até execução das obras
24. Temos um método de projeto colaborativo com movimentos sociais e organizações populares, mas que é flexibilizado em relação à cada ação e cada grupo sócio-espacial: Primeiro identificamos informações sociais básicas (quem são, qual renda, qual escolaridade, gênero e raça), depois entendemos o espaço (cidade, região, bairro, comunidade específica). Com esses dados pensamos, junto com eles, formas de executar as ações: palestras, oficinas, dinâmicas em grupo, maquetes simplificadas, etc.
25.
26. O processo de assessoria é planejado para durar cerca de 10 meses entre etapas de planejamento, capacitações e obras. Há um escopo preliminar de trabalho que é adequado à realidade de cada grupo de mulher de forma única. Ele é um norte, mas todas as decisões são feitas pelo grupo. Cada projeto é individualizado, assim como todas as demandas, obras, realidades financeiras, emocionais e contextuais de cada participante.
27.
28. Trabalhamos apresentando as técnicas de teoria e praticas da construção civil para grupos de mulheres através de um método de assessoria tecnica desenvolvido pelo projeto. Fazemos q mobilização de em média 5 mulheres por localidade e durante o

ano passamos pela parte teórica e desenvolvemos juntas os projetos. No final realizamos oficinas mão na massa para elas aprenderem a fazer algo que precisam ou que se interessam mais. Acompanhamos pós a finalização do grupo as obras que estão em andamento.

**17. Qual é, na sua opinião, o principal impacto do projeto de vocês hoje? (Exemplos de resposta: Impacto educacional, pois além da reforma oferecemos oficinas educacionais. Ou impacto na qualidade de vida, com a reforma completa/pontual de uma residência. Ou impacto na comunidade toda, trabalhando com conscientização a longo prazo)**

1. O impacto definitivamente é na saúde da população atendida.
2. Nos dois já tivemos um retorno. No NATEP a moça de formiga chorou quando o NATEP deu a verba para ela comprar o material elétrico e pagar o eletricitista. No Práticas ATHIs, a líder da ocupação ficou super contente com a presença dos arquitetos e com algumas propostas já apresentadas e estão se organizando para construir a associação dos moradores deles, com base no orçamento que será apresentado.
3. Quando decidimos tornar público nosso projeto de trabalhar com arq. popular e dividir com as pessoas (lideranças com, equipes de obra, estudantes, professores, etc.) nosso processo e aprendizado, vimos é já estávamos, de algum modo, impactando diferentes realidades e dando início a construção de algo feito coletivamente, um dos nosso objetivos com o trabalho. Independente do setor ou contexto, acredito que o principal impacto é mostrar que existe um caminho para se trabalhar com arquitetura popular e contribuir com o cenário das comunidades.
4. melhorar a qualidade de vida das pessoas
5. Qualidade de vida a curto prazo, a médio prazo educacional, e a longo prazo social.
6. Impacto na qualidade de vida como um todo. Cada pequena reforma é uma faísca para a transformação. A moradia é a casa de todas as causas.
7. Na qualidade de vida com as reformas e na comunidade à longo prazo , como um efeito dominó .
8. Impacto na qualidade de vida da família, por que entregamos a casa com tudo que eles precisam para viver de maneira confortável! Além disso com certeza há um impacto social, por que trabalhamos com trabalho voluntário e isso é positivo não so para as famílias mas também para a sociedade como um todo
9. Existe uma diretriz interna nossa de trabalhar, sempre que possível, com mão-de-obra local, o que faz com que um primeiro impacto prático da nossa atuação é uma redistribuição de renda no local, ainda que em pequena escala. Temos tido retornos que informam que há um ganho também em qualidade de vida e autoestima, e torcemos muito para que este impacto positivo seja ainda maior nas crianças e jovens que moram nessas casas.
10. Reformamos a casa da família, mas damos todo o apoio que ela precisa, seja psicologico, médico, documentação... de acordo com a disponibilidade dos voluntários.
11. Impacto na economia local da comunidade e saúde das famílias. Optamos por comprar tudo na comunidade, fazendo a economia girar e levando o melhor para as famílias
12. Impacto social na qualidade de vida das pessoas alcançadas e Sustentabilidade dentro da comunidade - priorizamos depósitos e mão de obra local)
13. NA

14. O impacto é de comunidade por que não trabalhamos com demandas individuais acreditamos que a autogestão e horizontalidade é um caminho de democratização dos espaços e para isso acontecer as ações tem que ser interdisciplinar.
15. Impacto na qualidade de vida e bem estar das famílias
16. Impacto na qualidade de vida das pessoas atndidas
17. Acreditamos que existe um impacto de visibilidade e fortalecimento das disputas travadas pelos movimentos sociais e organizações comunitárias com quem trabalhamos, promovendo atuações em rede, articulando esses espaços com outros que vivenciam situações semelhantes, garantindo subsídios financeiros para o desenvolvimento dos trabalhos, etc.
18. Impacto Educacional para os alunos, conforto ambiental para as famílias atendidas.
19. Impacto na qualidade de vida, com a reforma completa/pontual e projeto.
20. a 28.*

*\*Observação: A partir deste ponto do formulário, haverá vazios em algumas perguntas nas respostas 20 a 28. Isso se deve ao fato de que essas perguntas foram removidas do formulário pós-qualificação à medida que o estudo avançou e a sequência das perguntas ficou mais clara.*

### **18. Como funciona o levantamento das necessidades de cada comunidade/família?**

1. Fazemos entrevistas e conversas in loco, apresentamos o projeto e fazemos ajustes. Como um escritório de arquitetura!
2. No NATEP cada família foi procurar, mas no Práticas ATHIS os profissionais que foram para as ocupações cadastradas na FACESP.
3. A nossa proposta é tem uma etapa específica para isso. A ideia é que ela aconteça na casa da família (local onde os moradores se sentem mais a vontade) através de uma conversa. É muito importante esse encontro ser levando realmente como uma conversa descontraída em uma linguagem simples (no bom sentido). Temos tendência em usar termos técnicos que intimidam as pessoas e prejudicam os objetivos do levantamento: entender as reais necessidades das pessoas e que seja um momento prazeroso. Utilizaremos uma ficha para auxiliar no levantamento de medidas e pontuar questões importantes. Entretanto, ela não segue o formato de questionário.
4. Não posso responder
5. Por meio de uma entrevista de contexto, levantamento metrico e fotografico
6. Visita no local
7. B2C: definimos a prioridade norteador pelo desejo do cliente . B2B : critérios definidos pelo patrocinador - procuramos indicações de famílias que se enquadrem .
8. Fazemos uma visita as casas inscritas
9. Não é muito diferente do que se costuma realizar nos projetos de arquitetura em geral. Talvez uma diferença seja a participação do profissional responsável pela execução e a limitação orçamentária, o que faz com que, muitas vezes, algumas ações precisem ser priorizadas em detrimento de outras, o que exige muito do nosso potencial de negociação.
10. Através de visitas de membros da associação
11. Através de uma visita presencial ou online e um formulário
12. Em um primeiro contato, enviamos um questionário online para que a pessoa possa responder sobre as necessidades dela. Em seguida marcamos e apresentamos uma proposta em reunião online, onde a gente tira outras informações do cliente

13. reunião com a família e visita ao local onde mora
14. As necessidades são levantadas através das assembleias, o ato de ouvir a comunidade e não ir já com uma resolução técnica que atropela a escuta ativa.
15. É feito um levantamento inicial digital previamente antes das visitas, fazendo um crivo e verificando cada caso é necessidade.
16. Por reunião presencial ou on-line
17. As necessidades são levantadas a partir de uma aproximação sensível e de uma escuta atenta junto aos sujeitos de interlocução principais dos processos aos quais nos envolvemos. Existe também, dentro do escalar, a premissa de sempre trabalhar nossas metodologias de forma transversalizada com os modos de fazer e de pensar dos espaços onde trabalhamos.
18. Em visita e entrevista em cada família selecionada.
19. Contato via whatsapp, visita presencial e entrevista com familiares.
20. Com reuniões com as associações de moradores e movimentos sociais.
21. Individualmente.
22. Visita técnica
23. acolhimento
24. O levantamento de necessidades inicial é feito através de pesquisa simples, com formulário de perguntas básicas, feito num dia de mutirão de reconhecimento.
25. As necessidades vem através de reuniões que fazemos com as lideranças comunitárias e moradores das áreas em que atuamos. Levantamos a necessidade e desenvolvemos projetos para atuar junto às famílias e pressionar o poder público a implementar a ATHIS na Baixada Santista.
26. No processo de conversa, escuta, troca, levantamento da casa, medicação dos espaço, fotos e apresentação da casa feita pelas participantes com o apoio da assessoria técnica. Ao longo das ações, as demandas vão sendo colocadas, elaborados e também clareadas.
27. Reunião com família e liderança comunitária
28. Através de conversas com as mulheres durante as reuniões semanais

### **19. Como funciona a captação de recursos para o trabalho e para as ações (obras)?**

1. Vakinhas online, doação de materiais da comunidade em geral e de algumas construtoras.
2. NATEP por vaquinha, rifas e doações de materiais. Práticas ATHIS deve ocorrer por recursos dos moradores.
3. Por enquanto não funciona. A ideia é ter mais de uma possibilidade de captação, direta e indireta.
4. não trabalhamos com captação de recursos nem de doação
5. Depende do projeto, as vezes recursos do demandante, ou por meio de ações de chamada de recursos ( trabalhamos com excedentes da construção civil) submissão de projetos em editais
6. Acesso ao parcelamento diretamete para as famílias. E obras subsidiadas através de ongs parceiras.
7. B2c: financiamento boa Plataforma Vivenda . B2B: editais e parceiros (Vivenda e Habitat para a Humanidade)



8. Temos mantenedores mensais, rifas, eventos (pré pandemia), pessoas que doam materiais, móveis, etc
9. Durante algum tempo, em parceria com a Associação Ateliê de Ideias, o Banco Bem e o Fórum Bem Maior (instituições importantes presentes no Território do Bem há cerca de 15 anos), nossa atuação se deu a partir do acompanhamento do crédito oferecido pelo Banco Bem. Neste caso, a família acessava recursos pelo Banco Bem (empréstimo na modalidade de Crédito Habitacional), que deveria ser devolvido em suaves prestações e o menor juros possível. Atualmente temos apostado principalmente em conseguir parcerias com instituições privadas e Editais vinculados ao tema. Temos também divulgado campanhas de arrecadação pela internet (fundo colaborativo).
10. Fazemos várias ações - rifas, visitas à empresas, brechó permanente, ações com empresas participantes.
11. De três formas: se for só projeto, ele é pago parcelado. Se for obras, temos a opção de financiamento, onde o pacote completo também pode ser parcelado. Também estamos iniciando obras no modelo B2B
12. Aqui no escritório trabalhamos com 2 modelos, que envolvem projeto e obra: B2B - Reformas parcialmente subsidiadas (parceria com a ONG Habitat para a Humanidade); B2C - Financiamento social (parceria com a Nova Vivendas); B2C - Venda direta (o cliente arca com os custos de projeto e obra).
13. via contratos com a prefeitura, associações ou diretamente com o morador.
14. para nós é relativo... via emendas parlamentares, via editais CAU e afins, via ministério público, prêmios, extensão universitária, doações e afins
15. Financiamento das obras
16. Próprio da família
17. Trabalhamos a partir de recursos provenientes de editais de financiamento para entidades do terceiro setor, organizados por instituições como Habitat para Humanidade Brasil, Fundo Casa Socioambiental, Fundo Brasil, OAK Foundation, etc.
18. Recursos da Faculdade.
19. Paga pelas próprias famílias.
20. Conforme cada política pública que o projeto está vinculado.
21. Depende de cada localidade. Muitas vezes é pela família mesmo, com parcelamento ajudando em um plano de ação e desenvolvimento de financiamento.
22. Parceiros ou financiamento para quem consegue pagar uma parcela
23. editais, clientes e parceiros
24. Priorizamos a captação de recursos públicos, que possibilitem a autogestão
25. Por ser um conselho de classe, os editais do CAU não permitem utilizar a verba para a execução de obras, mas sim para formação, capacitação, desenvolvimento de projetos, levantamentos, diagnósticos, laudos e contra laudos, etc. Os projetos que executamos até o momento tiveram verba do CAU/SP.
26. Plataforma de doadores pessoa física e pessoa jurídica, eventos, editais, venda de produtos, fundos etc.
27. Ação de voluntários que buscam valores / materiais
28. Temos uma campanha de arrecadação recorrente, nos inscrevemos em alguns editais, temos o selo de empresas parceiras que apoiam e temos algumas doadores pontuais

## 20. Há um envolvimento da família ou da comunidade nas ações/obra?

1. Até agora não, mas pretendemos inseri-los.
2. No NATEP, para os dois projetos em curso, não me recordo, por não está na equipe. Práticas ATHIS a líder do movimento falou que colocam a mão na massa.
3. Há um bom envolvimento.
4. Menor envolvimento possível.
5. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
6. A família participa na decisão das prioridades para a reforma
7. Há um bom envolvimento.
8. Há envolvimento comunidade como voluntários, mas da família somente na etapa inicial para entender as necessidades
9. Sempre que possível, a mão-de-obra contratada é local. Tentamos em vários momentos contratar os próprios moradores, mas a experiência foi, quase sempre, complicada.
10. Menor envolvimento possível.
11. Depende do caso.
12. Há um bom envolvimento.
13. Há um bom envolvimento.
14. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
15. Há um bom envolvimento.
16. Menor envolvimento possível.
17. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
18. Não realizamos obras.
19. No projeto
20. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
21. Há um bom envolvimento.
22. Menor envolvimento possível.
23. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
24. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
25. Há um bom envolvimento.
26. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
27. Envolvimento total. Ex: Desde o levantamento de demandas até execução - são responsáveis por certas etapas - mão de obra, construção.
28. Há um bom envolvimento.

**21. Se há um envolvimento da família ou comunidade no projeto/nas ações, descreva como e em qual etapa.**

1. Infelizmente ainda não.
2. Na obra.
3. Agendamento Visita, Visita, Orçamentação, Visita orçamentação, Visita assinatura do contrato/início de projeto, Apresentação, Entrega da obra, Avaliação pós obra. A ideia é que nosso trabalho seja visto como um processo coma pessoa e não como a reforma do ambiente. Por isso buscamos envolve-las nas na maior parte das etapas e entender como elas interagem com as demais (obra, etc.); Como já descrito em outra pergunta, em todas elas, busca-se como um dos objetivos da etapa uma boa experiência da família.
4. não
5. Em todas as etapas
6. Entregamos a obra concluída
7. No briefing, escolhas , aprovações de projeto e alterações do escopo da obra .
8. A comunidade participa como voluntário (aqueles que se inscreverem)
9. O processo de seleção das famílias é feito pelas lideranças locais e algumas instituições de apoio, como o Ateliê de Ideias e o Fórum Bem Maior. Para cada obra, o envolvimento mínimo é o de definição do programa de necessidades, definição de prioridades e validação do projeto arquitetônico. Para além disso, já tentamos envolver nas obras alguns dos moradores, mas o resultado tem se mostrado problemático. No entanto, sempre que possível, a mão-de-obra contratada é local.
10. Não há muito envolvimento.
11. Nas etapas iniciais, nas escolhas de materiais, tudo a família participa e decide junto ao meu auxílio técnico. Também sempre me coloco a disposição no momento da obra, mesmo pra quem nao deseja contratar acompanhamento
12. Sim, participam sempre na etapa de processo criativo do projeto, e novamente se eles tiverem disponibilidade e técnica na parte de execução também - execução de mobiliários, ou execução de obra mesmo também, conforme a possibilidade do cliente.
13. sim, totalmente.
14. Em todas as etapas desde as assembleias de deliberação até os mutirões , todo processo é autogestionário.
15. Participando de todo processo de criação e aprovação da reforma.
16. Não
17. Todos os processos são planejados, pactuados e executados com a colaboração das lideranças comunitárias dos espaços onde trabalhamos, e a cada demanda específica, são mobilizados os moradores diretamente impactados pelas mesmas, para participarem das atividades, com as devidas atribuições dos saberes de cada participante do processo.
18. Atuam como clientes em potencial durante todo o processo.
19. No desenvolvimento do projeto
20. Na maior parte das etapas, desde o levantamento das necessidades do ambiente até, em alguns casos, com mutirão autogerido para a construção.

21. A família é ouvida, individualmente, e a partir do levantamento é levado em consideração o que é mais urgente e necessário. Para daí então fazer o orçamento, projeto e execução.
22. N há
23. educação financeira
24. Nas etapas de contato inicial, procuramos os moradores mais antigos, lideranças comunitárias, figuras e mulheres ancestrais. Conversamos para conhecer sua história. No levantamento espacial, fazemos uma visita com eles, conhecendo todo o local. No levantamento social fazemos um dia de mutirão de levantamento de dados, com eles, aplicando o formulário de perguntas. Nas ações definimos junto com eles o melhor método de abordagem: assembléias, eleições de representantes, oficinas ou dinâmicas mais livres.
25. Os moradores e lideranças acompanham todo o desenvolvimento dos projetos através de encontros comunitários
26. Em todas. Pois as mulheres aprendem e realizam todas as ações por meio do método de assessoria participativo.
27. identificação das demandas, organização da mão de obra
28. Há o envolvimento da família nas demandas do desenvolvimento do projeto das casas e nas oficinas realizadas.

## 22. Qual seria, em sua opinião, o melhor exemplo de ação/projeto de vocês?

1. Até agora foram 3, e todos são parecidos na sua finalidade.
2. Ainda estão no início os dois, então são queridinhos por serem "filho único".
3. Ainda não possuímos um projeto nos moldes desse processo. Entretanto já desenvolvemos outros trabalhos comunitários, como o Ferramentas de Esquina (Edital Volver a la Calle, promovido pelo BID).
4. participação em feiras de ação social
5. Projeto do Ceama em Pomerode e residencia da dona virginia em Ille
6. A emoção e motivação para seguir melhorando das família a partir de cada melhoria executada
7. O negócio como um todo . Veja nossa publicação no link da nossa bio.
8. O bem ao próximo
9. Provavelmente o Saúde Habitacional, projeto realizado em parceria com o Instituto Unimed e que teve alguns desdobramentos que envolveram outros parceiros. O escopo inicial era justificado justamente pela emergência da pandemia provocada pela COVID.
10. MM03 - fotos no nosso insta @maonamassaprimavera
11. Multifreira Empreendedoras Restinga e Reforma do Banheiro da Graça que foi através do modelo B2B
12. O nosso principal serviço é desenvolver Projetos de Arquitetura do zero, para construção. Desenvolvemos um modelo mais apurado do serviço, que atende aos nossos clientes, e temos recebido um feedback positivo sobre ele!
13. CANHEMA II, Diadema - SP

14. Não da pra escolher 1, todos são exemplo e todos tem suas complexidades; Atuamos desde melhorias habitacionais em ocupações, a planos de REURB, a laudos técnicos, a projetos de tombamentos de comunidades tradicionais e reforma de bens tombados, atendemos comunidade rurais e ações politicas ligadas a mobilidade urbana.
15. Ação conjunta a comunidade
16. A regularização de imóveis.
17. Processo de assessoria à encosta em situação de risco, visto que tivemos que mobilizar um processo de articulação e mediação com muitas frentes e institucionalidades, em defesa da garantia da segurança de 60 famílias que vivem em situação de risco.
18. Reforma da APAE de Muriaé com a conquista da verba através de entrega do projeto e planilha orçamentária.
19. Todos os projetos tem sua importância, mas realizamos em parceria com a vivenda uma reforma na casa da Regiane, que foi uma obra subsidiada.

### 23. Qual é a relação do trabalho de vocês com a Lei de ATHIS?

1. Atuamos como um grupo que executa ATHIS. A única e grande diferença, é que não há recurso algum por parte do município, tampouco remuneração para profissionais.
2. Sem implementação.
3. Apesar de sancionada, a lei incumbe aos municípios a estruturação de programas que garantam o direito à assistência pelas famílias de baixa renda. Como existem poucas cidades que efetivaram de fato um programa de ATHIS, não incluindo Florianópolis, quando decidimos tentar trabalhar neste campo, ela acabou sendo "apenas" um importante avalizador do nosso plano de trabalho. No entanto, acreditamos na ATHIS como política pública de Estado e nos enxergamos - esperamos que num futuro próximo - como parte de um grande grupo (de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, advogados e etc.) espalhados pelas cidades capazes de contribuir com as políticas de maneira concreta.
4. na promoção da lei
5. Total relação se a lei estivesse disponível para acesso no município
6. Realizamos um trabalho que deveria ser oferecido pelo Estado
7. Com as reformas b2b preáramos assistência técnica gratuita pra população que se enquadra nos critérios socioeconômicos
8. Nós, por meio do trabalho voluntário, promovemos moradia digna para famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social
9. O grupo foi criado tendo a Lei nº 11.888/2008 como base, de onde tirou inclusive o nome "Onze8". No entanto, entendemos que a Lei possui importantes entraves quando se pensa em sua operacionalização, de modo que não seguimos a Lei 11.888 ao pé da letra. É preciso atuar para além da Lei de Assistência Técnica.
10. Não temos um envolvimento formal com a ATHIS, mas acredito que nosso modelo se enquadre. Temos de aprender sobre a lei.
11. A assistência técnica que oferecemos é paga, diferente do que diz a lei, porém já iniciamos os atendimentos para proporcionar reformas subsidiadas a famílias em vulnerabilidade que deveriam ser atendidas pela lei.

12. Baseamos a abertura da empresa na Lei. Nosso público alvo e nossa missão se casam com o propósito de levar moradia digna para quem tem pouco acesso a recursos, de forma que seja possível construir, reformar e morar dignamente. (Atualmente a OCA não oferece o serviço de forma gratuita, como descrito na lei, mas esse é, com certeza, um projeto que gostaríamos de colocar pra frente :)
13. Ganhou edital do CAU com base na lei.
14. A gente faz ATHIS bem antes de ter a lei, ela ajuda a lutar mas infelizmente o CAU acha que trabalho social deve ser taxado como os de empresas que tem lucro o que dificulta o acesso aos recursos destinados ao ATHIS. Não dá pra um ONG sem fins lucrativos pagar registro de CNPJ no conselho já que o conselho acha que este valor deve ser o mesmo que o de uma construtora.
15. Parcial ainda não tivemos apoio com poder público de fato.
16. Não trabalhamos para nenhum órgão público. Mas oferecemos serviços a preços acessíveis para pessoas de baixa renda
17.
18. Atendemos instituições carentes, e famílias que tenham renda de até 3 salários mínimos e projetos de construção e/ou reforma de até 100 m2
19. Nenhuma.
20. Há relação, porém como a Lei não é vastamente aplicada o projeto acaba buscando suas fontes em outras políticas públicas.
21. Segue tentando formar o campo de atuação. Atualmente está com o CAU/SE, apoiando a Prefeitura de São Cristóvão na construção de um programa, nesse momento.
22. Damos total assistência
23. melhoria e condições habitacional
24. Lutamos para a efetivação da Lei de ATHIS como uma prática do poder público, garantindo que seja pública e gratuita, como indicado no corpo da mesma.
25. Atuamos independente do Estado, porém pressionando o poder público a cumprir a lei
26. Nunca acessamos nenhum recurso público advindo da lei. Lutamos pelo fortalecimento do campo nos âmbitos práticos (promovendo o que a lei propõe) e também nas instâncias acadêmicas e institucionais.
27. não há
28. Nós reconhecemos a importância da lei e que deveria ser aplicada de verdade. Nossa forma de trabalho se parece com a assistência técnica definida.

**24. Qual a relação que vocês têm, seja contrato/diálogo, com o poder público? Caso não houver nenhum, por que?**

1. nada
2. NATEP, ainda não há. O primeiro contato será com um vereador em Petrópolis que deseja fazer uma ação para melhorias habitacionais. No Práticas ATHIS a ocupação de Araras está em contato por conta da regularização fundiária, então a líder é bem ativa junto aos órgãos públicos, eles acampam na porta da prefeitura para o prefeito disponibilizar carro pipa e ônibus para as crianças irem para escola, conseguiram!

3. Nenhum. Nosso foco no momento é conseguir "tirar do papel" o objetivo de trabalhar com arquitetura popular. Entretanto, sabemos que já existiram arranjos nas quais o poder público participou de maneira indireta ou como estruturador de um programa de ATHIS.
4. não há relação
5. Nenhum contato o poder publico em joinville se movimenta conforme interesses propios
6. Desde que iniciamos buscamos realizar parceria com a prefeitura, até agora não tivemos sucesso.
7. Nenhum . Falta de interesse, organização e facilidade em relação ao poder público
8. Não há. Não queremos envolvimento político ao projeto.
9. A maior parte das legislações vigentes não permite uma atuação muito fluida nos territórios que mais precisam de nossa atuação. A começar pela frágil situação jurídica dos terrenos onde estão construídas essas habitações. Entendemos que a Lei 11.888 tensiona pouco isso, inclusive. Portanto, se nossa atuação dependesse de passar pelos órgãos públicos, é possível que até hoje não tivéssemos realizado nada, sobretudo se entendermos que o quadro político nas prefeituras e câmara de vereadores não é favorável para este debate. No entanto, temos plena noção de que esta atuação "à margem", como temos reforçado, está longe de ser a abordagem ideal do problema. Principalmente se quisermos disputar recursos públicos, o que se faz mais do que necessário. É por isso que temos nos associado a grupos locais de discussão como, por exemplo, o núcleo capixaba do BRCidades, que está inclusive montando uma proposta de política pública para ATHIS aqui na Grande Vitória. Estamos em contato com o CAU/ES também, desde a diretoria anterior, para tentarmos pautar ações conjuntas.
10. Nossa relação é mínima. Envolve conversas com o CRAS, entendimento de documentação do imóvel. Fizemos uma ação conjunta num bairro. Prezamos por nos manter sem vínculo político.
11. Assim que me formei, antes das eleições chamei alguns vereadores para conversar sobre a lei de athis, para apresentar e ver o que poderia ser feito, infelizmente não obtive retorno. Conversando com outros colegas de outros locais do Brasil que atuam também nessa área, ouvi bastante sobre o desinteresse do poder público no tema. Ainda é "novo" mesmo a lei sendo de 2008, então há muita resistência das prefeituras, além de muitas nunca terem ouvido falar da lei.
12. Temos contato com as organizações públicas que fazem ATHIS aqui no DF, e pretendemos estabelecer laços para futuros projetos.
13. NA
14. Temos um dialogo direto alguns projetos são de parceria com o poder publico: como Ministério Publico, Defensoria Publica , Emendas Parlamentares via governo federal .
15. Sem contato por hora. Em criação de projetos futuro
16. Não tem, pois não existe edital para contratação de empresas para isso
17. A cada novo projeto, dependendo das necessidades e especificidades, nos colocamos como mediadores da relação com o poder público em suas mais diversas instancias, sempre como assessoria em defesa da luta dos movimentos populares com quem trabalhamos. Assim, já tivemos espaços de diálogo e/ou disputa com a

Prefeitura Municipal de Salvador (e diversos órgãos da mesma), com o Ministério Público do Estado da Bahia e órgãos do Governo do Estado.
18. Não funcionou. Realizamos em um ano projetos de reformas e planilhas de custos para as casas do aluguel social, porém a promessa da prefeitura era de realização dos que estivessem dentro dos padrões adotados pela equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social. Dos 23 projetos, 8 foram selecionados depois dos projetos prontos e nenhum foi realizada a obra de reforma, então não os atendemos mais. Preferimos atender diretamente à população, sob nossa seleção, sem prometer realização da obra.
19. Nenhuma
20. Há sempre a busca de financiamento através das políticas públicas existentes. Por exemplo: Minha Casa Minha vida, ou então em São Paulo o Programa Pode Entrar.
21. Sempre buscando esse diálogo para implementação da Lei de ATHIS, montando articulações, pressão popular...
22. Pouco/em andamento
23. Mostrando os resultados em cada território que evoluímos
24. Relação sempre na tentativa do diálogo, porém sempre repleto de entraves e questionamentos. Mas também de pressão por implementação de políticas habitacionais de Interesse Social
25. A princípio fazíamos mais ações de sensibilização do poder público. Os projetos atuais envolvem o poder público em todos os projetos.
26. Já tivemos diversos momentos de diálogos com prefeituras e profissionais dos órgãos públicos que se interessam pelo tema. Porém as ações não se concretizam pela falta de políticas públicas estruturas no tema.
27. não há
28. Não a uma relação com poder público

**25. Vocês já receberam algum tipo de apoio/financiamento da iniciativa pública? Por qual meio? Oriundo de qual fundo, programa ou política pública habitacional?**

1. NADA!! E JÁ TENTAMOS DIVERSAS VEZES. (Resposta frustrada).
2. Não.
3. Para este projeto, ainda não.
4. não
5. Não
6. Não
7. Não
8. Não
9. Fomos contemplados pelo último Edital do CAU/ES para ações em ATHIS. [Não sei se o CAU, sendo uma autarquia, enquadra-se no seu conceito de iniciativa pública, mas acredito que sim]
10. Não.
11. Não
12. Não (Mas existem alguns editais, periodicamente, e chamadas de arquitetos para atuarem em ATHIS aqui no DF. Porém ainda não fomos contempladas nos editais)
13. Edital do CAU/BR em 2015, para ATHIS, e não para a obra.



14. Sim, emendas parlamentares e do Ministério público ( o fundo deste não sei responder)
15. Não
16. Nao
17. Já recebemos apoio em forma de material e mão-de-obra, em projeto de execução de drenagem em terreno coletivo de uma comunidade onde trabalhamos. Conseguimos, via mandato de um vereador, todas as peças de concreto armado para drenagem do espaço, e via prefeitura, mão-de-obra para nivelamento do terreno.
18. Não.
19. Não.
20. Sim: Minha Casa Minha vida, ou então em São Paulo o Programa Pode Entrar.
21. Sim, através de prefeituras. Inclusive no momento atuando com a Prefeitura de São Cristóvão-SE.
22. Nao
23. não
24. Sim. A maioria de nossos trabalhos foi através de programas de política pública habitacional. Programa de Reurbanização de Favelas no Rio de Janeiro - Morar Carioca. Programa Maricá Doce Lar de Melhorias Habitacionais, Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, em São Gonçalo.
25. Chamamentos públicos de fomento à ATHIS do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
26. Ainda não.
27. não recebe
28. Já recebemos recursos através de programas de deputadas

**26. Levando em consideração as leis e incentivos existentes para a busca de moradia digna para todos, quais os fatores que você sente que ajudam o trabalho de vocês? E quais os fatores não ajudam?**

1. Nenhum. Não acho que estatuto, athis, tampouco o discurso dos direitos humanos ajudam. São tempos sombrios. Infelizmente acho que as leis já não servem para pressionar a gestão. Elas existem, há pressão, mas não há fiscalização ou prejuízo para a falta de aplicação das mesmas.
2. Infelizmente não vejo fatores positivos, não existe um fundo direcionado para ATHIS, por mais que exista a lei 11.888/2008, não tem uma verba obrigatória destinada para isso. É preciso que os impostos da compra de imóveis e de material de construção sejam destinados para ATHIS. Que o ISS tenha, dos 20%, 80% para ATHIS e 20% para o funcionalismo público.
3. Pelos estudos que fizemos, existem poucos projetos de lei de incentivo fiscal (desconheço a nível federal) que auxiliam na implementação de trabalhos de arquitetura popular (privados). Apenas recursos de Conselhos entre outros voltados a prática da ATHIS ou a CNPJs do terceiro setor.
4. não existe aplicação nem licitações para pequenas empresas atuarem
5. Se a Athis estivesse disponível seria um grande incentivo
6. O estado faz de conta que não é um direito que é de responsabilidade dele

7. Lei d ATHIS através do CAU ajudou. Através do poder público do encontro entaves , inclusive o novo programa casa verde amarela para melhorias habitacionais que foi cortado .
8. Não sei...
9. O desmonte das políticas públicas ligadas à HIS, de modo específico, e ao Direito à Cidade, de modo mais amplo, em curso desde o Golpe de 2016, com extinção de ministérios e de programas importantes (mesmo com todas as críticas), não nos deixa muito otimistas em relação à nossa atuação. Os recursos públicos foram direcionados para outras pastas e as instituições privadas, num cenário de crise, tendem a não investir a não ser no estritamente necessário. Isto dificulta pensar qualquer ação em escala mais ampliada, e a atuação "caso a caso", como a nossa, tem dificuldades para intervir no âmbito urbano. A Lei de ATHIS, além de não mencionar como ficam as questões práticas da execução das obras (material de construção e mão-de-obra ficam praticamente esquecidos), não sugere qualquer punição para os municípios que não a puserem em prática, tornando-se mais uma "lei que não pegou".Do lado dos estatutos que podem ajudar, temos a Lei Federal nº 13.465/2017 que, se por um lado, é uma temeridade, propondo que sejam regularizadas grilagens e ocupações ilegais de terra no âmbito rural, pode acabar sendo utilizada para agilizar processos de regularização fundiária em favelas e ocupações espontâneas no meio urbano. Instrumentos como o IPTU Progressivo e o Direito de Preempção também poderiam ser amplamente utilizados para obtenção de imóveis para realização de HIS em centros urbanos, ou mesmo para aquisição e formação de um estoque de terras por parte do poder público. Mas ainda sofrem uma resistência muito grande para serem aplicados.
10. Não temos conhecimento em relação a essas leis. Se puderem nos enviar as leis relacionadas para estudo, agradecemos.
11. O diploma muitas vezes nos limita. Não podemos agir em alguns locais em função do conselho de arquitetura. Exemplo: Uma demanda da comunidade é o famoso puxadinho, a família cresce e eles veem a necessidade de construir a mais, aí o profissional precisa falar sobre a burocracia da prefeitura, de alvará de construção, sendo que grande parte das moradias tem algum tipo de irregularidade. As pessoas acabam fazendo direto com o pedreiro porque muitas vezes dizemos coisas não agradáveis "não dá pra construir no terreno todo, etc"  As leis são feitas no âmbito das ideias. Pra quem tá ali, vendo de perto e vivendo isso é diferente.
12. Aqui no DF a gente tem algum incentivo e apoio, inclusive do poder público, mas ainda é um assunto pouco difundido. Acredito que a parte de informar as pessoas sobre o direito à moradia, e de que existem pessoas trabalhando para que esse benefício alcance quem precisa tem sido um empecilho que estamoas tendo que trabalhar em cima durante esse tempo
13. NA
14. Ajuda apenas em justificar o nosso trabalho, por que na realidade a luta por moradia e urbanismo pra comunidades com baixa renda, ainda é um luta social, é criminalizada e vista com maus olhos até dentro da área de arquitetura.

15. Muitos desconhecem a lei então é um fator que prejudica muito na hora da prestação do serviço. Embora tem muitas famílias que mesmo não sabendo procuram por nossos serviços por serem com valores mais acessíveis do que o habitual.
16. Nunca recebemos auxílio. Seria necessário a criação de um programa de contratação de empresas, assim como existe para contratação de escolhas privadas e como o SUS para contratação de escritório populares de arquitetura o que não existe hoje
17.
18. Apenas a iniciativa privada se importa.
19. dificuldade de acesso financeiro para famílias que querem realizar obras ou contratar projeto.

### **27. Quais fatores mais bloqueiam e/ou dificultam o andamento dos projetos/ações?**

1. Recurso financeiro, incentivo financeiro por parte do município.
2. Eu considero todos anteriores, principalmente porque os profissionais precisam ser remunerados.
3. Viabilidade financeira do processo, buscar maneiras sustentáveis de realizar o trabalho (para nós e para os moradores).
4. Orçamento
5. Questões legais
6. Orçamento
7. Orçamento
8. Orçamento
9. Todas as alternativas anteriores. Talvez com exceção de "Recursos humanos", ou com um peso menor esse item, mas os demais são todos pontos críticos.
10. Recursos humanos
11. Questões legais
12. Orçamento
13. Orçamento
14. recursos no geral , até para manter a ONG - que tem gastos jurídicos mensais
15. Barreira na atuação do arquiteto nessa realidade social por conta da visão elitizada da nossa profissão
16. Orçamento
17. Orçamento
18. Questões legais
19. Orçamento
20. Orçamento
21. Orçamento
22. Orçamento
23. prospectar recursos
24. Orçamento
25. Orçamento

26. a ausência de políticas públicas efetivas e planos de execução da ATHIS com direcionamento adequado de recursos para tal.
27. Orçamento
28. Orçamento

**28. Quanto às famílias atendidas, vocês sentem que ajudam na formação de um agente de transformação local? Na construção de um sujeito ativo e político? Se sim, quando e como você sente que isso acontece? Quais ações você acredita que vocês realizam, que são capazes de formar esse sujeito ativo e político?**

1. Não dá tempo de fazer nada disso. Nós sabemos que a mudança ajuda no dia a dia da família, na salubridade e saúde como um todo. Mas não dá tempo de construir nada disso com elas. Precisaríamos de um processo mais longo e um acompanhamento mais profundo. Nós vamos lá, construímos um banheiro, fazemos uma melhoria habitacional e vamos embora. E só aí, são meses de trabalho voluntário. Hoje até temos uma estagiária de Psicologia ambiental iniciando no projeto, mas o foco é trabalhar mais a expectativa e conhecer a rotina da família. No final, ao invés de estarmos felizes, estamos desgastadas, frustradas e decepcionadas com o quanto poderíamos fazer, mas não conseguimos por não ter incentivo municipal.
2. Esse é um ponto que eu colocarei no meu projeto de pesquisa, mas ainda não consegui uma forma de coletar os dados. Eu quero mostrar que investimento em ATHIS trás um retorno de R\$X para os cofres públicos no campo da educação (porque os alunos estarão mais dispostos para estudar por ter um ambiente agradável para essa finalidade em casa), na saúde (porque as casas serão saudáveis e eles não vão apresentar doenças originadas por insalubridade das moradias), economia (porque as pessoas terão mais vontade de deixar as casas bonitas e vão consumir mais) e no emprego (terá redução dos atestados médicos e atraso).
3. Tivemos a possibilidade de realizar trabalhos comunitários para além deste programa. Por outras experiências e aprendizados, acredito que a melhor maneira de se formar um agente de transformador local/sujeito ativo e político é transformando de maneira coletiva (cooperativa) as realidades locais. E essa transformação deve vir através de uma problemática/carência levantada pela/com a comunidade e não por um agente externo (mapeamentos e etc). Com conversa com lideranças, pude aprender que as pessoas sabem quando aquilo para elas ou por meio delas. Em relação ao projeto do De Casa em Casa, nossa ideia é conseguir contribuir com a realidade das comunidades através do nosso trabalho, reformando as casas, promovendo a economia comunitária, criando espaços de diálogo e difundindo a arq/popular e ATHIS como direito. Porém ainda é cedo pra dizer. As carências são tão primárias que a ideia inicial é conseguir minimizá-las, mostrar que pode ser feito diferente e incentivar transformações maiores a partir de iniciativas como a nossa.
4. sim, quando há indicação de serviços
5. Sim, na medida que essas pessoas tornam a nos procurar para outras demandas
6. O que percebemos é que existe uma descrença em relação ao poder público

7. Através do empoderamento principalmente de mulheres que se veem capazes de transformar sua realidade e melhorar sua qualidade de vida conquistando o que sonhou
8. Sim! Na última ação que realizamos por exemplo, a dona da casa disse que faz questão de na próxima ação se voluntariar para ajudar a mudar a vida de outra família já que nós mudamos a dela!
9. Acredito que não diretamente, mas penso que só de levar a possibilidade, só de ampliar o repertório de possibilidades de futuro, principalmente para as crianças, já é motivo para manter acesa a esperança. Além disso, procurar estar presente nas discussões comunitárias, amplificar as reivindicações feitas pelos moradores (ampliando a rede e o alcance dessas reivindicações), acompanhar manifestações encabeçadas por eles, tudo isso possui reverberações positivas.
10. Ainda não percebi esse tipo de impacto. Mas falta uma ação mais específica por parte da associação nesse sentido. Podem nos ajudar?
11. Acredito que a medida que vamos entrando nas casas das famílias, mostrando que elas podem e DEVEM morar em um local digno e saudável, vamos disseminando a informação e empoderando elas para com seus direitos. As pessoas das comunidades muitas vezes acham que não merecem o melhor, que por serem de periferia, algumas coisas não são da alçada delas.
12. A gente acredita que quando a pessoa entende que ela tem o direito, que ela pode alcançar isso, isso muda a vida dela e como ela começa a olhar para seus direitos. A gente tinha falado em um momento anterior, a questão da informação para os nossos clientes para os nossos futuros clientes é uma coisa muito importante
13. NA
14. Acreditamos que as comunidades já são politicamente ativas e o que fazemos é uma troca de saberes, autogestão é isso a formação é na troca e levamos muitos mais da comunidade pra gente do que deixamos pra eles.
15. Na própria cultura do escritório e levando informações e estimulando as por em prática
16. O foco do serviço não é criar agentes públicos/sociais
17. Acreditamos que, em todos os trabalhos do coletivo, existe um processo de formação, fortalecimento político e troca de saberes que é mútuo, entre o coletivo e os espaços com quem trabalhamos. Por isso a importância de sempre alinhar os saberes técnicos e científicos, com os saberes tradicionais e populares.
18. Sim. Qualificamos os alunos não só para o projeto, mas também o orientamos sobre a ética profissional e a legislação municipal.
19. Não

## 20. Por que você escolheu agir nessa causa? O que te motiva?

1. Eu sou formada em uma ciência social aplicada, que não atua em prol de nenhuma causa social, isso sempre me frustrou. Na graduação, participei de um projeto que executou 210 habitações de interesse social, foi a melhor e mais bonita experiência que tive. Desde então, busquei trabalhar com isso. Mas como? Encontrei uma maneira na faculdade que dou aula, com o escritório modelo. O arquitetura para quem mais precisa nasceu lá. Com meus alunos, executamos

<p>uma moradia para um senhor que vivia em situação sub humana. E depois disso, trouxe o AQPQM para Passo Fundo, onde já estamos com a terceira obra. É incrível, mas a motivação é muito difícil de ser trabalhada. Com o tempo, sinto que fiquei mais intolerante com a nossa atuação, não parece certo ajudarmos 3 famílias em um ano, quando tem 20 mil morando em situação precária. Nosso trabalho é lindo, mas já não me sinto feliz. Eu achei que chamaria atenção da gestão, tentamos convidar o prefeito para engajar na causa e até agora, e até agora nada.</p>
<p>2. Por ser a maior parcela de campo profissional e por ser quem realmente precisa de um arquiteto, que vai produzir ambientes com qualidade e conforto visando a eficiência energética (pois as edificações consomem 50% da energia produzida no país).</p>
<p>3. Tanto eu como meu parceiro de trabalho nos envolvemos com as comunidades ainda na graduação e trabalhos acadêmicos. A gente sabe que existem diversas carências e situações nas quais poderíamos contribuir. Pelo pouco de já pudemos fazer, posso dizer que é muito gratificante e cada avanço ou retorno que recebemos motiva a fazer dar certo.</p>
<p>4. Cresci num bairro popular</p>
<p>5. Pq estou fazendo meu trabalho.</p>
<p>6. Exercer realmente a função social do arquiteto.</p>
<p>7. Trabalhar para que as pessoas tenham moradia digna e de qualidade</p>
<p>8. A área de arquitetura/design de interiores é muito elitizada e isso sempre me incomodou, então poder exercer minha profissão de maneira social me motiva demais</p>
<p>9. Confesso que caí de paraquedas no curso de arquitetura e urbanismo. Fazia parte daqueles 92% da população brasileira que nunca havia apertado a mão de um profissional de arquitetura ou engenharia; os primeiros que conheci foram meus professores e professoras. É óbvio que foi difícil me encontrar dentro desse curso, embora eu estivesse adorando aprender coisas novas e conhecer pessoas que pensavam muito diferente das pessoas que eu conhecia até então. Tudo mudou quando conheci o conceito de EMAU e vi, num livrinho jogado no canto do Centro Acadêmico, um registro de como tinha sido o SeNEMAU Recife de 1998. Foi aí que se estabeleceu, pela primeira vez, uma conexão entre a minha história pré-universidade e o curso que eu tinha me disposto a fazer.</p> <p>Como dissemos em outro momento, isso aparece no início apenas como mais uma possibilidade de atuação profissional, mas quando você começa a entender que morar de forma minimamente adequada é um direito que deveria ser garantido a toda a população, e que isso não acontece para a grande maioria dos brasileiros, fica muito difícil não querer fazer parte disso. Desde então, o caminho percorrido tem tido sempre a atuação em ATHIS como meta, embora a gente se aventure em uma série de outras iniciativas.</p>
<p>10. Resgatar a dignidade de famílias carentes, proporcionando qualidade de vida, através da reforma de imóveis, total ou parcial, por meio de trabalho voluntário.</p>
<p>11. Sou nascida, criada e moradora da Restinga. Sonhava em cursar arquitetura pra reformar a casa da minha mãe (onde cresci). A casa não tinha piso, era mal iluminada e ventilada, etc... nunca pensei que fosse conseguir de fato fazer a faculdade mas através do fies consegui. Logo percebi o ambiente hostil e elitizado</p>

do curso. Não queria trabalhar pra elite. Acabou que assim que me formei, comecei a estudar sobre arquitetura popular para então trabalhar com isso, já que em outros lugares eu não teria essa possibilidade, senão empreender.
12. As duas sócias cresceram na realidade de baixa renda, então ter a oportunidade de receber o conhecimento técnico, e poder devolver nosso conhecimento para a comunidade foi o principal motivador para nós. Poder acolher o sonho da casa das pessoas é também nos impulsiona a continuar!
13. NA
14. Democracia sócio espacial e diminuição das desigualdades que assola este país
15. Uma arquitetura mais inclusiva, social e poder de transformação na vida e na qualidade de vida das famílias
16. Sou morador de bairro popular
17. Militância e esperança (de esperar - Paulo Freire)
18. Sou coordenadora de curso e zelo pelo conhecimento prático do meu discente.
19. Por vir de uma realidade periférica, converter minha formação para o lugar de onde vim, regiões que estão à margem do município, precisam e não tem visibilidade/prioridade para escritórios de arquitetura/poder público.

### **30. O que falta, na sua opinião, para que mais profissionais de arquitetura trabalhem com ATHIS?**

1. Pressão na gestão, fiscalização, aplicação REAL da lei.
2. Boa remuneração. Nos dois projetos que integro, os coordenadores são professores concursados. No quadro geral, eu sou a única que só tem esse trabalho (mas isso porque tenho ajuda dos meus familiares para me manter).
3. Ver que é possível trabalhar com arq. popular/ATHIS. Já existem bons exemplos de diversas formas de atuação, entretanto ainda é muito difícil estruturar condições viabilizar o trabalho.
4. Que parem de se acharem artistas e passem a ser profissionais técnicos de construção civil
5. Descer do pedestal (ops grosseria minha) falta conhecimento do que é arquitetura e como atuar na área
6. Vontade e entendimento
7. É um longo processo , precisa ser um empreendedor social.
8. Informações
9. Não são raros os amigos e colegas de profissão que nos procuram afirmando que gostariam de trabalhar com ATHIS. Acredito que pelo menos 50% dos que conheci na universidade gostariam de dedicar pelo menos parte de seu tempo à ATHIS. E não o fazem única e exclusivamente porque o trabalho ainda não remunera adequadamente. Não estou nem falando de piso salarial, que esta é uma outra discussão; estamos apenas falando de remuneração justa, adequada ao volume de trabalho que dá. E aí, como não tem previsão de "ganhar a vida" com isso (ou pelo menos de pagar as contas), esses profissionais vão se especializando em outras coisas. Se houvesse mais dinheiro e a estabilidade de ações de ATHIS como política pública (e não com a efemeridade de projetos esporádicos e intermitentes), é provável que esta relação se alterasse gradativamente.

10.
11. Mais gente de periferia nas faculdades. Mais senso social nos alunos. Mais disciplinas que mostrem como realmente é o Brasil. Mais professores com consciência do papel social do arquiteto que inspire os alunos...
12. Informação. O assunto ainda é novo no meio acadêmico, muita gente não conhece a ATHIS ou a arquitetura social.  Não estamos competindo em valores financeiros com outros profissionais. Não estamos sendo desleais no mercado da arquitetura e construção. Estamos trabalhando para que a arquitetura seja democratizada, e todos possam ter acesso a esse serviço.
13. Política Habitacional com foco em ATHIS. Dotação orçamentária dos gestores.
14. Apoio real do conselho em não cobrar o rim das entidades que trabalham com isso e incentivos nas políticas locais para esta demanda.
15. Entender que Arquitetura vai para além do que um bom projeto e ou ganhar bem, é melhorias habitacionais e na vida das pessoas.
16. Vontade, a maioria quer trabalhar com pessoas de alta renda e acham que são artistas
17. Fortalecimento da prática nas universidades, investimento, possibilidades de sobrevivência enquanto assessor técnico...
18. Iniciativa.
19. Consciência de classe, fomento financeiro e políticas publicas
20. Atuação do estado, aplicação da Lei de ATHIS assim como ampliação das políticas públicas habitacionais. Construção de um campo de atuação mais efetivo com mais possibilidades de trabalho oriundos das políticas públicas.
21. Depende da vontade dos gestores em realizar, articulação, pressão popular e conhecimento técnico para os arquitetos e urbanistas - por isso a Soluções Urbanas desenvolveu cursos e oficinas para ensinar sobre ATHIS e melhorias habitacionais.
22. Sou engenheira civil, acredito que o assunto deveria ser explorado ainda na universidade/faculdade.
23. Conhecimento e modelo de negócio sustentável
24. Políticas pública que financiem a ATHIS
25. Colocar a ATHIS na grade curricular das universidades de arquitetura e urbanismo do país.
26. fortalecimento de políticas públicas efetivas e planos de execução da ATHIS com direcionamento adequado de recursos para tal. Especialmente considerando que são ações sem custos para a população, é dever do Estado, prever a estrutura adequada para implementação profissional da prática com remuneração para os profissionais e para as obras.
27. maior acesso
28.

**31. Quais foram as referências, sejam elas pessoas, leituras ou outros projetos existentes, que inspiraram vocês a elaborar essa forma de trabalho que atuam hoje?**

1. Moradigna, Arquitetura na Periferia, dentre outros escritórios e ongs.



2. O escritório público de uma universidade particular que atuava em uma comunidade na cidade de Salvador. A própria vivência e desconforto em verificar que vivo tão bem e tem gente vivendo tão mal. Depois algumas coisas em alguns arquitetos, exemplo ARAVENA, AMBIENTE ARQUITETURA, SOLUÇÕES URBANAS, TAMELA, GEATHIS...
3. Muitas! Pessoas: Riva Feitosa, Demetre Anastassakis, Fernando Assad, Dona Celma (liderança com.), Renata Laurentino. Empresas/escritórios: Programa Vivenda, Arquitetura para o Povo, Memorar, Arquitetas Nomades, Arquitetos da Villa, Moradigna, Fabricia Zulin e Renata Fragoso Coradin (Canhema II), entre outros. Leituras: Lei de ATHIS 11888/2008, Cartilha de Athis CAU/BR CAU/SC, www.athis.org.br, Editais de ATHIS dos CAUs regionais (publicações dos planos). Cursos, encontros, fóruns, lives, etc.
4. ninguém foi referência para mim, sempre quis trabalhar por ter nascido num bairro popular
5. Somos um conjunto de muitas referencias mas o tema q mais nos orientou foi inovação social
6. Programa Vivenda e PEI ATHIS CAU SC
7. Programa Vivenda
8. ONG Reparação
9. Nossa referência principal é a Associação Ateliê de Ideias, instituição localizada no Território do Bem há pelo menos 15 anos que ajudou a criar o Banco Bem e o Fórum Bem Maior, instituições importantes naquele território. Muitos de nós fomos voluntários, estagiários e profissionais do Ateliê no início do nosso envolvimento com ATHIS (o Ateliê teve uma parceria prolífica com o Célula, que é o EMAU da UFES). Então é impossível falar do que a gente faz sem mencionar o Ateliê de Ideias. Para além do Ateliê, algumas referências nacionais são: a Soluções Urbanas (Mariana Estevão, RJ), com o projeto Arquiteto de Família; o Arquitetura na Periferia (Carina Guedes, MG); ações da Ashoka em São Paulo; o Peabiru TCA (São Paulo); o Programa Vivenda (São Paulo); Fábrica Experimental Solano Trindade (Duque de Caxias); Moradigna; além de iniciativas de dentro das universidades, como o próprio Célula, a Residência em Arquitetura da UFBA, grupos de pesquisa e extensão da UnB e da UFMG; iniciativas do poder público, como no caso da CODHAB-DF (gestão Gilson Paranhos); e de movimentos sociais, como o MNLM (atuação no bairro Alice Coutinho, em Cariacica).
10. ONG Reparação
11. Minhas primeiras inspirações foram a Kezia do Viva! Arquitetura Popular e o Celivan da Memorar Arquitetura Popular lá de Salvador. Hoje além deles a Nova Vivenda e o Habitat, que são parceiros da Kopa
12. Nabil Bonduki, Haasan Fathy, ONGS com a Habitat para a Humanidade, Soluções Urbanas e a TETO, e alguns que hoje são colegas de trabalho (Viva! Arquitetura Popular, Memorar, Kopa, Casa de Maria, Favelar, Moradigna, ABRA, Arquitetos da Vila AH Arquitetura Humana, Arquitetura na Periferia...)
13.

14. Na época em que a ASF surgiu em 2003 não existia um exemplo direto, acredito que veio mais de uma crítica ao modelo que as escolas de arquitetura li dava com as demandas sociais, de uma auto crítica da potencialidade da atuação com a função social da arquitetura. Então pra tentar dar nomes: Milton Santos, Henry Lebfrey, David Harvey e afins que contribuíram com o pensamento crítico do espaço.
15. Vários escritório espalhados pelo Brasil
16. O escritório de Riva Feitosa em Sergipe. Que trabalha com isso a mais de 15 anos
17. Inicialmente tínhamos referências em trabalhos de assessorias mais consolidadas, como a Peabiru e Usina, que atuam em SP. Contudo, com o tempo, começamos a conhecer e fortalecer uma rede de assessorias nordestinas, que hoje, são nossa grande motivação de seguir nessa prática. Nessa relação, foi formado o Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste (vale procurar sobre essa rede super potente).
18. Nosso corpo docente é bem esclarecido e atuante. Cursos e grupos de pesquisas também sempre nos qualificaram. A bibliografia ainda é muito escassa.

**32. Levando em consideração que estou na fase inicial da minha pesquisa: o que você me indicaria ler ou estudar sobre, referente a esse cenário?**

1. Talvez algo mais relacionado à efetivação/execução de leis.
2. Quem sou eu para te indicar algo... Você integrou a equipe da cartilha de ATHIS... Risos Mas sugiro a Dra Débora da USP (ela deu uma aula no curso EPAATHIS 2020 - tem canal no YOUTUBE) e Profª Liza da UNB (tem um trabalho fantástico de ATHIS no DF).
3. Para além da teoria presente nas cartilhas, na lei, acho legal ir atrás da compreensão e dos desafios e necessidades por trás dos arranjos possíveis de se trabalhar com ATHIS. Isso você pode encontrar um pouco em lives gravadas sobre o Tema (fóruns nacionais, Riva Feitosa, Celivan (Memorar), Fernando Assad (Vivenda)) e em cursos. O Celivan do Memoraq dá um curso muito bom sobre como trabalhar com ATHIS. Por último, dá uma olhada no vídeo no nosso insta que falamos um pouco também sobre o aprendemos e projetamos daqui pra frente.
4. pesquisar livros sobre capitalismo consciente e negócios sociais
5. Leia sobre inovação social, design para a sustentabilidade
6. Desde o ano passado existe uma rede nacional de organizações que trabalham com habitação de interesse social. Com pelo menos 60 organizações. É um movimento que está efervescente
7. Nossa publicação que está no link da bio , nosso curso de ATHIS no canal do YouTube e conhecer a nova Vivenda
8. Ver a realidade de projetos que trabalham com isso
9. Acho que vai depender muito do recorte que você pretende fazer. Se optar por uma discussão que localize as ações em HIS dentro de uma estrutura / um sistema, sugiro: "A Questão da Moradia", da coleção "O que é" (Luiz Cesar Queiroz e Robert Pechman) e "A produção capitalista da casa (e da cidade) no BR Industrial", organizado pela Erminia Maricato, com textos da Raquel Rolnik, do Nabil Bonduki,

do Paul Singer e da própria Ermínia. Se quiser um panorama das políticas públicas ligadas à HIS ao longo do tempo, o próprio Nabil escreveu “Origens da Habitação Social no Brasil”, e o João Sette Whitaker participou de uma publicação do Governo Federal que é fruto de um curso à distância para capacitação das administrações locais para atuar com HIS: “Política urbana e habitacional no Brasil”. Do Governo Federal tem também “Direito à moradia adequada”, que junto com a Cartilha do CAU para ATHIS e o Relatório Especial da ONU sobre a moradia adequada (2004) são publicações institucionais relevantes. Sobre as condições de vida das pessoas em favelas e núcleos de ocupação espontânea, tem o relato em 1ª mão da Maria Carolina de Jesus, “Quarto de despejo”, e o relato jornalístico do Lúcio Kowarick, “A espoliação urbana”, e ainda um relato acadêmico, da Lícia do Prado Valladares, “Passa-se uma casa”. Aí, além desses, tem vários específicos sobre cada um dos programas (textos muito bons que analisaram os IAPs, a FCP, o BNH e o MCMV). Tem um gringo que não terminei de ler, mas que é um clássico: “Housing by People”, do John Turner. Acho que é um bom começo. rs

10.

11. Tem uma biblioteca cheia de coisa boa, livros, videos no site [athis.org.br/biblioteca/](http://athis.org.br/biblioteca/)

12. Existe conteúdo sobre ATHIS, mas é mesmo difícil de encontrar! O site ATHIS.org tem conteúdos bastante relevantes. Um dos tópicos que gostamos muito de falar, e gostaríamos de implementar logo que pudermos no escritório, é a capacitação de mão de obra - com foco no público feminino, já que mulheres são o maior peso no dado de chefes de moradia em habitações com qualquer tipo de déficit.

13.

14. Todo material da União Nacional por Moradia Popular e do Coletivo Uzina

15. Tudo que for referente a escritório popular e atuações

16. Pesquisar sobre o microcrédito vivenda, pesquisar sobre como são os editais de ATHIS existentes e suas limitações

17.

18. Está pesquisa irá te direcionar para visitas interessantes e importantes.

19. Autogestão, Vivenda, Fazendinando

## APÊNDICE E – RELATÓRIO DE OBRAS E PROJETOS PEABIRU

### ● Projeto Cambridge

- 1) **Endereço:**
- 2) **Coordenador:** Alexandre.
- 3) **Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** Neste momento apenas duas pessoas: Alexandre e o Andrei.
- 4) **Quais os cargos:** Arquitetos e Urbanistas
- 5) **Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** 2015
- 6) **Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Já está entregando os apartamentos.
- 7) **Entidade responsável:** Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) – Frente de Luta por Moradia (FLM)
- 8) **Autor(es) do projeto:** Projeto Básico, realizado por COHAB. Projeto Executivo, trabalho social e fiscalização de obra, realizado por Peabiru TCA.
- 9) **Fonte de remuneração do projeto:**
  - a. Financiamento público: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
  - b. Financiamento privado: contrapartida das famílias para viabilização.
- 10) **Agentes envolvidos no projeto:** Movimento social, associação de moradores, órgão público e construtora.
- 11) **Contratante:** Caixa Econômica Federal
- 12) **Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** Etapa final, as famílias já estão se mudando para o edifício. Acompanhamento de pequenas reformas nas UH das pessoas que já se mudaram. Resolução de pepinos finais da obra.
- 13) **Foi possível acompanhar:** Não

### ● Projeto Lord

- 1) **Endereço:** Rua Tucuna, 930 - Perdizes
- 2) **Coordenador:** Andrei
- 3) **Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** Neste momento duas pessoas: Andrei e a Beatriz.
- 4) **Quais os cargos:** Sociólogo, Arquitetos e Urbanistas e estagiária de arquitetura e urbanismo.
- 5) **Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** 2015
- 6) **Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Nos próximos meses.

- 7) **Fonte de remuneração do projeto:**
  - Financiamento público: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
  - Financiamento privado: contrapartida das famílias para viabilização.
- 8) **Entidade responsável:** Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) – Frente de Luta por Moradia (FLM)
- 9) **Autor(es) do projeto:** Projeto Básico, realizado por COHAB. Projeto Executivo, trabalho social e fiscalização de obra, realizado por Peabiru TCA.
- 10) **Agentes envolvidos no projeto:** Movimento social, associação de moradores, órgão público e construtora.
- 11) **Contratante:** Caixa Econômica Federal
- 12) **Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** obras em estágio final, perspectiva de finalização próxima. Finalização de vistorias finais de entrega dos apartamentos. Resolução de pepinos finais da obra.
- 13) **Foi possível acompanhar:** Sim
- 14) **O que acompanhou?** Vistoria de entrega de apartamentos junto com a Coordenação de Acompanhamento de Obra da Associação dos Moradores.

- **Projeto Emendas Parlamentares - Ocupações**

- 1) **Endereço:** Centro SP
- 2) **Coordenador:** Rafael e Maria Rita
- 3) **Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** 07 membros da Peabiru mas no total é uma equipe com mais de 20 profissionais.
- 4) **Quais os cargos:** Arquitetos e Urbanistas e estagiária de arquitetura e urbanismo. Como as 03 pesquisadoras da bolsa Copolles.
- 5) **Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** Iniciando exatamente agora – 08/2022
- 6) **Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Nos próximos 06 meses.
- 7) **Fonte de remuneração do projeto:**
  - Financiamento público: Emendas parlamentares (R\$ 420.000,00). São emendas vindas de três vereadores diferentes.
  - Financiamento privado: -
- 8) **Entidade responsável:** -
- 9) **Autor(es) do projeto:** Peabiru, Assessoria Fio e Assessoria Mola

**10) Agentes envolvidos no projeto:** Movimento social, associação de moradores e órgão público.

**11) Contratante:** Poder Público

**12) Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** Finalização dos cadernos do primeiro ciclo. Formação da equipe do próximo ciclo (2º sem).

**13) Foi possível acompanhar:** Sim

**14) O que acompanhou?** Reunião geral membros da Peabiru e Assessoria Fio, com levantamento e feedback do último projeto similar e ajustes para as próximas etapas,

● **Projeto de Auto-urbanização Anchieta**

**1) Endereço:** Grajaú

**2) Coordenador:** Nunes e Caio

**3) Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** 10 membros da Peabiru.

**4) Quais os cargos:** Arquitetos e Urbanistas, Cientista Social, Assistente Social e estagiários/pesquisadores de arquitetura e urbanismo. Com 03 pesquisadoras da bolsa Copolles

**5) Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** 2019

**6) Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto? Sem tempo determinado.**

**7) Fonte de remuneração do projeto:**

a. Financiamento público: **Edital CAU de ATHIS,**

b. Financiamento privado: **SELAVIP, Universidade de Michigan**

**8) Entidade responsável: -**

**9) Autor(es) do projeto:** Peabiru

**10) Agentes envolvidos no projeto:** Movimento social, associação de moradores, SELAVIP e Un.

**11) Contratante:** Associação de moradores.

**12) Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** auto urbanização e regularização fundiária de assentamento em conflito fundiário, construção de casas em mutirão e pesquisa sobre gênero, clima e cidade.

**13) Foi possível acompanhar:** Sim

**14) O que acompanhou?** Mutirão das casas. Implantação do Plano de Auto Urbanização, remoção e reorganização dos lotes.

- **Projeto Maria Felipa**

- 1) **Endereço:** Zona Leste
- 2) **Coordenador:** Cintia Fidelis
- 3) **Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** 02.
- 4) **Quais os cargos:** Assistente Social e Arquitetos e Urbanistas
- 5) **Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** 2021
- 6) **Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Sem tempo determinado.
- 7) **Fonte de remuneração do projeto:**
  - a. Financiamento público: **Programa Pode Entrar**
  - b. Financiamento privado: **Possível contrapartida das famílias**
- 8) **Entidade responsável:** MSTC
- 9) **Autor(es) do projeto:** Peabiru
- 10) **Agentes envolvidos no projeto:** Movimento social, associação de moradores e órgão público.
- 11) **Contratante:** Associação de moradores.
- 12) **Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** submissão de documentos/projetos já realizados para contratação pelo novo programa habitacional municipal Reuniões de coordenação, assembleias com famílias, reuniões com a construtora, reuniões com assistentes sociais do movimento.
- 13) **Foi possível acompanhar:** Sim
- 14) **O que acompanhou?** Reuniões de coordenação e assembleias com famílias.

- **Projeto Jardim das Graças**

- 1) **Endereço:** Zona Leste
- 2) **Coordenador:** Alexandre e Nunes
- 3) **Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** 03.
- 4) **Quais os cargos:** Assistente Social e Arquitetos e Urbanistas. Alexandre, Nunes e Marcele.
- 5) **Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** 2021
- 6) **Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Sem tempo determinado.
- 7) **Fonte de remuneração do projeto:**
  - a. Financiamento público: Programa Pode Entrar

b. Financiamento privado: Possível contrapartida das famílias

**8) Entidade responsável:** MSTC

**9) Autor(es) do projeto:** Peabiru

**10) Agentes envolvidos no projeto:** Associação de moradores e órgão público.

**11) Contratante:** Associação de moradores.

**12) Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** elaboração de projeto novo com perspectiva de contratação pelo novo programa habitacional municipal. Reuniões de coordenação, assembleias com famílias, reuniões com assistentes sociais do movimento.

**13) Foi possível acompanhar:** Sim

**14) O que acompanhou?** Reuniões de coordenação discutindo as próximas etapas da reunião com a Associação de moradores, com o auxílio da Cintia (assistente social) e também reunião de discussão de projeto.

- **Projeto São João 588**

**1) Endereço:** Avenida São João 588, Centro SP.

**2) Coordenador:** Alexandre

**3) Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** 02.

**4) Quais os cargos:** Arquitetos e Urbanistas. Alexandre e Paula

**5) Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** 2021

**6) Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Sem tempo determinado.

**7) Fonte de remuneração do projeto:**

a. Financiamento público: Programa Pode Entrar

b. Financiamento privado: Possível contrapartida das famílias

**8) Entidade responsável:** MST -RU

**9) Autor(es) do projeto:** Peabiru

**10) Agentes envolvidos no projeto:** Associação de moradores e órgão público.

**11) Contratante:** Associação de moradores.

**12) Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** elaboração de projeto novo com perspectiva de contratação pelo novo programa habitacional municipal "Pode Entrar". Reuniões de coordenação, assembleias com famílias, reuniões com assistentes sociais do movimento para elaboração do Estudo Preliminar.

**13) Foi possível acompanhar:** Sim



**14) O que acompanhou?** Primeira reunião com os moradores e com a Associação de moradores para definição das necessidades do projeto que será desenvolvido e enviado para aprovação na prefeitura para contratação pelo novo programa habitacional municipal “Pode Entrar”.

- **Projeto Maria Quitéria (perspectiva Programa Pode Entrar)**

- 1) **Endereço:** -
- 2) **Coordenador:** -
- 3) **Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** -
- 4) **Quais os cargos:** -
- 5) **Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?** -
- 6) **Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Sem tempo determinado.
- 7) **Fonte de remuneração do projeto:**
  - a. Financiamento público: Programa Pode Entrar
  - b. Financiamento privado: Possível contrapartida das famílias
- 8) **Entidade responsável:** -
- 9) **Autor(es) do projeto:** Peabiru
- 10) **Agentes envolvidos no projeto:** Associação de moradores e órgão público.
- 11) **Contratante:** Associação de moradores.
- 12) **Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de campo:** submissão de documentos/projetos já realizados para contratação pelo novo programa habitacional municipal. Reuniões de coordenação, assembleias com famílias, reuniões com a construtora, reuniões com assistentes sociais do movimento
- 13) **Foi possível acompanhar:** Não.

- **Projeto Adventista**

- 1) **Endereço:** Capão Redondo
- 2) **Coordenador:** Alexandre
- 3) **Quantas pessoas estão na equipe deste projeto:** 05 pessoas no momento
- 4) **Quais os cargos:** Arquitetos e Urbanistas - estagiária
- 5) **Desde quando a Peabiru trabalha nesse projeto?**
- 6) **Até quando é a previsão da Peabiru atuar nesse projeto?** Sem tempo determinado.

**7) Fonte de remuneração do projeto:**

- a. Financiamento público: Programa Pode Entrar
- b. Financiamento privado: Possível contrapartida das famílias

**8) Entidade responsável: MOHAS****9) Autor(es) do projeto: Peabiru****10) Agentes envolvidos no projeto: Associação de moradores e órgão público.****11) Contratante: Associação de moradores.****12) Qual a etapa que estava acontecendo no momento da pesquisa de**

**campo:** submissão de documentos/projetos já realizados para contratação pelo novo programa habitacional municipal. Reuniões de coordenação, assembleias com famílias, reuniões com a construtora, reuniões com assistentes sociais do movimento

**13) Foi possível acompanhar: Não**

## APÊNDICE F – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME E IMAGEM NOS RELATOS DE PESQUISA

Eu, Nathália Sander, CPF 075.970.949-14, RG 4.315.110, estudante de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Professor Paolo Colosso, venho solicitar sua autorização para utilizar seu nome e imagem nos relatos com a sua participação na pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2022, durante o acompanhamento dos trabalhos da ONG Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais.

Tais relatos farão parte da dissertação intitulada *ATHIS na prática: o cenário nacional e a experiência da PEABIRU – trabalho-luta e pesquisa-ação*. Os resultados finais da pesquisa ficarão disponíveis na biblioteca da UFSC e podem ser acessados por qualquer pessoa que tiver interesse.

**AUTORIZAÇÃO:** Ao assinar este termo, você está autorizando o uso de seu nome completo nos relatos da pesquisa de campo, que serão apresentados na dissertação de mestrado, bem como em eventual defesa pública, eventos acadêmicos, artigos científicos e outras publicações acadêmicas relacionadas ao trabalho.

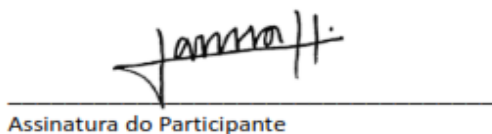
Declaro que li, compreendi e concordo com os termos deste documento, autorizando o uso de meu nome completo, imagem e relatos da pesquisa de campo.

  
Assinatura do Participante

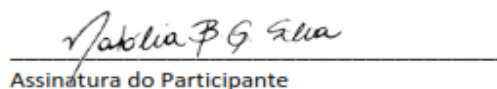
BEATRIZ LUSTOSA R. CIETO  
Nome do Participante (em letra de forma)

  
Assinatura do Participante

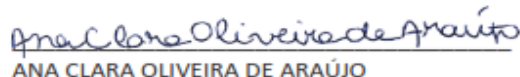
Diely de Oliveira Cascahlo  
Nome do Participante (em letra de forma)

  
Assinatura do Participante

LARISSA GABRIELLE DA SILVA NORIKO  
HIRATSUKA

  
Assinatura do Participante

Natália Bruciaferi Gonçalves da Silva  
Nome do Participante (em letra de forma)

  
ANA CLARA OLIVEIRA DE ARAÚJO

  
Paula Custódio de Oliveira - arquiteta urbanista Peabiru TCA

  
Assinatura do Participante

MARIANA RIBEIRO PARDO  
Nome do Participante (em letra de forma)

  
Assinatura do Participante

Marcele Lemos Piotto  
Nome do Participante (em letra de forma)


## TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME E IMAGEM NOS RELATOS DE PESQUISA

Eu, Nathália Sander, CPF 075.970.949-14, RG 4.315.110, estudante de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Professor Paolo Colosso, venho solicitar sua autorização para utilizar seu nome e imagem nos relatos com a sua participação na pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2022, durante o acompanhamento dos trabalhos da ONG Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais.


Tais relatos farão parte da dissertação intitulada *ATHIS na prática: o cenário nacional e a experiência da PEABIRU – trabalho-luta e pesquisa-ação*. Os resultados finais da pesquisa ficarão disponíveis na biblioteca da UFSC e podem ser acessados por qualquer pessoa que tiver interesse.

**AUTORIZAÇÃO:** Ao assinar este termo, você está autorizando o uso de seu nome completo nos relatos da pesquisa de campo, que serão apresentados na dissertação de mestrado, bem como em eventual defesa pública, eventos acadêmicos, artigos científicos e outras publicações acadêmicas relacionadas ao trabalho.


Declaro que li, compreendi e concordo com os termos deste documento, autorizando o uso de meu nome completo, imagem e relatos da pesquisa de campo.

Documento assinado digitalmente  
 ALEXANDRE HODAPP OLIVEIRA MARQUES  
 Data: 13/07/2023 00:54:03-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Assinatura do Participante

Documento assinado digitalmente  
 NUNES LOPES DOS REIS  
 Data: 14/07/2023 20:57:52-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Assinatura do Participante

Documento assinado digitalmente  
 CINTIA ALMEIDA FIDELIS  
 Data: 14/07/2023 20:50:08-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Assinatura do Participante

Documento assinado digitalmente  
 MARIA RITA DE SA BRASIL HORIGOSHI  
 Data: 15/07/2023 00:02:10-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Participante

Documento assinado digitalmente  
 MARINA BARRIO PEREIRA  
 Data: 14/07/2023 15:58:03-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Participante

Documento assinado digitalmente  
 RAFAEL BORGES PEREIRA  
 Data: 12/07/2023 11:47:21-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Participante

Florianópolis, 13 de junho de 2023.

**ANEXO A – LEI Nº 11.888****LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.**

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Art. 2º As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no **caput** deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2º desta Lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mutirão;

II - em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

§ 3º As ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

§ 4º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a eles devem ocorrer por meio de sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil.

Art. 4º Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do **caput** deste artigo, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no **caput** deste artigo deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 5º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei, podem ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo ou engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstos no **caput** deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 6º Os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

Art. 7º O art. 11 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 11. .....

§ 3º Na forma definida pelo Conselho Gestor, será assegurado que os programas de habitação de interesse social beneficiados com recursos do FNHIS envolvam a assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do FNHIS fixadas em cada exercício financeiro para a finalidade a que se refere este parágrafo.”  
(NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Guido Mantega*

*Paulo Bernardo Silva*

*Patrus Ananias*

*Márcio Fortes de Almeida*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.12.2008



